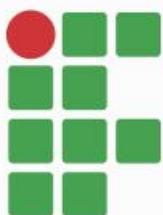
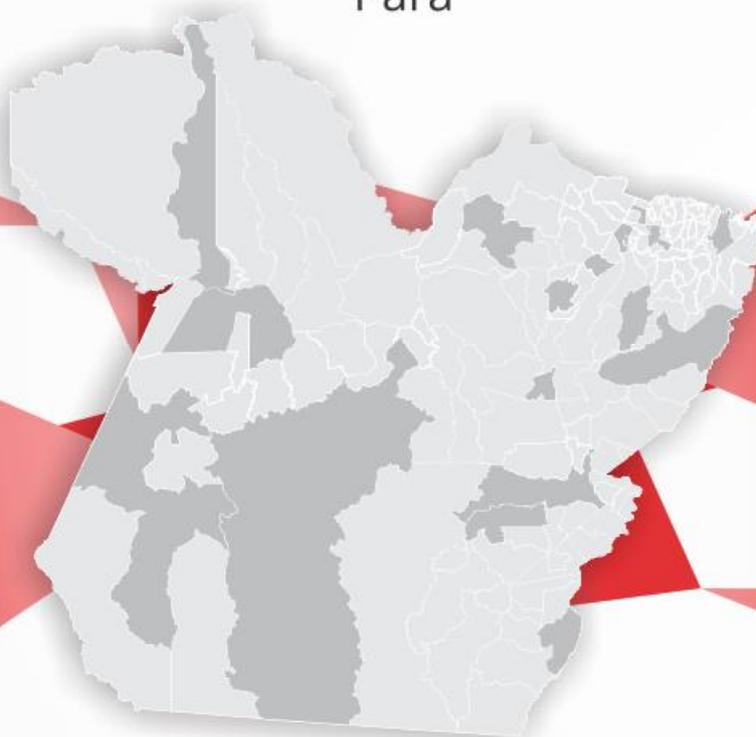




Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará



**INSTITUTO
FEDERAL**
Pará



RELATÓRIO DE GESTÃO

➤ EXERCÍCIO 2016

Belém - Pará
2017

www.ifpa.edu.br

**Ministério da Educação ó MEC
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica ó SETEC
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará ó IFPA**

Relatório de Gestão do Exercício de 2016

Relatório de Gestão do exercício de 2016 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 154/2016, da Portaria TCU nº 59/2017 e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 500/2016.

Comissão Permanente de Prestação de Contas Anual ó CPCA

**BELÉMó PARÁ
2017**

Claudio Alex Jorge da Rocha

Magnífico Reitor

Elinilze Guedes Teodoro

Pró-reitora de Ensino (PROEN)

Fabício Medeiros Alho

Pró-reitor de Extensão (PROEX)

Ana Paula Palheta Santana

Pró-reitora de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPG)

Danilson Lobato da Costa

Pró-reitor de Administração (PROAD)

Raimundo Nonato Sanches Souza

Pró-reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODIN)

Paulo Henrique Bezerra

Diretor de Tecnologia da Informação (DTI)

Michael André Gonçalves de Souza

Diretor de Gestão de Pessoas (DGP)

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Raimundo Nonato Sanches Souza

Presidente da Comissão

Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODIN)

Tiago Vieira de Oliveira

Vice-Presidente da Comissão

Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional Substituta (PRODIN)

MEMBROS DA COMISSÃO

Reginaldo Tavares Flexa	Titular	Gabinete
Waldemir Monteiro Bezerra	Suplente	Gabinete
Erlon Rodrigo Santiago Cavalcante	Titular	DGP
Geraldo Francisco da Silva Junior	Suplente	DGP
Jorge Luís Moraes Valente	Titular	DTI
Josivaldo Lisboa de Oliveira	Suplente	DTI
Elza Olivia Souza da Silva	Titular	PROAD
Anderson Felipe Calandrini Braga	Suplente	PROAD
David de Abreu Moura Júnior	Titular	PRODIN
Fábio Dias dos Santos	Suplente	PRODIN
Marta Coutinho Caetano	Titular	PROEN
José Edivaldo Moura da Silva	Suplente	PROEN
Fabrcio Medeiros Alho	Titular	PROEX
Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro	Suplente	PROEX
Ana Paula Palheta Santana	Titular	PROPPG
Glauco Lira Pereira	Suplente	PROPPG
Arthur Lima Sampaio de Souza	Titular	Campus Abaetetuba
Helton Breno Nascimento Barata	Suplente	Campus Abaetetuba
Ivan Pereira Damasceno	Titular	Campus Altamira
Simeire de Almeida Leão	Suplente	Campus Altamira
Maria do Rosário Machado Paiva	Titular	Campus Ananindeua
Altiere Costa de Souza	Suplente	Campus Ananindeua
Andréia Conceição Alves dos Santos	Titular	Campus Avançado de Vigia
Paulo Henrique dos Santos Pereira	Suplente	Campus Avançado de Vigia
Adriana Conceição Quaresma Rodrigues	Titular	Campus Belém
Raissa Tavares da Silva	Suplente	Campus Belém
Rodrigo Pereira Barata	Titular	Campus Bragança
Pablo Queiroz Bahia	Suplente	Campus Bragança
Odirson Michel Tavares da Silva	Titular	Campus Breves
Mário Médice Costa Barbosa	Suplente	Campus Breves
Aldrin Mário da Silva Benjamin	Titular	Campus Cametá
Fábio Bruno Pinheiro do Nascimento	Suplente	Campus Cametá
Laércio Martins de Cristo Júnior	Titular	Campus Castanhal

Luzia dos Santos Alves	Suplente	Campus Castanhal
Sheila Pereira Mendanha Benício	Titular	Campus Conceição do Araguaia
Helton Frank Araújo de Freitas	Suplente	Campus Conceição do Araguaia
Elano da Silva de Menezes	Titular	Campus Itaituba
Valdeir Alvino do Amaral	Suplente	Campus Itaituba
Luiz Antônio Soares Cardoso	Titular	Campus Marabá Industrial
Márcio Carneiro de Azevedo	Suplente	Campus Marabá Industrial
Rosycler da Mota e Silva	Titular	Campus Marabá Rural
Laurentino Pinto Pinheiro	Suplente	Campus Marabá Rural
Fernando Emmi Corrêa	Titular	Campus Óbidos
Renato da Silva Jordão Filho	Suplente	Campus Óbidos
Samuel Carvalho de Aragão	Titular	Campus Paragominas
Agnaldo Reis Pontes	Suplente	Campus Paragominas
Rubens Chaves Rodrigues	Titular	Campus Parauapebas
Vander Augusto Oliveira da Silva	Suplente	Campus Parauapebas
Denise Maythe Silva dos Santos	Titular	Campus Santarém
Maria José Buchalle Silva	Suplente	Campus Santarém
Anderson Walber de Jesus Barbosa	Titular	Campus Tucuruí
Leonardo Possamai Mezzomo	Suplente	Campus Tucuruí

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

ART - Anotação de Responsabilidade Técnica
AUDIN - Auditoria Interna
CAPACIT - Coordenadoria de Capacitação e Desenvolvimento
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAQV - Coordenação de Assistência e Qualidade de Vida
CAV - Campus Avançado Vigia
CE - Comissão de Ética
CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica
CENSUP - Censo da Educação Superior
CERTIFIC - Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
CGSIB - Comitê Gestor do Sistema Integrado das Bibliotecas
CGSI - Comitê de Segurança da Informação
CGTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CIS - Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação
CNE/CP - Conselho Nacional de Educação / Conselho Pleno
CNPJ ó Cadastro Nacional Pessoa Jurídica
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CODIR ó Colégio de Dirigentes do IFPA
CONDIR ó Conselho Diretor do Campus
CONSAD - Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração
CONSUP - Conselho Superior do IFPA
CPAD - Departamento de Procedimentos Administrativos e Disciplinares
CPCA - Comissão Permanente de Prestação de Contas Anual
CPF ó Cadastro de Pessoas Físicas
CPPD - Comissão Permanente de Pessoal Docente
CREA - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
CTEAD - Campus de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância
DETRAN - Departamento de Trânsito
DGP - Diretoria de Gestão de Pessoas
DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
DOU - Diário Oficial da União
DTI - Diretoria de Tecnologia da Informação
EAD - Educação a Distância
EBC - Empresa Brasileira de Comunicação
EBTT - Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EJA - Educação de Jovens e Adultos
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EPCT - Educação Profissional, Científica e Tecnológica
EPT - Educação Profissional e Tecnológica
e-SIC - Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão
FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas
FIC - Formação inicial e continuada
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FUNIN - Fundação Imprensa Nacional

FUNRIO - Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Assistência à Escola de Medicina e Cirurgia e ao Hospital Universitário Gaffrée e Guinle
GAB - Gabinete
GLPI - Gerenciador Livre de Parquet de Informática
IC - Iniciação Científica
IELTS - International English Language Testing System
IES - Instituição de Educação Superior
IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
IF (s) - Institutos Federais
IGC - Índice Geral de Cursos
IN - Instrução Normativa
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPVA - Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores
LAI - Lei de Acesso à Informação
LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais
LIFE - Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores
LOA - Lei Orçamentária Anual
MEC - Ministério da Educação
MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAMOR - Núcleos de Inovação Tecnológica da Amazônia Oriental
NAPNE - Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NDE (s) - Núcleos Docentes Estruturantes
NEAB - Núcleo de Estudos Afrobrasileiros
NEABI - Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas
NF - Nota Fiscal
NIT - Número de Registro do Trabalhador
OFSS - Orçamento fiscal e da seguridade social
OI - Orçamento de Investimento
PAD - Parcelamento Administrativo de Débitos
PAINT - Plano Anual de Auditoria Interna
PAM - Plano Anual de Ações e Metas
PARFOR - Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDC - Plano de Desenvolvimento dos Campi
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI - Plano Diretor da Tecnologia da Informação
PET - Programa de Educação Tutorial
PIBICTI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica, em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIBID - Programa Instituição de Bolsas de Iniciação à Docência
PIQ - Programa Institucional de Qualificação
PLDO - Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias
PNE - Plano Nacional de Educação
PPA - Plano Plurianual
PPC (s) - Projetos Pedagógicos de Curso
PPI - Projeto Político Pedagógico Institucional
PPI - Plano de Providência Interno
PPP (s) - Projetos Políticos Pedagógicos
PROAD - Pró-reitoria de Administração

PROCAMPO - Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PRODIN - Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

PROEJA - Programa de Educação de Jovens e Adultos

PROEN - Pró-reitoria de Ensino

PROEX - Pró-reitoria de Extensão

PROEXT - Programa de Extensão Universitária

PRO-EXTENSÃO - Programa Institucional de Incentivo às Atividades de Extensão

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROPPG - Pró-reitoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação

RAINT - Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna

RAP 6 Relação Aluno Professor

RIP - Registro Imobiliário Patrimonial

SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens

SEDAP - Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agropecuário e de Pesca

SEDUC/PA - Secretaria de Estado de Educação do Pará

SERES - Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior

SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos

SIB - Sistema Integrado de Bibliotecas

SICTI - Seminário de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação

SIG - Sistema Integrado de Gestão

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas

SIGPP - Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos

SIGRH - Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos

SIMEC - Sistema de Administração de Patrimônio

SIMIT - Simpósio de Inovação Tecnológica

SIOP - Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento

SIPAC - Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos

SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal

SISTEC - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica

SISU - Sistema de Seleção Unificada

SLTI - Secretaria de Logística e Tecnologia e Informação

SPIUnet - Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União

TAE (s) - Técnicos em Assuntos Educacionais

TAM - Termo de Acordo de Metas e Compromissos

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

TOEFL - Test of English as a Foreign Language

UAB - Universidade Aberta do Brasil

UASG - Unidade Administrativa de Serviços Gerais

UFPA - Universidade Federal do Pará

UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UG - Unidade Gestora

UJ - Unidade Jurisdicionada

UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação

UPC - Unidade Prestadora de Conta

VoIP - Voice over Internet Protocol

LISTA DE QUADROS

Quadro 16 Cursos ofertados pelo IFPA no estado do Pará.....	21
Quadro 26 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.....	50
Quadro 36 Macroprocesso finalístico de Ensino.....	59
Quadro 46 Macroprocesso finalístico de Extensão.....	66
Quadro 56 Macroprocesso finalístico de Pesquisa e Inovação Tecnológica.....	68
Quadro 66 Descrição das metas relacionadas aos objetivos estratégicos.....	71
Quadro 76 Descrição dos objetivos do planejamento tático da unidade relacionados aos objetivos estratégicos.....	75
Quadro 86 Descrição dos objetivos da unidade para o exercício que não estão relacionados aos objetivos estratégicos.....	79
Quadro 96 Vinculação dos objetivos contidos no planejamento da unidade com as competências institucionais e outros planos.....	82
Quadro 106 Descrição das Ações da LOA de responsabilidade do IFPA.....	85
Quadro 116 Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 20RG.....	90
Quadro 126 Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 20RL.....	91
Quadro 136 Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 2994.....	92
Quadro 146 Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 2992.....	93
Quadro 156 Dimensões físicas e financeiras da execução da Ação 6301.....	94
Quadro 166 Dimensões físicas e financeiras da execução da Ação 8650.....	95
Quadro 176 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	96
Quadro 186 Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.....	97
Quadro 196 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.....	98
Quadro 206 Receitas arrecadadas em 2016 pelo IFPA.....	99
Quadro 216 Despesas por modalidade de contratação.....	100
Quadro 226 Despesas por grupo e elemento de despesa.....	103
Quadro 236 Indicadores de desempenho previstos no PDI.....	107
Quadro 246 Indicadores de desempenho previstos nas Estratégias 11.11 e 12.3 do anexo à Lei N° 13.005/2014.....	117
Quadro 256 Indicadores de desempenho previstos no Art. 8° da Lei N° 11.892/2008.....	118

Quadro 26 óIndicadores de desempenho previstos nos Ofícios-Circulares Nº 60/2015 e Nº 77/2015 e Nota Informativa Nº 138/2015.....	119
Quadro 27 óIndicadores de desempenho previstos no TAM.....	120
Quadro 28 óIndicadores de desempenho previstos noDecreto Nº 5.840/2006 ó PROEJA.....	122
Quadro 29 óIndicadores de Pesquisa e Extensão previstos pela SETEC para as Instituições da Rede Federal de EPCT.....	122
Quadro 30 ó Resultados dos Indicadores ó Acórdão TCU 2.267/2005.....	125
Quadro 31 óDescrição das instâncias que compõem a estrutura de governança da unidade.....	129
Quadro 32 óEstrutura organizacional da AUDIN/IFPA em 31/12/2016.	135
Quadro 33 ó Percepção do gestor máximo da unidade em relação ao Sistema de Controles Internos.	139
Quadro 34 ó Força de Trabalho.....	142
Quadro 35 ó Distribuição da Lotação Efetiva.....	142
Quadro 36 óDetalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.	143
Quadro 37 ó Despesas do pessoal.	144
Quadro 38 ó Informações sobre os casos de acúmulo de cargos, funções ou empregos públicos indevidos no quadro de pessoal da unidade.	146
Quadro 39 ó Índice de Absenteísmo dos servidores da unidade.	146
Quadro 40 óQuantitativo de afastamentos de servidores no exercício, por tipo e por categoria.....	147
Quadro 41 óQuantidade de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocorridos/diagnosticados no exercício 2016.	148
Quadro 42 ó Índice de Rotatividade dos servidores da unidade.	148
Quadro 43 óInformações sobre convênios para formação continuada dos servidores da unidade.....	149
Quadro 44 óDistribuição dos servidores por nível de escolaridade.	150
Quadro 45 óDistribuição dos servidores por nível de escolaridade.	150
Quadro 46 óContratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.....	152
Quadro 47 ó Composição do quadro de estagiários.....	166

Quadro 48 ó Caracterização da frota de veículos à disposição.	168
Quadro 49 ó Informações dos imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da unidade.	172
Quadro 50 ó Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade do Campus Abaetetuba.	178
Quadro 51 ó Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade do Campus Castanhal.	180
Quadro 52 ó Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade do Campus Conceição do Araguaia.	181
Quadro 53 ó Informações sobre a situação das obras pendentes, iniciadas ou finalizadas no exercício.	183
Quadro 54 ó Relação de obras e serviços de engenharia empenhados no exercício.	191
Quadro 55 ó Informações sobre os principais sistemas de informações implantados.	196
Quadro 56 ó Informações sobre os principais sistemas de informações em desenvolvimento ou adequação.	197
Quadro 57 ó Informações sobre a adoção de critérios de gestão ambiental e licitações sustentáveis.	199
Quadro 58 ó Quantitativo de Manifestações recebidas e atendidas/acatadas, por tipo de manifestação e por canal de acesso do cidadão.	202
Quadro 59 ó Campi de abrangência dos Núcleos de Ouvidoria.	203
Quadro 60 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 14676/2005-4).	208
Quadro 61 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 19547/2008-4).	209
Quadro 62 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 015.645/2006-0).	209
Quadro 63 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 011.062/2011-8).	209
Quadro 64 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 021.218/2010-2).	210
Quadro 65 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 029.435/2011-0).	210

Quadro 66 ó Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.	213
Quadro 67 ó Informações sobre a conformidade do cronograma de pagamentos.	214
Quadro 68 ó Despesas com publicidade.	215
Quadro 69 ó Situação do atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005.	215

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 ó Mapa de abrangência do IFPA.....	20
Figura 2 ó Ilustração do organograma funcional.	58
Figura 3 ó Mapa estratégico 2014-2018.....	70

LISTA DE ANEXOS E APÊNDICES

Apêndice I - Demonstrações Contábeis.....	218
--	------------

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	13
2. VISÃO GERAL	16
2.1. Finalidade e competências.....	16
2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade.....	16
2.3. Ambiente de atuação	18
2.4. Organograma	50
2.5. Macroprocessos finalísticos.....	59
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS.....	70
3.1. Planejamento organizacional.....	70
3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício.....	70
3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico	81
3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos	82
3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos	84
3.3. Desempenho orçamentário	84
3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade	84
3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário	95
3.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento	96
3.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores	97
3.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos.....	98
3.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas.....	99
3.3.6. Informações sobre a realização das receitas.....	99
3.3.7. Informações sobre a execução das despesas	99
3.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal	106
3.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho	106
3.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União	125
3.5. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos	128
4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	129
4.1. Descrição das estruturas de governança.....	129
4.2. Atuação da unidade de auditoria interna	133
4.2.1. Sobreposição de carga horária ó PRONATEC.....	138
4.3. Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.....	138
4.4. Gestão de riscos e controles internos	139
5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO.....	142
5.1. Gestão de pessoas.....	142
5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade	142
5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal.....	143
5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal.....	145
5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários.....	151
5.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais	167
5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura.....	167

5.2.1. Gestão da frota de veículos	167
5.2.2. Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições	170
5.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União	172
5.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas	178
5.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	182
5.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim	183
5.3. Gestão da tecnologia da informação	194
5.3.1. Principais sistemas de informações	196
5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade	198
5.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras.....	199
6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	202
6.1. Canais de acesso do cidadão.....	202
6.2. Carta de Serviços ao Cidadão	204
6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	204
6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	204
6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações	204
7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	206
7.1. Desempenho financeiro no exercício	206
7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos.....	206
7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	206
7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas	207
8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE	208
8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU	208
8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	213
8.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário	213
8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	214
8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento.....	214
8.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda	215
8.7. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005	215

1. APRESENTAÇÃO

Prezados (as) membros da comunidade do IFPA e da sociedade em geral,

O presente Relatório de Gestão consolidado do IFPA, organizado em 8 capítulos, foi elaborado em consonância com o art. 70 da Constituição Federal e encontra-se estruturado de acordo com as normas emanadas pelo Tribunal de Contas da União/TCU (IN TCU nº 63/2010, DN TCU nº 154/2016, DN TCU nº 156/2016 e Portaria TCU nº 59/2017), as orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 500/2016, e as orientações suplementares emitidas pela SPO/SE/MEC, contemplando as exigências nelas contidas, com exceção dos itens não aplicáveis ao IFPA.

No ano de 2016, a Gestão do IFPA orientou suas ações de forma transparente, sistêmica e integrada com os 18 Campi que o compõem no cumprimento da missão institucional, vislumbrando uma instituição que valorize sua identidade, bem como os seus servidores e discentes, em consonância com os acordos firmados com a comunidade em geral.

Ademais, a atual gestão tem primado pelo diálogo com todos os segmentos que compõem o IFPA, buscando aprimorar o processo democrático e a integração com todas as unidades gestoras, visando o cumprimento das metas institucionais e a melhoria de todos os processos, sejam eles finalísticos ou não. Destaque-se a aproximação das Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas dos Campi, através de encontros, visitas, workshops, videoconferências, etc., que tem sido uma marca importante desta gestão. Além disso, o Reitor tem realizado constantes visitas aos Campi, com o propósito de reafirmar o compromisso com a integração e o diálogo com todos os servidores, melhorando assim a comunicação e a interação social com a comunidade.

Em 2016, continuamos a desenvolver as ações do IFPA a partir do olhar sobre o mapa estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que apresenta cinco dimensões: Ensino; Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação; Acesso, Permanência e êxito; Gestão; Orçamento e Finanças.

Com base nos valores da ética, honestidade, simplicidade e zelo no trato da coisa pública, além de serem capazes de reafirmar o compromisso da busca permanente da educação de excelência, valorização do servidor, gestão transparente e integradora, respeito à autonomia dos Campi, planejamento estratégico participativo, a gestão vem a passos largos melhorando a imagem institucional e readquirindo o respeito por parte dos servidores e da sociedade em geral.

Nesse sentido, apresentamos à comunidade interna e externa do Instituto Federal do Pará o Relatório Anual de Prestação de Contas do Exercício de 2016, contendo as principais ações desenvolvidas por as unidades gestoras que compõem esta centenária instituição.

Destaca-se também a permanente atuação das equipes do Gabinete, das Pró-reitorias e Diretorias Sistêmicas junto aos Campi, com o fortalecimento dos diversos fóruns de discussões temáticos, nas áreas de ensino, pesquisa, pós-graduação e inovação, extensão, gestão e desenvolvimento institucional. Um dos pontos altos desse movimento foi a reunião integrada das áreas de ensino, extensão e pesquisa, pós-graduação e extensão, oportunizando a discussão de temas comuns de modo a encaminhá-los de forma conjunta e mais célere. Outro evento de grande impacto institucional foi o curso de capacitação para Coordenadores de Curso, com a participação de 120 coordenadores de cursos e que tratou de temáticas afeitas à gestão dos cursos.

O esforço institucional para a regulamentação e/ou ajustes de nossas normas internas permanece. Assim, podemos sublinhar a revisão do Estatuto do IFPA, atualização do PPI, Desenvolvimento da Política de Acervo Acadêmico, Construção do Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes, construção de normativa referente às atribuições dos Coordenadores de Curso, Regulamento Geral para Elaboração, Redação e Avaliação de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), Reformulação do Plano Institucional de Qualificação (PIQ), a Política Ambiental do Instituto e o Plano Institucional de Ações Ambientais (PIAA) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI).

Além disso, o IFPA vem avançando na oferta de cursos técnicos. Os cursos, ofertados na forma de FIC, e integrada ou subsequente ao ensino médio, abrangem 8 eixos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, distribuídos por todos os 18 Campi deste Instituto. Já no ensino superior, o IFPA oferta, atualmente, 21 cursos diferentes, distribuídos em 7 Campi. Na oferta de pós-graduação, o IFPA saltou de 3 Campi com oferta de cursos *lato sensu*, em 2015, para 11 Campi em 2016. Em nível *stricto sensu*, ressalta-se o início de nosso segundo curso ó Mestrado Profissional em Engenharia de Materiais, ofertado pelo Campus Belém.

Em 2016, a gestão das ações de Assistência Estudantil teve papel decisivo no acompanhamento da efetividade da política de assistência estudantil no IFPA, de modo a perseguir a permanência e êxito acadêmico do aluno em todas as formas de oferta de cursos técnicos e superiores do IFPA. Foram realizadas diversas visitas técnicas aos Campi, com o intuito de reunir com os estudantes e equipes da assistência estudantil, visando ao aperfeiçoamento de nossas políticas, bem como a racionalização do uso dos recursos públicos aplicados nessa área.

É também imperativo ressaltar o avanço no processo de implementação, operacionalização e melhoria do sistema computacional para gestão das atividades acadêmicas (SIGAA), com destaque para o Módulo PIT/RAD (Plano Individual de Trabalho/Relatório de Atividades Docentes) e o Módulo *Lato Sensu*.

Os editais que impulsionam nossas ações de ensino, pesquisa e extensão devem ser focalizados. O FORPROEX possibilitou que projetos de extensão, coordenados por servidores docentes e técnicos administrativos, recebessem auxílio financeiro, bem como permitiu a concessão de bolsa de incentivo a discentes; houve ainda o auxílio a Projetos de Inovação e Pesquisa Aplicada, através do APIPA; concedeu-se apoio aos servidores na participação em eventos científicos; implementou-se também o edital para auxílio à publicação de periódicos. Estes editais, somados, perfazem um total de 1 milhão de reais de investimento.

Um dos frutos que começa a ser colhido de todo esse investimento é o avanço da inovação tecnológica no âmbito do IFPA. Merecem notoriedade 1 processo de depósito de patente; 2 processos de Registro de Marcas (em co-titularidade com a UFPA e UNICAMP); 1 processo de depósito de patente de produto de Castanhal (em co-titularidade com a UFPA); e a Análise de solicitação de proteção de 2 tecnologias oriundas do Campus Tucuruí.

Na capacitação e qualificação de servidores, foram investidos cerca de 1,5 milhão de reais, nos mais variados cursos de capacitação, formação de gestores, nos mestrados e doutorados institucionais e no Plano de Incentivo à Qualificação. Ainda em relação à valorização de nossos servidores, enfatiza-se a maior celeridade no atendimento dos seus direitos, com relevo para os processos de Revisão das Progressões dos servidores docentes que ingressaram no Instituto entre os anos de 2008 e 2012.

Quanto ao fortalecimento dos eventos anuais, tivemos o grande êxito do SICTI, com mais de mil participantes, a primeira edição do SIMIT (I Simpósio de Inovação Tecnológica) e dos Jogos Estudantis, tanto na etapa estadual (Campus Castanhal), quanto nas etapas regional (Manaus) e nacional (Brasília), com destacada participação de nossos discentes.

Face à efetividade de nossa execução orçamentária e financeira, que permitiu com que executássemos 100% das cotas orçamentárias disponibilizadas pelo MEC, foi possível receber o acréscimo de mais 4 milhões de reais, disponibilizados pela SETEC, além de 1 milhão, por meio de emenda parlamentar da bancada do estado do Pará, o que nos deu a capacidade para restabelecermos obras que estavam paradas e honrarmos os compromissos institucionais planejados para o ano de 2016.

As atividades de comunicação se notabilizaram por meio da divulgação de ações do Instituto, a partir do desenvolvimento de materiais institucionais, como o IFPA Notícias, cobertura de eventos (incluindo transmissões ao vivo), formulação de campanhas e a considerável elevação de nossa participação nas redes sociais e *crossmedia*.

Todos os avanços obtidos no ano de 2016, que estão resumidamente expressos neste Relatório de Gestão, somente foram possíveis graças à ampla participação de nossa comunidade acadêmica, da transparência dos processos de gestão, pela preservação da autonomia dos Campi e, principalmente, por termos como princípio basilar a valorização das pessoas que fazem este Instituto.

Esperamos que este Relatório de Prestação de Contas possa refletir grande parte das ações realizadas no exercício 2016.

2. VISÃO GERAL

2.1. Finalidade e competências

Constituem as finalidades e características do IFPA, segundo o Art. 5º de seu Estatuto:

- I. Ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional, contribuindo para o pleno exercício da cidadania, para a promoção do bem público e para a melhoria da qualidade de vida, particularmente do povo amazônida;
- II. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III. Promover a integração e a verticalização, da educação básica à educação profissional e superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de sua atuação;
- V. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino crítico e ontocriativo das ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica e aplicada;
- VI. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, o desenvolvimento científico e tecnológico, o empreendedorismo, o cooperativismo, a economia solidária e a produção cultural;
- IX. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;
- X. Estender à sociedade serviços indissociáveis das atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação.

2.2. Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

a) Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada:

- Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União em 30 de dezembro de 2008, que os Institutos Federais.

b) Normas Específicas da Área Administrativa:

- Lei 10.973, de 2 de dezembro de 2004;
- Decreto nº 5.563, de 11 de outubro de 2005;
- Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 ó 2018;
- Estatuto do IFPA;
- Regimento Geral do IFPA.

c) Resoluções Internas:

- a. Resolução nº 148/2016-CONSUP, que alterou o Estatuto do IFPA;
- b. Resolução nº 061/2016-CONSUP, que alterou a estrutura organizacional da Reitoria do IFPA;
- c. Resolução nº 203/2016-CONSUP, que instituiu, *Ad Referendum*, a Política de Prestação de Contas do IFPA;
- d. Resolução nº 199/2015-CONSUP, que regulamenta as atividades na jornada ou regime de trabalho de docentes do IFPA;
- e. Resolução 001/2013-CONSUP, que disciplina a concessão de gratificação por encargos de curso ou concurso.
- f. Resolução nº 040/2015-CONSUP, que regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde, perícias e juntas médicas no âmbito do IFPA;
- g. Resolução nº 291/2013-CONSUP, de 23/12/2013, que aprova a Normativa para uso de veículos institucionais no âmbito do IFPA;
- h. Resolução nº 006/2013-CONSUP, que regulamenta a Política de Inovação Tecnológica do IFPA;
- i. Resolução nº 003/2013-COCNSUP, que regulamenta o Programa Institucional de Qualificação do IFPA;
- j. Resolução nº 016/2013-CONSUP, que regulamenta o PRONATEC no âmbito do IFPA;
- k. Resolução nº 018/2013-CONSUP, que regulamenta a Colação de Grau dos Cursos Superiores no âmbito do IFPA;
- l. Resolução nº 029/2013-CONSUP, que regulamenta a Política de Estágio do IFPA;
- m. Resolução nº 054/2013-CONSUP, que regulamenta o Programa Institucional de Pesquisa no âmbito do IFPA;
- n. Resolução nº 071/2013-CONSUP, que regulamenta a Mobilidade Estudantil no âmbito do IFPA;
- o. Resolução nº 096/2013-CONSUP, que regulamenta a Política de Afastamento do Servidor do IFPA do País;
- p. Resolução nº 159/2013-CONSUP, que cria a Comissão Permanente de Prestação Anual de Contas do IFPA;
- q. Resolução nº 194/2013-CONSUP, que regulamenta o Afastamento dos Servidores do IFPA para Realização de Cursos de Pós-graduação Stricto Sensu;
- r. Resolução nº 218/2013-CONSUP, que Regulamenta a Normativa para Elaboração de Projeto Pedagógico de Curso no âmbito do IFPA;
- s. Resolução nº 219/2013-CONSUP, de 26/11/2013, que aprova a Instituição do Sistema Integrado de Planejamento Orçamentário e de Custos das unidades orçamentárias e gestoras do IFPA;
- t. Resolução nº 290/2013, que regulamenta o PRONATEC no âmbito do IFPA;
- u. Resolução nº 159/2013-CONSUP, que instituiu a Comissão Permanente de Prestação Anual de Contas do IFPA;
- v. Resolução nº 220/2013-CONSUP, que aprova o Manual do Patrimônio do IFPA;
- w. Resolução nº 221/2013-CONSUP, que regulamenta a concessão de diárias e passagens no âmbito do IFPA;

- x. Resolução nº 134/2012 ó CONSUP, de 04 de dezembro de 2012, que regulamenta a política de assistência ao estudante do IFPA;
- y. Resolução nº 200/2015- CONSUP, que regulamenta a Editora do IFPA;
- z. Resolução nº 201/2015 ó CONSUP, de 14 de dezembro de 2015 ó que regulamenta a oferta de cursos de Pós-graduação do IFPA;
- aa. Resolução nº108/2015- CONSUP, que institui o Regimento Interno da Comissão Própria de Autoavaliação óCPA;
- bb. Resolução nº 109/2015 ó CONSUP, que aprova as normas internas de baixa patrimonial de bens;
- cc. Resolução nº 111/2015-CONSUP, de 19 de agosto de 2015, que cria as áreas de abrangência dos Campi do IFPA.
- dd. Resolução nº 116/2015-CONSUP, que disciplina a movimentação, redistribuição e cessão de servidores no âmbito do IFPA;
- ee. Resolução nº 160/2015 ó CONSUP, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta a atividade de pesquisa e inovação no âmbito do IFPA;
- ff. Resolução nº 074/2014- CONSUP, que normatiza os procedimentos para aproveitamento de estudos no exterior;
- gg. Resolução nº 350/2014- CONSUP, de 11 de novembro de 2014, que aprova o regulamento para o processo eletivo aos Cargos de Reitor (a) nos Campi do IFPA;
- hh. Resolução nº 013/2011-CONSUP, que institui a Organização Didático-Pedagógica dos cursos técnicos e dos cursos superiores do IFPA;
- ii. Resolução nº 033/2011-CONSUP, que regulamenta a Atividade de Pesquisa do IFPA;
- jj. Resolução 002/2013-CONSUP, que disciplina a movimentação, redistribuição, remoção, exercício provisório, colaboração de servidores, docentes e técnicos administrativos do IFPA;
- kk. Resolução nº 038/2010 ó CONSUP, que regulamenta o funcionamento dos cursos de pós-graduação do IFPA;
- ll. Resolução nº 041/2015 ó CONSUP, que cria o Regulamento Didático e Pedagógico do Ensino do IFPA;
- mm. Resolução nº 055/2010/CONSUP, que institui a Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Superiores do Sistema Universidade Aberta do Brasil;
- nn. Resolução nº 061/2015-CONSUP, que regulamenta o Programa Institucional de Estímulo ao Desenvolvimento de Pesquisa e Inovação no IFPA.

2.3. Ambiente de atuação

Nesta seção, apresentamos os ambientes de atuação das unidades que compõem o IFPA. Inicialmente, apresentaremos o cenário de atuação do IFPA de forma global. Posteriormente, apresentaremos individualmente as 18 unidades que o compõem, bem como as informações sobre o contexto socioeconômico da sua área de abrangência, contemplando o município onde está sua sede e os municípios no seu entorno. Destaca-se ainda a apresentação dos serviços e produtos ofertados para a comunidade, além das destacadas ameaças e oportunidades ocorridas ao longo do exercício de 2016 e as soluções implementadas para reduzir os riscos ou na intenção de aproveitar as oportunidades que se apresentam.

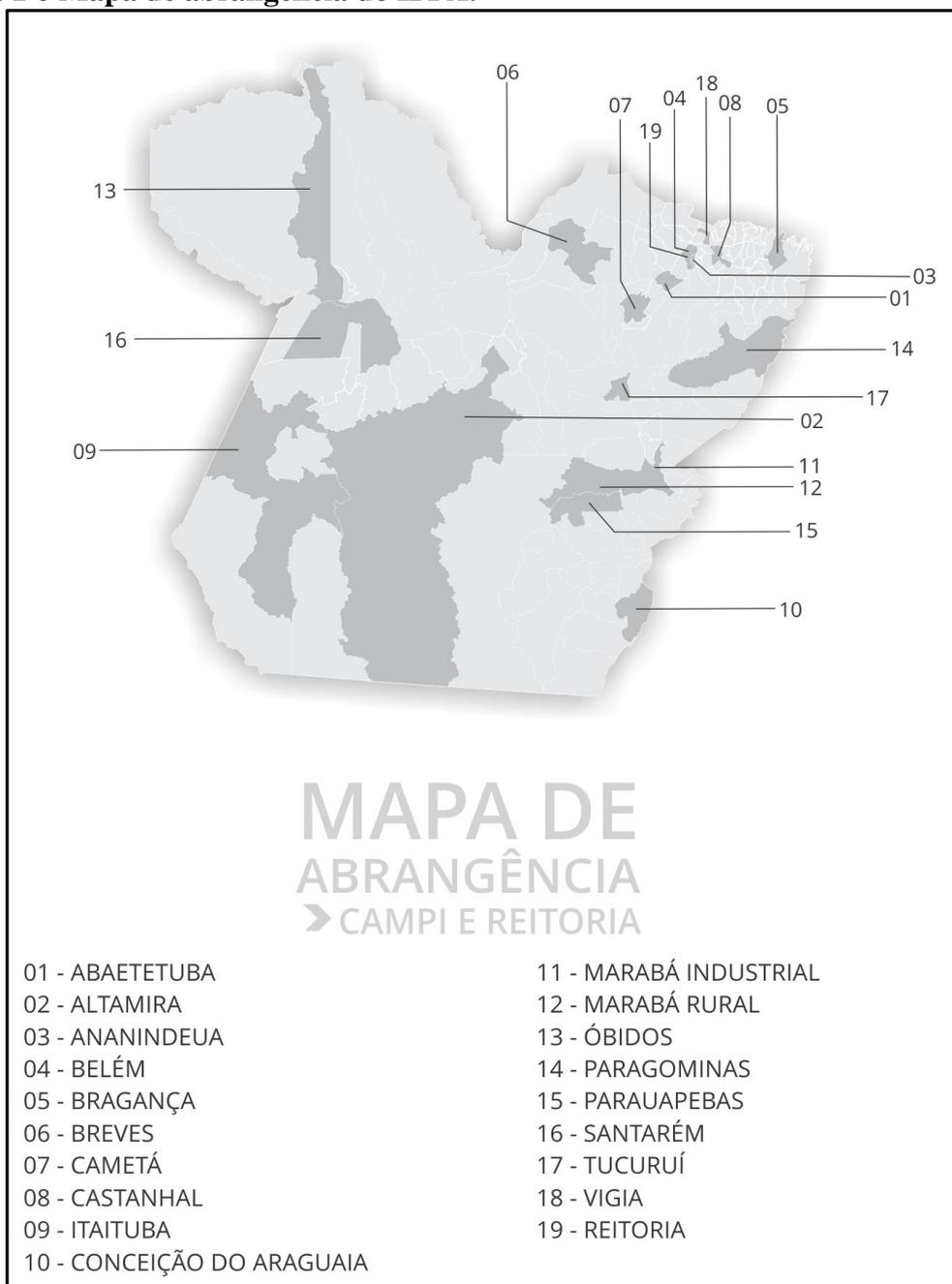
a) Ambiente de Atuação Geral do IFPA

O Estado do Pará se estende por uma área de 1.247.954,666 km², com 144 municípios e uma população estimada em 7.969.654 habitantes (IBGE, 2013). Seu desenvolvimento territorial foi impulsionado de forma exógena pelas grandes obras de infraestrutura resultantes das estratégias governamentais de desenvolvimento para a Amazônia Brasileira, a partir dos anos 1950. Tais fatores trouxeram características diferenciadas para a Região, que vão desde os avanços nas telecomunicações, passando pela interligação inter-regional por rodovias, fazendo com que se transformasse atualmente numa floresta urbanizada e interconectada com o mundo (BECKER, 2005). Dentre os projetos estruturantes, destacam-se as Usinas Hidrelétricas de Tucuruí e mais recentemente a Hidrelétrica de Belo Monte. Além disso, diante da oferta de matérias primas e possibilidades de cultivos, destacam-se grandes empreendimentos como ALBRAS, ALUNORTE, VALE e AGROPALMA, conhecidos mundialmente.

Tais evidências confirmam a importância do Pará, tanto no contexto de produção de divisas para o País, como no potencial de geração de emprego e renda e melhora na qualidade de vida de sua população, face aos recursos naturais existentes em seu território, (hídricos, minerais e agroflorestais), dentre os quais se destacam as jazidas de minério de ferro, a segunda maior bacia hidrográfica do Brasil, Araguaia-Tocantins, e o próprio Bioma Amazônico.

Além disso, verifica-se a expansão do Agronegócio, o qual tem sido objeto de investimentos e ampliação de áreas de cultivo e exploração agropastoris no Estado. Assim, os setores de mineração, pesca, agropecuária, agroindústria, comércio, serviços e as atividades extrativistas se apresentam como oportunidade para a inserção dos educandos da instituição no mercado de trabalho, e, nesse contexto, o IFPA insere-se no território paraense de forma estratégica, conforme se verifica na Figura 1.

Figura 1 ó Mapa de abrangência do IFPA.



Fonte: ASCOM/Reitoria, 2016.

É importante destacar que, quanto ao Modelo de Desenvolvimento praticado, este tem carregado em seu bojo importantes questionamentos quanto aos impactos socioeconômicos e ambientais dali resultantes, fazendo com que surjam demandas sociais por políticas de inserção das populações tradicionais e movimentos da sociedade civil organizada que atendam efetivamente às características e diversidades da região, restando às instituições de educação, ciência e tecnologia a missão de, através do ensino, pesquisa, extensão e inovação, contribuir para que os benefícios oriundos de um Desenvolvimento Regional ocorram de forma que estejam ao alcance de todos os atores de seu território, em seus aspectos econômicos, sociais e ambientais e de forma sustentável.

Nesse contexto, atuam diversas empresas e instituições que ofertam produtos e serviços similares aos da Instituição, como a UNIFESPA; CETMA; Microlins; ETEEPA; CDC; UNOPAR; CEPES; UNIDERP; FAEL; UNIURB; SOTER; CTP; CETMA; UEPA; UFPA; SIENPA, Residência Saúde; Casa Familiar Rural; SENAR; SEBRAE; Escola Técnica Estadual (ETEEPA); Centro de Desenvolvimento de Competências e Estudos Científicos LTDA; Centro de Serviços Educacionais do Pará (CESEP); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); UNIASSELVI; entre outros.

Desta forma, a incidência da presença de várias instituições e empreendimentos surge em decorrência de que o mercado de atuação da UG tem crescido, recebendo forte pressão de demanda por qualificação de jovens que buscam colocação no mercado, seja na área técnica como na tecnológica.

Sob o comando estratégico da Reitoria do IFPA, Pró-reitoria de Ensino (PROEN), Pró-reitoria de Extensão (PROEX), Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPPG), Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODIN), Pró-reitoria de Administração (PROAD), Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) e Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), os *Campi* e seus respectivos Polos e Unidades Remotas disponibilizam à sociedade cursos técnicos de nível médio, graduação, formação inicial e continuada e pós-graduação, de acordo com a demanda social local, observada a vocação econômica, social e cultural do território de atuação de cada uma das 79 Unidades Organizacionais, onde são oferecidos os cursos apresentados no Quadro 1.

Quadro 16 Cursos ofertados pelo IFPA no estado do Pará.

Cursos em Nível de Graduação	Técnico Integrado	Técnico Subsequente
<ul style="list-style-type: none"> • Agronomia • Engenharia de Controle E Automação • Engenharia de Materiais • Licenciatura em Ciências Biológicas • Licenciatura em Física • Licenciatura em Geografia • Licenciatura em Informática • Licenciatura em Letras-Língua Portuguesa • Licenciatura em Matemática • Licenciatura em Pedagogia • Licenciatura em Química • Tecnologia em Agroecologia • Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas • Tecnologia em Aquicultura • Tecnologia em Eletrotécnica Industrial • Tecnologia em Gestão Ambiental • Tecnologia em Gestão Pública • Tecnologia em Redes de 	<ul style="list-style-type: none"> • Agrimensura • Agropecuária • Agropecuária-PROEJA • Aquicultura-PROEJA • Controle Ambiental • Design de Interiores • Edificações • Eletrônica • Eletrotécnica • Estradas • Eventos • Informática • Manutenção e Suporte Em Informática • Mecânica • Meio Ambiente • Química • Saneamento • Telecomunicações 	<ul style="list-style-type: none"> • Agente Comunitário de Saúde • Agrimensura • Agroindústria • Agropecuária • Aquicultura • Desenvolvimento de Sistemas • Design de Interiores • Edificações • Eletroeletrônica • Eletrônica • Eletrotécnica • Estradas (Construção do Sistema Rodoviário) • Eventos • Florestas • Geodésia e Cartografia • Informática • Manutenção e Suporte Em Informática • Marketing • Mecânica • Meio Ambiente • Metalurgia

<p>Computadores</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia em Saneamento Ambiental • Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações 		<ul style="list-style-type: none"> • Mineração • Pesca • Química • Recursos Pesqueiros • Redes de Computadores • Saneamento • Segurança do Trabalho • Telecomunicações
--	--	--

Fonte: SIGAA, 2017.

Além disso, a instituição também oferece:

- Cursos de Pós-graduação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, Mestrado Profissional em Engenharia de Materiais, Especialização em Educação para as Relações Etnicorraciais, Especialização em Gestão Pública, Especialização em Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia e Especialização em Educação do Campo, Agricultura Familiar e Currículo);
- Cursos ofertados por Programas do Governo Federal, (Programa Mulheres Mil; PRONATEC; e-TEC/Brasil, PROFUNCIÓNÁRIO, FIC, EJA) e resultantes de parcerias com outras instituições como Rede NAMOR e Governo do Estado.
- Atividades e eventos científicos, tecnológicos e de inovação, proteção da Propriedade Intelectual de criações, licenciamentos e transferências de tecnologias;
- Extensão Tecnológica, atividades de estágio curricular, Relações Internacionais, observatório do mundo do trabalho e Certificação Profissional na Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores e eventos socioculturais;
- Ações de integração Instituto-comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios e visitas técnicas.

Retomando, assim, a discussão sobre as instituições que ofertam produtos e serviços similares à UG, os cursos ofertados por elas, no entanto, não têm a mesma estrutura didático-pedagógica dos ofertados pelos *Campi* do IFPA, que são de caráter mais abrangente. Soma-se a isso a presença de um corpo docente altamente qualificado e infraestruturas adequadas para um bom processo de ensino e aprendizagem, além de quadro Técnico-Administrativo qualificado à frente das ações da atividade-meio. Esse aspecto, associado à capilaridade da Rede, conforme destacado anteriormente, se caracteriza como Ponto Forte da instituição em relação ao ambiente externo, o que contribui para o conceito de referência em se tratando de ensino técnico e tecnológico que os Institutos Federais desfrutam perante a sociedade. Associa-se a isso a presença da Instituição no seio da sociedade paraense e sua tradição na formação profissional, presente na Capital do Estado, há mais de cem anos.

Mas é importante ressaltar que, ao voltarmos nossa atenção para a Missão e Visão do IFPA, é possível perceber, do ponto de vista da oferta da universalização da Política da Educação, os mercados de trabalho a que se destinam os educandos formados na instituição:

Missão:

õ Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração de saberes. (IFPA/PDI, 2014-2018, p.18).

Visão:

õ Ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho. (Idem)

Percebe-se, desta forma, que, a partir dessas definições estratégicas, a instituição, ao mesmo tempo em que se volta para o atendimento das demandas regionais (nas áreas de abrangências dos Campi), não poderá deixar de atender às demandas do Mundo do Trabalho, aqui compreendendo um contexto mais abrangente, oferecendo ao educando condições e possibilidades para que o educando da instituição possa inserir-se em outros mercados.

As adequações estratégicas daí decorrentes são de caráter emergencial, na medida em que há a necessidade de atualização do portfólio dos produtos oferecidos, uma vez que os índices de evasão escolar se apresentam como um ponto fraco a ser trabalhado pela instituição, apresentando-se também como uma ameaça, posto que as instituições concorrentes têm cada vez mais se desdobrado em oferecer novos cursos e, ainda que pagos, esses cursos recebem a cada dia maiores ingressos em seus quadros discentes.

Portanto, diante da complexidade do ambiente no qual a instituição está inserida, agora potencializada pela necessidade atual de se descobrirem novos mercados e oportunidades locais, que possam alavancar novas possibilidades de aumento dos níveis de emprego e renda da população, torna-se necessária a busca contínua pelo aperfeiçoamento dos produtos e serviços em sintonia fina com os mercados e as demandas sociais locais, de forma que a estrutura organizacional dos Campi assimilem essas demandas, na perspectiva de transformação das ameaças advindas do ambiente externo. Com essa finalidade, a Gestão do IFPA, por meio da Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional vem implementando diversas ações de cunho estratégico-organizacional, dentre elas se destacando a abertura de processos para:

- Criar Comissões nos Campi para Definição da Identidade, Vocação e Missão Social;
- Instituir a Política de Meio Ambiente;
- Implementar o Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos (SIGPP);
- Instituir o Comitê de Gestão de Riscos do IFPA;
- Revisar o Plano de Desenvolvimento dos Campi;
- Revisar o PDI do IFPA.

As atividades exercidas pelas Comissões dos Campi para Definição da Identidade, Vocação e Missão Social, por exemplo, começa a apresentar efeitos práticos, na medida em que já há resultados como a realização de audiências públicas envolvendo o Poder Municipal, lideranças do empresariado local, empreendedores, produtores de demandas por formação técnica e profissional dos trabalhadores, atendendo a vocação local, através dos setores que vêm apresentando incremento nos índices de criação de

postos de trabalho na região. Desta forma, novas configurações no relacionamento entre as unidades jurisdicionadas e os principais clientes dos produtos e serviços são inauguradas a partir dessas estratégias de criação das comissões.

Essas estratégias guardam a expectativa de produzirem mudanças qualificadas no processo de ensino, pesquisa, extensão e inovação, na medida em que possibilitam a participação direta da comunidade interessada e alvo das ações institucionais.

Outra ação de importância impactante está sendo desenvolvida pela Pró-reitoria de Extensão do IFPA por meio do projeto denominado Observatório do Mundo do Trabalho, o qual se articula com a Política Institucional de Acompanhamento de Egressos, que:

Propõe a produção e acompanhamento de mecanismos e indicadores para (re) conhecer no perfil atualizado do egresso do IFPA, a identificação das demandas sociais, tanto no âmbito das fragilidades quanto das oportunidades institucionais a serem enfrentadas. Em parceria com outras áreas da gestão institucional (ensino, pesquisa, desenvolvimento e administração), o Observatório do Mundo do Trabalho, busca mapear as cadeias produtivas, as oportunidades de trabalho, do perfil do egresso [...] por meio de pesquisas e estudo de diferentes campos do saber, considerando a diversidade e a identidade regional, para definição de demandas potenciais, vocações e mercados a serem atendidos, além de arranjos produtivos que precisam ser contemplados nas ações e políticas de articulação institucional com o mundo do trabalho (PROEX/IFPA, 2015).

Desta forma, tem-se desenhado o escopo, por assim dizer, estruturante das estratégias para a mitigação dos riscos de mercado antes citados, assim como das ameaças já detectadas a partir das mudanças de cenário ocorridas nos últimos exercícios, como as oriundas do ambiente externo, quando em algumas regiões o mercado não se encontra suficientemente estruturado para absorver a mão de obra oriunda dos cursos ministrados pelos Campi, o que obriga os seus egressos a migrarem para outros municípios ou estados da região, que apresentam um maior nível de desenvolvimento, ainda que os cursos estejam voltados para o desenvolvimento do potencial local ou regional.

A seguir, serão apresentados os ambientes de atuação das unidades jurisdicionadas do IFPA, sendo seus 18 Campi.

b) Ambiente de Atuação do Campus Abaetetuba

De acordo com seu o PPPI (Projeto Político Pedagógico Institucional), o Campus Abaetetuba do IFPA está localizado em uma região com diversidade econômica grande, onde há a ocorrência de diversos tipos de atividades, tais como o extrativismo, o comércio local e as atividades industriais no polo de Barcarena e Moju. [...] o município vem, ao longo do tempo, passando por transformações socioeconômicas significativas pelos investimentos em infraestrutura, qualificação de mão de obra, práticas empresariais, diversificação da produção pelo incentivo ao empreendedorismo e busca ao atendimento das necessidades e anseios do mercado consumidor (produtos e trabalho). No entanto, tais atividades resultam em grandes contrastes socioeconômicos, com predominância da população com baixa qualidade de vida.

A força de trabalho no município de Abaetetuba é formada, em considerável quantidade, por trabalhadores com baixa qualificação técnica. Isto faz com que, surgindo oportunidades de emprego em determinados locais, a maioria dos trabalhadores não está

apta a preencher tais vagas. Este fato se aplica até mesmo a profissões que inicialmente não necessitavam de certos níveis de qualificação.

Na área rural percebe-se que as pessoas trabalham em atividades voltadas para o trabalho em olaria, cultivo da mandioca, manejo do açaí, produção de farinha, pesca artesanal, extração do miriti, artesanato, roçado e cultivo da cana, lavoura, criação de animais de pequenos portes, rabeteiros, além do trabalho doméstico para garantir a sobrevivência dos moradores dessas localidades.

Com o objetivo de atender às necessidades do mercado de trabalho local e regional, o Campus Abaetetuba atua com diversos cursos de nível técnico e superior em áreas. Os primeiros cursos ofertados no ano de 2008 foram: Técnico em Edificações e Informática, integrados ao Ensino Médio; Técnico em Informática, Aquicultura, Pesca e Saneamento, subsequentes ao Ensino Médio, todos em regime regular de ensino.

No ano de 2009, foi implantado no Campus Abaetetuba o curso de Graduação em Licenciatura em Ciências Biológicas, Licenciatura em Educação no Campo e Especialização em Educação no Campo, estes últimos em regimes intervalares de ensino. Em 2010, foi ofertado o Curso de Pós-graduação *latu sensu* PROEJA, em regime regular de ensino e o curso de Licenciatura em Pedagogia pelo PARFOR- Plataforma Freire. Atualmente, no Campus Abaetetuba funcionam os seguintes cursos: Licenciatura em Biologia, Técnico Subsequente ao Ensino Médio (Edificações, Informática, Aquicultura, Meio Ambiente e Segurança no Trabalho), Técnico Integrado ao Ensino Médio (Edificações, Informática e Mecânica e Meio Ambiente).

Além disso, foram ofertados até 2014 cursos de Programas do Governo Federal como: Programa Mulheres Mil, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, este com extensão nos polos dos municípios de Moju, Acará e Igarapé-Miri, além dos cursos de Licenciatura em: Pedagogia, Biologia, Física e Educação no Campo pelo PARFOR e atualmente os Cursos do E-TEC/Brasil.

Dentre os motivos que levaram à implantação do IFPA, no município de Abaetetuba, podemos destacar: a intenção do Governo Federal na expansão da oferta de vagas para o segmento da Educação Profissional; o grande interesse manifestado pela comunidade da região do Baixo Tocantins; a necessidade de formação de profissional que atendesse à demanda do setor produtivo da região, apoiando a economia e buscando, em conjunto o desenvolvimento socioeconômico, local e regional.

É importante ressaltar que, visando obter informações mais detalhadas e concisas sobre o ambiente de atuação do Campus Abaetetuba, foi criada, através da Portaria nº 034, de 05 de junho de 2015, a Comissão de Estudos da Região de Abrangência do Campus Abaetetuba, a qual tem como objetivo desenvolver ações necessárias para a elaboração do diagnóstico socioeconômico e cultural da região onde está inserido o Campus.

Atualmente, o Campus Abaetetuba atende os municípios: Abaetetuba, Acará, Barcarena, Igarapé Miri, Moju, Ponta de Pedras e Tailândia.

c) Ambiente de Atuação do Campus Altamira

- Caracterização e o comportamento do mercado de atuação;

Com a instalação da UHE Belo Monte houve uma grande necessidade de atender as demandas do empreendimento, por isso surgiram várias escolas e cursos técnicos que se voltaram a ofertar cursos na área de infraestrutura, tais como: Curso Técnico de Edificações; Curso Técnico de Segurança do Trabalho; Curso Técnico de Motorista de

Máquinas Pesadas; Curso Técnico de Enfermagem; e Curso Técnico de Eletrotécnica, entre outros.

Com a finalização da construção da barragem, houve diminuição da oferta de trabalho, paralelo às demissões em massa, e os cursos deixaram de ser ofertados. O foco de oferta dos cursos atualmente aponta para atender a mineradora Belo Sun que está se instalando no município, tendo uma procura muito grande pelo curso de Técnico em Mineração.

Por outro lado, a região possui uma vocação estável para os Cursos relacionados ao Eixo Tecnológico de Recursos Naturais e Turismo, Hospitalidade e Lazer, em virtude dos Arranjos Produtivos Locais (APL), que possui um contexto histórico que remonta a abertura da Transamazônica na década de 1970.

- Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

Atuam na região outras empresas que ofertam produtos similares aos ofertados pelo IFPA, tais como: SIENPA, Residência Saúde, SENAI, Casa Familiar Rural, SENAR e SEBRAE.

- Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação

Atualmente, o Campus Altamira oferta Cursos Técnicos na modalidade subsequente e Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) nos eixos de Informática e Comunicação, Infraestrutura, Educação e Turismo Hospitalidade e Lazer, estes importantes para a região da Transamazônica e Xingu que estão em desenvolvimento. Também oferta os cursos do programa Profucionário que são ofertados para os servidores técnicos administrativos das escolas do estado e municípios por meio do programa e-Tec Brasil.

Constituem ameaças as empresas privadas que ofertam os mesmos cursos do IFPA e estas possuem uma dinâmica de acompanhar o cenário da região com as rápidas mudanças. Entretanto, como oportunidade, podemos dizer que, com a finalização do empreendimento da UHE Belo Monte, haverá uma diminuição considerável na renda per capita do município, ocasionando a diminuição da demanda de cursos específicos que atendem o empreendimento e assim o possível fechamento de empresas privadas.

Todavia, o relacionamento com os nossos clientes é falho, pois há limitações quanto à comunicação (não há telefone fixo no Campus e nem Assessoria de Comunicação, e a internet é extremamente lenta), além disso a sede da unidade é distante do centro da cidade e de difícil acesso.

Além disso, os riscos do mercado se constituem na dinâmica com que a economia muda nessa região, entretanto o IFPA continuará valorizando os APL (s), a vocação e a identidade para a oferta dos nossos produtos, objetivando fortalecer no sentido de verticalizar o ensino EPT.

No Cenário Interno, houve uma queda na procura pelos cursos atualmente ofertados, devido às limitações de infraestrutura, dificuldade de acesso ao Campus e por empresas ofertarem os mesmos cursos ou similares no centro da cidade.

O Campus Altamira atende os municípios que compõem a região do Xingu, que são: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

d) Ambiente de Atuação do Campus Ananindeua

Considerando a Resolução nº 111/2015 do CONSUP/IFPA, de 19 de agosto de 2015, que estabelece a abrangência de cada um dos Campi do IFPA, são os seguintes os municípios abrangidos pelo Campus Ananindeua: Ananindeua, Benevides, Marituba, Santa Bárbara e Santa Izabel do Pará.

O município de Ananindeua situa-se no nordeste paraense, sendo constituído de uma parte continental, ao sul, onde está localizada a Sede Municipal e uma parte insular, ao norte, formada por igarapés e ilhas. É parte integrante da região Metropolitana de Belém, criada pela Lei Complementar Federal nº 14, de 08 de junho de 1973, composta dos municípios de Belém e Ananindeua e com a Lei Complementar Estadual nº 027, de 1995, que a ampliou a região metropolitana com a integração dos municípios de Benevides, Santa Bárbara e Marituba. Em linha reta, dista 17,50 quilômetros da capital - Belém, possuindo uma população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/2015, de 510.834 habitantes. O município ocupa uma área de 190.451km² e possui uma localização privilegiada, pois a proximidade da capital do Estado traz facilidades e benefícios para o município. Outro ponto muito importante na localização é estar às margens da BR 316, importante elo com o Estado e os Municípios. Segundo dados do IBGE o município conta com 61 escolas de ensino médio, totalizando 21.372 matrículas em 2015 (Fonte: (1) Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2015).

Inserido nesse contexto, iniciou-se a construção do Campus Ananindeua, cuja obra está paralisada, em uma área doada pela Prefeitura Municipal de Ananindeua, na antiga residência oficial do governador do Estado do Pará (Granja do Icuí), localizada na Cidade Nova VII - Av. Arterial V A (antiga granja do governador) - CEP 67.140-709 - Coqueiro do Ananindeua/PA. Além disso, foi cedida também a área física ali construída por período de 4 (quatro) anos. Com algumas adequações feitas, são utilizadas temporariamente como espaço para o funcionamento do Campus. São 03 salas de aulas; 01 laboratório de informática; 01 Biblioteca; um espaço onde funciona a secretaria, Coordenação de Gestão de Pessoas, Setor Registro de Acadêmico e Sala de Professores; 01 copa-cozinha, 01 sala destinada às Diretorias: Geral, Administração e Ensino; sala de Assistência social, sala do Técnico de Informática e 04 banheiros.

Atualmente, o Campus conta com a oferta de três cursos técnicos subsequentes: Técnico em Informática, Técnico em Segurança do Trabalho e Técnico em Meio Ambiente, os quais foram definidos por meio de pesquisa nos diversos arranjos produtivos locais.

O curso Técnico em Informática tem como objetivo qualificar futuros profissionais para atuar nas atividades de operação, manutenção e instalação de computadores, desenvolvimento de sistemas e administração de redes, para atender instituições públicas e empresas que atuam na iniciativa privada com o objetivo de proporcionar a formação de Técnicos em Informática na modalidade subsequente ao ensino médio, capacitando-os para o domínio pleno dos fundamentos científicos e tecnológicos referentes à habilitação profissional do eixo da Informação e Comunicação, bem como aprimorar a formação de cidadãos críticos, éticos, atuantes na sociedade em que vivem, interferindo na realidade atual, ajudando na construção de um país mais justo e solidário.

O curso técnico em Segurança do Trabalho na modalidade subsequente está incluído no eixo de Segurança do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. Atua em ações preventivas nos processos produtivos com auxílio de métodos e técnicas de identificação,

avaliação e medidas de controle de riscos ambientais de acordo com normas regulamentadoras e princípios de higiene e saúde do trabalho. Além disso, desenvolve ações educativas na área de saúde e segurança do trabalho. Orienta o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC). Coleta e organiza informações de saúde e de segurança no trabalho. Executa o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Investiga, analisa acidentes e recomenda medidas de prevenção e controle.

O Curso Técnico em Meio Ambiente Subsequente ao Ensino Médio na modalidade presencial pertence ao Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, com carga horária total de 1400 horas, com duração de 12 meses. O PPC do curso foi aprovado pelo CONSUP, através da Resolução nº 110/2016 ó CONSUP de 13/07/2016.

Como contraponto para o enfrentamento do desafio que é promover a educação, temos os riscos e as oportunidades inerentes a quaisquer ambientes, seja ele interno ou externo. Evasão de alunos, não absorção do formando pelo mercado de trabalho, falta ou insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para a concretização das atividades fim do órgão, não conclusão da obra referente à estrutura física do Campus, a não descentralização, etc. Enfim, muitos são os obstáculos, porém não podemos esquecer que diante de tudo isso temos um propósito a ser concretizado, por meio de instrumentos capazes de mitigar e corrigir tais riscos, proporcionando com isso a excelência no resultado de nossas ações.

e) Ambiente de Atuação do Campus Belém

De acordo com o Projeto Político e Pedagógico Institucional ó PPI (2014-2018), o Campus Belém está sediado na capital, Belém, também conhecida como a ãMetrópole da Amazôniaõ, cercada por água, áreas militares e de proteção ambiental. O município apresenta o maior IDH entre as capitais nortistas, com uma população de 1.293.399 de habitantes distribuídos em 1.059.406 Km² de área territorial. Belém situa-se em uma região onde predomina o agronegócio, com significativa produção de grãos, fruticultura, pecuária e mais recentemente, a avicultura, suinocultura e a piscicultura.

Conforme a Resolução de nº 111/2015, aprovada pelo Conselho Superior ó CONSUP do IFPA, a região geográfica de atuação acadêmica do Campus Belém deve atender aos municípios que compõem a região metropolitana de Belém e parte da região do Marajó, são eles: Belém, Benevides, Cachoeira do Arari, Marituba, Muaná, Ponta de Pedras, Santa Bárbara, Salvaterra, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

Características: o Campus Belém, na dimensão do ensino, oferta a Educação profissional nos Níveis da Educação Básica e Superior, nas respectivas formas integrada, subsequente e graduação (Licenciaturas, Tecnologias e Engenharias). O Campus também participa dos Programas Educacionais, tais como: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e no Programa de Apoio aos Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores - LIFE.

A Diretoria de Ensino (DEN) é o órgão do Campus responsável pelo planejamento, coordenação, supervisão e execução do ensino em todos os níveis e modalidades, articulando com a pesquisa e a extensão, cabendo-lhe o planejamento e execução de programas específicos de atendimento e apoio ao estudante numa dimensão transformadora de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas nos documentos oficiais em completa harmonia com os princípios, finalidades, características e objetivos do IFPA.

Essa Diretoria possui como público alvo os discentes dos cursos técnicos de ensino médio integrado e subsequente e os discentes dos cursos de Graduação

Licenciaturas, Engenharias e Tecnologias. A forma de acesso aos cursos, ofertados no Campus, ocorre por meio de Processos Seletivos para os Cursos Técnicos (integrado e subsequente) e pelo Sistema de Seleção Unificada - SISU para os Cursos Superiores.

A Diretoria de Ensino do Campus atua no gerenciamento das Políticas de Ensino de acordo com as demandas da PROEN e da legislação vigente, assim como na implementação das políticas de crescimento do índice de desenvolvimento do Ensino do Campus, na atualização do quadro docente do Campus com estudo de projeção do quadro em acordo com o PPP do Campus e o PDI do IFPA e na elaboração de Diagnóstico do Ensino do Campus na dimensão Pedagógica, Curricular e Acadêmica.

A Diretoria de Pós-graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica (DPI) é o órgão do Campus responsável pelo planejamento, condução e supervisão das políticas de Pós-graduação, Inovação Tecnológica e Pesquisa em articulação com o ensino e a extensão, de acordo com as políticas e diretrizes estabelecidas nos documentos oficiais em observância aos princípios, finalidades e objetivos do IFPA. Cabe-lhe também a função de assessoramento da Direção Geral para o desenvolvimento e implementação do Plano Institucional de Qualificação (PIQ) dos servidores.

Essa Diretoria possui como público alvo: no âmbito interno, servidores (técnicos administrativos e docentes) e alunos graduados da própria Instituição; e no âmbito externo, possíveis candidatos aos cursos de pós-graduação e instituições de ensino e pesquisa parceiras (UFPA, UFRA, UEPA, FAPESPA, dentre outras).

No que se refere à sua atuação, a DPI consegue manter e ampliar suas atividades através de parcerias internas com outras Diretorias (DEN e DEX), implementando eventos voltados para a divulgação da produção científica (ECIDETEC ó Encontro Científico e de Desenvolvimento Tecnológico do IFPA ó Campus Belém), além das parcerias externa com instituições voltadas à pós-graduação ou ao fomento de atividades de pesquisa, que resultam em projetos de pesquisa (FAPESPA, UFPA, UFRA, UEPA, dentre outras).

A Diretoria de Extensão (DEX) é órgão do Campus que visa promover, com a atuação de docentes e discentes, as ações de extensão, em articulação com o ensino e a pesquisa, através do planejamento e execução de programas, projetos, cursos, eventos e serviços que se estendam a comunidade externa do IFPA. Cabe à Divisão de Programas de Extensão (DIPEX) a responsabilidade de receber e avaliar a proposta do projeto de extensão do professor, para posterior cadastro dentro de um Edital, podendo ser Edital PIBEX (Programa Institucional de Concessão de Bolsas de Extensão) ou Chamada Pública. Os projetos devem atender preferencialmente comunidades que estejam na área de abrangência territorial do Campus, conforme Resolução nº 111/2015-CONSUP, e sempre com a participação de discentes, visando aprimorar a sua formação profissional, bem como garantir carga horária para atividade complementar e/ou estágio. Programas externos como Mulheres MIL e PRONATEC também são realizados através da Diretoria de Extensão.

A DEX, através da Divisão Integração Campus Empresa (DICAIE), realiza o contato com Empresas e Instituições, visando à captação de vagas de estágio para os alunos, bem como agendamento de visitas técnicas. Neste sentido, auxilia na elaboração de Acordos de Cooperação Técnica com a finalidade de concessão de estágio curricular. Alguns Acordos de Cooperação já foram finalizados e estão em execução (Empresa MILLS Engenharia e a Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua) e outros estão em andamento (Secretaria de Estado de Educação do Pará - SEDUC, Secretaria Municipal de Educação -SEMEC e o Tribunal Regional Eleitoral óTRE). Nesta Divisão, está o Observatório do Mundo do Trabalho (OMT) que tem a finalidade de realizar estudos sobre o acompanhamento de egressos formados pelo IFPA Campus Belém, buscando

informações importantes com ex-alunos (*feed-back*), muitas vezes já inseridos no mundo do trabalho, para auxiliar no monitoramento da qualidade dos cursos ofertados.

Em se tratando de eventos, a Diretoria de Extensão promove anualmente a Mostra Extensionista do Campus Belém (MEIB), onde os alunos têm a oportunidade de apresentar seus trabalhos desenvolvidos, com a orientação de um professor, durante o Programa PIBEX ou cadastrado na Chamada Pública de Extensão. O Comitê de Extensão do Campus auxilia na avaliação dos trabalhos submetidos. Em 2016, a MEIB foi realizada em junho, durante a 4ª SETECI, tendo o envolvimento satisfatório de alunos e docentes.

Finalmente, ações de extensão no Campus Belém também são realizadas através da atuação do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro (NEAB) que tem como objetivo maior realizar a disseminação da cultura afro-brasileira e diversidade no ensino (lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003). No Campus Belém, esse Núcleo está à frente de muitos projetos com potencial para gerar tecnologia educacional, além de promover eventos, como o já consolidado Congresso Étnico Racial e Diversidades, bem como realizar a oferta de cursos de extensão e/ou de especialização atendendo a comunidade externa.

A Diretoria de Administração e Planejamento (DAP) é a unidade de atividade meio do IFPA/Campus Belém, que atende as demandas das unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão, Direção Geral e demais órgãos vinculados. Tem como público alvo: Servidores Docentes e Técnico Administrativos e Corpo Discente/Bolsistas, no âmbito interno. No âmbito externo, Fornecedores de Bens e Serviços, Colaboradores e Parceria.

Mercado de atuação: Nesse contexto, o Campus Belém procura dar oportunidade de novas perspectivas de formação profissional, alinhados à produção ou à difusão de conhecimentos técnicos e científicos, de forma a atender os arranjos produtivos locais da região de abrangência. Atuando principalmente nas vertentes da educação superior, básica e profissional, promovendo ensino, pesquisa e extensão com foco na inovação tecnológica e desenvolvimento social, de acordo com o Projeto Político e Pedagógico institucional ó PPI.

f) Ambiente de Atuação do Campus Bragança

O Campus Bragança está localizado no município de Bragança, região bragantina, nordeste paraense, e contempla em média dezoito municípios dessa região (Augusto Correa, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Primavera, Peixe-Boi, Quatipuru, Santa Luzia do Pará, Tracuateua, Vizeu, Cacheira do Piriá, Ourem, Capitão Poço, Bonito, Nova Esperança do Piriá, Santarém Novo, São João de Pirabas, Salinópolis). Assim sendo, nestes 100 anos, o IFPA está comprometido com as exigências socioeconômicas, culturais e tecnológicas dos seus alunos, num processo de integração com o sistema de produção e no desenvolvimento regional, assumindo um papel de referência educacional, científica e tecnológica.

Em 08 de julho de 2011, o Campus Bragança instala-se em sua sede própria, que possui uma estrutura moderníssima, com mobilidade apropriada e pronta para receber a todos que necessitarem ter acesso ao prédio.

O Campus Bragança, pela natureza da sua atividade institucional, vem se relacionando com várias instituições públicas e privadas, visando compartilhar ações de interesse aos seus produtos e serviços.

O Campus Bragança atende os municípios situados na região do Caeté: Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Capanema, Capitão Poço, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Nova Timboteua, Peixe Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Vizeu.

g) Ambiente de Atuação do Campus Breves

- Caracterização e o comportamento do mercado de atuação

Embora com uma rica biodiversidade, o Marajó congrega os municípios com baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), ampliando ainda mais a necessidade e o compromisso institucional em ofertar cursos de acordo com o arranjo produtivo local e integrado ao mundo do trabalho, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável, fundamentado na realidade socioambiental do território.

Visando encontrar uma alternativa sustentável à economia local, o mercado de trabalho necessita diversificar seu campo, possibilitando ampliar a renda dos moradores. Neste contexto, as micro e pequenas empresas que crescem no Marajó carecem de profissionais qualificados em diversas áreas.

Partindo dessa nova realidade no território do Marajó, constata-se um crescimento na área de tecnologia da informação, recursos naturais, infraestrutura e meio ambiente. Nesse sentido, e levando em consideração a necessidade real de profissionais para atuar no mercado de trabalho, o Campus Breves busca implantar o ensino técnico profissionalizante em diversos níveis e modalidades de ensino.

Na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento, pensado para a Amazônia Brasileira, materializado no Plano Amazônia Sustentável (PAS), o governo da República elaborou o Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Marajó (2007), articulado com a sociedade civil e os governos estadual e municipais, observadas as peculiaridades étnicas e socioculturais das populações do território, visando a um desenvolvimento compatível com o uso sustentável dos recursos naturais e a preservação dos biomas, atrelado à elevação da qualidade de vida da população (BRASIL, 2007).

A partir das reivindicações da população local, o então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Marajó realizada em 06/12/2007, sinalizou uma série de ações a serem implementadas, dentre as quais destacam-se a criação de uma Escola Técnica, futuro Campus Breves, a construção do linhão do Marajó (Eletronorte) e a criação e implementação de Unidades de Conservação (UC).

Visando à inserção neste território, em especial, em sua área de abrangência que compreende aos municípios de Afuá, Anajás, Bagre, Breves, Chaves, Curalinho, Gurupá, Melgaço, Portel e Santa Cruz do Arari (Resolução nº 111/2015 - CONSUP), o Campus Breves promove a educação profissional e tecnológica, através do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, articulando e integrando os saberes e a diversidade sociocultural para formação de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável marajoara.

Considerando os fatores aqui mencionados, o Campus Breves, sensível às necessidades e às demandas da população, verificou a urgência em iniciar suas atividades profissionais para ofertar cursos de qualificação nesta região.

- Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada: CDC Educação: Ensino Técnico e Ensino Médio para Jovens e Adultos; Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR) - Polo Breves: Ensino Superior; Excel Informática - Ensino Técnico.
- Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação

No exercício de 2016, deu-se continuidade aos cursos técnicos subsequentes em Informática, Edificações e Eventos. Contudo, deu-se início à oferta do curso Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente em regime de alternância pedagógica, pertencente ao Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, aprovado em ciclo de Audiências Públicas realizadas pelo Campus. Outro curso de grande impacto foi o de Técnico em Saneamento, pensado a partir da realidade hidrossanitária, considerando as demandas de infraestrutura em saneamento para a região do Marajó, que, por sua vez, é carente de mão de obra qualificada na área. Oferta-se ainda os cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) de Operador de Computador, Montador e Reparador de Computadores, Agricultor Familiar, Criador de Peixes em Viveiros Escavados, Mestre de Obras e Organizador de Eventos. Planeja-se diversificar a oferta de cursos FIC (s) com a inserção dos cursos de Operador em Beneficiamento de Pescados, Manejo Florestal Comunitário e Familiar, Desenhista da Construção Civil e Operador de Estação de Tratamento de Água.

No Plano de Oferta de Cursos e Vagas, previstos no Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC), estabeleceu-se, a partir de 2017, a oferta dos cursos subsequentes: Técnico em Informática para a Internet (Regular), Técnico em Informática (Integrado), Técnico em Informática (e-Tec), Técnico em Meio Ambiente (Regular) e ofertas de diversos cursos para a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Além desta oferta, ocorrerá a manutenção dos cursos Técnico em Agropecuária na modalidade subsequente em regime de alternância pedagógica e o Técnico em Saneamento. Na modalidade de Formação Inicial e Continuada (FIC), o Campus oferta os cursos de Operador de Computador, Montador e Reparador de Computadores, Agricultor Familiar, Criador de Peixes em Viveiros Escavados, Mestre de Obras. Em 2017, ofertar-se-ão também os novos cursos FIC citados anteriormente.

Como ameaças, podemos destacar: a) Contingenciamento dos Recursos Federais - O contingenciamento de recursos no exercício 2016 inviabilizou a realização de diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação no âmbito do Campus Breves, impactando diretamente na qualidade dos serviços educacionais oferecidos à sociedade marajoara; b) Infraestrutura Limitada - a primeira etapa das obras do Campus foi concluída, porém o Campus ainda possui limitações de infraestrutura, em face da expansão das ofertas e diversificação das ofertas de cursos. Há necessidade de investimentos na ampliação e construção de salas de aulas, laboratórios, galpões, refeitório, alojamento, espaços administrativos e acadêmicos, munidos de todos os recursos necessários para o desenvolvimento das ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. É necessária a efetivação da retomada das obras do Muro e do Bloco Pedagógico e Administrativo; c) Trâmite de liberação de processos licitatórios na Procuradoria Federal; d) Dificuldades no acesso ao Campus (pavimentação, iluminação e segurança pública).

Como oportunidades, destacamos o atendimento da Área de Abrangência e a expansão das ofertas de cursos a partir da celebração de Termos de Cooperação Técnica e Convênios com instituições públicas, privadas e movimentos sociais.

Os principais sujeitos sociais atendidos pelo Campus Breves são na maioria jovens e adultos oriundos de comunidades rurais e urbanas dos municípios inseridos na área abrangência do Campus (Território do Marajó), os quais demandam acesso aos cursos de formação profissional e tecnológica ofertados pela instituição. O relacionamento com o público interno se dá, principalmente, através de formação acadêmica, reuniões de colegiados, conselho e coordenações. O Campus mantém um diálogo com representantes da sociedade civil e instituições governamentais, privadas e movimentos sociais, através da participação em seminários, reuniões ampliadas e encontros. Além disso, o Campus desenvolve ações de pesquisa e extensão direcionadas aos estudantes das escolas

municipais e estaduais que são, potencialmente, futuros sujeitos sociais atendidos pelo Campus.

- Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los
 - Credibilidade Institucional: Desenvolvimento contínuo de ações de construção e fortalecimento da credibilidade institucional no âmbito da área de abrangência do Campus. Constituição de rede de parcerias institucionais. Publicidade das ações de ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica do Campus. Para manter a credibilidade da instituição, o Campus Breves honra com seus compromissos e está presente nos diversos eventos e reuniões que acontecem do território do Marajó, estando sempre em contato com parceiros, futuros alunos e expandindo a possibilidade territorial de ofertas.
 - Inserção de egressos no mercado de trabalho: Os riscos estão relacionados com a baixa oferta de oportunidades no mercado dos diversos municípios inseridos em nossa área de abrangência, as quais se restringem aos postos de trabalho existentes nas Prefeituras Municipais, estabelecimentos comerciais e empresas de micro e pequeno porte instaladas na região, o que limita, de forma significativa, a absorção dessa mão de obra disponível. O Campus desenvolve ações visando mitigar os riscos, através da oferta de cursos que efetivamente atendam as demandas de mercado no âmbito da área de abrangência do Campus; Diversificar e aumentar o quantitativo de vagas ofertadas; Firmar parcerias com o poder público local e iniciativa privada objetivando a inserção dos egressos no mercado de trabalho, estimular o aumento de estágios e Integração Escola-Comunidade, além de inserir em seu desenho curricular a disciplina de empreendedorismo, possibilitando novas perspectivas de mercado aos egressos
- Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios:

A partir de 2014, o Campus Breves passou a desenvolver um planejamento do ensino de maneira mais aprofundada e com base em diagnósticos sociais, econômicos, educacionais, considerando as características e necessidades socioambientais do Território do Marajó, tais como: o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Arquipélago do Marajó (2007), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Com o intuito de buscar o fortalecimento institucional do Campus Breves, foi iniciada a construção de uma ampla rede de apoio institucional, buscando parcerias imprescindíveis e bastante produtivas, fato que possibilitou a ampliação do seu planejamento. Passou-se a desenvolver e ampliar o diálogo com a sociedade civil organizada e instituições governamentais no território do Marajó, tais como: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará (EMATER-PARÁ), Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó (CODETEM), Instituto Internacional de Educação no Brasil (IEB), Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó (AMAM), Casa Família Rural de Gurupá e Casa Família Rural de Mapuá ó Breves, Saberes da Terra de Portel e Prefeituras Municipais e suas respectivas secretarias dos diversos municípios inseridos em nossa área de abrangência.

Para melhor subsidiar o planejamento das ações educacionais foi realizado o Ciclo de Audiências Públicas, que inicialmente seria efetivado somente no município de Breves, porém foi necessário considerar toda a área de abrangência do Campus. Desse modo, iniciou-se o ciclo no município de Anajás, e dada continuidade ao ciclo nos

municípios de Gurupá, Portel, Curralinho, Melgaço e Breves, onde houve obtenção de dados de grande relevância que guiaram a oferta de cursos a partir de então. A exemplo disso, houve a implantação do Eixo Tecnológico de Recursos Naturais, possibilitando uma nova perspectiva na oferta de cursos voltados para a realidade local e com o aval da sociedade civil marajoara.

h) Ambiente de Atuação do Campus Cametá

O Município de Cametá situa-se no baixo Tocantins no nordeste paraense, sendo constituído de uma parte continental ao sul, e cortado pelo rio Tocantins. Sua sede fica à esquerda do rio Tocantins. Tomando como referência a Reitoria do IFPA, a sede do Campus Cametá, em linha reta, fica a mais ou menos 230 km do limite com Belém, possuindo uma população estimada, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o IBGE, de 130.369.000 habitantes. O município ocupa uma área de 3.122 km². Levando-se em conta que as variações demográficas das populações são decorrentes das transformações do meio econômica, social e político, que influenciam diretamente no nível de oportunidade de emprego e renda na região, faz-se necessário a realização de análise, de caráter contínuo, dos indicadores de educação gerados pelas instituições de pesquisa e de fomento que atuam na região, como o IBGE. Essa necessidade se justifica em virtude de que as ações do Campus devem estar atentas com as demandas e estratégias de desenvolvimento local, na perspectiva de atuar em rede nas questões que estejam associadas às ações de ensino, pesquisa e extensão. Desse modo, cabe aqui apresentar as formas de atuação na região, para que seja possível estimar o grau de relevância frente a outros atores que atuam com a mesma política que o IFPA no Baixo Tocantins, e a capacidade de se relacionar com outras instituições. Vale destacar que o Campus Cametá tem sua área de abrangência definida, através da Resolução nº 111/2015-CONSUP, constituída dos municípios de Baião, Cametá, Limoeiro de Ajuru, Mocajuba e Oeiras do Pará.

O Campus está sendo construído onde funcionava o antigo aeroporto da Cidade de Cametá, localizado na Av. Euclides Figueiredo, s/nº, Bairro Novo o CEP. 68.400-000-Cametá/PA. Além do espaço destinado ao IFPA para a construção do Campus Cametá, foi cedido pela Prefeitura Municipal de Cametá, por meio da Secretaria Municipal de Educação, um espaço para funcionamento das atividades do Campus (escola municipal) enquanto a obra não estiver pronta, estando disponível: três salas de aula, um laboratório de informática, três salas para funcionamento do administrativo (DG, DAP e DE), um espaço de biblioteca, almoxarifado e área de cozinha, além de uma área de convivência (pátio) para os alunos. Vale ressaltar a disponibilidade de um laboratório de informática da UFPA - Campus Cametá, para os estudantes do curso Técnico em Informática do Campus.

O Campus iniciou suas ações em 2014, utilizando-se do espaço físico da Universidade Aberta do Brasil, tendo como marco das suas ações de Ensino a oferta de uma turma do Curso Técnico subsequente em Secretaria Escolar na modalidade a distância, através da Rede e-Tec do Brasil/IFPA. Também realizou a oferta dos cursos: Técnico em Agroecologia; Agricultor Familiar; Agente de Alimentação escolar; Agente Comunitário de Saúde; Ajudante de Obras; Operador de Computador; Pedreiro de Alvenaria através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC. O principal produto oferecido pelo Campus Cametá, atualmente, são dois

cursos técnicos subsequentes: Técnico em Secretaria Escolar na modalidade a distância e Técnico em Informática na modalidade presencial.

O Campus Cametá está sendo construído, em conjuntura histórica extremamente favorável à transformação da Educação Profissional e Tecnológica, como importante ator da produção científica e tecnológica nacional. Especialmente, porque o espaço social das práticas de ensino, pesquisa e inovação desenvolvidas nessa área possui características diferenciadas daquelas desenvolvidas no espaço do mundo acadêmico, como desenvolvido pelas universidades. Dessa forma, a educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento da região de Cametá, cujos resultados poderão favorecer o desenvolvimento econômico da região. Com os esforços para a implantação do Campus, já em fase de construção, e com a intensificação e diversificação das atividades de ensino, visa atender os mais diferenciados públicos nas modalidades presencial, semipresencial e a distância, seja no campo ou na cidade.

Considerando que a inserção do IFPA, no contexto de Cametá, ainda é recente, em especial no que se refere ao entendimento sobre a identidade institucional para os servidores recém-contratados, a formação dos docentes e técnico administrativos precisa ser vista como prioritária no contexto do IFPA, haja vista que as competências a serem desenvolvidas e os saberes construídos precisam articular-se de maneira pluridisciplinar, considerando o entendimento diverso da formação docente e da ação educativa, em contexto particular da microrregião de Cametá. Neste sentido, a organização do modelo de gestão previsto para os Campi novos prevê que estes tenham autonomia relativa, dividindo suas ações com Campi mais estruturados, como é o caso do Campus Abaetetuba, e com a própria Reitoria, relações essas baseadas na solidariedade e integração. Analisando-se os diferentes cenários, percebemos que construção da institucionalidade do Campus, o território ainda está se consolidando em diferentes ritmos. Será preciso ainda alguns anos até que o Campus compreenda e desempenhe com efetividade seus papéis e encontrem um ponto de equilíbrio entre a máxima autonomia e a necessária construção de uma identidade institucional, na relação com a Reitoria e o Campus tutor. Nesta direção, compreende-se que se está construindo um caminho para uma autonomia, futura, sem sobreamentos ou competição, construído com sinergia e solidariedade.

i) Ambiente de Atuação do Campus Castanhal

Por tradição, o Campus Castanhal, antiga Escola Agrotécnica Federal de Castanhal - EAFC/PA, com mais de 100 anos de existência atuando na Região Amazônica, vem mantendo sua clientela de educandos com representantes de mais e 80 municípios do Estado do Pará, bem como de outros Estados da Região Norte. Ao longo da atuação da EAFC/PA, com sua identidade no ensino agrícola, inclusive é a única Instituição Federal no Estado do Pará a ofertar o ensino técnico regular na área agrícola. O Campus Castanhal reflete a grande procura pela formação na área agrícola de candidatos de vários Municípios do Estado do Pará e de outros Estados da Região Norte, mesmo acontecendo o processo formativo nessa área ofertado por alguns dos Campi do IFPA, como Marabá Rural e Bragança. Outra área de grande relevância e procura pela comunidade de Castanhal é a da informática, o que vem sendo atendido, substancialmente. A partir de 2010, com a implantação do ensino de graduação e de pós-graduação com os Cursos de Bacharelado em Agronomia, Tecnologia em Aquicultura, Licenciatura em Informática, e Mestrado Profissional em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, possibilitou-se o trânsito dos clientes adentrando no ensino técnico e indo até pós-graduação com o Mestrado, que tem característica interdisciplinar.

O Campus Castanhal tem sua abrangência de atuação, conforme Resolução nº 111 de 19 de agosto de 2015, que abrange os seguintes municípios do Nordeste Paraense, onde estão seus possíveis clientes, a destacar os municípios: Aurora do Pará, Bujaru, Castanhal, Concórdia do Pará, Curuçá; Igarapé Açu, Inhangapi, Ipixuna do Pará, Irituia, Magalhães Barata, Mãe do Rio, Marapanim, São João da Ponta, São Miguel do Guamá; Tomé-Açu e 16-Terra Alta.

j) Ambiente de Atuação do Campus Conceição do Araguaia

O município de Conceição do Araguaia está localizado na região sul do Estado do Pará, fronteira com o Estado do Tocantins. Esta região é influenciada pela pecuária e forte atuação na agricultura, com grandes plantações de abacaxi e outras lavouras da agricultura familiar, além de ser banhada pelo rio Araguaia, fomentando o turismo, lazer, comércio e extrativismo (pesca e madeira), que respondem por grande parte dos postos de trabalho gerados nos municípios de sua área de abrangência.

A atuação do Campus Conceição do Araguaia atende não apenas o município em que é instalado, mas 15 municípios que constituem sua área de abrangência: Água Azul do Norte, Bannach, Conceição do Araguaia, Cumarú do Norte, Floresta do Araguaia, Ourilândia do Norte, Pau d'Arco, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu, Sapucaia, Tucumã, Xinguará, contemplando 541.545 (Quinhentos e quarenta e um mil, quinhentos e quarenta e cinco) habitantes, com cursos de formação técnica e licenciaturas, com os programas, PARFOR, PROCAMPO e e-TEC.

Atualmente, o Campus Conceição do Araguaia, com grande aceitação regional, atua na formação educacional no ensino médio integrado, com os cursos Técnico em Agropecuária e Técnico em Edificações, preparando adolescentes, jovens e adultos, para atuar no mercado de trabalho, logo após a conclusão do ensino médio. O Campus mantém grande atuação com as ofertas de cursos técnicos subsequentes, sendo ofertados cursos nas áreas de Marketing, Eventos, Saneamento, Edificações, Segurança do Trabalho, Técnico em Agropecuária. Além de preparar os jovens e adultos para atuação no mercado de trabalho, os cursos do ensino médio integrado e subsequente também estão em relação de verticalização com os cursos regulares no ensino superior: Agronomia e Gestão Ambiental, os quais incentivam e fortalecem a formação para atuação na agropecuária em grande expansão na região do Araguaia, bem como na formação para atuação na área da construção civil, também com grande crescimento na região.

As principais empresas e instituições que atuam na área de ensino com oferta de produtos e serviços similares aos do Campus Conceição do Araguaia, destacamos as seguintes: Universidade do Estado do Pará (UEPA), Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE); Microlins Formação Profissional.

Dentre as ameaças e oportunidades observadas no ambiente de negócio temos:

Ameaças: Evasão de alunos, principalmente aqueles que estudam cursos técnicos subsequentes e posteriormente ingressam em curso superior; Diminuição da absorção de discentes pelo mercado para estágio. Como forma de evitar as evasões, a assistência estudantil, através de assistente social e assistentes administrativos, acompanham a frequência e mantém contato direto com estudantes e responsáveis para prevenir evasões, concedendo ainda acompanhamento dos auxílios estudantis.

k) Ambiente de Atuação do Campus Itaituba

O Campus Itaituba tem como característica a formação Técnica e Tecnológica dos seus discentes e atua no mercado, ofertando educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades.

Atualmente, na cidade de Itaituba, existem empresas e outras instituições que oferecem cursos técnicos em diversas áreas, entre elas podemos destacar: o CEPROEN (Centro Profissionalizante de Ensino), a CEPA (Centro Educacional Pan-americano) e a EETEPA (Escolas Tecnológicas do Pará), além de diversas empresas que atuam oferecendo cursos de curta duração e idiomas.

No nível acadêmico, a oferta de cursos na área de abrangência do Campus, em especial no município de Itaituba, tem aumentado significativamente hoje a cidade conta com duas faculdades que oferecem cursos presenciais, várias outras atuam na modalidade EAD, duas das quais oferecem o curso de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas que também é oferecido pelo Campus Itaituba, fato que pode comprometer a procura pelo curso.

O Campus busca ofertar educação profissional que atenda as demandas locais e regionais, de forma a beneficiar a comunidade em geral, entretanto tem sido observada uma diminuição na procura pelos cursos disponibilizados pelo Campus Itaituba ao público. Credita-se isso a vários fatores entre os quais destacam-se:

- O desconhecimento de parte da população das finalidades do Instituto e quais os benefícios oferece à sociedade;
- Pequena participação da comunidade no ambiente de atuação deste Campus;
- Mudança de perfil da população; e
- Aumento da oferta de cursos concorrentes.

Ciente destes fatores, o Campus Itaituba tem efetivado ações buscando fazer frente aos desafios, tarefa que tem se mostrado árdua.

No ano de 2016, a área de abrangência das ações do Campus foi definida através de Resolução do Conselho Superior do IFPA, e conta hoje com os municípios de Itaituba, Aveiro, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

l) Ambiente de Atuação do Campus Marabá Industrial

Conforme Resolução nº 111/2015, do Conselho Superior do IFPA, de 19 de agosto de 2015, que estabeleceu a abrangência de cada um dos Campi do IFPA, o Campus Marabá Industrial abrange os municípios: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Piçarra, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São João do Araguaia, e Marabá, municípios que se situam nas regiões Sul e Sudeste do Pará.

Nesse contexto, o Campus Marabá Industrial está inserido num cenário de grande demanda por serviços de ensino que vão desde a educação básica até a educação profissional e superior. Tendo isso em vista, existe um grande esforço da instituição no sentido de ofertar a educação profissional e tecnológica como processo de qualificação de cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, dando ênfase no desenvolvimento socioeconômico local e regional. Neste ponto, é importante ressaltar os cursos oferecidos. O Campus Marabá Industrial oferece atualmente 9 (nove) cursos técnicos entre integrados e subseqüentes, a saber: Técnico Integrado: Controle

Ambiental e Informática, Técnico Subsequente: Agrimensura, Automação Industrial, Edificação, Eletrotécnica, Informática Mecânica e Química.

Nessa perspectiva, o Campus Marabá Industrial assume o compromisso com a qualidade do ensino básico e profissional na região Sul e Sudeste do Pará, integrando como parte deste projeto a promoção do desenvolvimento econômico, tecnológico e social da região.

m) Ambiente de Atuação do Campus Marabá Rural

O Campus Rural de Marabá é sucessor da então Escola Agrotécnica Federal de Marabá, autarquia Federal criada pela Lei nº 11.534 de 25.10.2007. Ela, juntamente com a Escola Agrotécnica Federal de Castanhal e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará, através da Lei nº 11.892 de 29.12.2008, se integraram e passaram a constituir o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA).

A Escola Agrotécnica Federal de Marabá teve sua origem na mobilização e organização da luta camponesa por Reforma Agrária e pela constituição de condições favoráveis ao desenvolvimento e sustentabilidade da produção familiar no sul e sudeste paraense. Essa luta tem como conquista mais visível a instituição de 503 Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária para atender a aproximadamente 80.000 famílias que desenvolvem atividades produtivas diversificadas. Dessa forma, a Agrotécnica de Marabá surge, também, como uma forma de contribuir com o Programa Nacional de Reforma Agrária, especialmente no tocante a formação de profissionais e construção de conhecimentos capazes de apoiarem efetivamente as demandas da Agricultura Familiar e Comunitária.

A luta pela terra envolveu, sempre, necessidades por políticas públicas de apoio à produção e de garantia dos direitos de cidadania, dentre eles o direito à educação básica e técnico-profissionalizante das famílias camponesas. Dessas demandas, foram emergindo experiências de educação formal ou informal das famílias camponesas, coordenadas tanto por instituições estatais como pelos próprios sujeitos do campo, através de suas organizações sociais e sindicais e por entidades de apoio. Por isso, a constituição da primeira escola federal, tendo como referência metodológica a Pedagogia da Alternância, representa uma tentativa de assegurar o direito à escola aos povos do campo que atenda suas demandas e considere seus saberes e culturas no processo formativo. Para além da construção de prédios, ampliação de vagas, ofertas de cursos em diversos níveis e valorização docente, o desafio é o de construir uma proposta pedagógica e curricular que atenda a concepção da educação do campo e dentro de princípios agroecológicos regionais.

Uma das temáticas recorrentes da educação demandadas pelos povos do campo se refere aos elementos técnicos profissionalizantes da agropecuária regional. Essa importância foi se construindo em função da necessidade de aprimoramento dos aspectos técnicos da produção familiar rural, marcada pela presença massiva de migrantes de outras regiões com poucos conhecimentos prévios acumulados sobre o ecossistema local, pela ausência de instituições públicas de pesquisa agropecuária que pudessem gerar tecnologias adequadas à realidade local.

Ao mesmo tempo, constata-se a predominância de sistemas de produção pouco diversificados, baseados na precoce pecuarização extensiva nos estabelecimentos familiares, resultantes da instabilidade da posse da terra e socioambiental. Em resumo, a sociedade rural predominante (agricultura familiar) sempre se ressentiu da falta de políticas

que valorizassem os agroecossistemas diversificados baseados em baixo uso de insumos externos.

Essa aposta na educação profissional e tecnológica das famílias camponesas parte da crítica ao modelo tecnológico da chamada "Revolução Verde", ou seja, da homogeneização extrema dos agroecossistemas locais, buscando sua artificialização através de insumos externos (geralmente os químicos, mecânicos e genéticos de origem industrial). Essa crítica fundamenta-se em aspectos sociais, mais expressamente na concentração de terra e renda que esse modelo impõe, como a história de expulsão e migração de outras regiões que a maioria das famílias aqui estabelecidas tinha vivenciado. Ao mesmo tempo, fundamenta-se em aspectos ecológicos, reconhecendo os danos ambientais que a aplicação desse modelo significa para a Amazônia, com destaque para os desmatamentos.

Nesse sentido, destacamos:

- O Campus Rural de Marabá está localizado em uma área com vários assentamentos o que vem de acordo com o princípio da escola que é atender alunos provenientes deles, ou seja, filhos de camponeses, índios, quilombolas e ribeirinhos;
- Os cursos de Agroecologia, Técnico Agropecuária e Educação do Campo, Especializações e Mestrado estão contextualizados com o ambiente de atuação do CRMB;
- O Agronegócio tem sido um contraponto no que diz respeito aos princípios agroecológicos, porém na formação do educando se faz necessário caracterizar todos os meios de produção e a busca de um equilíbrio, evitando assim choques e extremismos, que podem afetar o aprendizado do educando;
- Diversas atividades envolvendo o sistema produtivo de onde são provenientes nossos alunos, principalmente no tempo comunidade, permite intercâmbio entre alunos, professores e pais de alunos, garante ao aluno e seus familiares colocarem em prática o conhecimento teórico, e também as aulas práticas realizadas na escola e fora escola;
- A busca cada vez maior pelos cursos oferecidos pelo CRMB tem mostrado o interesse das famílias provenientes da agricultura familiar em que seus filhos tenham a formação técnica agroecológica, o que já tem acarretado mudanças de cenários ocorridas nos últimos anos;
- O CRMB tem tido autonomia de atuação, voltada para os seus princípios agroecológicos, atualmente tem sido chamado a atender novas demandas, o que se tem caracterizado através da criação de novos polos já implantados nos municípios de Itupiranga, Piçarra e em implantação no município de Eldorado dos Carajás.

O Campus Rural de Marabá encontra-se inserido na Região de Carajás e os municípios sob sua área de abrangência são: Abel Figueiredo, Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Eldorado dos Carajás, Itupiranga, Jacundá, Marabá, Nova Ipixuna, Palestina do Pará, Piçarra, Rondon do Pará, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia.

O Campus Rural de Marabá, desde a sua fundação, vem atuando de acordo com sua finalidade e competência, principalmente atendendo aos povos do campo de acordo com a sua missão que se no Projeto Político Pedagógico do Campus. A área de atuação/abrangência do Campus também vem sendo respeitada e atendendo o território ao qual se encontra na portaria de Resolução do CONSUP nº 111/2015.

n) Ambiente de Atuação do Campus Óbidos

O município de Óbidos está localizado a Oeste do Estado do Pará, possuindo uma população estimada de 50.450 habitantes distribuídos de forma irregular nos 28.021 Km² de área que o município possui.

A região tem grande atuação no setor agropecuário com propriedades de pequeno (50%) e grande (50%) porte, destacando-se as atividades de bovinocultura de corte e de leite, a cadeia produtiva da mandioca e o extrativismo vegetal.

O comércio é bastante diversificado pelas próprias características da região, que por dificuldades de transporte e vias para o deslocamento, obriga-se a ofertar todos os tipos de produtos que sejam necessários à população. Este segmento, segundo relato da Associação Comercial e Empresarial de Óbidos é o que mais contrata mão de obra, existindo, no entanto, uma carência constante de trabalhadores com qualificação profissional.

No quesito prestação de serviços, a região sente falta de profissional para atendimento local, observando-se que não há formação na área contábil. Algumas especialidades na área de informática também se apresentam como limitadas ou inexistentes, especialmente as de redes e de comércio eletrônico, além de desenvolvimento de programas e de sistemas que sejam voltadas às características e peculiaridades da região amazônica.

Evidencia-se, também, pelos relatos apresentados, a falta de profissionais que possam atender as áreas de manutenção e construção civil, bem como se observa que na área de mecânica mais especializada. Existe uma dependência do Campus com os municípios vizinhos, como Santarém, ou de outras localidades mais distantes, como da capital, Belém.

O transporte interurbano se dá na maioria das vezes por transporte fluvial de forma demorada e as poucas possibilidades de deslocamento terrestre são de difícil locomoção em razão da precariedade das estradas, especialmente no período de chuvas.

O IDH-M dos municípios da microrregião de Óbidos aproxima-se do IDH estadual, com índice de 0,646.

O Campus Óbidos atuou em 2016 apenas na sede do município de Óbidos, oferecendo os cursos subsequentes: Técnico em Alimentação Escolar e Técnico em Secretaria Escolar, na modalidade de ensino a distância; e o curso Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, na modalidade presencial.

Nos demais municípios que compõem a área de abrangência do Campus Óbidos, não foi possível atuar devido à falta de infraestrutura e de servidores. A previsão de atuação nesses municípios encontra-se em processo de revisão e constará na atualização do PDC ó Plano de Desenvolvimento do Campus Óbidos.

Segundo o SISTEC, além do Campus Óbidos, também atuam na área de abrangência do Campus oferecendo serviços similares as seguintes empresas:

- CEPLA - CENTRO EDUCACIONAL PROFESSORA LUCIANA ANDRADE em Oriximiná com o curso presencial de Técnico em Enfermagem subsequente.
- CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JURUTI ó SENAI em Juruti com os cursos presenciais de Técnico em Eletromecânica, Técnico em Meio Ambiente, Técnico em Mineração e Técnico em Segurança do Trabalho
- CENTRO EDUCACIONAL PAN AMERICANO ó CEPA em Juruti com os cursos presenciais de Técnico em Enfermagem e Técnico em Segurança do Trabalho.
- CTA - CENTRO DE TREINAMENTO E APRENDIZAGEM em Juruti com os cursos presenciais de Técnico em Eletrotécnica e Técnico em Mineração.

Mesmo com a recessão econômica enfrentada pelo país, a qual provoca redução dos investimentos nos mais variados setores, inclusive na educação, não vislumbramos ameaça capaz de fazer com que o Campus Óbidos sofra diminuição do seu público alvo.

No entanto, a indefinição dos cursos superiores que a Universidade Federal do Oeste do Pará ó UFOPA oferecerá na região, em especial nos municípios de Óbidos, Oriximiná e Juruti, poderão vir a prejudicar a verticalização do ensino prevista para ocorrer em todos os eixos de atuação do Campus Óbidos.

Com relação à assistência estudantil, o Campus Óbidos desenvolveu ações que garantissem a permanência e êxito dos alunos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Foram realizados levantamentos pela Assistente Social do Campus, buscando identificar os discentes em vulnerabilidade social.

A maior parte do recurso da assistência estudantil foi utilizada com a aquisição de kits escolares adquiridos via processo licitatório realizado pela DA/PROAD/Reitoria para todos os Campi da expansão 3.

A oferta regular de vagas para o Curso Técnico de Manutenção e Suporte em Informática.

Também merece destaque a nomeação de novos servidores (docentes e técnicos administrativos) para o Campus Óbidos, permitindo com isso a redução na dependência de cessão de servidores de outros Campi.

A área de abrangência das ações do Campus Óbidos foi definida através da Resolução nº 111/2015-CONSUP, constituída dos seguintes municípios: Alenquer, Curuá, Faro, Juruti, Óbidos Oriximiná e Terra Santa.

O Pará é um estado com 1.247.955,381 km² de área, onde vivem 8,27 milhões de habitantes (IBGE, 2016). Desse total, a área de abrangência do Campus Óbidos possui 14,3% da área do estado com 178.673,582 Km², e 3,2% da população do estado com 269.862 mil habitantes (IBGE 2016), distribuídos desta forma: Óbidos com 24.021,443 km² de área, onde vivem 50.596 mil habitantes (IBGE, 2016); Oriximiná com 107.603,291 km² de área, onde vivem 70.071 mil habitantes (IBGE, 2016); Juruti com 8.305,129 km² de área, onde vivem 55.179 mil habitantes (IBGE, 2016); Terra Santa com 1.896,506 km² de área, onde vivem 18.105 mil habitantes (IBGE, 2016); Faro com 11.770,628 km² de área, onde vivem 7.168 mil habitantes (IBGE, 2016); Alenquer com 23.645,452 km² de área, onde vivem 54.960 mil habitantes (IBGE, 2016); e Curuá com 1.431,133 km² de área, onde vivem 13.783 mil habitantes (IBGE, 2016).

Quanto ao índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), o estado do Pará, com um índice de 0,646, ocupa a 24ª posição entre as 27 unidades federativas brasileiras, segundo o PNUD. E os municípios da área de abrangência do Campus Óbidos, possuem respectivamente os seguintes índices de IDHM: Óbidos 0,594; Oriximiná 0,623; Juruti 0,592; Terra Santa 0,635; Faro 0,563; Alenquer 0,564; e Curuá 0,578.

Observa-se que nenhum dos municípios abrangidos pelo Campus Óbidos possui o índice de IDHM igual ou maior que o índice de IDHM do estado do Pará. Sendo que das três dimensões que corroboram para a determinação deste índice (Renda, Longevidade e Educação), a dimensão educação é a que apresenta menor valor, tanto do estado do Pará quanto dos municípios abrangidos pelo Campus Óbidos. Sendo assim, é neste âmbito que o Campus Óbidos se insere, com a missão de oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão.

A estrutura econômica da região compreende dois principais segmentos produtivos (agropecuária e indústria). No segmento agropecuário, destaca-se a agricultura

familiar além de grande atuação nas atividades de bovinocultura de corte e de leite. No segmento industrial, destacam-se as indústrias de transformação alimentícia e madeireira. Além da mineração (bauxita, ouro) nos municípios de Oriximiná e Juruti, a região também tem se destacado como um grande polo de pesca continental.

o) Ambiente de Atuação do Campus Paragominas

- Caracterização e o comportamento do mercado de atuação

O Município de Paragominas vem recebendo uma volumosa quantidade de migrantes de outras regiões brasileiras impulsionados pela presença, na cidade, da mineradora Hydro. A presença dessa empresa na cidade atraiu e continua atraindo milhares de pessoas que buscam oportunidades de emprego. Além da Hydro, várias outras empresas de grande porte começaram a se instalar no município. Em 2008, o então Prefeito Adnan Demachki lançou o projeto *Paragominas Município Verde* que revolucionou o município e tornou-se modelo para toda Amazônia como cidade sustentável. No mandato do Prefeito Adnan foram construídos os 3 cartões postais da Cidade, o Parque Ambiental Adhemar Monteiro, o Lago Verde e o Estádio Municipal. No final de 2010, instalou-se em Paragominas a primeira fábrica de MDF das regiões norte, nordeste e centro-oeste do Brasil; o produto é feito a partir de madeira reflorestada, o que garante o desenvolvimento sustentável da região.

Ao longo da última década, Paragominas tem passado por grandes transformações. Até cinco anos atrás, famílias do Sul e do Sudeste do país faziam fortunas com a derrubada ilegal de madeira na cidade paraense, a 300 quilômetros de Belém. Um cerco dos poderes Executivo e Judiciário encerrou a prática no município, e os produtores se voltaram para a pecuária. Agora, um novo ciclo ganha força nessa parte da Amazônia. No ano passado, uma conjunção de fatores que inclui melhorias na infraestrutura, atração de multinacionais e flexibilização das regras ambientais tem aberto espaço para uma atividade mais rentável e que já transformou boa parte do cenário agrícola do país: a produção de soja.

- Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao IFPA Campus Paragominas são:
 - Centro Universitário Internacional ó UNINTER
 - Faculdade AIEC-AIEC/FAAB
 - Faculdade de Educação Superior de Paragominas ó FACESP
 - Escola Estadual de Educação Tec. do Para- Paragominas ó EETEPA
 - Universidade estadual do Pará ó UEPA
 - Universidade Federal do Pará ó UFPA
 - Universidade Federal Rural da Amazônia ó UFRA
 - Universidade Luterana do Brasil ó ULBRA
 - Universidade Norte do Paraná ó UNOPAR.
- Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação

Com as transformações no mundo do trabalho, avanço do conhecimento científico e tecnológico, causado pelo desenvolvimento das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação que afetam os diferentes setores da sociedade, exigindo assim a formação das pessoas para lidar com essas tecnologias, representadas por equipamentos

eletrônicos variáveis, torna-se de fundamental importância a elaboração de cursos que acompanhem as novas tendências do mercado.

Nesse contexto, através do uso intensivo de tecnologias de informação e de novas formas de gestão do trabalho, entre outras evidências das transformações estruturais, as quais modificam os modos de vida, as relações sociais e as do mundo do trabalho é que se deve pensar na formação profissional dos cidadãos. Estas demandas, conseqüentemente, impõem novas exigências às instituições responsáveis por esta formação.

As tecnologias e linguagens voltadas para Internet estão se tornando uma vertente que vem modificando os paradigmas de desenvolvimento de aplicações que permitem às empresas, com rapidez e segurança, dinamizar os seus negócios, ampliando sua área de abrangência e atingindo, de modo eficaz, mais clientes. Além das linguagens de programação, manutenção, operação e configuração de computadores que sempre serão de grande interesse para as pessoas, leva-se em consideração também que, nos dias atuais, a grande maioria possui acesso ao microcomputador em casa e/ou em diferentes ambientes sociais. Deste modo, este quadro configura uma demanda de profissionais especializados na área de informática. Isto ocorre devido à tendência de industrialização da produção de software, principalmente daquelas tecnologias voltadas para a modalidade de desenvolvimento para Internet.

Nesse contexto, o IFPA é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos e as suas práticas pedagógicas.

Para tanto, o IFPA desenvolve ações com a visão de ser uma instituição de excelência no ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, garantindo a integração e diversidade dos saberes e a inclusão dos cidadãos no mundo do trabalho, prevendo a articulação escola, empresa, família e sociedade, a valorização da pesquisa como princípio e estratégia educativa (Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI 2014-2018). Neste sentido, o Instituto, a partir de uma lógica desenvolvimentista do atual governo, implanta o Campus Paragominas que está localizado a 300 Km da capital do Estado, no município de Paragominas que se caracteriza por limitar-se ao Norte com os municípios de Ipixuna do Pará e Nova Esperança do Piriá; a Leste com o Estado do Maranhão; ao Sul com os municípios de Dom Eliseu, Ulianópolis e Goianésia do Pará; e a Oeste com o município de Ipixuna do Pará

A partir dessa conjuntura, percebe-se a relevância do papel do IFPA no contexto da região nordeste paraense, sendo atualmente a única instituição de ensino da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica funcionando na região. Desta forma, a ação do Campus Paragominas é conduzida pelo comprometimento com a cidadania e o desenvolvimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais da região por meio da produção, inovação e difusão científica e tecnológica, o que fundamenta sua operacionalização no desenvolvimento regional.

É importante ressaltar que o município de Paragominas possui vocação agrícola em virtude do Grande número de Fazendas, além do mais se verificou ao longo das ações do Campus, no mercado de trabalho, a falta de profissionais capacitados para atuar na área de Informação e Comunicação, e a necessidade de formar profissionais capacitados para trabalhar com a tecnologia da informação (TI) na região. Diante disso, o Campus Paragominas se compromete em adequar o PDC do Campus para projeção de oferta dos cursos do eixo informação e comunicação, e a disponibilizar, aos egressos do Ensino Médio, o curso Técnico em Informática, uma vez que na região são poucas Instituições Públicas de ensino, voltadas para educação profissional, que ofertam o curso.

- Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio
 - As ameaças observadas no ambiente de negócio do Campus Paragominas são:
 - Oferta de Cursos Técnicos e superiores pelos concorrentes sejam eles Instituições particulares ou públicas no município de Paragominas;
 - Política de contenção de gasto adotado pelo Governo Federal;
- A oportunidade observada no ambiente de negócio do Campus Paragominas é:
 - Ampliação da oferta de vagas de cursos técnico e superior, gratuito, no Município de Paragominas na zona urbana, rural e nas cidades que compreendem a área de abrangência do Campus Paragominas, isso de acordo com arranjos produtivos regionais.
- Informações gerenciais sucintas sobre o relacionamento da unidade jurisdicionada com os principais clientes de seus produtos e serviços

Os produtos e serviços prestados pelos Campus Paragominas, são os seguintes:

- Curso Técnico em Informática, subsequente (160 vagas) para todos que concluíram o ensino médio;
- Curso EJA - FIC Montador e Reparador de Computador (80 vagas) para jovens e adultos que não cursaram a segunda fase do ensino fundamental, na idade adequada (6° a 9° do ensino fundamental);
- Curso de Especialização em Educação do Campo (50 vagas) para professores da Zona Rural do Município de Paragominas;
- Curso Técnico em Informática, subsequente ó ETEC (56 vagas) para todos que concluíram o ensino médio.

Além desses cursos, estão em execução dois projetos de Extensão: Gentileza Gera Gentileza e Pais na Escola.

O primeiro tem por objetivo sensibilizar os munícipes de Paragominas quanto à necessidade de cultivar ações de gentileza nas escolas municipais, pontos públicos e locais em comum de grande trânsito de pessoas, enquanto que o segundo pretende integrar os pais de alunos no ambiente escolar dos filhos por meio de minicursos ministrados por servidores, alunos e voluntários. A princípio, este será implantado no Campus Paragominas e, depois, se estenderá às escolas municipais de Paragominas.

- Descrição dos riscos de mercado e as estratégias para mitigá-los;

Os riscos de mercado do Campus Paragominas são:

- Não conclusão da Obra de Construção do Campus;
- Cortes Orçamentários.

As estratégias para superar os riscos de mercado do Campus Paragominas são:

- Firmar parceria por meio de convênios/termo de Cooperação Técnicas entre órgãos públicos e iniciativa privada;
- Realizar plano de ações de modo a adequar as despesas de custeio e investimento com orçamento disponibilizado, após os cortes.

- Principais mudanças de cenários ocorridas nos últimos exercícios

Dentre as várias mudanças no cenário do Campus Paragominas, citamos a diversificação dos serviços prestados aos munícipes de Paragominas. No exercício de 2016, foram ofertadas vagas nos seguintes cursos: Curso EJA - FIC Montador e Reparador de Computador, Curso de Especialização em Educação do Campo.

Outra mudança no cenário do Campus que merece menção foi o ingresso de novos servidores, docentes e técnicos administrativos, suprimindo, desta forma, as carências profissionais.

Por fim, citamos a autorização de funcionamento do Campus Paragominas, publicada pelo MEC em maio de 2016. Com essa autorização, o Campus iniciou os trâmites de criação do seu CNPJ, passo importante rumo à autonomia do Campus.

O Campus Paragominas encontra-se inserido na região de Integração do Rio Capim, abrangendo os seguintes municípios: Aurora do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Paragominas e Ulianópolis.

p) Ambiente de Atuação do Campus Parauapebas

O Campus Parauapebas atua na região sudeste do Pará, com sede em Parauapebas e área de atuação, conforme Resolução nº 111/2015 CONSUP, que abrange os municípios de Água Azul do Norte, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás e Parauapebas.

Esta região possui como principal atividade econômica a extração de recursos minerais, em especial o minério de ferro. Em Parauapebas, Canaã dos Carajás e Curionópolis, as atividades industriais correlatas à mineração representam mais de 70% das atividades econômicas locais, conforme demonstrado no documento Arranjos Produtivos Locais. Em atendimento a esses setores produtivos, o Campus Parauapebas foi construído, através de acordo entre o Ministério Público e a Mineradora Vale S.A., com ofertas iniciais de cursos direcionados aos eixos tecnológicos relacionados à área industrial.

As instituições com oferta de ensino profissional, técnico e superior, similares ao Campus Parauapebas são as Escolas do Sistema S (SENAI, SENAC) e instituições privadas, com centralização das unidades em Parauapebas e Canaã dos Carajás. No âmbito da educação pública, estão presentes na região: Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e Universidade Federal do Pará (UFPA).

Em relação às demais instituições que oferecem cursos da educação profissional, científica e tecnológica nas regiões de abrangência do Campus Parauapebas, procura-se estabelecer relações de parceria ou, ao menos, articulação das ofertas, para que não haja sobreposição de cursos. Além disso, mesmo em relação às escolas privadas, cabe ressaltar que suas ofertas quase sempre se diferenciam das ofertadas pelo em níveis de ensino, modalidade de oferta tais como ensino técnico integrado ao médio, forma de ingresso, infraestrutura, áreas do conhecimento, entre outros.

Com vistas ao cumprimento de sua função social, o Campus Parauapebas tem-se articulado por meio de ações que viabilizem a democratização dos saberes e a contribuição para a construção de uma sociedade ética, justa e solidária. Para tal, tem buscado consolidar-se como uma instituição de educação profissional, científica e tecnológica, que além do ensino, realiza pesquisa e extensão voltadas ao desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em articulação com os setores produtivos e a sociedade, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos

científicos e tecnológicos, objetivando o desenvolvimento socioeconômico local e regional.

As áreas de atuação acadêmica estão detalhadas PDC 2014-2018, disponível no endereço: www.ifpa.edu.br. Estão disponíveis no documento as informações sobre o ensino, detalhamento dos níveis, a modalidades de oferta, os eixos tecnológicos e as áreas do conhecimento no mesmo documento. Também estão elencados a pesquisa, a pós-graduação, a inovação, além da extensão.

Com base no que já foi descrito anteriormente, entende-se que a priori não há riscos significativos de mercado para o Campus Parauapebas/IFPA, pois a oferta de educação profissional, científica e tecnológica é articulada com as demais instituições de ensino público e complementada pelas instituições da iniciativa privada. Os resultados do trabalho do Campus Parauapebas/IFPA, contudo, precisam ser constantemente monitorados e avaliados, de forma a que sua oferta de cursos e vagas permaneça alinhada com as demandas da sociedade, o que está evidenciado em vários dos objetivos constantes do planejamento estratégico do Campus.

Neste ano de 2016, o PDC 2014-2018 foi revisado, objetivando o planejamento estratégico pautado no diagnóstico da vocação do instituto no contexto regional no qual está inserido, e na identificação das necessidades locais, por meio de audiências e consultas aos setores produtivos locais.

q) Ambiente de Atuação do Campus Santarém

- Caracterização e o comportamento do mercado de atuação;

O Campus Santarém tem como caracterização a formação Técnica e Tecnológica dos seus discentes e atua no mercado ofertando educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades.

Principais empresas que atuam ofertando produtos e serviços similares ao da unidade jurisdicionada

Na cidade de Santarém, existem empresas privadas que oferecem cursos técnicos em diversas áreas, podendo-se destacar: a Microlins ó Cursos Profissionalizantes; CEPES - Centro de Educação Profissional Esperança; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). Ressalta-se também a previsão de inauguração da escola tecnológica do Estado.

- Contextualização dos produtos e serviços ofertados pela unidade jurisdicionada em relação ao seu ambiente de atuação

O Campus busca oferecer educação profissional que atenda prioritariamente os Arranjos Produtivos Locais (APL) e as demandas regionais, de forma a beneficiar a comunidade em geral. Pode-se citar, como exemplo, o curso de Hospedagem que visa atender as demandas locais, haja vista que Santarém é considerada desde 2010 uma cidade turística, o que gera a necessidade de capacitar profissionais para esse setor. Inclusive, o Campus iniciou em agosto 2016 a oferta de cursos de Formação Inicial Continuada (FIC) em Recepcionista em Meios de Hospedagem.

- Ameaças e oportunidades observadas no seu ambiente de negócio

Identifica-se como ameaça a falta de credibilidade da marca IFPA junto à sociedade de Santarém, a falta de laboratórios específicos para alguns cursos o que descaracteriza o caráter técnico dos mesmos, desconhecimento de parte da população das

finalidades do Instituto e quais os benefícios que um curso técnico pode proporcionar à sociedade, impedindo uma maior participação da comunidade no ambiente de atuação deste Campus.

Entretanto, percebe-se como oportunidade o vasto campo de atuação dos cursos ofertados pelo Campus Santarém que alcançam desde área rural, com o curso de agropecuária, até área de informação, como curso técnico em informática.

O Campus Santarém está inserido na Região do Baixo Amazonas, abrangendo os municípios: Almeirim, Belterra, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Prainha e Santarém.

r) Ambiente de Atuação do Campus Tucuruí

A Lei nº 11.892, de 29/12/2008, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que institui a Rede Federal de Educação, Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, afirma que:

Os Institutos Federais têm por finalidade, ofertar educação profissional e tecnológica em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Os Institutos Federais diferem, em sua área de atuação, de qualquer outra instituição de ensino, pois oferta ensino de qualidade em todos os níveis e modalidades, voltados principalmente para a pesquisa aplicada e para a inovação tecnológica. Esta verticalização do ensino, que vai da educação básica à superior permite que os educandos compartilhem de todos os espaços de aprendizagem, delineando sua trajetória acadêmica, que pode ir do curso técnico ao doutorado.

Desta forma, os Institutos Federais surgem para reafirmar o compromisso de intervenção em sua região, identificando problemas e criando soluções técnicas e tecnológicas para o desenvolvimento sustentável com inclusão social, sem perder de vista as potencialidades do desenvolvimento regional e os arranjos produtivos locais.

Nesta perspectiva, surge a reestruturação do sistema educacional, que, segundo o Ministério da Educação, tem por objetivo tornar a instituição um espaço democrático que acolha e garanta a permanência de todos os alunos, sem distinção social, cultural, étnica, de gênero ou em razão de deficiência e características pessoais.

Isso também está em consonância com a LDB- Lei 9.394/96 em seu Art. 3º, que afirma que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, além de promover o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, com respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Nesse contexto, é fundamental articular ações táticas ao processo educativo. Para que o Campus forme cidadãos qualificados e comprometidos com a sociedade e com a sua transformação, ele deve assumir as questões sociais no seu cotidiano, tornando-se espaço de vivência e de cidadania.

O Campus Tucuruí do IFPA, nesse sentido, vem atuando para atender à demanda da região do Lago de Tucuruí por formação de mão de obra qualificada e também de cidadãos críticos para atuarem no mundo do trabalho. Mas, desde as primeiras turmas, os profissionais formados têm sido absorvidos por empresas e instituições públicas não somente da região, mas de todo o estado do Pará e de outros estados brasileiros. Para tanto,

os Projetos Pedagógicos dos Cursos do Campus apresentam 80% de sua base curricular para atender aos parâmetros nacionais de educação, restando 20% para serem preenchidos com conteúdo regionais.

Em 2015, a área de abrangência dos Campi do IFPA foi redimensionada pela Resolução nº 111/2015-CONSUP. Desta forma, a área de abrangência do Campus ficou limitada aos municípios de Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento e Goianésia do Pará. Ou seja, o Campus tem a obrigação primeira de atuar, com a oferta de cursos e vagas, apenas nesses municípios. Desta forma, é importante que conheçamos um pouco do contexto sócio e econômico desta região.

Os quatro municípios da área de abrangência do Campus Tucuruí compreendem uma população de aproximadamente 300.000 habitantes. O mais importante e desenvolvido desses municípios é Tucuruí, que possui uma população de cerca de 103.000 habitantes, segundo dados do IBGE (2013).

A principal fonte econômica dessa região vem dos *royalties* sobre a geração de energia da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Devido ao grande potencial aquícola do Lago da Usina Hidrelétrica, outra importante fonte de receitas da região é a piscicultura. A pecuária, a agricultura, principalmente a familiar, bem como o comércio, também são importantes fontes de renda para a população.

O Campus Tucuruí, desta forma, procura atender as demandas educacionais de acordo com esses arranjos produtivos, porém os cursos ofertados acabam por atender demandas do mercado de trabalho de outras regiões do estado, principalmente empresas da região de Carajás, como Vale, e de empresas onde há construção de usinas hidrelétricas, como Belo Monte.

Na região da área de abrangência, as principais empresas que absorvem a mão de obra qualificada formada no Campus são Eletrobrás Eletronorte, Dow Corning e as prefeituras dos municípios.

Para atender a demanda por educação profissional, o Campus Tucuruí oferta cursos em várias modalidades de ensino: Técnico Integrado com o Ensino Médio, Médio Subsequente e Superior de Tecnologia e Licenciaturas. Em 2014, o Campus também passou a ofertar cursos técnicos na modalidade a distância em todos os municípios de sua área de abrangência.

Outras instituições privadas também ofertam cursos profissionalizantes, alguns deles similares aos ofertados pelo Campus Tucuruí, como a UNIDERP, FAEL e UNIURB. Outras instituições públicas ofertam alguns cursos superiores similares aos ofertados pelo Campus, como UEPA e UFPA. Entretanto, foi criado o Fórum das Instituições de Ensino Superior com o objetivo, dentre outros, de estabelecer que estas instituições não ofertem cursos iguais. Que cada uma ofereça cursos diferentes umas das outras, para que o estudante possa ter mais opções de cursos, e uma instituição não compita com a outra.

Em relação cursos técnicos ofertados similarmente por outras instituições, estas não chegam a ser uma ameaça, em virtude de que o Campus está melhor estruturado para ofertar uma educação de maior qualidade.

Pode-se dizer, porém, que a grande ameaça é a falta de estudos aprofundados para melhor estabelecer a demanda de cursos que devam ser ofertados na região. Outra ameaça é a pouca oferta de estágio para boa parte dos cursos ofertados. Na região, há poucas empresas que absorvem os alunos para a prática de estágio.

O Campus Tucuruí está inserido na Região do Lago de Tucuruí que abrange os municípios: Breu Branco, Goianésia do Pará, Novo Repartimento e Tucuruí.

s) Ambiente de Atuação do Campus Avançado Vigia

Conforme estabelece a Resolução nº 111/2015-CONSUP/IFPA, a área de abrangência do Campus Avançado Vigia engloba os municípios de Colares, Curuçá, Maracanã, Marapanim, São João da Ponta, São Caetano de Odivelas, São João de Pirabas, Terra Alta, Salinópolis e Vigia, pertencentes a microrregião do Salgado Paraense, além de Santo Antônio do Tauá, pela sua proximidade de Vigia (40 km).

Essa microrregião tem uma população estimada, em 2015, pelo IBGE de 260.362 habitantes, ocupando uma área de 5.784,561 km², possui uma densidade demográfica de 45,7hab/km², IDH de 0,704, PIB de R\$ 1.149.680.391,00 e PIB per capita de R\$ 4.344,77. Vigia é o município mais populoso dessa microrregião com 51.173 habitantes (19,65%) e uma área de 533,855 km².

Na microrregião do Salgado, pesca, agropecuária, turismo, comércio, serviços e extrativismo respondem por grande parte dos postos de trabalho gerados no âmbito privado dos municípios que a compõem, ao mesmo tempo em que agregam um contingente de trabalhadores com baixa qualificação e, conseqüentemente, baixa remuneração.

Nesse contexto, o Campus Avançado Vigia, a partir de encontros e reuniões com representantes da sociedade civil e também de resultados de estudos já realizados com vistas à identificação da identidade, vocação e potencialidades locais definiu, inicialmente, as áreas de Recursos Pesqueiros, Informática e Turismo, Hospitalidade e Lazer como prioritárias para a formação de profissionais a fim de atender as demandas do mundo do trabalho dessa microrregião.

Um aspecto importante a ressaltar é que os profissionais formados nos cursos deste Campus são capacitados para criar e gerenciar o seu próprio negócio, não ficando na dependência somente das oportunidades de trabalho ofertados pelas instituições públicas e privadas.

Na área de abrangência do CAV, existem instituições públicas e privadas que oferecem cursos técnicos profissionalizantes similares como, por exemplo, a Microlins na área de Informática e a Escola Estadual Tecnológica na área de meio ambiente e processamento do pescado, os quais não possuem a mesma estrutura didático-pedagógica dos ofertados pelo CAV, que são subsequentes e de caráter mais abrangente, como o de Informática e o de Recursos Pesqueiros que, além da Pesca, envolve também a Aquicultura, oferecendo mais opções de trabalho aos profissionais formados.

Existe ainda a possibilidade de ampliação da oferta de educação profissional e tecnológica em nível local e microrregional a partir de oportunidades identificadas no ambiente externo, com apoio de programas do governo federal, destacando-se, entre outros, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), o Plano Nacional de Formação de Professores (PARFOR), o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), o Programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC/FIC).

Por estarmos situados em uma região com índices relevantes de vulnerabilidade socioeconômica, torna-se necessário ampliar a Ação de Assistência Estudantil a fim de favorecer o acesso a permanência e a conclusão do curso pelos estudantes do CAV, com vistas à sua inclusão social, formação plena, produção de conhecimento e à melhoria do seu desempenho acadêmico.

As ações da Assistência Estudantil em 2016 incluíram o fornecimento, aos alunos ingressantes no Campus, de um kit escolar contendo caderno, mochila, lápis, caneta, borracha e pen drive; a concessão de Auxílio Transporte municipal e intermunicipal, beneficiando 30 (trinta) alunos carentes em situação de vulnerabilidade

social, e apoio financeiro a despesas com alimentação e hospedagem a estudantes em atividades práticas, através de visitas técnicas.

Além disso, foi constituída a Comissão de Assistência Estudantil e criado o Fórum de Assistência Estudantil, no âmbito do qual deverão ser discutidas e planejadas as ações para os anos subseqüentes envolvendo a participação de todos os alunos do CAV. Com o aumento do número de alunos através da oferta de novos cursos e turmas tem-se a perspectiva de que a dotação orçamentária para a Ação Estudantil no exercício de 2017, seja ampliada.

Os principais clientes do Campus Avançado Vigia são jovens e adultos oriundos de comunidades rurais e urbanas dos municípios da microrregião do Salgado, os quais demandam acesso aos cursos de formação profissional e tecnológica por ele ofertados.

O relacionamento com esse público se dá, preferencialmente, através de associações, cooperativas, sindicatos de trabalhadores e produtores e colônias de pescadores. Identifica-se também uma grande demanda de estudantes das escolas municipais e estaduais que são, potencialmente, futuros clientes deste Campus.

O Campus Avançado Vigia enfrentou sérias dificuldades para viabilizar as suas ações em decorrência da escassez de recursos financeiros, humanos e de infraestrutura que lhes permitisse expandir as suas atividades a mais municípios da sua área de abrangência tendo, como consequência, uma atuação muito aquém das suas reais perspectivas, alcançando apenas os municípios de Vigia, São Caetano de Odivelas, Colares e Santo Antônio do Tauá.

Com isso, algumas ações importantes, como articulações junto às prefeituras e secretarias municipais, para a celebração de convênios de cooperação, deixaram de ser efetivadas a fim de viabilizar a oferta de cursos e a realização de projetos de pesquisa e extensão, estágios curriculares, entre outras consideradas importantes para o atendimento às demandas locais.

2.4. Organograma

O Quadro 2 apresenta as informações das unidades estratégicas

Quadro 26 Informações sobre Áreas ou Subunidades Estratégicas.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação no exercício
Reitor	Representar o IFPA; Implementar e desenvolver a política educacional e administrativa do IFPA.	Claudio Alex Jorge da Rocha	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016.
Chefia de Gabinete	Assistir o Reitor no seu relacionamento institucional e administrativo, supervisionar os trabalhos da secretaria do Gabinete do Reitor e preparar a correspondência oficial da Reitoria.	Cleide do Socorro Marcos da Silva Dias	Assistente em Administração	De 01/01/2016 a 31/12/2016.

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação no exercício
Diretoria Executiva	Orientar e acompanhar a execução das atividades técnicas e administrativas, e substituir o Reitor nos seus afastamentos e impedimentos legais.	André Moacir Lage Miranda	Professor EBTT	De 01/03/2016 a 31/12/2016.
Assessoria Executiva do Gabinete	Assessorar o Reitor administrativa e tecnicamente, promover ações visando à integração das atividades das Pró-reitorias, diretorias sistêmicas e demais setores da Reitoria.	André Moacir Lage Miranda	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 29/02/2016
		Waldemir Monteiro Bezerra	Assistente em Administração	De 01/03/2016 a 31/12/2016.
Procuradoria Geral Federal	Assistir o Reitor em questões referentes à legalidade dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados, elaborar e apresentar parecer sobre processos de licitação e contratos.	Wagner Fernando da Silva	Procurador Chefe da Procuradoria junto ao IFPA.	De 01/01/2016 a 31/12/2016.
Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação	Propor as Estratégias de Tecnologia da Informação para consolidação da Governança de TI no âmbito do IFPA; Identificar as novas necessidades de Tecnologia da Informação no âmbito do IFPA e direcionar conforme as diretrizes do PDTI;	Paulo Henrique Gonçalves Bezerra	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Gestão de Pessoas	Planejar, coordenar e executar a Política de Gestão de Pessoas do IFPA, Supervisionar a execução referente às atividades de pagamento de pessoal, concurso, benefícios e qualidade de vida dos servidores; Subsidiar a elaboração de proposta orçamentária relativa às ações de gestão de pessoas; Atender e responder as solicitações e determinações da Unidade de Auditoria Interna (AUDIN) e órgãos de controle interno e externo.	Jairo dos Santos Rodrigues	Assistente em Administração	De 01/01/2016 a 10/10/2016
		Michael André Gonçalves De Souza	Auditor	De 11/10/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação no exercício
Pró-reitoria de Administração	Elaborar e acompanhar a execução do planejamento da Reitoria e dos Campi do IFPA	Danilson Lobato da Costa	Técnico em Contabilidade	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças	Assessorar a PROAD em assuntos de sua área e planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria	Elza Olívia Souza da Silva	Contador	De 07/05/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Administração	Assessorar a PROAD em assuntos de sua área de competência e zelar pelo cumprimento das metas estabelecidas nos planejamentos institucionais no âmbito do IFPA, na sua área de atuação	Joel Jefferson Ribeiro Simões	Assistente em Administração	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Engenharia e Infraestrutura	Supervisionar, coordenar e orientar tecnicamente os projetos de engenharia, observando normas do MEC/SETEC e a legislação vigente e prestar apoio e assessoria aos Campi em assuntos relativos a projetos de engenharia	Luiz Cláudio dos Santos Matni	Engenheiro	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Propor Políticas de Desenvolvimento Institucional, assim como executar e/ou supervisionar as mesmas, por meio dos métodos e instrumentos de gestão da informação e do planejamento estratégico e seus desdobramentos, em articulação com as exigências legais e o planejamento orçamentário.	Raimundo Nonato Sanches de Souza	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional	Assessorar a PRODIN na proposição e supervisão das Políticas de Desenvolvimento Institucional e o acompanhamento e avaliação do Planejamento Estratégico e do PDI;	Vanessa Souza Álvares de Mello	Professora EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Avaliação Institucional	Assessorar a PRODIN na coordenação dos processos de avaliação institucional, interlocução com o MEC, gestão das informações institucionais e prestação de contas junto aos órgãos de controle interno e externo.	Tiago de Oliveira Vieira	Estatístico	De 01/04/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação no exercício
Pró-reitoria de Ensino	Propor e supervisionar as políticas de ensino, com integração com os Campi, e consolidação das políticas de ensino estabelecidas pelo Conselho Superior na promoção de articulação de suas ações com as demais Pró-reitorias.	Elinilze Guedes Teodoro	Psicóloga	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Políticas Educacionais	Propor normatização ou atualização de políticas educacionais a partir da legislação educacional vigente e assessorar a atuação dos Campi em todos os níveis e modalidades de ensino, em consonância com as diretrizes educacionais instituídas, visando à qualidade da gestão do ensino no IFPA.	Marta Coutinho Caetano	Professora EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Pró-reitoria de Extensão e Relações Externas	Propor e institucionalizar políticas extensionistas, aprovadas pelo Conselho Superior, além das advindas de políticas públicas aprovadas no âmbito do Ministério da Educação; Propor, projetar e desenvolver programas, projetos e ações de extensão e extensão tecnológica, no âmbito do IFPA.	Mary Lucy Mendes Guimarães	Professora EBTT	De 01/12/2016 a 31/08/2016
		Fabrcio Medeiros Alho	Professor EBTT	De 01/09/2016 a 31/12/2016
Diretoria de Extensão e Relações Interinstitucionais	Coordenar a implementação de programas, projetos e ações de extensão e extensão tecnológica no IFPA, no âmbito do IFPA.	Cléber da Silva e Silva	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 05/09/2016
		Suezilde da Conceição Amaral Ribeiro	Professora EBTT	De 06/09/2016 a 31/12/2016
Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação	Propor as políticas de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação supervisionando ações estratégicas com os Campi; Incentivar, viabilizar e acompanhar a produção técnico-científica no IFPA.	Ana Paula Palheta Santana	Professora EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação no exercício
Diretoria de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação	Elaborar e executar a política relativa à pesquisa, à Pós-Graduação e à Inovação, supervisionando as atividades das coordenações de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação; Substituir o Pró-Reitor em suas ausências eventuais.	Glauco Lira Pereira	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Abaetetuba	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Valdinei Mendes da Silva	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Altamira	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Paulo Altino Freitas da Cruz	Pedagogo	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Ananindeua	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Gerson Nazaré Cruz Moutinho	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Belém	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Manoel Antônio Quaresma Rodrigues	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Bragança	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Danilo Silveira da Cunha	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação no exercício
Diretoria Geral do Campus Breves	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Mário Médice Costa Barbosa	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 16/03/2016
		Alexandre Nunes da Silva	Professor EBTT	De 17/03/2016 a 17/04/2016
		Mário Médice Costa Barbosa	Professor EBTT	De 18/04/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Cameté	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Francisco Edinaldo Araújo Feitosa	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Castanhal	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Roberto Dias Lima	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Conceição do Araguaia	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Denys Arrifano Araújo	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 29/02/2016
		Leandro Carvalho da Silva	Assistente de Alunos	De 01/03/2016 a 17/04/2016
		Vitor Silva Barbosa	Professor EBTT	De 18/04/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Itaituba	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Renato da Silva Jordão Filho	Administrador	De 01/01/2016 a 17/04/2016
		Raimundo Lucivaldo Cruz Figueira	Analista de Tecnologia da Informação	De 18/04/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Marabá Industrial	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Marcelo Edgard de Moraes Maia	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação no exercício
Diretoria Geral do Campus Marabá Rural	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Manuel Fábio Matos Barros	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 17/04/2016
		Marcos Antônio da Silva Leite	Professor EBTT	De 18/04/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Óbidos	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Fernando Emmi Correa	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Paragominas	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Samuel Carvalho de Aragão	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Parauapebas	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Rubens Chaves Rodrigues	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Santarém	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Raphael de Miranda Rocha	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 14/04/2016
		Damião Pedro Meira Filho	Professor EBTT	De 15/04/2016 a 31/12/2016
Diretoria Geral do Campus Tucuruí	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Anderson Walber de Jesus Barbosa	Professor EBTT	De 01/01/2016 a 31/12/2016

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Resumo das Competências	Nome do Titular	Cargo do Titular	Período de atuação no exercício
Diretoria Geral do Campus Avançado Vigia	Superintender, coordenar, planejar, executar e fiscalizar as atividades do Campus, em consonância com as políticas educacionais e administrativas estabelecidas no âmbito do Campus e/ou do IFPA.	Solange Felicidade Marques Ferreira	Professorado Magistério Superior	De 01/01/2016 a 31/12/2016

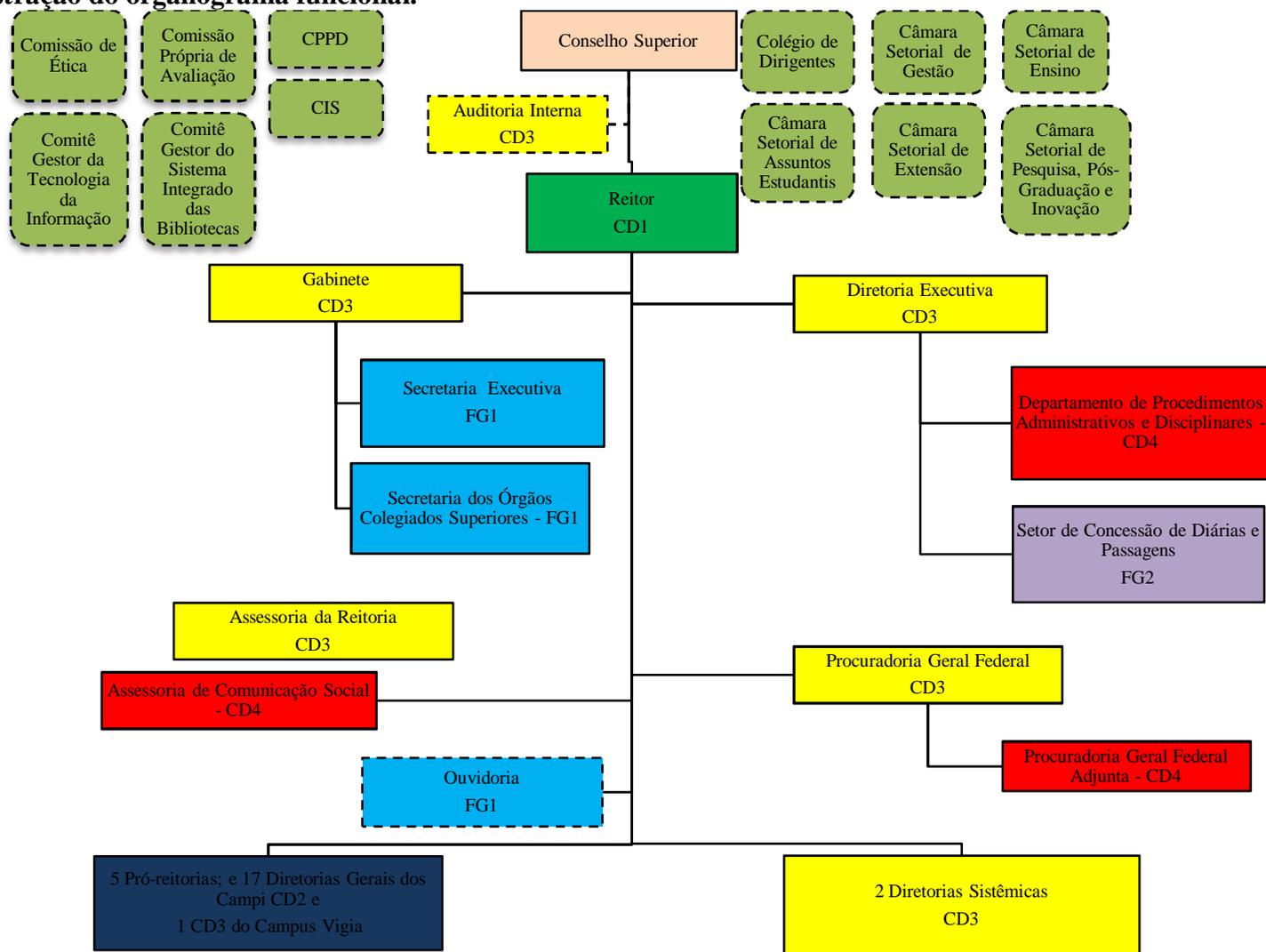
Fonte: Resolução 061/2016 ó GAB, Gabinete da Reitoria, Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e Campi do IFPA, 2017.

Análise Crítica:

Durante o exercício 2016, foi realizada a reestruturação do organograma da Reitoria, aprovada pela Resolução 061/2016 ó CONSUP, implicando a criação de novos setores e transformação de alguns outros setores para adequação às atuais necessidades institucionais e ao cumprimento da missão e visão institucional. Dentre os novos setores criados, em nível estratégico, destaque-se a Diretoria Executiva, a Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas e a Diretoria de Avaliação Institucional, cuja atuação dos titulares é apresentada no quadro acima a partir da data de publicação da referida resolução.

Em relação aos Campi, destaca-se a transição de Diretores Gerais nos Campi Breves, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Rural e Santarém, motivada pela eleição para os ocupantes do cargo nestes respectivos Campi, em cumprimento ao estabelecido no Art. 13 do Decreto nº 6.986, de 20 de outubro de 2009.

Figura 2 ó Ilustração do organograma funcional.



Fonte: Resolução 061/2016 óCONSUP, 2016.

2.5. Macroprocessos finalísticos

Quadro 3 ó Macroprocesso finalístico de Ensino.

Descrição: Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).					
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Processo seletivo	<ul style="list-style-type: none"> - Processo seletivo para cursos de graduação por meio do SISU - Processos seletivos para cursos técnicos e FIC por editais específicos 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes egressos do Ensino Médio que prestaram o ENEM - Estudantes egressos do ensino fundamental para cursos técnico integrado - Estudantes egressos do ensino médio para cursos técnicos subsequentes - Estudantes cursando ensino fundamental ou médio para cursos FIC 	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação Geral do SISU/MEC 	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais de consumo - Sistema de Informação - Equipamentos de informática - Material de publicidade / gráficos 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Registros e Indicadores Acadêmicos/PROEN - Secretarias acadêmicas dos Campi - Comissões de processos seletivos dos Campi - Diretorias de Ensino dos Campi do IFPA - Diretoria de Tecnologia da Informação/Reitoria - Diretoria de Comunicação do IFPA - Procuradoria Federal / IFPA
Registro e controle das informações acadêmicas	<ul style="list-style-type: none"> - Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA) - Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC) - Sistema Educacenso - Sistema Censup 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes vinculados ao IFPA - Docentes - Técnicos administrativos - Coordenadores de curso - Gestores - Comunidade em geral 	<ul style="list-style-type: none"> - SETEC/MEC - INEP - SEDUC/PA 	<ul style="list-style-type: none"> - Materiais de consumo - Sistema de Informação - Equipamentos de informática 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Registros e Indicadores Acadêmicos/PROEN - Setor de Registros e Controle Acadêmico / PROEN - Procuradora Institucional - secretarias acadêmicas dos Campi - Diretoria de Tecnologia da Informação / Reitoria IFPA

Descrição:		Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).			
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Assistência estudantil e ações inclusivas	<ul style="list-style-type: none"> - Concessão de auxílios estudantis - Acompanhamento psicossocial e pedagógico dos discentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social - Corpo discente em geral 	<ul style="list-style-type: none"> - MEC - FNDE 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros - Equipamentos - Materiais de apoio - Salas para atendimento 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas / PROEN - Diretorias de ensino - Equipes de assistência estudantil dos Campi - Setores de registro escolar - Coordenações dos cursos
Gestão dos cursos técnicos de nível médio	<ul style="list-style-type: none"> - Criação, atualização e regulamentação de cursos na forma de oferta integrada e subsequente; - Oferta de vagas dos cursos da EJA/EPT, em cumprimento às metas do PNE - Orientação e acompanhamento aos Campi - Orientação e acompanhamento aos programas Saberes da Terra e PRONERA - Instalação do Fórum de Educação Básica e Profissional - Formação dos coordenadores de curso - Formação das equipes pedagógicas - Acompanhamento ao Censo da Educação Básica 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes - Professores - Coordenadores de curso - Pedagogos e TAE (s) - Diretorias de ensino - Coordenadores de cursos - Coordenadores dos programas PRONERA e Saberes da Terra - Equipe técnico pedagógica - Colegiados - NDE (s) - Setores de registro escolar 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas - Instituições públicas - Escolas familiares rurais - Empreendimentos familiares - Movimentos sociais - Cooperativas - Associações 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas de aula - Biblioteca - Laboratórios - Acesso a internet - Auditórios - Ginásio - Equipamentos pedagógicos - Materiais de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Educação Básica e Profissional / PROEN - Procuradora Institucional - Diretorias de ensino - Coordenadores de cursos - Coordenadores, supervisores, orientadores e bolsistas auxiliares do PRONATEC - Equipe técnico pedagógica - Setores de registro escolar

Descrição:	Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).				
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Gestão dos cursos de formação inicial e continuada	<ul style="list-style-type: none"> - Criação e regulamentação de cursos regulares e PRONATEC - Oferta de vagas dos cursos regulares e do PRONATEC - Orientação e acompanhamento aos Campi 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes - Professores - Coordenadores de curso - Pedagogos e TAE (s) 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas - Instituições públicas - Escolas familiares rurais - Empreendimentos familiares - Movimentos sociais - Cooperativas - Associações 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos financeiros (bolsa formação) - Salas de aula - Biblioteca - Laboratórios - Acesso a internet - Auditórios - Ginásio - Equipamentos - Materiais pedagógicos - Materiais de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Educação Básica e Profissional / PROEN - Diretorias de ensino - Coordenadores de cursos - Coordenadores, supervisores, orientadores e bolsistas auxiliares do PRONATEC - Equipe técnico pedagógica - Setores de registro escolar

Descrição:		Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).			
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Gestão dos cursos de graduação	<ul style="list-style-type: none"> - Criação, atualização e regulamentação de cursos de graduação - Oferta de vagas em cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelados - Orientação e acompanhamento aos Campi - Acompanhamento aos processos avaliativos e regulatórios dos cursos - Orientação e acompanhamento aos programas PARFOR, PIBID, PIBID-Diversidade, PET e LIFE - Instalação dos Fóruns das Licenciaturas e das Tecnologias e Bacharelados - Formação dos coordenadores de curso - Formação das equipes pedagógicas - Acompanhamento ao Censo da Educação Superior 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes (egressos do ensino médio aprovados no SISU ou por meio de processo seletivo do IFPA - Professores - Coordenadores de curso - Coordenadores de programas - Pedagogos e TAE (s) 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas - Instituições públicas - Escolas familiares rurais - Empreendimentos familiares - Movimentos sociais - Cooperativas - Associações - Diretorias de ensino dos Campi 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas de aula - Biblioteca - Laboratórios - Acesso a internet - Auditórios - Ginásio - Equipamentos pedagógicos - Materiais de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Educação Superior / PROEN - Procuradora Institucional - Coordenações dos cursos - Coordenações dos programas PARFOR, PIBID, PIBID-Diversidade, PET e LIFE - Equipes pedagógicas - Colegiados - NDE (s) - Setores de registro escolar
Gestão dos cursos de pós-graduação	Especialização <i>Latu Sensu e Strito Sensu</i> . Gerenciadas pelo núcleo de atividades acadêmicas de pós-graduação	Docentes internos e externos do IFPA	-	Sistema SIGAA	Coordenação de Pós-Graduação

Descrição:	Compreende a oferta de ensino em diferentes níveis (formação inicial e continuada, educação profissional técnica de nível médio, e educação superior de graduação e pós-graduação) e modalidades (presencial e à distância).				
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Gestão em Educação a Distância	<ul style="list-style-type: none"> - Oferta de cursos técnicos de nível médio na forma de oferta subsequente, modalidade de ensino à distância - Acompanhamento à execução do programa Rede e-TEC Brasil - Acompanhamento ao percurso da UAB - Revisão do projeto de institucionalização da EAD no IFPA - Construção da sede do Centro de Tecnologias Educacionais e Educação à Distância do IFPA - Criação de corpo social especializado - Orientação e acompanhamento aos Campi - Criação e revisão dos seguintes documentos e normativas institucionais - Formação dos coordenadores de curso - Formação das equipes pedagógicas 	<ul style="list-style-type: none"> - Estudantes - Professores - Tutores - Coordenadores de curso - Coordenadores de programas - Pedagogos e TAE (s) 	<ul style="list-style-type: none"> - SEDUC - União dos Dirigentes Municipais de Ensino - Prefeitura municipal - Outros IFE (s) - Escolas da rede pública estadual e municipal 	<ul style="list-style-type: none"> - Salas de aula - Biblioteca - Laboratórios - Acesso a internet - Auditórios - Equipamentos pedagógicos - Materiais de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> - Departamento de Educação à Distância / PROEN - Diretorias de ensino dos Campi - Coordenações dos cursos - Coordenação do programa Rede e-TEC Brasil - Coordenação do programa Universidade Aberta do Brasil - UAB - Equipes pedagógicas - Colegiados - NDE (s) - Setores de registro escolar

Fonte: PROEN e PROPPG, 2017.

Análise Crítica:

a) Processo de Recredenciamento do IFPA

Em dezembro de 2015, o MEC divulgou os indicadores de qualidade da educação superior, sendo que o Índice Geral de Cursos ó IGC obtido pelo IFPA foi 3, considerado satisfatório. O resultado do IGC foi divulgado por meio da Portaria INEP 564, de 18/12/2015, publicado no DOU em 22 de dezembro de 2015.

Em consequência disso, as medidas cautelares impostas pelo Despacho SERES/MEC 197/2012 foram revogadas pelo despacho SERES/MEC Nº 03/2016, de 14 de janeiro de 2016, mantendo-se, contudo, o trâmite do processo de supervisão MEC nº 23000.000515/2013-38.

No dia 11/02/2016, foi instaurado no sistema e-MEC uma proposta de protocolo de compromisso para o Campus Belém, referente ao processo de credenciamento do IFPA, no qual o referido Campus e o Campus Bragança receberam visitas de avaliação in loco em agosto de 2015. A instauração da proposta de protocolo de compromisso ocorreu por conta de fragilidades constatadas na visita in loco ao Campus Belém, que apresentou notas insatisfatórias em várias dimensões.

O IFPA celebrou o protocolo de compromisso e constituiu uma comissão de acompanhamento, que tem se reunido sistematicamente com setores do Campus Belém e da Reitoria do IFPA para apreciar e deliberar encaminhamentos, já tendo obtido diversos avanços no saneamento das fragilidades apontadas pelo INEP.

No dia 03 de novembro de 2016, foi publicada no DOU a Portaria 690, de 01 de novembro de 2016, instaurando processo administrativo para aplicação de penalidade ao IFPA, em referência ao Processo de supervisão MEC nº 23000.000515/2013-38 e com base nas razões expostas na Nota Técnica nº 55/2016-CGSE/DISUP/SERES/MEC, notificando a Instituição para que apresentasse defesa no prazo de 15 dias. As razões para a instauração do processo administrativo se deram em função dos resultados insatisfatórios constatados na avaliação in loco do Campus Belém.

A comissão de acompanhamento ao protocolo de compromisso do Campus Belém elaborou a defesa apresentada pela Instituição, apontando vícios de procedimento no referido processo, sendo solicitada a revogação do processo administrativo e do processo de supervisão do MEC. No dia 02 de dezembro de 2016, foi publicado no DOU o Despacho SERES nº 117/2016, arquivando o Processo de supervisão MEC nº 23000.000515/2013-38.

Dessa forma, em 2016, o IFPA recuperou sua autonomia institucional e finalizou o processo de supervisão a que respondia desde o ano de 2012, o que configura uma das maiores conquistas do Instituto em 2016.

O protocolo de compromisso se encontra em vigor e será finalizado em 11 de março de 2017, ocasião na qual será encaminhado a SERES o Termo de Cumprimento de Objeto e solicitada uma nova visita de avaliação do INEP, para conferência in loco das providências adotadas pelo IFPA. O bom desempenho nessa nova avaliação é um dos maiores objetivos do IFPA para 2017.

b) Oferta de Cursos de Pós-graduação

É importante que o IFPA, a partir de 2016, passou a ofertar novos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu*:

- *Lato Sensu*:

- Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia: Bragança 2016;
- Educação do Campo, Agricultura Familiar e Currículo: Paragominas 2016;
- *Stricto Sensu:*
 - Mestrado Profissional em Engenharia de Materiais: Belém 2016.

Tais especializações são gerenciadas pelo Núcleo de Atividades Acadêmicas de Pós-graduação vinculado à Coordenação de Pós-graduação da PROPPG, e conta com o suporte computacional do SIGAA.

Quadro 4 ó Macroprocesso finalístico de Extensão.

Descrição:		Compreende a integração da instituição com a comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios, visitas técnicas, convênios e parcerias institucionais, artístico-cultural e desportiva.			
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Gestão dos projetos de extensão	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos tecnológicos visando produção de tecnologias assistivas e formação continuada; - Projetos de empreendedorismo e cooperativismo através de incubadora de empresas e empresa júnior; - Projetos sociais voltados a geração de emprego e renda. 	IFPA (Comunidade Interna)	IFPA (Comunidade Interna); Instituições Públicas e Privadas.	Políticas Extensionistas; Sistemas Automatizados; Estabelecimento de Parcerias	Diretoria de Extensão e Relações Interinstitucionais
Gestão de parcerias institucionais	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de parcerias por Convênios e/ou Cooperação técnica; - Portal de Parceiros. 	IFPA (Servidores e discentes)	Instituições Públicas e Privadas	Interlocação com potenciais parceiros; Políticas Extensionistas	Coordenação de Relações Interinstitucionais
Acompanhamento dos egressos	<ul style="list-style-type: none"> - Portal do egresso; - Serviços de formação continuada: oferta de cursos e eventos, orientação e/ou encaminhamento para emprego e projetos de integração dos egressos; - Portal de Parceiros. 	IFPA (Egressos)	Setor Produtivo (público e privado)	Base de Dados de Egressos; Sistemas Automatizados; Estabelecimento de Parcerias; Materiais de Divulgação; Políticas Extensionistas	Setor de Egressos e Observatório do Trabalho
Estágio curricular e extracurricular	<ul style="list-style-type: none"> - Estabelecimento de parcerias por Convênios e/ou Cooperação técnica; - Portal de Parceiros. 	IFPA (Discentes)	Instituições Públicas e Privadas	Base de Dados de Discentes; Sistemas Automatizados; Estabelecimento de Parcerias; Materiais de Divulgação; Políticas Extensionistas	Coordenação de Extensão e Estágio
Processos de esporte e lazer	<ul style="list-style-type: none"> - JIF (s) e demais ações de desporto e lazer 	IFPA (Comunidade Interna)	Instituições Públicas e Privadas	Políticas Extensionistas; Estabelecimento de Parcerias.	Coordenação de Arte, Cultura de Desporto

Descrição:	Compreende a integração da instituição com a comunidade nas áreas de acompanhamento de egressos, empreendedorismo, estágios, visitas técnicas, convênios e parcerias institucionais, artístico-cultural e desportiva.				
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Processo artístico-cultural	- Projetos, eventos e ações relacionadas à memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.	IFPA (Comunidade Interna e Externa)	Instituições Públicas e Privadas	Políticas Extensionistas; Estabelecimento de Parcerias.	Coordenação de Arte, Cultura de Desporto
Projetos de empreendedorismo	- Incubadora de Empresas e Empresas juniores	IFPA (Discentes e Egressos) e Comunidade Externa.	IFPA (Docentes) e Instituições Externas.	Políticas Extensionistas; Estabelecimento de Parcerias.	Diretoria de Extensão e Relações Interinstitucionais
Programas de intercâmbios	- Centro de Idiomas; - Parcerias nacionais e internacionais, buscando a mobilidade de discentes e docentes.	IFPA (Comunidade Interna) e Comunidade Externa.	Instituições Públicas e Privadas	Políticas Extensionistas; Estabelecimento de Parcerias.	Coordenação de Relações Interinstitucionais

Fonte: PROEX, 2017.

Análise Crítica:

Os macroprocessos internos são avaliados individualmente, de acordo com o tipo de ação da PROEX que estão alinhadas à missão/visão do IFPA e visam atender ao papel da extensão dentro do processo de formação dos discentes, levando-os a associar o ensino/pesquisa/extensão em ações que tenham por objetivo a intervenção transformadora junto à sociedade. Neste contexto, os macroprocessos da extensão foram revisados e, atualmente, estão em consonância com a Política Nacional da Extensão da Rede Federal.

Quadro 5 ó Macroprocesso finalístico de Pesquisa e Inovação Tecnológica.

Descrição:		Compreende a promoção do desenvolvimento de pesquisa, iniciação científica, experimentação científica, publicação acadêmica, participação e realização de eventos científicos, qualificação dos servidores, intercâmbios científicos e registro de patentes.			
Processos Relacionados					
Processo	Produtos e Serviços	Principais Usuários	Principais Parceiros	Insumos Necessários	Subunidades Responsáveis
Fomento à pesquisa e à inovação	- Aprovação de artigos e publicação em periódicos - Edital de Auxílio à Inovação e à Pesquisa Aplicada 3 - Edital de Gestão de Propriedade Intelectual	Servidores e discentes do IFPA	- Instituições de Ciência e Tecnologia - Rede NAMOR e empresa Wylinka	- Dotação orçamentária de Custeio. - Dotação orçamentária de Custeio, Capital e Bolsas. - Dotação para o pagamento de Taxas de proteção.	- Coordenação de Pesquisa - Coordenação de Inovação - Coordenação de Inovação
Programa de iniciação científica	- Concessão de bolsas iniciação científica à comunidade discente do IFPA;	Professores e alunos do IFPA	CNPq e FAPESPA	Lançamento de Edital pelas agências de fomento e aprovação das propostas submetidas	Coordenação de Pesquisa
Processo de registros de propriedade intelectual	- Realização de cursos e palestras sobre patentes e redação de patentes	Servidores e discentes	Rede NAMOR e FAPESPA	Recursos humanos com expertise no Tema e dotação orçamentária	Coordenação de Inovação
Eventos técnico-científicos	- Simpósio de Inovação Tecnológica - SIMIT - Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica do IFPA	- Servidores do IFPA. - Bolsistas de IC do IFPA	- Campus Castanhal - CNPq	Dotação Orçamentária e Espaço Físico	- Coordenação de Inovação - Coordenação de Pesquisa
Processo publicação acadêmica	- Editora do IFPA	Pesquisadores do IFPA	-	Recurso financeiro e pessoal	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação
Gestão dos grupos de pesquisa	- Encontro dos Grupos de Pesquisa e gerência através do SIGAA	Pesquisadores do IFPA	CNPq	Recurso financeiro e sistema integrado de pesquisa	Coordenação de Pesquisa
Pesquisa de inovação tecnológica	- Edital de Auxílio à Inovação e à Pesquisa Aplicada	Servidores e Discentes	Campi do IFPA	Dotação Orçamentária e Laboratórios	Coordenação de Inovação

Fonte: PROPPG, 2017.

Análise Crítica:

As ações em 2016 foram pautadas pelo PDI tendo sido propostas atividades de estímulo à pesquisa e à inovação tanto para servidores quanto para alunos. Foram disponibilizados recursos financeiros para participação em eventos científicos, publicação em periódicos e bolsas de iniciação científica para discente de 12 diferentes Campi. Além disso, foi estimulada nos Campi a criação de programas de iniciação científica a fim de aumentar o fomento à pesquisa nas mais diversas regiões.

O exercício de 2016 foi de estímulo para o processo de desenvolvimentos de pesquisas aplicadas que gerem inovação tecnológica, social e educacional no IFPA. O ambiente foi preparado através das diversas ações descritas acima para que, a partir do próximo exercício, possamos consolidar as ações de inovação nos diversos Campi do IFPA e levá-las efetivamente para a sociedade.

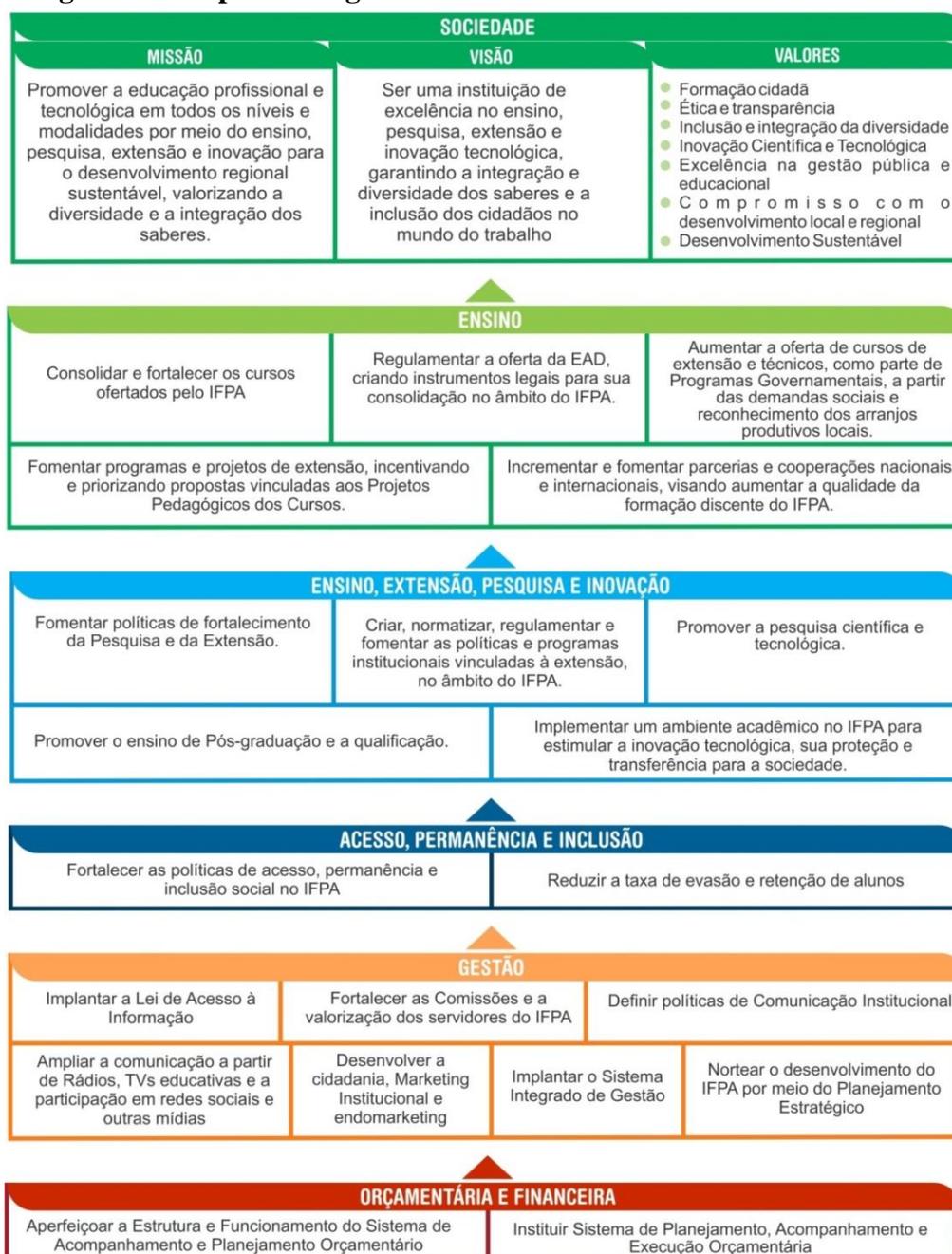
3. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1. Planejamento organizacional

3.1.1. Descrição sintética dos objetivos do exercício

O Planejamento Organizacional do IFPA se baseia no Mapa Estratégico do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pautado em cinco dimensões de categorias para dimensionar seus objetivos e assim definir o que a instituição quer atingir em cada uma das dimensões da sua estratégia, conforme apresentado na Figura 02:

Figura 3 ó Mapa estratégico 2014-2018.



Fonte: PDI 2014-2018, IFPA.

Além dos objetivos apresentados, o PDI (2014-2018) prevê o desdobramento dos objetivos para o período em 80 metas, distribuídas conforme Quadro 6:

Quadro 6 ó Descrição das metas relacionadas aos objetivos estratégicos.

Dimensão	Objetivo	Meta
Melhoria na Qualidade de Ensino Ofertado	OBJETIVO 1: Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA.	META 1: Aprimorar a avaliação dos cursos, melhorando o IGC do IFPA.
		META 2: Aprimorar a avaliação dos alunos, melhorando o desempenho no ENADE.
		META 3: Melhorar o conceito dos cursos ofertados.
		META 4: Integrar ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação para atendimento e melhoria da qualidade da formação do corpo discente
		META 5: Articular as ações referentes à infraestrutura voltada às demandas do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação de cada Campus.
		META 6: Criação, aprovação, implementação e revisão de normativas de fortalecimento do Ensino
	OBJETIVO 2: Regularizar a oferta da EAD, criando instrumentos legais para sua consolidação no âmbito do IFPA.	META 1: Credenciar a Instituição para a oferta de ensino superior em EAD.
		META 2: Fortalecer o vínculo com os polos de EAD, no Estado do Pará.
		META 3: Estabelecer a infraestrutura do Campus de Tecnologias Educacionais e Educação à Distância (CTEAD).
	OBJETIVO 3: Aumentar a oferta de cursos de extensão e técnicos, como parte de Programas Governamentais, a partir das demandas sociais e reconhecimento dos arranjos produtivos locais.	META 1: Aumentar a oferta de vagas em cursos FIC através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC.
		META 2: Aumentar a oferta de cursos técnicos subsequentes através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC.
		META 3: Pactuar ofertas de vagas em cursos FIC para mulheres, através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC, modalidade MULHERES MIL.
	OBJETIVO 4: Fomentar programas e projetos de extensão, incentivando e priorizando propostas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos.	META 1: Financiar projetos de extensão através do PRO-EXTENSÃO - Programa de Apoio às Atividades de Extensão do IFPA.
		META 2: Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, previstos no Plano Nacional de Educação.
		META 3: Consolidar o programa de estudo das cadeias produtivas e cadeias de saberes, através das ações do Observatório do Mundo do Trabalho, para subsidiar o ensino, pesquisa e extensão.
	OBJETIVO 5: Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA.	META 1: Estreitar parcerias com a comunidade empresarial, visando ao aumento de vagas de estágio para os discentes do IFPA.
		META 2: Firmar parcerias nacionais e internacionais, visando intercâmbio de discentes e profissionais técnicos e docentes do IFPA.
		META 3: Aumentar participação de discentes e docentes do IFPA no Programa Ciência Sem Fronteiras e Inglês Sem Fronteiras.

Dimensão	Objetivo	Meta
		META 4: Manter e aumentar os acordos de cooperação internacionais firmados com instituições de outros países, visando a mobilidade estudantil internacional.
		META 5: Implementar o Centro de Idiomas do IFPA.
		META 6: Promover a aplicação de testes de proficiência tipo TOEFL e IELTS para professores, alunos e comunidade em geral interessada.
Fortalecimento do Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação	OBJETIVO 6: Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão.	META 1: Desenvolvimento de ações articuladas entre pesquisa científica, inovação e extensão tecnológica que atendam as demandas regionais.
		META 2: Estimular a execução de projetos que articulem pesquisa e extensão ao ensino, nos diferentes níveis e modalidades.
		META 3: Promover licenciamentos de transferência de tecnologias e conhecimento para o setor privado
	OBJETIVO 7: Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	META 1: Normatizar a Política de Extensão do IFPA.
		META 2: Normatizar o PRO-EXTENSÃO - Programa de Atividades de Extensão do IFPA.
		META 3: Criar o programa de acompanhamento de egressos, implantando o Observatório do Mundo do Trabalho.
		META 4: Produzir, sistematizar e difundir as informações relativas aos egressos do IFPA, em todos os níveis e modalidades.
		META 5: Criar e normatizar o Comitê de Extensão do IFPA.
		META 6: Criar e normatizar a Câmara Técnica de Extensão do IFPA.
		META 7: Normatizar o Núcleo de Tecnologias Assistivas do IFPA.
		META 8: Criar, normatizar e implementar o Núcleo Editorial do IFPA.
		META 9: Implementar o Módulo Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos do IFPA.
		META 10: Implantar o Banco de Projetos da PROEXT para fins de definição de parcerias e fontes de financiamento em potencial, em consonância com a política institucional.
META 11: Apoiar a criação de incubadoras no IFPA.		
META 12: Criar, fomentar e produzir recursos instrucionais e instrumentais técnico-científico-educacionais, considerando os princípios de inclusão e do desenho Universal, em diversas mídias, resguardando o acesso e a usabilidade das várias audiências.		
META 13: Fomentar o Programa Caravana da Ciência e Tecnologia, através da implementação dos Laboratórios Móveis.		
OBJETIVO 8: Promover a pesquisa científica e tecnológica.	META 1: Manter e ampliar o número de bolsas nos programas institucionais de iniciação científica, tecnológica e inovação do CNPq/CAPES/FAPESPA.	
	META 2: Incentivar e apoiar a implantação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI) nos Campi.	
	META 3: Manter e ampliar o Programa de Pesquisa Institucional - Edital para apoio dos projetos de pesquisa.	

Dimensão	Objetivo	Meta
		<p>META 4: Incentivar a participação de servidores em eventos científicos através de editais.</p> <p>META 5: Realizar o Seminário Institucional de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação. Realizar o VI, VII, VIII, IX e X SICTI em diferentes Campi do IFPA, com a participação dos bolsistas do PIBITI e captação de recursos externos.</p> <p>META 6: Captação de recursos externos para a pesquisa. Encaminhamento de propostas para os Editais Institucionais da FAPESPA, CAPES, CNPq e FINEP.</p> <p>META 7: Implantação de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pesquisa. Utilização completa de um sistema de gerenciamento integrado para as atividades de: cadastramento de projetos, grupos de pesquisa, pesquisadores, bolsistas e editais.</p> <p>META 8: Reformulação do Comitê Institucional de Pesquisa.</p> <p>META 9: Capacitação dos servidores na elaboração de projetos e artigos. Realizar anualmente um evento institucional com a oferta de oficinas de elaboração de projetos e artigos.</p> <p>META 10: Promover a pesquisa aplicada através de parcerias com o setor produtivo. Implantar um Programa Institucional de incentivo a parceria entre o pesquisador e o setor produtivo. Estabelecer parcerias com empresas e associações do setor produtivo, visando à elaboração de pesquisa aplicada através da capacitação dos pesquisadores.</p>
	<p>OBJETIVO 9: Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação.</p>	<p>META 1: Manter e ampliar os convênios de cooperação técnico-científico e educacional (Minter, Dinter e cooperações) com IES públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA.</p> <p>META 2: Manter e ampliar o Programa Institucional de Qualificação (PIQ/IFPA), por meio do lançamento anual de editais de bolsas de doutorado e bolsas de mestrado.</p> <p>META 3: Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>.</p> <p>META 4: Aumentar a oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>.</p> <p>META 5: Implantação de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pós-graduação. Utilização completa de um sistema de gerenciamento integrado para as atividades de: cadastramento cursos, servidores, alunos, bolsistas e editais.</p>
	<p>OBJETIVO 10: Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.</p>	<p>META 1: Consolidar as atividades do Núcleo de Inovação Tecnológica do IFPA. Iniciar processos de patentes e registro das marcas do NIT/PROPPG.</p> <p>META 2: Articular em rede com outros NITs de instituições de ensino superior pública. Manter e ampliar a parceria com a Rede NAMOR.</p> <p>META 3: Implantação de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de inovação. Utilização completa de um sistema de gerenciamento para as atividades de: gerenciamento de invenções, gerenciamento de empresas júnior e incubadoras.</p>

Dimensão	Objetivo	Meta
		META 4: Promover aos servidores do IFPA capacitações que visem à aplicação da Lei Federal de Inovação. Realizar anualmente visita nos Campi para a realização de palestras e reuniões sobre inovação tecnológica.
Fortalecimento das políticas de acesso, permanência e Inclusão no IFPA	OBJETIVO 11: Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA.	META 1: Atender os alunos com especificidades e/ou desigualdades educacionais através da política de permanência e inclusão social no IFPA.
		META 2: Destinar um quantitativo de vagas nos cursos técnicos ofertadas ao PROEJA.
		META 3: Destinar um quantitativo de vagas ofertadas para os cursos de Licenciatura.
		META 4: Criar os NAPNE e NEAB nos Campi do IFPA.
	OBJETIVO 12: Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos	META 1: Diagnosticar as causas da evasão nos cursos ofertados em cada Campi do IFPA, em todos os níveis e modalidades.
		META 2: Reduzir o nível de evasão.
		META 3: Diminuir a taxa de retenção nos componentes curriculares.
		META 4: Criar os NAPNE e NEAB nos Campi do IFPA.
Gestão do IFPA	OBJETIVO 13: Implantar a Lei de Acesso à Informação.	META 1: Implantar o e-SIC no âmbito do IFPA.
		META 2: Implantar a transparência da LAI nos Campi.
		META 3: Capacitar os servidores para uso da LAI.
	OBJETIVO 14: Fortalecer as Comissões e a valorização dos servidores do IFPA	META 1: Efetivar a implantação das comissões e subcomissões (quando for o caso) da CPPD, CIS e Comissão de Ética.
		META 2: Implantar as ações de promoção e prevenção à saúde dos servidores.
		META 3: Capacitar os servidores em cursos de aprendizagem contínua.
	OBJETIVO 15: Definir políticas de Comunicação Institucional.	META 1: Regular a comunicação interna e o relacionamento externo do IFPA.
		META 2: Regular as Assessorias de Comunicação e Imprensa nos Campi.
	OBJETIVO 16: Ampliar a comunicação a partir de Rádios, TVs e a participação em redes sociais e outras mídias.	META 1: Realizar cooperação com entidades sem fins lucrativos e com evidente fim de beneficiar a sociedade com programação cidadã para que equipem e operacionalizem estes veículos de comunicação.
		META 2: Implantar serviço de envio de mensagens via celular para os servidores.
	OBJETIVO 17: Desenvolver a cidadania, Marketing Institucional e endomarketing.	META 1: Capacitar servidores na área de Marketing Institucional, Marketing Pessoal, Oratória, Endomarketing, estrutura administrativa brasileira e relações políticas no ambiente de trabalho e diante do público.
	OBJETIVO 18: Implantar o Sistema Integrado de Gestão: SIG.	META 1: Implantar módulos do Sistema Integrado de Gestão.
	OBJETIVO 19: Nortear o desenvolvimento do IFPA por meio do Planejamento Estratégico.	META 1: Acompanhar e monitorar a execução do PDI.
	Responsabilidade Orçamentária e Financeira	OBJETIVO 20: Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário.
META 2: Ampliar a oferta de bens e serviços, através de procedimentos licitatórios compartilhados, de modo a garantir economia e maior vantagem nos processos de contratação, bem como de tempo e pessoal, no âmbito do IFPA.		

Dimensão	Objetivo	Meta
		META 3: Disseminar aquisições de bens e serviços, através de licitações sustentáveis no âmbito do IFPA
	OBJETIVO 21: Instituir Sistema de Planejamento, Acompanhamento e Execução Orçamentária	META 1: Instituir ações de acompanhamento e monitoramento das receitas próprias, despesas e cumprimento de metas orçamentárias.

Fonte: PDI 2014-2018, IFPA.

Para o exercício 2016, cada unidade estratégica da Reitoria do IFPA definiu seu respectivo Plano Anual de Metas ó PAM, onde foram estabelecidos objetivos táticos para cumprimento dos objetivos estratégicos, constantes do PDI, e das metas para o exercício, bem como para cumprimento de objetivos remanescentes de exercícios anteriores. Tais objetivos estão expressos no Quadro 7:

Quadro 7 ó Descrição dos objetivos do planejamento tático da unidade relacionados aos objetivos estratégicos.

Dimensão	Objetivo Estratégico	Unidade Estratégica	Objetivo Tático da Unidade
Melhoria na Qualidade de Ensino Ofertado	1 ó Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA	PRODIN	Elaborar Relatório de Indicadores de avaliação do IFPA.
			Monitorar a execução dos planos de melhoria institucionais.
		PROEN	Aprimorar a avaliação dos cursos, melhorando o IGC do IFPA.
			Aprimorar a avaliação dos alunos, melhorando o desempenho no ENADE.
			Melhorar o conceito dos cursos ofertados.
			Integrar ações de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação para atendimento e melhoria da qualidade da formação do corpo discente.
	Criação, aprovação, implementação e revisão de normativas de fortalecimento do Ensino.		
	2 ó Regular a oferta da EAD, criando instrumentos legais para sua consolidação no âmbito do IFPA	DTI	Disponibilizar uma plataforma que possibilite a Gerencia e a oferta de cursos livres online na Educação a Distância ó EAD
		PRODIN	Credenciar a Instituição para a oferta de ensino superior em EAD
			Credenciar a Instituição para a oferta de ensino superior em EAD.
		PROEN	Fortalecer o vínculo com os polos de EAD, no Estado do Pará.
			Estabelecer a infraestrutura do Campus de Tecnologias Educacionais e Educação à Distância (CTEAD).
3 ó Aumentar a oferta de cursos de extensão e técnicos, como parte de Programas Governamentais, a partir das demandas sociais e reconhecimento dos arranjos produtivos locais		PROEX	Aumentar a oferta de vagas em cursos FIC através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC, além da modalidade Mulheres Mil.

Dimensão	Objetivo Estratégico	Unidade Estratégica	Objetivo Tático da Unidade
	4 ó Fomentar programas e projetos de extensão, incentivando e priorizando propostas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos	PRODIN	Consolidar o programa de estudo das cadeias produtivas e cadeias de saberes, através das ações do Observatório do Mundo do Trabalho, para subsidiar o ensino, pesquisa e extensão até dezembro de 2015.
		PROEN	Construir um relatório com o Diagnóstico dos Arranjos Produtivos Locais, Sociais e Culturais dos Campi e do IFPA
		PROEX	Assegurar, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão, previstos no Plano Nacional de Educação .
	5 ó Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA	PROEX	Encaminhar solicitações de parcerias junto à Instituições públicas e privadas em âmbito local, regional e nacional, por meio da Criação do Portal de Parceiros.
Fortalecimento do Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação	6 ó Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão	PROEN	Estimular a execução de projetos que articulem pesquisa e extensão ao ensino, nos diferentes níveis e modalidades.
	7 ó Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA	PROEX	Normatizar a Política de Extensão do IFPA;
			Normatizar a Política de Estágio;
			Normatizar a Política de Egressos;
			Normatizar a Política de Arte, Cultura e Desporto;
			Normatizar o Núcleo de Tecnologias Assistivas do IFPA;
	Normatizar o PRO-EXTENSÃO - Programa de Atividades de Extensão do IFPA.		
	8 ó Promover a pesquisa científica e tecnológica	DTI	Disponibilizar um sistema que possibilite a administração de publicações eletrônicas no âmbito do IFPA
		PROPPG	Submeter propostas para aquisição de quotas de bolsas de iniciação científica e tecnológica financiadas por agências de fomento à pesquisa.
			Lançar edital para apoio à publicação de artigos em periódicos
Lançar edital para apoio a participação em eventos científicos			
9 ó Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação	PROPPG	Realizar o Seminário de Iniciação Científica do IFPA	
		Realizar a Reunião de Grupos do IFPA	
		Qualificar os servidores do IFPA.	
10 ó Implementar um ambiente acadêmico	DTI	Incentivar e qualificar os professores do IFPA.	
		Submissão de propostas de programas de pós-graduação em nível <i>Stricto Sensu</i> .	
		DTI	Disponibilizar o sistema de controle acadêmico direcionado aos cursos Técnicos.

Dimensão	Objetivo Estratégico	Unidade Estratégica	Objetivo Tático da Unidade
	no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade	PROEX	Desenvolvimento de ações articuladas entre pesquisa científica, inovação e extensão tecnológica que atendam as demandas regionais. Promover licenciamentos de transferência de tecnologias e conhecimento para o setor privado.
Fortalecimento das políticas de acesso, permanência e inclusão no IFPA	11 ó Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA	PROEN	Elaborar e implantar um documento norteador do trabalho da Assistência no IFPA, considerando a atuação Reitoria e Campi.
			Atender os alunos com especificidades e/ou desigualdades educacionais através da política de permanência e inclusão social no IFPA.
			Destinar um quantitativo de vagas nos cursos técnicos ofertadas ao PROEJA.
			Destinar um quantitativo de vagas ofertadas para os cursos de Licenciatura.
	12 ó Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos	PROEN	Desenvolver políticas para a indução de ações no âmbito do ensino e da assistência do estudante
			Diagnosticar as causas da evasão nos cursos ofertados em cada Campus do IFPA, em todos os níveis e modalidades. Reduzir o nível de evasão. Diminuir a taxa de retenção nos componentes curriculares. Construir o Plano Estratégico para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFPA. Executar o Plano Estratégico para Permanência e Êxito em todos os Campi do IFPA Acompanhar o Plano de Permanência e Êxito por meio do Grupo estratégico
Gestão do IFPA	13 ó Implantar a Lei de Acesso à Informação	DTI	Disponibilizar no site do IFPA ferramenta que permita a comunidade interna e externa do IFPA, ter acesso aos dados institucionais de acordo com a Lei de Acesso a Informação
		Gabinete da Reitoria	Capacitar servidores para o uso da LAI.
	14 ó Fortalecer as Comissões e a valorização dos servidores do IFPA	DGP	Implantar as ações de promoção e prevenção à saúde dos servidores através da busca da efetividade no número de servidores atendidos; Capacitar os servidores em cursos de aprendizagem contínua, buscando sempre o maior número no percentual de servidores capacitados
		DTI	Contribuir na composição de comissões disponibilizando servidores lotados na DTI Prover apoio tecnológico e operacional a Comissão Própria de Avaliação ó CPA. Disponibilizar apoio tecnológico e operacional ao gerenciamento e submissão de processos de Reconhecimento, saberes e competência ó RSC
	15 ó Definir políticas de Comunicação Institucional	DTI	Disponibilizar o Serviço VoIP como outro canal de comunicação entre a reitoria e os Campi do IFPA.

Dimensão	Objetivo Estratégico	Unidade Estratégica	Objetivo Tático da Unidade
Responsabilidade Orçamentária e Financeira	16 ó Ampliar a comunicação a partir de Rádios, TV (s) e a participação em redes sociais e outras mídias	Gabinete da Reitoria, através da ASCOM	Não informado
	17 ó Desenvolver a cidadania, Marketing Institucional e endomarketing	Gabinete da Reitoria, através da ASCOM	Não informado
	18 ó Implantar o Sistema Integrado de Gestão ó SIG	DTI	Instituir a política de utilização do sistema Integrado de Gestão ó SIG.
			Disponibilizar ferramenta de controle das frequências a Diretoria de Gestão de Pessoas.
			Disponibilizar o sistema de controle acadêmico direcionado aos cursos Técnicos.
			Disponibilizar sistema de controle de emissão de certificados e diplomas.
			Disponibilizar aos Campi um sistema que possibilite o controle de conferências no âmbito do IFPA.
			Disponibilizar o módulo Catálogo de Materiais do SIPAC.
			Disponibilizar o módulo Patrimônio Móvel do SIPAC.
	Disponibilizar um canal de comunicação através de vídeo conferencia entre a reitoria e aos Campi do IFPA.		
	19 ó Nortear o desenvolvimento do IFPA por meio do Planejamento Estratégico	DTI	Aprovação PDTI e publicação do PDI 2016-2018.
			Garantir que as informações nos sistemas do IFPA sejam confiáveis.
			Recompor o Comitê Gestor de TI - CGTI e o Comitê Gestor de Segurança da Informação - CGSI.
Monitorar e atualizar os relatórios solicitados pelos órgãos de controle externo: SISP e TCU.			
Realizar o inventário de equipamentos de TI no IFPA.			
Disponibilizar e melhorar o acesso a Internet e sistemas internos aos Campi.			
Ampliar as ferramentas de Transparência da Gestão do IFPA.			
Segurança da Informação: Proteger os dados, contra, ataques internos e externos.			
Garantir a disponibilidade dos sistemas internos			
PRODIN	Acompanhar e monitorar 100% da execução do PDI		
Responsabilidade Orçamentária e Financeira	20 ó Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário	DTI	Disponibilizar um sistema que possibilite gerenciar e controlar a aquisição de bens patrimoniais no âmbito do IFPA
		PROAD	Garantir que a execução orçamentária seja fiel ao planejamento orçamentário

Dimensão	Objetivo Estratégico	Unidade Estratégica	Objetivo Tático da Unidade
	21 ó Instituir Sistema de Planejamento, Acompanhamento e Execução Orçamentária	DTI	Disponibilizar um sistema que possibilite gerenciar e controlar a aquisição de bens patrimoniais no âmbito do IFPA
		PROAD	Implantação do Sistema de Planejamento e Orçamento

Fonte: PROAD, PRODIN, PROEN, PROEX, PROPPG, DGP, DTI e Gabinete da Reitoria, 2017.

Algumas unidades, além de desenvolverem objetivos táticos para o exercício vinculados ao PDI, por exigências legais ou necessidades institucionais, precisaram estabelecer e executar objetos táticos não vinculados ao PDI. Tais objetivos, com suas respectivas justificativas, estão expressos no Quadro 8:

Quadro 8 ó Descrição dos objetivos da unidade para o exercício que não estão relacionados aos objetivos estratégicos.

Objetivo Tático	Justificativa	Unidade
Instituir a Política de Meio Ambiente do IFPA	Atender as demandas de requisitos legais para o alcance da missão institucional (Lei nº 6.938/81, Decreto nº 4.281/2002, Decreto nº 5.940/2006, Decreto nº 7.746/2012, IN MPOG nº 01/2010 e IN MPOG nº 10/2012).	PRODIN
Atualizar a estrutura organizacional da Reitoria	Alinhar a estrutura organizacional administrativa do IFPA ao PDI.	PRODIN
Revisar o Estatuto do IFPA	Atualizar o Estatuto do IFPA, adequando à estrutura atual.	PRODIN
Revisar o Regimento Geral do IFPA	Atualizar o Regimento Geral do IFPA, adequando à estrutura atual.	PRODIN
Padronizar no os organogramas dos Campi do IFPA	Alinhar a estrutura organizacional administrativa do IFPA ao PDI, adequando-a à Portaria nº 246/2016 MEC.	PRODIN
Atualizar e elaborar os PDC (s) dos Campi	Os PDC (s) atualizados dos Campi são subsídios para atualização do PDI do IFPA	PRODIN
Atualizar o PDI do IFPA	Atender as demandas decorrentes da Avaliação Institucional para fins de Recredenciamento Institucional ocorrida no Campus Belém e celebradas junto ao MEC por meio de Protocolo de Compromisso.	PRODIN
Elaborar manual de definição dos indicadores básicos de gestão do IFPA.	Apoiar a organização e coleta de dados sobre os indicadores institucionais do IFPA para promoção de subsídios para tomada de decisão da gestão, prestação de contas junto aos órgãos de controle e a sociedade.	PRODIN
Elaborar o resumo crítico do Relatório de Gestão 2015	Atender as determinações da Resolução CONSUP nº 159/2013.	PRODIN
Instituir normativa de elaboração de Relatório de Prestação de Contas Anual.	Melhorar o processo de prestação de contas do IFPA junto aos órgãos de controle e orientar as unidades internas como contribuintes para consolidação da prestação de contas do IFPA.	PRODIN
Atualizar o Regimento Interno da CPCA	Evitar conflitos entre a atuação da CPCA prevista em seu Regimento Interno e a Política de Prestação de Contas.	PRODIN
Implantar Sistema Informatizado de Preenchimento do Relatório de Gestão e Relatório de Atividades Anuais.	Melhorar o processo de prestação de contas do IFPA junto aos órgãos de controle.	PRODIN

Objetivo Tático	Justificativa	Unidade
Implementar o Módulo de Avaliação Institucional do SIGAA.	Melhorar o processo de autoavaliação do IFPA e sanar as deficiências relatadas pela CPA nas próprias autoavaliação e pelas Comissões Externas nas avaliações externas de regulação institucional e/ou de cursos de graduação.	PRODIN
Implantar a Política de Avaliação Institucional.	Melhorar o processo de autoavaliação do IFPA e sanar as deficiências relatadas pela CPA nas próprias autoavaliação e pelas Comissões Externas nas avaliações externas de regulação institucional e/ou de cursos de graduação.	PRODIN
Atualizar PPC (s) de maneira a atender as legislações vigentes	A necessidade de atualização dos PPC (s) de todos os cursos do IFPA se deu a partir de 2015, por conta de modificações do Regulamento Didático Pedagógico do Ensino do IFPA e de novas legislações educacionais.	PROEN
Instituir mecanismos de acompanhamento e controle do Trabalho docente	A instituição de mecanismos de acompanhamento e controle do Trabalho docente foi realizada pela Pró-reitoria de ensino do IFPA, a partir do início da nova gestão do IFPA, em 2015, a partir das demandas dos gestores de ensino dos Campi e em continuidade a discussões anteriormente iniciadas com a comunidade acadêmica.	PROEN
Atualizar o Projeto Pedagógico Institucional - PPI do IFPA e os Projetos Políticos Pedagógicos ó PPP (s) dos Campi do IFPA	Verificou-se a necessidade de atualização do PPI e dos PPP (s) a partir de 2015, em consonância com novas normativas educacionais e como uma das ações pactuadas durante o processo de credenciamento institucional do IFPA.	PROEN
Alcançar os percentuais de vagas de oferta definidos pela Lei 11.892.	Objetivo definido pela Pró-reitoria em 2015, a partir da constatação de que os percentuais de vagas previstos pela Lei 11.892 não estavam sendo cumpridos.	PROEN
Ofertar EJA - EPT em todos os Campi do IFPA	Objetivo definido pela Pró-reitoria em 2015, a partir da constatação de que o percentual de vagas destinadas a cursos EJA-EPT estava muito inferior ao mínimo previsto.	PROEN
Implantar Acervo Acadêmico do IFPA de acordo com a Portaria 1224/2013	Ação de saneamento pactuada por ocasião da celebração do protocolo de compromisso de credenciamento institucional, em 2016.	PROEN
Implantar Política de fortalecimento das Bibliotecas do IFPA	Objetivo definido pela Pró-reitoria em 2016, a partir de discussões com o comitê gestor das bibliotecárias do IFPA.	PROEN
Encerrar os passivos dos programas institucionais (PRONATEC, ETEC, UAB, PARFOR, PROCAMPO...)	Objetivo definido pela Pró-reitoria em 2015, por ocasião da verificação de um número significativo de estudantes com pendências acadêmicas nesse programa.	PROEN
Capacitar Coordenadores de Curso e Equipes Técnico Pedagógicas	Demanda apresentada pelos gestores de ensino e coordenadores de curso à Pró-reitoria de Ensino em 2015.	PROEN
Ofertar complementação pedagógica para todos os professores bacharéis do IFPA	Por força de meta prevista no Plano Nacional de Educação e em atendimento à Resolução CNE/CP 02-2015.	PROEN
Capacitar os secretários acadêmicos., auxiliares institucionais e procuradora institucional nos sistemas EDUCACENSO, CENSUP e e-MEC	Objetivo definido pela Pró-reitoria de Ensino em 2015, a partir da verificação de inconsistências na alimentação dos censos e do Sistema e-MEC.	PROEN

Objetivo Tático	Justificativa	Unidade
Alcançar atualização e coerência entre informações do Sistema Acadêmico Interno e SISTEC	Objetivo definido pela Pró-reitoria de Ensino em 2015, a partir da verificação de divergências entre os dados dos SISTEC e do Sistema de Gerenciamento Acadêmico do IFPA.	PROEN
Atualizar mensalmente o SISTEC.	Objetivo definido pela Pró-reitoria de Ensino em 2015, a partir da verificação de divergências entre os dados dos SISTEC e do Sistema de Gerenciamento Acadêmico do IFPA.	PROEN
Propor a utilização do SIGAA para gerar relatórios mensais aos Campi.	Objetivo definido pela Pró-reitoria de Ensino em 2015, a partir da verificação de divergências entre os dados dos SISTEC e do Sistema de Gerenciamento Acadêmico do IFPA.	PROEN
Atualizar o Sistema e-MEC com informação dos Campi e dados gerais da Instituição.	Objetivo definido a partir da verificação da necessidade de atualização dos dados, em 2015.	PROEN
Estabelecer um programa de Assistência Estudantil para o IFPA.	Verificou-se a necessidade de atualizar normativas anteriores e implementar um programa que norteasse o trabalho da assistência estudantil no IFPA.	PROEN
Definir política de ações inclusivas no âmbito do ensino, da gestão de pessoas e na gestão institucional.	Necessidade de atendimento à legislação pertinente.	PROEN
Reduzir a taxa de evasão e elevar a taxa de permanência no IFPA.	Objetivo pactuado como uma das prioridades a partir do ano de 2015, por força dos índices de evasão e com base na necessidade de implantação do Plano de Permanência e Êxito do IFPA.	PROEN
Aumentar a oferta de cursos de extensão e técnicos, como parte de Programas Governamentais, a partir das demandas sociais e reconhecimento dos arranjos produtivos locais	Foram pactuadas, em outubro de 2016, somente 140 vagas, distribuídas em 04 cursos FIC, considerando a tabela de demandas restrita de cursos. Considera-se também o ano complicado, devido ao contexto político do País. Pelos mesmos motivos supracitados, não houve vagas pactuadas no Programa Mulheres Mil.	PROEX
Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA	A normatização das políticas extensionistas, assim como do programa PRO-EXTENSÃO são passivos da gestão anterior. Conforme o Planejamento Estratégico da PROEX para 2017, as pendências supramencionadas serão cumpridas, com a devida aprovação do Conselho Superior do IFPA, até o mês de junho de 2017.	PROEX

Fonte: PRODIN, PROEN e PROEX, 2017.

3.1.2. Estágio de implementação do planejamento estratégico

O Instituto Federal do Pará teve seu primeiro Planejamento Estratégico instituído por meio de seu Plano de Desenvolvimento Institucional ó PDI (2009-2013). Posteriormente, em 30 de junho de 2014, foi aprovado o PDI (2014-2018), que vigora até o exercício em questão. Tal instrumento tem por objetivo nortear as ações da gestão desta instituição no período de 2014-2018, bem como reflete a capacidade de o IFPA atender as demandas sociais.

A construção do PDI vigente baseou-se em oficinas realizadas nos Campi existentes à época, em um Seminário de Planejamento com a participação do Reitor, Pró-reitores, Diretores Gerais de Campi e Diretores Sistêmicos, e nos Planos de Desenvolvimento dos Campi ó PDC, por meio dos quais subsidiou-se a formulação da

missão, visão e valores da Instituição, das dimensões estratégicas, dos objetivos, dos indicadores e das metas previstas para cada ano do período de vigência do plano.

Em 2016, ante a mudança de cenário e as necessidades institucionais, iniciou-se e revisão do plano para ajustamento das metas e estratégias para cumprimento da missão e visão institucional. Contudo, tal revisão se estendeu para o exercício seguinte, com previsão de apreciação pelo CONSUP em abril de 2017.

3.1.3. Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O PDI do IFPA foi elaborado de forma a atender as principais competências institucionais expressas em termos de documentação legal e/ou normativa, bem como está alinhado com as estratégias e diretrizes do planejamento do Ministério da Educação expresso no Plano Nacional da Educação ó PNE (2014-2024). O Quadro 9 apresenta a relação entre os objetivos do PDI do IFPA com suas competências institucionais e outros planos.

Quadro 9 ó Vinculação dos objetivos contidos no planejamento da unidade com as competências institucionais e outros planos.

Objetivos da Unidade	Competências Institucionais	Outros Planos
OBJETIVO 1: Consolidar e fortalecer os cursos ofertados pelo IFPA.	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004; Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM	Estratégia do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 2: Regularizar a oferta da EAD, criando instrumentos legais para sua consolidação no âmbito do IFPA.	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005; Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM.	Estratégia 10.3, 11.3, e 14.4 do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 3: Aumentar a oferta de cursos de extensão e técnicos, como parte de Programas Governamentais, a partir das demandas sociais e reconhecimento dos arranjos produtivos locais.	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM; Acórdão nº 506/2013 TCU - Plenário	Estratégia 9.11, 10.2, 10.8, 11.1, 12.11 e 13.7 do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 4: Fomentar programas e projetos de extensão, incentivando e priorizando propostas vinculadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos.	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM.	Estratégia 12.7 do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 5: Incrementar e fomentar parcerias e cooperações nacionais e internacionais, visando aumentar a qualidade da formação discente do IFPA.	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	Estratégia 11.4, 13.7, 14.10 e 14.13 do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 6: Fomentar políticas de fortalecimento da Pesquisa e da Extensão.	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM; Acórdão nº 506/2013 TCU ó Plenário	Estratégia 13.7, 14.10 e 14.13 do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)

Objetivos da Unidade	Competências Institucionais	Outros Planos
OBJETIVO 7: Criar, normatizar, regulamentar e fomentar as políticas e programas institucionais vinculadas à extensão, no âmbito do IFPA.	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM; Acórdão nº 506/2013 TCU ó Plenário.	Estratégia 9.11, 12.7, 13.7 e 14.10 do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 8: Promover a pesquisa científica e tecnológica.	Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM; Acórdão nº 506/2013 TCU ó Plenário.	Estratégia 14.9, 14.10, 14.11, 14.13, 14.14, 14.15 do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 9: Promover o ensino de Pós-graduação e a qualificação.	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.	Estratégia 14.4, 14.6 e 14.9 do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 10: Implementar um ambiente acadêmico no IFPA para estimular a inovação tecnológica, sua proteção e transferência para a sociedade.	Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008; Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM.	Estratégia 14.11, 14.14 e 14.15 do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 11: Fortalecer as políticas de acesso, permanência e inclusão social no IFPA.	Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM; Acórdão nº 506/2013 TCU ó Plenário.	Inciso I do Art. 3º e as Estratégias 10.9, 11.11, 11.12 11.13 do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 12: Reduzir a taxa de evasão e retenção de alunos	Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM; Acórdão nº 506/2013 TCU ó Plenário.	Inciso I do Art. 3º do Plano Nacional de Educação ó PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014)
OBJETIVO 13: Implantar a Lei de Acesso à Informação.	Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.	-
OBJETIVO 14: Fortalecer as Comissões e a valorização dos servidores do IFPA	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei no 11.091, de 12 de janeiro de 2005; Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012.	-
OBJETIVO 15: Definir políticas de Comunicação Institucional.	Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.	-
OBJETIVO 16: Ampliar a comunicação a partir de Rádios, TVs e a participação em redes sociais e outras mídias.	Lei no 10.861, de 14 de abril de 2004.	-
OBJETIVO 17: Desenvolver a cidadania, Marketing Institucional e endomarketing.	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.	-
OBJETIVO 18: Implantar o Sistema Integrado de Gestão: SIG.	Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM.	-
OBJETIVO 19: Nortear o desenvolvimento do IFPA por meio do Planejamento Estratégico.	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006;	-

Objetivos da Unidade	Competências Institucionais	Outros Planos
OBJETIVO 20: Aperfeiçoar a Estrutura e Funcionamento do Sistema de Acompanhamento e Planejamento Orçamentário.	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.	-
OBJETIVO 21: Instituir Sistema de Planejamento, Acompanhamento e Execução Orçamentária	Lei no 4.320, de 17 de março de 1964; Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.	-

Fonte: PRODIN, 2017.

3.2. Formas e instrumentos de monitoramento da execução e dos resultados dos planos

Para execução das ações necessárias ao cumprimento das metas estratégicas, foi instituído o desdobramento das ações entre as unidades estratégicas do IFPA, as quais, por meio de seus Planos de Anuais de Ações e Metas (PAM), definem ações anuais exequíveis e alinhadas às metas contidas no PDI.

O IFPA tem empreendido esforços para aprimoramento e institucionalização do Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos o SIGPP, possibilitando o cadastramento das informações referente ao planejamento anual das unidades estratégicas do IFPA, o registro dos resultados parciais e finais, para fins de consolidação e monitoramento.

O sistema supracitado foi adquirido em conjunto com os demais sistemas que compõem o Sistema Integrado de Gestão o SIG e foi disponibilizado para uso no IFPA em 2015. Desde então, foram realizadas diversas ações de capacitação e sensibilização para o uso da ferramenta, porém, devido à rotatividade de usuários responsáveis pela alimentação e à necessidade de adequação às especificidades e características da Instituição, seu uso ainda não se encontra plenamente consolidado nas unidades do IFPA. Diante disso, por vezes, faz-se necessário o uso de outras ferramentas de planejamento, como, por exemplo, planilhas eletrônicas.

3.3. Desempenho orçamentário

3.3.1. Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

a) Ações do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS)

O Quadro 10 apresenta a descrição de todas as Ações da LOA de responsabilidade do IFPA para o exercício 2016, por programa vinculado.

Quadro 10 ó Descrição das Ações da LOA de responsabilidade do IFPA.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos	Ajuda de custo para moradia ou auxílio-moradia a agentes públicos.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	Despesas orçamentárias com o pagamento de Auxílio-funeral devido à família do servidor ou do militar falecido na atividade ou aposentado ou a terceiro que custear, comprovadamente, as despesas com o funeral do ex-servidor ou do ex-militar, bem como com o pagamento de Auxílio-natalidade devido à servidora ou militar, cônjuge ou companheiro servidor público ou militar por motivo de nascimento de filho.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2080 - Educação de qualidade para todos	10 - Orçamento Fiscal	Temático	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.	20RG - Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Apoio ou execução de planos de reestruturação e expansão na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica que visem ao aumento do número de vagas e à redução da evasão por meio da adequação e da modernização da estrutura física das instituições; da aquisição de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos mobiliários e laboratórios; da locação de imóveis, veículos e máquinas necessários para a reestruturação; da execução de obras, incluindo reforma, construção, materiais e serviços; do atendimento das necessidades de custeio inerentes ao processo de reestruturação, considerando a otimização das estruturas existentes e o equilíbrio da relação aluno/professor; e da modernização tecnológica de laboratórios visando à implementação da pesquisa aplicada, desenvolvimento tecnológico e inovação.
2080 - Educação de qualidade para todos	10 - Orçamento Fiscal	Temático	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.	20RL - Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica	Gestão administrativa, financeira e técnica, e desenvolvimento de ações visando ao funcionamento dos cursos de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das escolas técnicas vinculadas às universidades federais; manutenção de serviços terceirizados; pagamento de serviços públicos; manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam reforma ou adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente; aquisição e ou reposição de acervo bibliográfico e veículos; capacitação de recursos humanos; prestação de serviços à comunidade; promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas; bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2080 - Educação de qualidade para todos	10 - Orçamento Fiscal	Temático	1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.	2994 - Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência estudantil, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o acesso, permanência e bom desempenho do estudante.
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	10 - Orçamento Fiscal	Gestão e Manutenção	-	20TP - Pessoal Ativo da União	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União.
0910 - Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais	10 - Orçamento Fiscal	Operações Especiais	-	000L - Contribuições e Anuidades a Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais sem Exigência de Programação Específica	Pagamento de contribuições e anuidades a organismos e entidades nacionais ou internacionais sem exigência de programação específica, nos termos do inciso XVI do art. 11 do PLDO 2016.
0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União	20 - Orçamento da Seguridade Social	Gestão e Manutenção	-	0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis da União ou dos seus pensionistas.

Programa	Esfera	Tipo de Programa	Objetivo do PPA	Ação	Descrição
2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação	20 - Orçamento da Seguridade Social	Gestão e Manutenção	-	2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores, militares e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.

Fonte:Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, 2017.

As Ações da LOA de responsabilidade do IFPA que estão vinculadas aos programas temáticos estabelecidos no PPA são 20RG, 20RL e 2994, e são tratados individualmente nos quadros a seguir:

Quadro 116 Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 20RG.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input checked="" type="checkbox"/> Integral <input type="checkbox"/> Parcial					
Código	20RG		Tipo: Atividade			
Título	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhado com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					Código: 1009
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26416					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
3.658.537,00	3.658.537,00	3.082.711,66	1.228.305,80	1.198.891,68	29.414,12	1.854.405,86
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Produto viabilizado		Unidade	4	9	9	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
23.663.458,57	10.519.615,12	984.979,49	Produto viabilizado.	Unidade	6	

Fonte: Tesouro Gerencial 10.02.2017, SIOP 13.02.2017 e SIMEC 13.02.2017.

Análise Situacional:

Analisando o desempenho orçamentário da Ação 20RG em 2016, constata-se que as atividades pertinentes ocorreram sem significativas intercorrências.

No comparativo entre os valores previstos na dotação e os empenhados, observa-se um percentual executado de 84,57% do que foi destinado para esta ação, sendo que quando analisado pela perspectiva de cota liberada este percentual alcança cerca de 98%. Porém, quando se faz a comparação entre os valores empenhados e liquidados, o percentual atingido é de 39,84%, justificado em virtude do atraso da entrega de materiais pelas empresas e pelo cronograma físico de obras.

Muito embora tenha havido algumas distorções quanto ao desempenho da despesa, ocasionadas pelas empresas ou pelo normal transcurso do tempo de realização das obras, isto não afetou de forma soberana a realização das metas físicas dos projetos que alcançaram um desempenho maior que o previsto, principalmente em virtude da conclusão neste exercício de obras iniciadas em exercícios anteriores.

No âmbito da ação, foram desenvolvidas atividades que demandaram orçamento para atendimento de despesas em nove Campi e na Reitoria, conforme descrito abaixo:

Campus Marabá Rural: Despesas com aquisição de equipamentos de informática e processamento de dados, aquisição de software de segurança para área de Tecnologia da Informação ó TI e aquisição de mobiliário em geral.

Campus Marabá Industrial: Despesas com aquisição de mobiliário para biblioteca e equipamentos para área de TI.

Campus Abaetetuba: Despesas com reforma da laje do bloco pedagógico, possibilitando o funcionamento de mais 6 (seis) salas de aulas com capacidade para 40 alunos e 1(um) laboratório de informática para 42 alunos.

Campus Belém: Despesas com equipamentos de informática, visando modernização dos cursos de Informática do Campus.

Campus Tucuruí: Despesas com aquisição de mobiliário para laboratório de informática.

Campus Conceição do Araguaia: Despesas com aquisição de equipamento para área de TI, aquisição de equipamentos para laboratório, aquisição de veículos e retomada da obra dos laboratórios.

Campus Bragança: Despesas com aquisição de equipamento para restaurante estudantil e aquisição de mobiliário para salas de atendimento a alunos.

Campus Breves: Despesas com aquisição de material permanente e equipamentos de informática para equipar os laboratórios utilizados nos cursos de informática e agropecuária.

Campus Castanhal: Despesas com acréscimo em valor de obra e aquisição de equipamentos para laboratório de banco de dados.

Reitoria: Despesas com aquisição de mobiliário, aquisição de equipamentos e com parcela remanescente de obras iniciadas em exercícios anteriores e termo aditivo de obras.

Os resultados obtidos pela ação contribuíram para o alcance do objeto da mesma, com ênfase na expansão do Instituto.

Quadro 126 Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 20RL.

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial					
Código	20RL		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa						
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080 Tipo: Temático			
Unidade Orçamentária	26416					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras			
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não processados
58.815.818,00	58.815.818,00	57.060.942,76	42.488.547,56	42.079.290,88	409.256,68	14.572.395,20
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de	Meta		

			medida	Prevista	Reprogr amada	Realizad a
Estudante matriculado.			Unidade	27.530	23.435	23.435
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizad a	
32.620.214,74	13.810.259,10	6.033.975,75	Estudante matriculado.	Unidade	9.858	

Fonte: Tesouro Gerencial 10.02.2017, SIOP 10.02.2017, SISTEC 07.02.2017 e SIMEC 13.02.2017

Análise Situacional:

Analisando o desempenho orçamentário da Ação 20RL em 2016, muito embora não tenha havido redução da dotação dentro do mesmo exercício, houve uma redução do orçamento desta ação se comparado aos exercícios anteriores.

Quanto ao impacto das ações orçamentárias e financeiras sobre o alcance das metas físicas da ação, observou-se a realização de 85,12% da quantidade de alunos matriculados previsto, embora tenha havido contingenciamento orçamentário em relação ao ano anterior. Ainda cabe ressaltar que o valor de 23.435 alunos matriculados na meta física, informação extraída do SISTEC, não é o que está apresentado no SIMEC, pois este apresenta o valor correspondente a 11.046 alunos, informação extraída do SIGAA. Tal fato ocorreu em virtude do conflito do conceito de matrícula entre os sistemas utilizados, pois no SIGAA consideram-se matrículas o número de alunos com vínculo efetivo em pelo menos um componente curricular (disciplina) no período analisado; já, no SISTEC, consideram-se matrículas atendidas o número de alunos com status de oem cursoö por pelo menos um dia no período analisado.

No âmbito da ação, foram desenvolvidas atividades que demandaram orçamento para diversas despesas, dentre as principais estão: Cumprimento de contratos continuados (Vigilância, segurança, limpeza e apoio administrativo); despesas fixas (telefonia, combustível, correios, despesas com publicação oficiais, aluguéis); despesas variáveis (diárias, passagens, manutenção de equipamentos e veículos); despesas de investimento (obras, aquisição de equipamentos e veículos); e outras despesas que ocorreram no decorrer do exercício, como aquisição de material de consumo, pagamento de taxas, entre outros. Essas despesas foram realizadas com orçamento extraído da fonte de recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Parte do recurso também foi utilizado para o cumprimento de despesas relativas a processos seletivos realizados pelo Instituto. Essas despesas foram realizadas com orçamento da fonte de arrecadação própria.

Quadro 136 Dimensões físicas e financeiras da execução da ação 2994.

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	<input type="checkbox"/> Integral <input checked="" type="checkbox"/> Parcial
Código	2994 Tipo: Atividade
Título	Assistência ao Estudante da Educação Profissional e Tecnológica
Iniciativa	
Objetivo	Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024. Código: 1009

Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	26416					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/>	Outras		
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.376.652,00	13.376.652,00	11.890.940,93	9.839.277,22	9.495.696,41	343.508,81	2.051.663,71
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefícios concedidos.			Unidade	11.000	7.062	5.897
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
5.620.328,57	1.754.637,02	3.251.504,60	Benefícios concedidos.	Unidade	5.512	

Fonte: Tesouro Gerencial 10.02.2017, SIOP. 13.02.2017 e SIMEC 13.02.2017

Análise Situacional:

Analisando o desempenho orçamentário da Ação 2994 em 2016, muito embora não tenha havido redução da dotação dentro do mesmo exercício, houve uma redução do orçamento desta ação se comparado aos exercícios anteriores.

Quanto ao impacto das ações orçamentárias e financeiras sobre o alcance das metas físicas da ação, que trata sobre matrícula de alunos, observou-se a realização de 64,20% do previsto, percentual este atingido pelo contingenciamento orçamentário quando comparado ao ano anterior. Cabe ressaltar que o valor de 7.062 alunos matriculados na meta física não é o que está apresentado no SIMEC. Tal fato ocorreu em virtude do atraso na consolidação das informações pelos Campi.

No âmbito da ação, foram desenvolvidas atividades que demandaram orçamento para atendimento de despesas de custeio e investimento, tais como: Auxílio financeiro a discentes dos Campi, Auxílio para participação de alunos em eventos relacionados a seus cursos, pagamento de bolsas de iniciação científica para alunos dos Campi, contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de preparo de refeições para alunos, aquisição de gêneros alimentícios para atendimento de alunos, aquisição de merenda escolar, aquisição de equipamentos destinados ao atendimento de atividades relacionadas à merenda escolar e outras atividades relacionadas à assistência estudantil.

b) Ações Não Previstas na LOA do Exercício ó Restos a Pagar Não Processados ó OFSS

Quadro 14 óDimensões físicas e financeiras da execução da ação 2992.

Identificação da Ação	
Código	2992 Tipo: Atividade
Título	Funcionamento da Educação Profissional
Iniciativa	

Objetivo	Garantir a manutenção e custeio das instituições da Rede Federal de Educação Profissional, visando assegurar o desempenho da sua finalidade precípua, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino. Código: 2992				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código:1062	Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
165.596,96	10.526,18	0,00	Aluno matriculado	Unidade	-

Fonte: Tesouro Gerencial 10.02.2017 e SIOP 13.02.2017.

Análise Situacional:

O saldo apresentado na Ação 2992 - Funcionamento da Educação Profissional, foi utilizada para executar a política de governo, estes são de restos a pagar não processados, e apresentam saldos nos Campus do IFPA: Conceição do Araguaia, Castanhal, Tucuruí, Altamira, Marabá Industrial, Santarém e Itaituba, que já deveriam ter sido anulados pelos Campi, a fim de regularizar o estoque, tendo em vista que essas ações programáticas já não existem mais e nem os empenhos de restos a pagar não processados são mais devidos.

Foi aberto processo pela Reitoria e enviado aos Campi no ano de 2016, para que os gestores providenciassem as anulações devidas, mas ainda não foi concretizada a execução das anulações.

Quadro 15 ó Dimensões físicas e financeiras da execução da Ação 6301.

Identificação da Ação					
Código	6301		Tipo: Atividade		
Título	Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal				
Iniciativa					
Objetivo	Ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional. Código:-				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código:1062	Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
37.674,93	0,00	0,00	Volume disponibilizado	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial 10.02.2017 e SIOP 13.02.2017.

Análise Situacional:

O saldo apresentado nesta Ação 6301 - Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica - foi utilizado para executar a política de governo, com o objetivo de ampliar e atualizar o acervo bibliográfico das instituições da Rede Federal de Educação Profissional.

O saldo apresentado corresponde a empenhos de restos a pagar não processados dos Campi Tucuruí, Altamira, Conceição do Araguaia e Santarém, que já deveriam ter sido anulados para fins de enxugamento dessas contas.

Foi aberto processo pela Reitoria e enviado aos Campi no ano de 2016, para que os gestores providenciassem as anulações devidas, mas ainda não foi concretizada a execução das anulações.

Quadro 16 ó Dimensões físicas e financeiras da execução da Ação 8650.

Identificação da Ação					
Código	8650		Tipo: Atividade		
Título	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.				
Iniciativa					
Objetivo	Reorganizar e integrar as Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica com vistas a ampliar a oferta de vagas da educação profissional e tecnológica mediante a modernização de unidades e melhorar a qualidade do ensino.				Código:-
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código:1062	Tipo: Atividade	
Unidade Orçamentária	26416				
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria <input type="checkbox"/> Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física ó Metas		
Valor em 1º de janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
425.219,55	0,00	0,00	Unidade reestruturada	Unidade	

Fonte: Tesouro Gerencial 10.02.2017 e SIOP 13.02.2017.

Análise Situacional:

Com relação aos restos a pagar não processados da Ação 8650 (Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica), estes foram provenientes, principalmente, no exercício financeiro de 2010.

Esta ação tinha a meta inicial de ter 10 unidades reestruturadas no âmbito do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará, sendo que o saldo restante desta ação é referente a despesas, provenientes da construção do bloco ãMö do Campus Belém. Em 2013, o Campus solicitou à empresa WAB ENGENHARIA LTDA CNPJ: 15.263.411/0001-47, que desocupasse o canteiro de obra. O fato em questão ocasionou o encerramento do contrato, todavia a empresa ingressou na Justiça Federal, a qual está cobrando um vultoso montante em torno de aproximadamente R\$ 1.000.000,00, alegando o não recebimento de serviços prestados e solicitando indenização por quebra de contrato, o qual gerou o processo nº 14076-47.2013.4.01.3900.

Desta forma, a manutenção dos saldos visa garantir futuros pagamentos oriundos de decisão judicial.

c) Ações do Orçamento de Investimento (OI)

Não se aplica, pois a UPC é por natureza jurídica uma Autarquia Federal e o Orçamento de Investimento é destinado às empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

3.3.2. Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Analisando o desempenho orçamentário no decorrer do exercício de 2016, considerando não existirem fatores restritivos relevantes para o desenvolvimento das atividades pertinentes às ações do Instituto, pontualmente, em decorrência do quadro de

contingenciamento orçamentário, ocorreram dificuldades temporárias em disponibilizar cotas orçamentárias aos Campi do IFPA, tanto no âmbito de custeio, como no âmbito do investimento, o que foi devidamente equacionado quando os repasses foram regularizados.

3.3.3. Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Quadro 17 ó Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
221110200		PRECATORIOS DE PESSOAL			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158306	PR0000698	154.336,27	0,00	0,00	154.336,27
158306	PR0003698	93.757,26	0,00	0,00	93.757,26
158306	PR0004097	295.568,89	0,00	0,00	295.568,89
158306	PR0068198	99.464,12	0,00	0,00	99.464,12
158306	PR0071498	7.606.985,58	0,00	0,00	7.606.985,58
158306	PR0092598	3.172.627,47	0,00	0,00	3.172.627,47
158306	PR0112597	5.198.252,81	0,00	0,00	5.198.252,81
158306	PR1044200	903.979,38	0,00	0,00	903.979,38
158306	PR3642000	740.847,97	0,00	0,00	740.847,97
158306	PR3802000	1.270.298,56	0,00	0,00	1.270.298,56
158306	PR5752000	350.300,25	0,00	0,00	350.300,25
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211110102		DÉCIMO TERCEIRO SALARIO A PAGAR			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158135	-	0,00	1.638.050,54	0,00	15.135.960,12
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
211110103		FÉRIAS A PAGAR			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158135	-	0,00	448.312,85	0,00	3.717.571,06
Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
218911900		INCENTIVOS A EDUCACAO, CULTURA E OUTROS			
Linha Detalhe					

UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo final do exercício anterior	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo final do exercício
158306	158306	0,00	0,00	0,00	7.429,92

Fonte: Tesouro Gerencial 20/03/2017.

Análise Crítica:

O saldo apresentado na conta 22111.0200 - PRECATÓRIOS DE PESSOAL - migrou do antigo CEFET, hoje atual Campus Belém, e não foi identificada a origem da inclusão no SIAFI. O saldo apresentado até o exercício de 2016 deverá ser analisado, conjuntamente com a Procuradoria Federal junto ao IFPA, para que se possa dar baixa nele.

O saldo apresentado nas contas 21111.01.02 - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO A PAGAR - compreende as obrigações referentes ao décimo terceiro salário, apropriadas mensalmente na base de 1/12 do valor da folha de pagamento da unidade. O saldo em 31 de dezembro deve refletir a provisão efetuada no mês de dezembro. A conta 21111.01.03 - FÉRIAS A PAGAR - conterá o saldo acumulado da apropriação mensal por competência obedecida a baixa do adiantamento concedido.

Não foram tomadas as providências de baixa no final do exercício, de acordo com a macrofunção 020318 - Encerramento do exercício, que trata da ANÁLISE DE CONTAS CONTÁBEIS - As contas do Balanço deverão ter os seus saldos devidamente analisados, conciliados, ajustados e no próximo exercício de 2017 será realizada a devida baixa de exercícios anteriores para a regularização.

O saldo apresentado na conta 218911900, na UG do Campus Belém, refere-se a um cancelamento do documento hábil 2015 RP001085, que fora cancelado erroneamente, e será regularizado no exercício de 2017.

Todas as despesas encontradas com o atributo P no SIAFI correspondem a despesas com pessoal ou que não foram ajustadas corretamente.

3.3.4. Restos a pagar de exercícios anteriores

Quadro 18 ó Restos a pagar inscritos em exercícios anteriores.

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados e Restos a Pagar não Processados Liquidados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016 (a)	Pagos (b)	Cancelados (c)	Saldo a pagar 31/12/2016 (d) = (a-b-c)	
2015	4.360.976,82	4.331.949,42	28.828,66	198,74	
2014	2.018.352,60	2.012.598,85	1.337,67	4.416,08	
2013	259.233,77	256.543,82	0,00	2.689,95	
2012	3.685,00	0,00	3.045,00	640,00	
2011	958,00	0,00	0,00	958,00	
2010	72,35	72,35	0,00	0,00	
Restos a Pagar Não Processados					
Ano de Inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2016 (e)	Liquidados (f)	Pagos (g)	Cancelados (h)	Saldo a pagar 31/12/2016 (i) = (e-g-h)
2015	35.854.194,53	25.011.321,02	24.943.482,40	1.399.656,64	9.511.055,49
2014	18.458.291,17	4.027.799,98	4.027.799,98	3.812.537,84	10.617.952,35
2013	12.626.716,66	547.890,56	547.890,56	5.320.491,06	6.758.335,04
2012	1.994.361,20	1.913,31	1.931,13	50.521,22	1.941.926,67
2011	291.558,40	10.526,18	10.526,18	9.769,64	271.262,58

2010	351.061,62	0,00	0,00	0,00	351.061,62
------	------------	------	------	------	------------

Fonte: Tesouro Gerencial 10/02/2017.

Análise Crítica:

Na análise dos montantes relacionados aos Restos a Pagar Processados e não processados, verifica-se que os valores mais expressivos são referentes a obras, que em virtude do seu relacionamento ocorrer de forma global no momento da assinatura do contrato, o impacto na gestão financeira/orçamentária torna-se reduzido no exercício subsequente.

As razões e/ou circunstâncias existentes para a permanência dos valores de restos a pagar processados e não processados por mais de um exercício financeiro deve-se ao fato de processos judiciais em curso, da prorrogação dos contratos e dos fornecedores não possuírem os bens prontos para realizar a entrega na data da sua solicitação.

3.3.5. Execução descentralizada com transferência de recursos

a) Visão Gerencial dos Instrumentos de Transferência e dos Montantes Transferidos

Quadro 19 ó Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios.

Unidade concedente ou contratante						
Nome:	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará					
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados			Montantes repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2016	2015	2014	2016	2015	2014
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de execução descentralizada	1	3	3	524.777,04	194.209,93	250.277,75
Termo de compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Outros	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	1	3	3	524.777,04	194.209,93	250.277,75

Fonte: Tesouro Gerencial 10/02/2017.

Análise Crítica:

Na análise do quadro, observa-se um aumento substancial no montante repassado em 2016 quando comparados aos anos de 2014 e 2015. Este aumento deveu-se, sobretudo, ao repasse efetuado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro visando à qualificação de servidores docentes, porém, ao se comparar, a evolução da quantidade de instrumentos firmados, observa-se uma queda referente ao ano de 2016 se comparado aos anos de 2014 e 2015, o que de certa forma contrasta com o montante repassado, mas pode ser explicado em virtude das cláusulas estabelecidas nos termos e sua vigência que alcança mais de um período.

b) Visão Gerencial da Prestação de Contas dos Recursos Pelos Recebedores

Em virtude da dificuldade quanto à centralização das informações, por ser de responsabilidade dos Campi e de cada Pró-reitoria, o controle e a análise das prestações de contas referentes às transferências concedidas pela unidade nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres, não há como prestar a referida informação, neste momento.

c) Visão Gerencial da Análise das Contas Prestadas

Em virtude da dificuldade quanto à centralização das informações, por ser de responsabilidade dos Campi e de cada Pró-reitoria o controle e a análise das prestações de contas referentes às transferências concedidas pela unidade nas modalidades de convênio, contratos de repasse e instrumentos congêneres, não há como prestar a referida informação, neste momento.

3.3.5.1. Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Atualmente, a Pró-reitoria de Administração da Reitoria não possui uma estrutura de pessoal específica para analisar as pactuações dos parceiros da descentralização de recurso. O sistema de controle para analisar as prestações de contas fica sob o termo pactuado entre as Pró-reitorias ou Campi do IFPA e os recebedores dos recursos, cabendo à PROAD somente a inscrição, contabilização, transferências e descentralização do recurso orçamentário e financeiro.

3.3.6. Informações sobre a realização das receitas

Quadro 20 ó Receitas arrecadadas em 2016 pelo IFPA.

Valor em R\$ 1,00

Receitas			
Natureza ou Grupo	Prevista (R\$)	Arrecadada (R\$)	Principais Fontes
13100111	41.275,00	18.819,22	02500026416
1400011	29.831,00	3.254,50	02500026416
16100111	363.332,00	288.090,61	02500026416
16100112	0,00	3,88	02500026416
16100211	719.489,00	2.489.665,70	02500026416
16100212	0,00	195,98	02500026416
19100911	33.025,00	83.795,57	02500026416
19210111	0,00	750,00	02500026416
19220611	3.444,00	540,00	02500026416

Fonte: Tesouro Gerencial 02/03/2017.

Análise Crítica:

Quanto à informação sobre a realização das receitas, observou-se que do montante de R\$ 2.885.115,46, arrecadado, 86,29% trata-se de receitas oriundas do processo seletivo da Instituição codificado na natureza da receita 16100211.

3.3.7. Informações sobre a execução das despesas

a) Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro 21 ó Despesas por modalidade de contratação.

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2016	%	2015	%	2016	%	2015	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	55.415.546,95	16,82%	61.352.032,07	20,84%	33.985.798,52	11,17%	28.948.731,35	11,39%
a) Convite	27.833,76	0,01%	117.684,32	0,04%	0,00	0%	0,00	0%
b) Tomada de Preços	3.640.689,98	1,10%	1.759.541,21	0,60%	572.242,41	0,19%	42.305,15	0,02%
c) Concorrência	7.254.622,92	2,20%	11.266.860,63	3,83%	356.418,75	0,12%	401.791,84	0,16%
d) Pregão	44.477.355,31	13,50%	44.772.597,18	15,21%	33.042.092,38	10,86%	26.614.649,61	10,47%
e) Concurso	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
f) Consulta	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	15.044,98	0,005%	3.435.348,73	1,17%	15.044,98	0,005%	1.890.014,75	0,74%
2. Contratações Diretas (h+i)	11.072.583,12	3,36%	8.223.543,31	2,79%	10.026.886,35	3,30%	6.228.800,86	2,45%
h) Dispensa	9.034.291,58	2,74%	6.151.492,63	2,09%	8.413.672,75	2,77%	4.996.971,02	1,97%
i) Inexigibilidade	2.038.291,54	0,62%	2.072.050,68	0,70%	1.613.213,60	0,53%	1.231.829,84	0,48%
3. Regime de Execução Especial	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
j) Suprimento de Fundos	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	237.467.254,65	72,07%	198.153.462,49	67,31%	273.022.865,31	77,93%	198.089.564,37	77,93%
k) Pagamento em Folha	235.772.573,94	71,56%	195.984.361,97	66,57%	235.338.650,88	77,38%	195.938.132,91	77,08%
l) Diárias	1.694.680,71	0,51%	2.169.100,52	0,74%	1.684.214,43	0,55%	2.151.431,46	0,85%
5. Total das Despesas acima (1+2+3+4)	303.955.384,72	92,25%	267.729.037,87	90,94%	281.035.550,18	92,40%	233.267.096,58	91,77%
6. Total das Despesas da UPC	329.485.530,16	100%	294.407.062,50	100%	304.148.486,50	100%	254.191.891,15	100%

Fonte: Tesouro gerencial 10/02/2017.

Análise Crítica:

Conforme demonstrativo apresentado, o IFPA executou 100% do orçamento disponibilizado para a sua gestão (Reitoria e Campus) e a modalidade de licitação mais prevalente nos exercícios comparados de 2015 e 2016 foi o pregão eletrônico, que consiste na modalidade de licitação em que a UJ contrata serviços e adquire bens comuns, nos termos do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005.

Dentro desta modalidade, houve execução por parte de todas as unidades gestoras que compõem a estrutura do Instituto Federal do Pará.

Essas aquisições são em grande parte material de consumo, contratação de serviços de pessoa jurídica, locação de mão de obra, aquisição de passagens e aquisição de material permanente para atender as demandas de 17 Campi, 01 Campus Avançado e a Reitoria, além de contratação de serviços de pessoas jurídicas para ministrar cursos de capacitação aos servidores do IFPA.

O percentual de variação nas despesas liquidadas, nessa modalidade, teve uma diminuição de 4,02% de um ano para outro, notadamente por ações de contingenciamento de recursos.

Com relação à modalidade Concurso e Consulta, neste exercício de 2016, não houve nem a realização de empenho e nem pagamento.

Com relação à modalidade de licitação Tomada de Preços houve, no geral, um aumento nas despesas executadas de 0,5% em relação ao ano de 2015, em virtude de recebimento de créditos para reforço aos empenhos de contratos de obras, como, por exemplo, as de combate a incêndio, alojamento estudantil, reforma do gabinete médico e adaptações em banheiros e rampas de acesso.

Na modalidade de licitação Concorrência, que diminuiu 1,63%, e não houve nenhuma movimentação relevante na modalidade de contratação sob o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, essas situações muito se deveram ao contingenciamento dos recursos e etapas finais na conclusão das obras e serviços de manutenção.

No que tange à modalidade de Contratação Direta: Dispensa de Licitação, constatou-se um acréscimo nesta modalidade, nas despesas liquidadas, que foi de 0,65% demonstrando assim que os 18 Campi e a Reitoria estão em pleno funcionamento.

O crescimento nestas contratações se deu em virtude, principalmente, nos contratos para fornecimento de energia elétrica, devido ao aumento sazonal das tarifas de consumo.

Podemos citar também o aumento de outros gastos como de: água potável, Correios, Seguros de Viagens de alunos, ocasionado, sobretudo, pelo crescimento da inflação.

Já em relação à modalidade de Contratação Direta: inexigibilidade de licitação, observou-se um decréscimo de 0,08% nas despesas liquidadas de um ano para outro e estão relacionadas aos serviços de:

- I. Publicação da Imprensa Nacional e na Empresa Brasileira de Comunicação ó EBC;
- II. Compra de peças e material de consumo exclusivos dos fabricantes para atender a equipamentos que detenham exclusividade no fornecimento;
- III. Pagamento de ART (s) ao Conselho Regional de Engenharia-CREA;
- IV. Pagamento de correspondências aos Correios;
- V. Pagamento e licenciamento da frota de veículos ao Departamento de Trânsito do Estado do Pará;
- VI. Contratação de empresas para realização de treinamentos;

- VII. Contratação de passagens através das compras diretas, via compra direta do sistema SCDP;
- VIII. Contratação de empresa de serviço de pesquisa;
- IX. Pagamento de taxa de limpeza pública, a Prefeitura de Belém;
- X. Assinatura de Periódicos, para o curso de Gestão Pública.

Em se tratando de Suprimentos de Fundos, neste exercício de 2016, não houve nem a realização de empenho e nem pagamento.

O expressivo valor da folha de pagamento, o qual teve um crescimento nas despesas liquidadas de 4,76% é resultado da nomeação de novos servidores, principalmente professores e técnicos administrativos advindos dos concursos públicos realizados em 2016.

As diárias tiveram um decréscimo nas despesas liquidadas de 0,23% em 2016 em relação a 2015, o que é explicado pela redução de viagens, o que ocorreu pela necessidade de contingenciamento de recursos orçamentários para o deslocamento dos servidores docentes e técnicos administrativos para realização de microestágios e, principalmente, para participação em eventos, congressos, conferências e capacitações.

A modalidade de contratação - *Outros*, que nada mais é do que os empenhos emitidos como *Não se aplica*, por não se enquadrarem em nenhuma das modalidades de licitação, teve em 2016 um acréscimo nas despesas liquidadas em relação a 2015, decorrente, em grande parte, pelas despesas com Bolsa de Estudos, Auxílios aos Discentes, além dos gastos pagos com ajuda de custo e ressarcimento de despesas. Outro destaque nesta modalidade foi o serviço de seleção e treinamento para ministrar cursos de capacitação aos servidores do IFPA, sendo realizada a liquidação pelos órgãos de origem dos instrutores, na rubrica Cursos e Concursos.

b) Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro 22 ó Despesas por grupo e elemento de despesa.

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
APOSENT. RPPS. REMUNER. E REFORM. MILITAR	29.981.464,40	26.834.502,28	29.622.124,12	26.834.502,28	395.340,28	0,00	26.622.124,12	26.834.502,28
PENSOES DO RPPS E DO MILITAR	8.186.133,91	7.749.751,59	8.179.520,73	7.749.751,59	6.613,18	0,00	8.179.520,73	7.749.751,59
CONTRATAÇÃO P/TEMPO DETERMINADO	1.248.471,55	585.718,08	1.248.471,55	585.718,08	0,00	0,00	1.248.471,55	585.718,08
CONTRIB. A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA	155.409,34	17.393,01	155.409,34	17.393,01	0,00	0,00	155.409,34	17.393,01
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	161.981.702,21	134.181.993,28	161.913.742,61	134.181.993,28	67.959,60	0,00	161.913.732,61	134.181.993,28
Demais elementos do grupo	34.219.392,53	26.615.003,73	34.219.392,53	26.568.774,67	0,00	46.229,06	34.219.392,53	26.568.774,67
2. Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3. Outras Despesas Correntes	74.209.416,92	77.086.172,00	63.979.828,52	59.120.180,01	10.229.588,40	17.965.991,99	63.483.694,39	55.746.435,40
AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	7.195.912,45	7.712.640,26	6.314.783,47	6.879.619,83	881.128,98	833.020,43	5.974.263,47	6.138.806,76
MATERIAL DE CONSUMO	4.875.350,77	5.218.455,39	2.743.487,82	2.840.023,06	2.131.862,95	2.378.432,33	2.723.750,60	1.673.176,00
LOCAÇÃO DE MAO-DEOBRA	27.577.853,55	25.200.594,76	23.982.253,81	21.524.458,25	3.595.599,74	3.676.136,51	23.884.063,16	21.335.080,99
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	11.859.669,70	13.874.212,39	9.725.917,76	7.922.742,73	2.133.751,94	5.951.469,66	9.696.696,93	6.885.419,20
AUXILIO-ALIMENTAÇÃO	9.164.478,44	6.530.355,28	9.161.942,58	6.530.355,28	2.535,86	0,00	9.161.942,58	6.530.355,28
Demais elementos do grupo	13.536.152,01	18.549.913,92	12.051.443,08	13.422.980,86	1.484.708,93	5.126.933,06	12.042.977,65	13.183.597,17
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA	32.000,00	10.700,00	32.000,00	10.700,00	0,00	0,00	32.000,00	625,95
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	52.568,47	256.858,80	47.878,47	0,00	4.690,00	256.858,80	47.878,47	0,00
OBRAS E INSTALAÇÕES	10.700.872,92	16.185.225,67	934.321,18	2.686.644,83	9.766.551,74	13.498.580,84	934.321,18	2.293.447,33

EQUIPAMENOS E MATERIAL PERMANENTE	8.718.097,91	4.883.744,06	4.975.368,30	797.210,22	3.742.729,61	4.086.533,84	4.311.941,58	213.249,56
5. Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6. Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Tesouro gerencial 2016, 10/02/2017.

Análise Crítica:

Na execução das despesas correntes e das despesas de Capital por grupo e elemento dos créditos totais, temos a observar que:

Nas despesas correntes de 2015 para 2016, destacaram-se as Despesas de Pessoal e Encargos Sociais, as quais tiveram relevância na execução orçamentária no âmbito do IFPA. Esta despesa teve aumento relevante em virtude das nomeações de novos servidores concursados no exercício de 2016 em decorrência da expansão da Instituição, tendo em vista que esta Instituição é composta atualmente pela Reitoria e 18 Campi descentralizados (Abaetetuba, Altamira, Belém, Breves, Bragança, Castanhal, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Rural, Marabá Industrial, Santarém e Tucuruí, além de Ananindeua, Cametá, Paragominas, Parauapebas, Vigia e Óbidos), dos quais 06 funcionam sob a tutela contábil da Reitoria, além de diversos polos de ensino.

Em virtude desta expansão, criou-se a necessidade de novas contratações, tanto de Professores, quanto de Técnicos Administrativos.

Os gastos com *Outras Despesas Correntes* tiveram um decréscimo na execução, em relação ao ano de 2015, em vista do contingenciamento dos recursos pelo MEC.

Em primeiro lugar, neste grupo, ficaram as despesas com Locação de Mão de Obra, classificação contábil (339037), no montante de R\$ 27.577.853,55 de despesas pagas.

Neste gasto, destaca-se a terceirização de mão de obra para atender os serviços de vigilância ostensiva, limpeza e conservação, contratação de cozinheiros e copeiras, teleatendentes, apoio administrativo e motoristas, para atender as 17 unidades e 1 Campus Avançado, além da Reitoria do Instituto.

Em segundo lugar, neste grupo, ficaram as despesas com Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, classificação contábil (339039), com um aumento de R\$ 11.859.669,70 de despesas empenhadas. Neste gasto, destacam-se as despesas com: energia elétrica, água e esgoto, manutenção dos serviços imóveis, despesas com Correios, Manutenção de Veículos e aparelhos de Ar condicionado de demais serviços.

Em terceiro lugar, neste grupo, ficaram as despesas com Auxílio Financeiro a Estudantes, classificação contábil (339018), no momento de R\$ 7.195.912,45 de despesas pagas. Neste gasto, destaca-se o fornecimento de auxílios estudantis, além de pagamentos de auxílio a desenvolvimento de estudos e pesquisas. Estas despesas serviram para custear os estudantes com diversos auxílios, como, por exemplo: auxílio transporte, auxílio alimentação, auxílio moradia. Registre-se que todos esses auxílios foram concedidos a alunos selecionados por meio de edital lançado por cada Campus do Instituto.

Em relação às despesas de Investimentos, a execução dessas despesas decresceu 10% em relação ao ano de 2015, motivado principalmente pelo corte de orçamento e contingenciamento das despesas previstas para o exercício de 2016.

Em primeiro lugar, na execução de Investimento ficaram as despesas com Obras e Instalações, classificação contábil (449051). Nesta despesa, destacam-se algumas ações de Serviços/Obras, reforço aos empenhos dos contratos de construção dos Campi novos, ampliação do Espaço Físico no Instituto, a aquisição de equipamentos de informática, de laboratórios, aparelhos de ar-condicionado e mobiliário em geral, além da aquisição de equipamentos diversos para estruturação da coordenação de merenda escolar.

Em segundo lugar na execução de investimento ficaram as despesas com aquisição de equipamentos, classificação contábil (449052). Nesta despesa, destaca-se a contratação de empresas especializadas no fornecimento de equipamentos para suporte nas atividades finalísticas e de apoio dos Campi e Reitoria do IFPA.

Em terceiro lugar, ficaram as aquisições de licença de uso de softwares, classificação contábil (449039). Nesta despesa, destaca-se a aquisição de programas e licenças da Microsoft, para atender os Campi novos e os setores de informática.

3.3.8. Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não houve ocorrência no exercício.

3.4. Apresentação e análise de indicadores de desempenho

a) Indicadores do Plano de Desenvolvimento Institucional ó PDI

Quadro 23 Índices de desempenho previstos no PDI.

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Índice Geral de Cursos (IGC).	5	3	3	Anual	Pró-reitoria de Ensino	Definida anualmente pelo INEP
Média das notas dos cursos no ENADE.	5	4	4	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi com Cursos de Nível Superior	(Soma dos Conceitos ENADE dos Cursos/Quantidade de Cursos com Conceito ENADE)
Média das notas das avaliações dos cursos realizadas in loco.	5	4	-	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi com Cursos de Nível Superior	(Soma das Notas das Avaliações/Quantidade de Cursos Avaliados)
Número de políticas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação, articuladas entre as Pró-reitorias, para atendimento e melhoria da qualidade da formação do corpo docente.	-	2	5	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Pró-reitoria de Extensão	-
Número de adequação anual das estruturas físicas voltadas às demandas do Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação dos Campi.	-	5	40	Anual	Todas as Pró-reitorias / Campi	-
Número de criações, aprovações, implementações e revisões de normativas articuladas entre as Pró-reitorias para fortalecimento do Ensino.	-	30	18	Anual	Pró-reitoria de Ensino	-
Credenciamento do IFPA, junto ao MEC, para oferta de ensino superior em EAD.	Sim	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Ensino/Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	Atendido: Sim ou Não
Número de polos credenciados.	-	20	0	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	-

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Percentual de construção do CTEAD do IFPA.	100%	100%	65%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Administração	(Quantidade de Etapas Concluídas/Total de Etapas)*100
Número de vagas pactuadas em cursos FIC através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC	-	21.000	140	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de cursos técnicos subsequentes pactuados com Programa Bolsa-Formação PRONATEC.	-	30	0	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de vagas pactuadas em cursos FIC para mulheres, através do Programa Bolsa-Formação PRONATEC, modalidade MULHERES MIL.	-	2.500	0	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de projetos de extensão aprovados através do PRO-EXTENSÃO - Programa de Apoio às Atividades de Extensão do IFPA.	-	36	36	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Percentual de Cursos de graduação do IFPA com matrizes curriculares atualizadas.	100%	70%	84%	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Quantidade de Cursos com Matrizes Atualizadas/Total de Cursos)*100
Implantação do Observatório do Mundo do Trabalho.	Sim	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Percentual de aumento anual do número de vagas de estágio.	-	10%	10%	Anual	Pró-reitorias de Extensão e Ensino / Campi	((Vagas de Estágio do Ano Atual/Vagas de Estágio do Ano Anterior)-1)*100

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de parcerias nacionais e internacionais firmadas, visando intercâmbio de discentes e profissionais técnicos e docentes do IFPA.	-	8	8	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Percentual de discentes e docentes aprovados no Programa Ciência Sem Fronteiras e Inglês Sem Fronteiras.	-	10%	10%	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Quantidade de Discentes e Docentes Aprovados no Programa Ciência Sem Fronteiras e Inglês Sem Fronteiras/Total de Discentes e Docentes)*100
Número de acordos de cooperação internacionais firmados com instituições de outros países, visando a mobilidade estudantil internacional.	-	8	8	Anual	Pró-reitorias de Extensão / Campi	-
Implementação do Centro de Idiomas do IFPA.	Sim	Sim	Não	Anual	Pró-reitorias de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Número de testes de proficiência tipo TOEFL e IELTS aplicados para professores, alunos e comunidade em geral interessada.	-	1.200	90	Anual	Pró-reitorias de Extensão / Campi	-
Número de projetos, com ações articuladas entre pesquisa científica, inovação e extensão tecnológica, voltados para demandas regionais.	-	17	26	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Pró-reitoria de Extensão / Campi	-

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de projetos fomentados que utilizem a pesquisa e extensão como instrumento de ensino-aprendizagem.	-	30	44	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de licenciamentos de transferência de tecnologias e conhecimento para o setor privado realizados.	-	5	5	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Normatização da Política de Extensão aprovada no CONSUP.	Sim	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Normatização do Programa de Atividades de Extensão do IFPA ó PRO-EXTENSÃO aprovada no CONSUP.	Sim	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Criação do Observatório do Mundo do Trabalho.	Sim	Sim	Sim (Somente no Campus Belém)	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	Atendido: Sim ou Não
Percentual de egressos em acompanhamento.	100%	100%	10%	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	(Quantidade de Egressos em Acompanhamento/Total de Egressos)*100
Criação e normatização do Comitê de Extensão do IFPA aprovadas no CONSUP.	Sim	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Criação e normatização da Câmara Técnica de Extensão do IFPA aprovadas no CONSUP.	Sim	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Criação e normatização do Núcleo de Tecnologias Assistivas do IFPA aprovadas no CONSUP.	Sim	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Criação e normatização do Núcleo Editorial do IFPA aprovadas no CONSUP.	Sim	Sim	Sim	Anual	Pró-reitoria de Extensão	Atendido: Sim ou Não
Implementação do Módulo Extensão do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas do IFPA.	Sim	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão / DTI	Atendido: Sim ou Não
Implantação do Banco de Projetos da PROEXT para fins de definição de parcerias e fontes de financiamento em potencial, em consonância com a política institucional.	Sim	Sim	Não	Anual	Pró-reitoria de Extensão / DTI	Atendido: Sim ou Não
Número de incubadoras criadas.	-	5	0	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de produtos e serviços criados e produzidos com recursos instrucionais e instrumentais técnico-científico-educacionais, considerando os princípios de inclusão e do desenho Universal, em diversas mídias, resguardando o acesso e a usabilidade das várias audiências.	-	10	10	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Pró-reitoria de Ensino / Campi	-
Número de laboratórios móveis implantados.	-	8	4	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de bolsas de iniciação científica nos programas institucionais de iniciação científica, tecnológica e inovação do CNPq/CAPE/FAPE/PA.	-	80	51	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número de Campi com Programa de Bolsas de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação (PIBICTI) implantado.	18	11	7	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número acumulado de projetos de pesquisa apoiados pelo IFPA.	-	24	134	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número acumulado de beneficiários em Edital de participação de servidores em eventos.	-	60	46	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número de Seminários Institucionais de Iniciação Científica, Tecnológica e Inovação por ano.	-	1	5	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número de projetos institucionais aprovados por ano para captação de recursos externos para pesquisa.	-	1	0	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pesquisa.	-	3	1	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / DTI	-
Número de participações do Comitê de Pesquisa nas ações da PROPPG.	-	3	3	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de eventos de capacitação dos servidores na elaboração de projetos e artigos realizados anualmente.	-	1	0	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de editais anuais de incentivo à pesquisa aplicada.	-	1	1	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de convênios vigentes de cooperação técnico-científico e educacional (Minter, Dinter e cooperações) com IES públicas para a qualificação do corpo de servidores do IFPA.	-	5	3	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de bolsistas beneficiados pelo Programa Institucional de Qualificação (PIQ) do IFPA.	-	24	19	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de <i>curros stricto sensu</i> ofertados.	-	3	2	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número de Campi com oferta de cursos <i>lato sensu</i> .	-	7	4	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de pós-graduação.	-	2	2	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / DTI	-

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de patentes registradas.	-	3	0	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Número de ações em conjunto com a Rede Namor.	-	4	4	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação	-
Número de ações gerenciadas com o auxílio de um sistema integrado de gerenciamento das atividades de inovação.	-	2	0	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / DTI	-
Número de visitas realizadas aos Campi para capacitação dos servidores, que visem à aplicação da Lei Federal de Inovação.	-	15	4	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação / Campi	-
Percentual de alunos atendidos pelos programas de permanência do IFPA.	-	60%	50%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Alunos Atendidos pelos Programas de Permanência/Total de Alunos)*100
Percentual de vagas ofertadas para o PROEJA.	10%	10%	2%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Vagas Ofertadas para o PROEJA/Total de Vagas)*100
Percentual de vagas ofertadas para Licenciaturas.	20%	10%	10%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Vagas Ofertadas para Licenciatura/Total de Vagas)*100
Percentual de Campi com NAPNE e NEAB criados.	100%	30%	38,8% (NAPNE ó 7 campi) e 22,2% (NEAB ó 4 campi)	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Campi com NAPNE e NEAB/Total de Campi)*100
Número de Campi com o Diagnóstico de evasão realizados.	18	18	17	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Percentual de evasão escolar.	0%	30%	15%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Matrículas Finalizadas Evadidas/Matrículas Atendidas)*100

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Percentual de reprovação por componente curricular.	0%	40%	14%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Reprovados em Componente Curricular/Matrículas Atendidas)*100
Implantação do e-SIC.	Sim	Sim	Sim	Anual	Gabinete do Reitor	Atendido: Sim ou Não
Número de Campi com a LAI implantada.	18	18	18	Anual	Gabinete do Reitor / Campi	-
Percentual de servidores capacitados para uso da LAI.	100%	100%	7%	Anual	Gabinete do Reitor / Campi	(Quantidade de Servidores Capacitados para Uso da LAI/Total de Servidores)*100
Número de comissões (CPPD, CIS e Comissão de Ética) implantadas.	3	3	3	Anual	Gabinete do Reitor / Campi	-
Percentual de servidores atendidos em ações de promoção e prevenção à saúde dos servidores.	100%	100%	57,26%	Anual	DGP / Campi	(Quantidade de servidores atendidos em ações de promoção e prevenção à saúde dos servidores / Total de Servidores)*100
Percentual de servidores capacitados por cursos de aprendizagem contínua.	100%	75%	-	Anual	DGP / Campi	(Quantidade de Servidores Capacitados por Cursos de Aprendizagem Contínua/Total de Servidores)*100
Número de políticas de comunicação interna e o relacionamento externo reguladas.	-	6	0	Anual	Gabinete do Reitor / Campi	-
Número de Campi com Assessorias de Comunicação e Imprensa.	18	18	9	Anual	Gabinete do Reitor / Campi	-
Número de cooperações firmadas com entidades sem fins lucrativos e com evidente fim de beneficiar a sociedade com programação cidadã para que equipem e operacionalizem estes veículos de comunicação.	-	3	0	Anual	Gabinete do Reitor	-

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de servidores com celulares cadastrados e aptos para o serviço de envio de mensagens.	100%	70%	0	Anual	Gabinete do Reitor / DTI	-
Percentual de servidores capacitados na área de Marketing Institucional, Marketing Pessoal, Oratória, Endomarketing, estrutura administrativa brasileira e relações políticas no ambiente de trabalho e diante o público.	-	40%	0	Anual	Gabinete do Reitor / Campi	(Quantidade de Servidores Capacitados na Área de Marketing Institucional, Marketing Pessoal, Oratória, Endomarketing, Estrutura Administrativa Brasileira e Relações Políticas no Ambiente de Trabalho e Diante o Público/Total de Servidores)*100
Número de módulos do Sistema Integrado de Gestão (SIG) implantados.	-	10	0	Anual	DTI	-
Percentual de execução do PDI.	100%	100%	40%	Anual	Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional	(Quantidade de metas Atingidas/Total de Metas)*100
Número de eventos de discussão acerca das necessidades Orçamentárias dos Campi realizados.	-	2	3	Anual	Pró-reitoria de Administração / Campi	-
Número de licitações compartilhadas realizadas.		5	10	Anual	Pró-reitoria de Administração / Campi	-
Percentual de licitações sustentáveis realizadas	100%	65%	0%	Anual	Pró-reitoria de Administração / Campi	(Quantidade de Licitações Sustentáveis Realizadas/Total de Licitações Realizadas)*100
Número de Unidades Gestoras (UGs) com receitas próprias, despesas e cumprimento de metas orçamentárias monitoradas, in loco.	12	9	9	Anual	Pró-reitoria de Administração / Campi	-

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
-------------	----------------------	-----------------	------------------	---------------	------------------------	--------------------

Fonte: PDI (2014-2018), com adaptações, Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas, Campi e Gabinete do Reitor, 2016.

Análise Crítica:

No que se refere aos itens Índice Geral de Cursos e Média das notas dos cursos do ENADE, observa-se que o IFPA atendeu aos índices previstos. Já em relação às notas das avaliações dos cursos in loco, informa-se que não houveram cursos avaliados no exercício de 2016.

Destaca-se o bom desempenho do IFPA em relação aos indicadores articulados entre ensino, pesquisa, extensão e inovação. No âmbito da extensão vários projetos foram executados. O desenvolvimento desses projetos traz contribuições significativas para as comunidades locais das áreas de abrangência do IFPA.

Em relação aos itens relacionados à evasão e reprovação, destaca-se a criação da Comissão de Permanência e Êxito Institucional e nos campi. O trabalho dessa comissão consiste no acompanhamento, monitoramento e no desenvolvimento de estratégias e ações para a garantia da permanência e êxito dos estudantes ingressos nos cursos da instituição. Além disso, destaca-se que estão sendo instituídas em âmbito institucional políticas de acompanhamento de egressos, como por exemplo, o Observatório do Mundo do Trabalho, já instituído no Campus Belém.

No âmbito da pesquisa, inovação e pós-graduação houve ações relacionadas ao: auxílio à publicação de artigos, auxílio à participação em eventos científicos, apoio à pesquisa aplicada, seminários de iniciação científica e inovação pedagógica, regularização dos grupos de pesquisa e capacitação de servidores.

No geral, cabe informar que atualmente o PDI está passando por revisão e o IFPA vem trabalhando na perspectiva de avançar na qualidade da formação ofertada aos jovens e à comunidade como um todo, considerando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ademais, destaca-se que o IFPA é uma instituição em plena expansão e passa por reformulações e adequações na sua infraestrutura e nas estruturas administrativa e pedagógica. Nesse sentido, destaca-se que ações nesse sentido já vêm sendo realizadas.

b) Indicador das Estratégias 11.11 e 12.3 do anexo à Lei N° 13.005/2014

Quadro 24 Índices de desempenho previstos nas Estratégias 11.11 e 12.3 do anexo à Lei N° 13.005/2014.

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Relação de Alunos por Professor	≥ 20	20	18,19	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	$(\text{Aluno-Equivalente}/((20h*0,5)+40h+DE))*100$

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
-------------	----------------------	-----------------	------------------	---------------	------------------------	--------------------

Fonte: SISTEC, 2017.

Análise Crítica:

A Taxa encontra-se em padrão regular ao número de docentes estabelecidos por turma. O índice observado de 18,19 alunos por docente está bastante próximo do que a Lei estabelece. Comparado ao ano de 2015, cujo índice foi 21,63, houve uma diminuição de 3,44 em 2016. Contribuiu para esse índice o ingresso de novos docentes em todos os Campi do IFPA. Em alguns casos pontuais, também se observa a concentração de docentes em determinadas áreas do ensino, especialmente, para atendimento de disciplinas dos cursos superiores, cuja recomendação é que um docente não ministre mais do que três disciplinas por curso. A despeito disso, os Campi deverão em 2017 realizar a oferta de novos cursos e turmas, visto que, em grande parte, conseguiram resolver pendências de falta de professores, que lhes estavam impedindo de ampliar a oferta de vagas. Desta maneira, será possível a elevação do índice para mais próximo de 20 em 2017. Para tanto, estão sendo finalizados novos PDC (s) nos Campi e planejadas novas ofertas de turmas, de acordo com o número de docentes previsto por Campus. Destaque-se que a organização semestral de cálculos de RAP, realizados por Campus, foi fundamental para adequação de docentes ao número de alunos dos Campi.

c) Indicadores do Art. 8º da Lei Nº 11.892/2008

Quadro 25 ó Indicadores de desempenho previstos no Art. 8º da Lei Nº 11.892/2008.

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos Técnicos	$\geq 50,00\%$	50,00%	72,68%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	$(\text{Ingressante Acumulado Equivalente Técnico} / \text{Ingressante Acumulado Equivalente}) * 100$
Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Formação de Professores, inclusive Licenciatura	$\geq 20,00\%$	20,00%	9,52%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	$(\text{Ingressante Acumulado Equivalente Formação Docente} / \text{Ingressante Acumulado Equivalente}) * 100$

Fonte: SISTEC, 2017.

Análise Crítica:

Em relação à oferta de vagas em cursos de licenciatura, é importante salientar que dos 50 cursos de licenciatura do IFPA registrados no e-MEC e no Sistema de Gerenciamento Acadêmico da Instituição, 39 cursos (correspondente a 78% do total) estavam sendo executados

por meio dos programas governamentais PARFOR, PROCAMPO e UAB. Com a finalização do ingresso através desses programas, o número de cursos de licenciatura com oferta de vagas diminuiu para 11 cursos (22% do total). Dos 11 Campi que ofertavam licenciaturas, somente 5 prosseguiram a oferta de forma regular. Estima-se que em 2017 pelo menos 7 cursos de licenciatura, anteriormente ofertados por meio de programas, passem a ser ofertados de forma regular, o que deve contribuir para a elevação do índice.

d) Indicadores de Permanência e Êxito ó Ofícios-Circulares N° 60/2015 e N° 77/2015 e Nota Informativa N° 138/2015

Quadro 26 ó Indicadores de desempenho previstos nos Ofícios-Circulares N° 60/2015 e N° 77/2015 e Nota Informativa N° 138/2015.

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Taxa de Retenção	~0,00%	0,00%	54,93%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Retidos/Matrículas Atendidas)*100
Taxa de Conclusão	0	0	17,45%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Concluídos/Matrículas Atendidas)*100
Taxa de Evasão	~0,00%	0,00%	15,33%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Matrículas Finalizadas Evadidas/Matrículas Atendidas)*100
Taxa de Reprovação	~0,00%	0,00%	0,00%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Reprovados/Matrículas Atendidas)*100
Taxa de Matrícula Continuada Regular	~100,00	0,00%	34,82%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Matrículas Continuadas Regulares/Matrículas Atendidas)*100
Taxa de Matrícula Continuada Retida	~0,00%	0,00%	32,39%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Matrículas Continuadas Retidas/Matrículas Atendidas)*100
Taxa de Efetividade Acadêmica	~100,00	0,00%	7,89%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Concluídos no Prazo/Previstos)*100
Taxa de Saída com Êxito	~100,00	0,00%	53,23%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Concluídos/Matrículas Finalizados)*100
Taxa de Permanência e Êxito	~100,00	0,00%	52,27%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Taxa de Conclusão + Taxa de Matrícula Continuada Regular)

Fonte: SISTEC, 2017.

Análise Crítica:

A Taxa de Reprovação foi de 0,00%, uma vez que não registramos as reprovações no SISTEC, haja vista que o mesmo não permite alterarmos futuramente o status dos estudantes para, por exemplo, ãem cursoã, ãconcluídoã, etc. Esse assunto é pauta de treinamento dos Auxiliares Institucionais, que será realizado pela Procuradora Institucional do IFPA.

A Taxa de Retenção foi de 54,93% em 2016. Uma vez que não registramos as reprovações no SISTEC, a taxa de retidos tende a aumentar. Ações mensais estão sendo construídas com os Campi, para regularização das informações no sistema de matrículas acadêmica e no SISTEC. Esse assunto é pauta de treinamento dos Auxiliares Institucionais, que será realizado pela Procuradora Institucional do IFPA.

A Taxa de Conclusão foi de 17,45%. Uma vez que a retenção é muito alta no SISTEC, a taxa de conclusão diminui. Desta forma, ações mensais estão sendo construídas com os Campi, para regularização das informações no sistema de matrículas acadêmica e no SISTEC e informadas antes que haja extração de dados. Esse assunto é pauta de treinamento dos Auxiliares Institucionais, que será realizado pela Procuradora Institucional do IFPA.

e) Indicadores do Termo de Acordo de Metas e Compromissos ó TAM

Quadro 27 Índices de desempenho previstos no TAM.

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Índice de Eficiência da Instituição	>=80,00%	80,00%	87,98%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Ingressante Acumulado Equivalente/Aluno Equivalente)*100
Índice de Eficácia da Instituição Modelo 1	>=73,34%	73,34%	146,36%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Vagas Ofertadas/Concluintes)*100
Índice de Eficácia da Instituição Modelo 2	>=73,34%	73,34%	580,54%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Ingressante Acumulado Equivalente/Concluinte Equivalente)*100
Alunos matriculados em relação à força de trabalho	>=20,00	20	18,19%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Aluno-Equivalente/((20h*0,5)+40h+DE)*100
Matrículas nos cursos técnicos	>=50,00%	50,00%	72,68%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Ingressante Acumulado Equivalente Técnico/Ingressante Acumulado Equivalente)*100
Matrículas nos cursos para a formação de professores e Licenciaturas	>=20,00%	20,00%	9,52%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Ingressante Acumulado Equivalente Formação Docente/Ingressante Acumulado Equivalente)*100
Vagas e matrículas PROEJA	>=10,00%	10,00%	1,91%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Ingressante Acumulado Equivalente/Ingressante Acumulado Equivalente Proeja)*100
Número de Ingressantes em cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC)	-	-	1.094	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de Ingressantes na Rede CERTIFIC	-	-	146	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de Ingressantes EaD	-	-	57	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	-

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de Ingressantes por Cota em Cursos Técnicos	-	-	1.456	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	-
Número de Ingressantes por Cota em Cursos Superiores	-	-	331	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	-
Número de Ingressantes por Cota para Professores das Redes Públicas	-	-	0	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	-
Número de Projetos de Melhoria da Qualidade da Educação Básica	18	18	35	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Extensão/ Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-
Número de programas de apoio a estudantes com elevado desempenho	1	1	0	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	-
Número de projetos de ações inclusivas e tecnologias sociais	18	18	18	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Pró-reitoria de Extensão/ Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-

Fonte: PROEN, PROEX, SISTEC, 2017 e Relatório do PIBID, 2016.

Análise Crítica:

Em relação ao índice observado de 1,91% de vagas para cursos do PROEJA, a Pró-reitoria de Ensino tem envidado esforços para aumentar paulatinamente esse índice, até alcançar os 10% previstos em Lei, sendo que ao longo do ano de 2016 alguns Campi encaminharam propostas de criação de cursos de PROEJA, estando os referidos PPC (s) em análise e com previsão de início de atividades em 2017.

O número de 146 ingressantes na Rede CERTIFIC é, na verdade, um dado incorreto. Trata-se de estudantes do Programa PRONATEC no Campus Marabá Industrial, matriculados nos cursos de Auxiliar Administrativo, Cadista para Construção Civil, Eletricista Industrial, Montador e Reparador de Computadores, e Operador de Computador e cadastrados erroneamente.

Os 57 ingressantes em cursos EAD (todos de Conceição do Araguaia) são estudantes do E-TEC matriculados no SISTEC em 2010. Houve um erro na extração da SETEC que foi encaminhada ao IFPA, segundo a qual esses estudantes são considerados como ingressantes em

2016. Os ingressantes em cursos EaD, na verdade, são 300 estudantes do e-TEC, que não foram contabilizados, pois, segundo a SETEC, os estudantes do Bolsa-Formação e do e-TEC não são computados nos indicadores acadêmicos.

Não há registro de ingressantes por cota para professores das redes públicas em 2016, uma vez que não houve oferta de novas vagas por meio de programas como PARFOR e PROCAMPO no referido ano.

Todos os projetos de melhoria da Educação Básica são referentes ao PIBID.

Considerando que o processo seletivo do IFPA para os cursos superiores em 2016 foi por meio do Sistema de Seleção Unificada o SISU, a Instituição cumpriu com a legislação, ofertando no mínimo 50% de suas vagas para estudantes egressos de escolas públicas. E ainda, ações afirmativas com reserva de vagas a pessoas com deficiência e produtores rurais provenientes da agricultura familiar, conforme consta no Termo de Adesão do IFPA à edição do referido Sistema. Portanto, o número de 331 ingressantes registrado no SISTEC caracteriza-se como erro de cadastro, cuja correção já está sendo providenciada.

f) Indicadores do Decreto N° 5.840/2006 ó PROEJA

Quadro 28 óIndicadores de desempenho previstos no Decreto N° 5.840/2006 ó PROEJA.

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Percentual de Vagas Equivalentes em Cursos de Proeja	>=10,00%	10,00%	1,91%	Anual	Pró-reitoria de Ensino / Campi	(Ingressante Acumulado Equivalente/Ingressante Acumulado Equivalente Proeja)*100

Fonte: SISTEC, 2017.

Análise Crítica:

Em relação ao índice observado de 1,91% de vagas para cursos do PROEJA, a Pró-reitoria de Ensino tem envidado esforços para aumentar paulatinamente esse índice, até alcançar os 10% previstos em Lei, sendo que ao longo do ano de 2016 alguns Campi encaminharam propostas de criação de cursos de PROEJA, estando os referidos PPC (s) em análise e com previsão de início de atividades em 2017.

g) Indicadores de Pesquisa e Extensão das Instituições da Rede Federal de EPCT

Quadro 29 óIndicadores de Pesquisa e Extensão previstos pela SETEC para as Instituições da Rede Federal de EPCT.

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
-------------	----------------------	-----------------	------------------	---------------	------------------------	--------------------

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Número de Empresas Júniores e Incubadoras	1	1	1	Anual	Pró-reitoria de Extensão/ Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-
Número de Eventos Científicos	18	18	8	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-
Número de Projetos de Extensão	18	18	197	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de Projetos de Pesquisa Aplicada	18	18	40	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-
Número de Projetos Culturais	18	18	13	Anual	Pró-reitoria de Extensão / Campi	-
Número de Registros de Propriedade Intelectual	18	18	0	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-
Número de Bolsas de Pesquisa, Extensão e Inovação para Servidores	-	-	9	Anual	Pró-reitoria de Extensão/ Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-
Número de Bolsas de Pesquisa, Extensão e Inovação para Discentes	-	-	267	Anual	Pró-reitoria de Extensão/ Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-
Número de parcerias/convênios visando desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada, inovação ou extensão tecnológica, nacionais e internacionais	18	18	26	Anual	Pró-reitoria de Extensão/ Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-
Total de recursos externos, de natureza governamental, captados para desenvolvimento de pesquisa aplicada e inovação	-	-	R\$ 90.453,35	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-

Denominação	Índice de Referência	Índice Previsto	Índice Observado	Periodicidade	Subunidade Responsável	Fórmula de Cálculo
Total de recursos privados captados para desenvolvimento de pesquisa aplicada e inovação	-	-	R\$ 0,00	Anual	Pró-reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação/ Campi	-

Fonte: PROEX e PROPPG, 2017.

Análise Crítica:

O IFPA possui uma empresa júnior, situada no Campus Marabá Rural. Foram registrados a realização de 8 eventos científicos, dentre estes, 6 nos Campi (Ananindeua, Belém, Cametá, Itaituba, Paragominas e Santarém) e 2 realizados pela PROPPG. Os 197 projetos de extensão estão distribuídos entre os Campi Abaetetuba, Ananindeua, Belém, Breves, Cametá, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Rural, Paragominas, Parauapebas, Santarém e Avançado de Vigia. Os 40 projetos de pesquisa registrados pelos Campi estão distribuídos entre o Campus Abaetetuba, Campus Conceição do Araguaia, Campus Itaituba, Campus Marabá Rural, Campus Parauapebas, Campus Santarém e Campus Avançado de Vigia. Dos 13 projetos culturais informados, os Campi Breves, Itaituba e Marabá Rural realizaram um projeto, cada, o Campus Conceição do Araguaia realizou 3, o Campus Santarém 4 e a PROEX realizou 3. A PROEX também informou que já foram incluídas novas ações no Planejamento Estratégico de 2017, com o objetivo de fortalecer a Cultura no IFPA. Das 9 bolsas de pesquisa, extensão e inovação para servidores, uma ocorreu no Campus Abaetetuba e 8 ocorreram no Campus Marabá Rural. Já as bolsas para discentes estão distribuídas entre os Campi Abaetetuba, Belém, Breves, Marabá Rural, Paragominas, Santarém e Avançado de Vigia. Das 26 parcerias/convênios visando desenvolvimento de projetos de pesquisa aplicada, inovação ou extensão tecnológica, nacionais e internacionais, 3 foram realizadas pelo Campus Abaetetuba, 4 pelo Campus Marabá Rural, 1 pelo Campus Paragominas e 18 pela PROEX.

Quanto aos R\$ 90.453,35 de recursos externos, de natureza governamental, captados para desenvolvimento de pesquisa aplicada e inovação, registra-se que foi arrecadado pelo Campus Santarém, sendo relativos a um projeto (IMPLANTAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDO EM AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE SANTARÉM ó NEASTM CHAMADA MCTI/MAPA/CNPQ Nº 02/2016) financiado pelo CNPQ (Valor aprovado - Custeio: R\$ 52.000,00 e Bolsas: R\$ 28.872,00) e o projeto V JORNADA CIENTÍFICA DO IFPA CAMPUS SANTARÉM aprovado pelo EDITAL 008/2016 ó APOIO À REALIZAÇÃO DE EVENTOS CIENTÍFICOS, TECNOLÓGICOS E DE INOVAÇÃO ó FAPESPA (valor: R\$ 9581,35).

3.4.1. Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 30 ó Resultados dos Indicadores ó Acórdão TCU 2.267/2005.

Indicadores		Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2016	2015	2014	2013	2012
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	$(\text{Inscritos}/\text{Vagas Ofertadas}) * 100$	14,50	8,80	12,74	8,43	7,85
	Relação Ingressos/Aluno	$(\text{Ingressantes}/\text{Matrículas Atendidas}) * 100$	25,90%	26,86%	22,09%	9,49%	10,50%
	Relação Concluintes/Aluno	$(\text{Concluídos}/\text{Matrículas Atendidas}) * 100$	17,45%	9,27%	15,04%	7,45%	18,40%
	Índice de Eficiência Acadêmica ó Concluintes	$(\text{Concluintes}/\text{Matrículas Finalizados}) * 100$	53,23%	53,80%	63,64%	55,66%	53,30%
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	$(\text{Retidos}/\text{Matrículas Atendidas}) * 100$	54,93%	53,36%	57,56%	54,69%	57,80%
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	$(\text{Matrículas Atendidas}/((20h * 0,5) + 40h + DE)) * 100$	22,95%	26,84	24,59	30,37	36,02
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	$(\text{Gastos Totais}/\text{Matrículas Atendidas})$	11.717,54	10.856,61	10.722,59	7.465,49	1.684,41
	Percentual de Gastos com Pessoal	$(\text{Gastos com Pessoal}/\text{Gastos Totais}) * 100$	70,02%	68,46%	57,71%	65,86%	60,03%
	Percentual de Gastos com outros Custeios	$(\text{Gastos com Outros Custeios}/\text{Gastos Totais}) * 100$	21,14%	19,19%	22,23%	21,64%	21,03%
	Percentual de Gastos com Investimentos	$(\text{Gastos com Investimentos}/\text{Gastos Totais}) * 100$	7,27%	8,86%	16,72%	8,40%	15,39%
Socioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	RPF < 0,5 SM	1135	4867	6355	2753	8361
		$0,5 \leq \text{RPF} < 1,0 \text{ SM}$	889	1875	2453	7133	3629
		$1,0 \leq \text{RPF} < 1,5 \text{ SM}$	832	1719	1985	1799	2274
		$1,5 \leq \text{RPF} < 2,5 \text{ SM}$	387	441	522	646	877
		$2,5 \leq \text{RPF} < 3 \text{ SM}$	184	351	418	434	550
		RPF ≥ 3	58	169	194	204	319
Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$(\text{Inscritos}/\text{Vagas Ofertadas}) * 100 (G * 1 + A * 2 + E * 3 + M * 4 + D * 5) / (G + A + E + M + D)$	3,60	3,59	3,42	3,24	3,23

Fonte: SISTEC e SIGAA, 2017.

Análise da Relação Candidato/Vaga:

A Relação de Candidatos por Vaga no IFPA em 2016 aumentou em torno 65% em relação ao ano anterior, atingindo o patamar de 14,50 candidatos inscritos por vaga ofertada. Este aumento se deve muito aos ajustes realizados no SISTEC e às ações de orientação quanto ao preenchimento no referido sistema, pois havia um problema de interpretação por parte dos responsáveis pelo preenchimento em alguns dos Campi do IFPA, que cadastravam o número de candidatos como o número de matriculados e não como o total de inscritos nos processos seletivos.

Estamos desenvolvendo ações com os Campi e com a Procuradora Educacional Institucional, secretárias acadêmicas, para o preenchimento correto dos dados.

Análise da Relação Ingressos/Aluno:

A Relação de Ingressos por Aluno expressa a proporção de alunos ingressantes em relação a total de alunos matriculados no IFPA. Em 2016, esta proporção variou muito pouco em relação a 2015, visto que no ano anterior a proporção de ingressantes era 26,86% e este ano foi de 25,90%. Esta estabilidade se deve à continuidade nas ofertas da maioria dos cursos do IFPA, e aumento nas modalidades e níveis de cursos ofertados no ano anterior.

Análise da Relação Concluintes/Aluno:

A Relação de Concluintes por Aluno expressa a proporção de alunos concluintes em relação a total de alunos matriculados no IFPA. Nos últimos anos, esta proporção tem oscilado bastante e no ano de 2016 ela quase dobrou em relação ao ano anterior. Este aumento se deve aos ajustes realizados no SISTEC para registros dos alunos concluintes e a influência dos calendários acadêmicos impactados pelas greves, que na maioria dos Campi do IFPA não estão alinhados com o calendário civil, resultando no atraso dos períodos letivos e conseqüentemente no atraso dos registros de conclusão.

Análise do Índice de Eficiência Acadêmica ó Concluintes:

O Índice de Eficiência Acadêmica do IFPA em 2016 se manteve quase que inalterado em relação ao ano, sofrendo ligeira baixa, menor que um ponto percentual. Embora os números de conclusões tenham aumentado, a estagnação do Índice de Eficiência Acadêmica se justifica pelo aumento concomitante dos números de evasões, cancelamentos e transferências no período. Com a ampla divulgação dos trabalhos da comissão de permanência e êxito dos estudantes nos Campi, se espera um resultado inverso aos apresentados na oscilação.

Análise do Índice de Retenção do Fluxo Escolar:

O Índice de Retenção do Fluxo Escolar é a proporção de alunos retidos (alunos que não integralizaram as disciplinas das suas respectivas matrizes curriculares no prazo previsto e continuam cursando disciplinas) em relação ao total de matriculados no IFPA. Em 2016, o Índice de Retenção teve ligeira alta em relação ao ano anterior, atingindo o patamar de 54,93%. Considera-se que os atrasos nos calendários acadêmicos também impactaram no Índice de Retenção, pois contribuem para postergação da conclusão dos cursos para períodos superiores ao previsto. A PROEN está orientando os Campi que façam planejamentos para cumprimento dos componentes curriculares dos cursos, no período paralelo ao curso, prevendo-se diminuir este índice.

Análise da Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral:

Este indicador representa a capacidade de atendimento pela força de trabalho docente, apresentando a projeção de alunos para cada docente em tempo integral. Em 2016, o índice que era 26,84 alunos por docente passou para 22,95 alunos por docente, mais próximo do ideal, que é de 20 alunos por docente. Isto se deve ao aumento significativo no ingresso de novos docentes em 2016, através de editais de contratação de professores substitutos e editais de concursos públicos para professores efetivos, com tempo integral.

Análise dos Gastos Correntes por Aluno:

Segundo a extração realizada pela SETEC no SIAFI, os gastos do IFPA por aluno têm aumentado nestes últimos cinco anos. Em 2016, estes gastos chegaram a R\$ 11.717,54 por aluno. O que justifica estes altos gastos pelo IFPA são as características de seus cursos, principalmente os cursos técnicos integrados ao ensino médio que exigem um custeio maior que os cursos técnicos subsequentes ao ensino médio ou os cursos superiores. O aumento da inflação e os investimentos na melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo IFPA nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, também justificam o aumento nos gastos por aluno.

Análise do Percentual de Gastos com Pessoal:

Os Gastos com Pessoal é o que apresenta maior proporção em relação ao total de gastos do IFPA, de acordo com a extração realizada pela SETEC no SIAFI. Em 2016, o percentual aumentou para 70,02%, motivado pelas novas contratações de servidores (técnico-administrativos e docentes, efetivos e temporários) realizadas pelo IFPA neste ano para suprir a carência no seu quadro de pessoal.

Análise do Percentual de Gastos com outros Custeios:

Os Gastos com Outros Custeios é o que apresenta a segunda maior proporção em relação ao total de gastos do IFPA, de acordo com a extração realizada pela SETEC no SIAFI. Em 2016, o percentual aumentou para 21,14%, motivado pelo aumento da inflação.

Análise do Percentual de Gastos com Investimentos:

Os Gastos com Investimentos é o que apresenta menor proporção em relação ao total de gastos do IFPA, de acordo com a extração realizada pela SETEC no SIAFI. Em 2016, o percentual seguiu a tendência de redução desde 2014, atingindo o patamar de 7,27%, motivado pelas medidas administrativas de contingenciamento das despesas, seguindo a tendência da maioria das instituições públicas em decorrência do cenário político-econômico enfrentado pelo país.

Análise do Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar:

Analisando-se a renda per capita familiar dos alunos do IFPA, observa-se que em 2016 a maior concentração de alunos encontra-se nas três primeiras faixas de renda familiar per capita (inferior a 1,5 salário mínimo por família). Em 2016, a concentração de alunos nas três primeiras faixas corresponde a 81,95% dos respondentes.

Diante desse contexto do perfil socioeconômico, o IFPA vem ampliando a identificação da situação de vulnerabilidade econômica dos estudantes, auxiliando na formulação e direcionamento de ações afirmativas através dos programas de Assistência Estudantil e Bolsa Permanência, a fim de garantir sua permanência e êxito no ensino e a redução de evasão no ensino.

Ressalta-se que tais informações correspondem à situação financeira dos alunos no ato da matrícula, quando é solicitado que os mesmos respondam um questionário socioeconômico. Portanto, a situação atual dos alunos pode não corresponder exatamente ao cenário exposto no quadro acima. Além do mais, o total de respondentes não corresponde exatamente ao número total de matriculados extraídos do SISTEC, pois, como o preenchimento de tais informações eram facultadas nos sistemas de controle acadêmico, não há o registro da faixa de renda familiar para todos os alunos cadastrados. A migração de sistemas também casou bastante divergência no quantitativo de alunos em todas as faixas em relação aos anos anteriores.

Análise do Índice de Titulação do Corpo Docente:

O Índice de Titulação do Corpo Docente do IFPA é considerado muito bom, principalmente em se tratando de um Instituto em que a carreira dos docentes é de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT). Este índice vem evoluindo nestes últimos cinco anos. Em 2016, chegou ao patamar de 3,60, cujo índice máximo é 5,00. Grande parte deste bom desempenho do IFPA no nível de titulação do seu corpo docente se deve aos investimentos e ações voltados para qualificação do quadro de professores lotados na instituição, e a concorrência nos concursos públicos, que resulta no alto nível de titulação dos docentes ingressantes na instituição.

3.5. Informações sobre os projetos e programas financiados com recursos externos

Não houve ocorrência no exercício.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1. Descrição das estruturas de governança

Quadro 31 Descrição das instâncias que compõem a estrutura de governança da unidade.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
Conselho de Administração	Conselho Superior CONSUP	Estatuto do IFPA; Regimento Geral do IFPA; e Resolução 61/2016-CONSUP-IFPA.	Forma de atuação: Órgão colegiado consultivo e deliberativo. Principais atribuições: aprovar diretrizes para atuação do Instituto Federal e zelar pela execução de sua política educacional; aprovar os planos de desenvolvimento institucional e de ação; autorizar a criação, alteração curricular e extinção de cursos, após parecer da Pró-reitoria de Ensino, bem como aprovar normas para o registro e emissão de diplomas.
	Colégio de Dirigentes - CODIR	Estatuto do IFPA; e Regimento Geral do IFPA.	Forma de atuação: Órgão colegiado consultivo. Principais atribuições: apreciar os elementos que integrarão a matriz orçamentária do IFPA com vistas à distribuição dos recursos financeiros entre as suas unidades gestoras; apreciar e recomendar a distribuição interna de recursos a ser submetida ao CONSUP; elaborar, apreciar e recomendar as normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes.
Unidade de Auditoria Interna ou de Controle Interno	Auditoria Interna AUDIN	Estatuto do IFPA; Regimento Geral do IFPA; e Resolução 06/2016-CONSUP.	Forma de atuação: é órgão vinculado ao Conselho Superior, nos termos do artigo 15 do Decreto no 3.591, de 06 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto no 4.304, de 2002, é o órgão técnico responsável por fortalecer a gestão, bem como racionalizar as ações de controle, no âmbito do Instituto Federal do Pará, e prestar apoio, dentro de suas especificidades, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente. Principais atribuições: examinar os atos de gestão com base nos registros contábeis e na documentação comprobatória das operações, com os objetivos de verificar a exatidão, a regularidade das contas e comprovar a eficiência, a eficácia, a economicidade e efetividade na aplicação dos recursos disponíveis; acompanhar o cumprimento das metas previstas do Plano Plurianual no âmbito da Entidade, visando comprovar a conformidade de sua execução; examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Entidade e tomadas de contas especiais.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
Comitês e Comissões de Apoio à Governança	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação ó CGTI	Resolução 55/2013-CONSUP	É órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de caráter permanente, em conformidade com a orientação da Instrução Normativa SISP nº 4, de 12 de novembro de 2010, Art. 4º e do parágrafo único; responsável por alinhar os investimentos de Tecnologia da Informação com os objetivos estratégicos e apoiar a priorização de projetos a serem atendidos; propõe políticas e diretrizes de Tecnologia da Informação para melhoria contínua da gestão; propõe os instrumentos de Planejamento Estratégico de TI, alinhado com o Planejamento estratégico do IFPA, e analisa e supervisiona a conformidade do planejamento anual de aquisições, contratações e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação com as políticas e planejamento estratégico instituído.
	Comitê Gestor do Sistema Integrado das Bibliotecas ó CGSIB	Resolução 42/2013-CONSUP	Vinculado à Pró-reitoria de Ensino, é um órgão colegiado de natureza consultiva e de caráter permanente, sendo responsável pela definição das políticas de ação pertinentes ao SIB-IFPA; tem por finalidade propor, assessorar e acompanhar a tomada de decisão no âmbito do SIB-IFPA; estabelece diretrizes voltadas à permanente melhoria da eficiência e eficácia das ações realizadas pelo SIB-IFPA; participa da elaboração da política institucional de aquisição de bibliografias; articula a realização de eventos que visem a integração e a qualificação dos atores envolvidos nas atividades do SIB-IFPA; elabora e aprova instrumentos avaliativos que visem a verificação e provoquem a melhoria dos serviços oferecidos pelo SIB-IFPA; e cria documento oficial sobre a Formação e desenvolvimento de coleções do SIB-IFPA.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
	Comissão de Ética ó CE	Regimento Geral do IFPA; Resolução 016/2017- CONSUP	É instância colegiada com funções consultivas do dirigente máximo e dos servidores em exercício em quaisquer das unidades administrativas do IFPA. Submete à Comissão de Ética Pública, propostas para seu aperfeiçoamento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho 1994; pura, mediante denúncia ou de ofício, conduta dos servidores em desacordo com as normas do Código de Ética e ao regramento interno do IFPA, e procede o encaminhamento para os órgãos e instância competentes; acompanha e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina; orientar e aconselhar sobre a conduta ética da Alta Gestão e do servidor, inclusive no relacionamento com cidadão e no resguardo do patrimônio público, dirimindo dúvidas a respeito da interpretação das normas de conduta ética e deliberar sobre os casos omissos, observando as normas e orientações da Comissão de Ética Pública; e submete ao dirigente máximo do IFPA sugestões de aprimoramento ao código de conduta ética da instituição
	Comissão Própria de Avaliação ó CPA	Regimento Geral do IFPA; Resolução 137/2015- CONSUP	Tem por atribuição a condução dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação de informações solicitadas pelo INEP; sensibiliza a comunidade acadêmica, buscando o seu envolvimento na elaboração e desenvolvimento da proposta avaliativa e acompanha as ações de melhorias executadas com base nos resultados das avaliações internas (autoavaliação) e externas.
	Comissão Permanente de Pessoal Docente ó CPPD	Regimento Geral do IFPA; Resolução 029/2015- CONSUP	É órgão consultivo, independente e competente de assessoramento do Conselho Superior do IFPA para formulação, acompanhamento e execução da política de pessoal docente; assessora o Conselho Superior, o dirigente máximo, à direção dos Campi e às áreas relacionadas à Gestão de Pessoas quanto ao dimensionamento da alocação de vagas docentes nas unidades acadêmicas, contratação e admissão de professores efetivos e substitutos, alteração de regime de trabalho, avaliação de desempenho para progressão e promoção funcional dos docentes, concessão de afastamento para qualificação, liberação de professores para programas de cooperação ou outras atividades esporádicas em outras instituições, e desenvolvimento de estudos e análises que permitam fornecer subsídios para afixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação ó CIS	Regimento Geral do IFPA	Atua no auxílio a área de pessoal e os servidores, quanto ao Plano de Carreira dos cargos técnico-administrativos em educação; fiscaliza e avaliar a implementação do Plano de Carreira no âmbito do IFPA; apresenta propostas e fiscaliza a elaboração e a execução do plano de desenvolvimento de pessoal do IFPA nos seus programas de capacitação, de avaliação e de dimensionamento das necessidades de pessoal e modelo de alocação de vagas; acompanha o processo de identificação dos ambientes organizacionais do IFPA propostos pela área de pessoal, bem como os cargos que os integram; avalia, anualmente, as propostas de lotação do IFPA, conforme o inciso I do § 1º do art. 24 da Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005; e propõe alterações necessárias para o aprimoramento do plano, bem como examina os casos omissos referentes ao Plano de Carreira, e encaminha-os à Comissão Nacional de Supervisão.
	Comitê Gestor de Segurança da Informação - CGSI	Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008	É órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e de caráter permanente, em conformidade com a orientação da Instrução Normativa GSI/PR nº 1, de 13 de junho de 2008; responsável por debater e propor as políticas, normas e procedimentos relacionados à segurança da informação do IFPA, considerando as políticas e orientações; definir as principais iniciativas para a melhoria contínua das medidas de proteção das informações; apoiar a implantação de soluções para eliminar ou minimizar os riscos da segurança da informação; propor ações corretivas e disciplinares cabíveis no caso de quebra de segurança; estabelecer uma relação consistente do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) com os aspectos de segurança; propor, acompanhar e divulgar os planos de ação para a aplicação do PSI, incluindo a conscientização dos usuários.

Tipo de Instância	Nome da Instância	Base Normativa	Descrição das Atribuições e Forma de Atuação
Sistema de Correição	Departamento de Procedimentos Administrativos e Disciplinares-CPAD	Resolução 061/2016-CONSUP	Forma de atuação: cumpre ressaltar que o CPAD atua de forma preventiva em relação a ocorrência de irregularidades e também atua na apuração, conforme normatizado no Decreto n. 5.480, de 30 de junho de 2005. Principais atribuições: instruir e regular os procedimentos administrativos disciplinares, que envolvam servidores públicos, assegurando sempre o devido processo legal e a irrestrita busca da defesa da moralidade e eficiência pública, como também da probidade administrativa; criar e estabelecer métodos de monitoramento dos procedimentos administrativos disciplinares; Elaborar juntamente com a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) treinamentos de capacitação de servidores do quadro da instituição para atuarem em Comissões de Inquérito.

Fonte: Regimento Geral do IFPA e Resoluções 42/2013, 55/2013, 06/2016, 29/2015, 137/2015, 61/2016 e 16/2017 -CONSUP-IFPA.

Análise Crítica:

Ressalta-se que, conforme orientações apresentadas pela Instrução Normativa conjunta nº 01/2016 MPOG/CGU, a qual determina a adoção de uma série de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança, informamos que foi instituído o Comitê de Governança, Riscos e Controle (Portaria nº 2499/2016/GAB) que atuará no âmbito do IFPA, informamos ainda que o referido Comitê está elaborando a Política de Gestão de Riscos, Governança e Controles Internos do IFPA, com previsão de aprovação no CONSUP em abril de 2017. A partir de então, de forma gradativa, todos os setores das unidades gestoras do IFPA deverão elaborar seus respectivos Planos de Gestão de Riscos (PGR).

4.2. Atuação da unidade de auditoria interna

a) AUDIN/Estrutura de Governança

a.1) Objetivo da Auditoria Interna e Base Normativa

A Auditoria Interna (AUDIN) instituída com base nos artigos 14 e 15 do Decreto nº 3.591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.440/2002, e art. 26 do Estatuto do IFPA, é o órgão de controle, responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações de controle administrativo e prestar apoio, dentro de suas especificidades, aos Órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União.

O fortalecimento da gestão consiste em agregar valor ao gerenciamento da ação governamental, contribuindo para o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e no Plano de Desenvolvimento Institucional, a execução dos programas de governo e o orçamento da União no âmbito do IFPA, a comprovação da legalidade e a avaliação dos resultados, quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão.

O assessoramento à alta administração consiste no exame e avaliação, entre outros, quanto à: a) adequação e eficácia dos controles internos; b) integridade e confiabilidade das informações e registros; c) integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos,

leis, normas e regulamentos, assim como da sua efetiva utilização; d) eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e utilização dos recursos, dos procedimentos e métodos de salvaguardas dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos

A racionalização das ações de controle objetiva eliminar atividades em duplicidade no IFPA, bem como gerar novas atividades de auditoria que preencham lacunas por meio da execução de ações articuladas.

O apoio ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal consiste no fornecimento periódico de informações sobre os resultados dos trabalhos realizados, bem como no atendimento das solicitações de trabalhos específicos.

b) Indicação do Estatuto ou normas que regulam a atuação da Auditoria Interna

A atuação da AUDIN no IFPA está regulamentada pelo art. 36 do Regimento Geral do IFPA, disponível no endereço:

http://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/public/colégiados/anexos/regimento_retificado_2014-09-03.PDF.

Seção VII

Da Auditoria Interna

Art. 36. A Auditoria Interna, vinculada ao Conselho Superior, nos termos do artigo 15 do Decreto no 3.591, de 06 de setembro de 2000, com redação dada pelo Decreto 4.304, de 2002, é o órgão técnico responsável por fortalecer a gestão, bem como racionalizar as ações de controle, no âmbito do Instituto Federal do Pará, e prestar apoio, dentro de suas especificidades, ao Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

A Unidade de Auditoria Interna é o órgão de assessoramento da Instituição, com orientação normativa e supervisão técnica do Órgão de Controle Interno do Poder Executivo Federal em sua respectiva área de jurisdição, conforme assevera o art. 15 do Decreto nº 3.591/2000.

O Capítulo X da IN/SFC-MF nº 01, de 06 de abril de 2001, estabelece as atividades específicas atribuídas às Unidades de Auditoria Interna das Entidades da Administração Indireta, definindo-a como um conjunto de procedimentos, tecnicamente normatizados, que funciona por meio de acompanhamento indireto de processos, avaliação de resultados e proposição de ações corretivas para os desvios gerenciais da entidade à qual está vinculada.

Dentre as atribuições da AUDIN, destacamos a elaboração do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna ó PAINT do exercício seguinte, bem como, o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna ó RAIN, que serão encaminhados ao Órgão ou à Unidade de Controle Interno que estiver jurisdicionado, para efeito de integração das ações de controle, conforme dispõe a Instrução Normativa nº 24, de 17 de novembro de 2015, da Controladoria Geral da União.

Além do Regimento Geral do IFPA, as competências da Auditoria Interna estão devidamente delineadas por meio do Regimento Interno da Auditoria Interna, cuja aprovação pelo Conselho Superior da entidade se deu por meio da Resolução CONSUP nº 004, de 08 de fevereiro de 2013, alterado pela Resolução nº 359/2014, de 16/12/2014, do Conselho Superior desta Entidade, e encontra-se disponível no sítio eletrônico da Instituição no endereço: <http://www.ifpa.edu.br/documentos-institucionais/audin/1895-regimento-interno2/file>.

c) Demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da Unidade de Auditoria Interna

O principal elemento que caracteriza a independência da Unidade de Auditoria Interna é a Resolução nº 004/2013-CONSUP, de 08 de fevereiro de 2013, que aprovou o Regimento Interno da Unidade de Auditoria Interna.

Desse modo, a Auditoria Interna vincula-se ao Conselho Superior do IFPA, conforme prevê o §3º, art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, bem como o art. 5º da Resolução 004/2013-CONSUP (Regimento Interno da Auditoria Interna do IFPA), o que garante a independência da Unidade e a objetividade dos trabalhos.

Em conformidade com o caput do art. 15 do Decreto nº 3.591, de 6 de setembro 2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.440/2002, bem como o art. 4º da Resolução 004/2013-CONSUP (Regimento Interno da Auditoria Interna do IFPA), a Auditoria Interna também se sujeita à orientação normativa e supervisão técnica do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União (CGU).

Além disso, o Regimento da Auditoria Interna do IFPA define relevantes aspectos relativos ao trabalho de auditoria no contexto institucional, dentre os quais se destacam as finalidades, subordinação administrativa e vinculação técnica, a estrutura organizacional, as competências e atribuições do Coordenador Geral e dos demais auditores internos, bem os procedimentos éticos aplicáveis a esses profissionais.

d) Estrutura organizacional da Auditoria Interna, escolha do titular e posicionamento da unidade na estrutura do IFPA

A Auditoria Interna compõe-se de uma Coordenação Geral na Reitoria onde estão lotados o Coordenador Geral e um servidor de apoio administrativo; além dos Núcleos da AUDIN nos *Campi* de Castanhal, Belém, Santarém e Marabá Industrial.

Cumpramos ressaltar que o Núcleo da AUDIN no Campus Marabá Industrial foi reinstalado em 01/11/2016, bem como foi instalado o Núcleo da AUDIN no Campus Santarém em 24/10/2016, com a admissão de novos auditores a partir da realização de concurso público da Instituição para técnico-administrativos, o que demonstra o compromisso da Gestão com o fortalecimento da Unidade de Auditoria Interna.

A AUDIN adota uma estratégia de atuação sistêmica, com a emissão de ordens de serviço pelo Coordenador Geral aos demais integrantes da equipe, parte destes com exercício nos *Campi* do Instituto, que, por sua vez, reportam o resultado dos trabalhos à Coordenação Geral para fins de consolidação em relatório único a ser apresentado à Alta Administração e enviado à Controladoria Geral da União.

De modo a estabelecer conformidade com as diretrizes gerais emanadas dos órgãos reguladores da atividade de auditoria no setor público, definidas a nível internacional, a Auditoria Interna do IFPA busca atuar com imparcialidade e independência, mediante a definição de uma pauta de ações coordenadas, consignada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna ó PAINT.

Demonstramos, abaixo, a estrutura organizacional da unidade de modo a favorecer a consecução da estratégia de trabalho, seccionando-a em cinco núcleos ou grupos de trabalho, conforme descrito abaixo:

Quadro 32 óEstrutura organizacional da AUDIN/IFPA em 31/12/2016.

Núcleo/Unidade	UG	SIAPE	Servidor	Cargo / Formação
Coordenação Geral da AUDIN/IFPA				
Reitoria	158135	1648086	Samir Pinto Resque	Auditor Chefe / Direito
Reitoria	158135	1863487	Aluísio Freire de Oliveira Júnior	Assistente em

				Administração / Administração
AUDIN / Campus Belém				
Campus Belém	158306	2171416	Wanaia Tomé de Nazaré Almeida	Auditora / Direito
AUDIN / Campus Castanhal				
Campus Castanhal	158308	1458188	Rosalvo Alves Costa Junior	Auditor / Ciências Contábeis
Campus Castanhal	158308	0048526	Olga de Souza Fernandes	Economista / Economia
AUDIN / Campus Santarém				
Campus Santarém	158518	2342956	Ana Alzira Holanda Tancredi	Auditora / Direito
AUDIN / Campus Marabá Industrial				
Campus Marabá Industrial	158512	2342832	Graciano Gonçalves Oliveira	Auditor / Ciências Contábeis

Fonte: AUDIN, 2017.

Como explicitado no item anterior, a Auditoria Interna desta Entidade é vinculada ao Conselho Superior, órgão máximo de deliberação colegiada. Tal posicionamento está de acordo com o previsto no § 3º, art. 15 do Decreto nº 3591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, e o art. 4º do Regimento da Auditoria Interna, aprovado por Resolução do Conselho Superior desta Entidade.

A indicação do titular da Auditoria Interna, denominado Coordenador Geral, está sujeita às exigências contidas na Portaria nº 915, de 29 de abril de 2014, do Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União. Conforme previsto na citada Portaria e no § 5º, art. 15 do Decreto nº 3591/2000, com redação dada pelo Decreto nº 4.304/2002, além do art. 38 do Regimento Geral do IFPA e art. 10, §1º da Resolução nº 004/2013-CONSUP (Regimento Interno da AUDIN), o nome do indicado é avaliado inicialmente pelo Conselho Superior desta Entidade e, havendo concordância, é submetido à Controladoria Geral da União. A designação, de competência do Reitor do Instituto Federal do Pará, somente é conclusivamente aprovada se houver concordância das mencionadas instâncias.

e) Estratégia de atuação da AUDIN/IFPA

A realização das ações de controle exercidas pela Auditoria Interna é decorrente do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna ó PAINT, que, após elaboração pela Unidade de Auditoria Interna, é aprovado pelo Conselho Superior até o último dia útil do mês de dezembro do ano que antecede a sua execução, considerando como critérios para eleger as áreas de controle, principalmente: a materialidade, a relevância, a criticidade e a disponibilidade operacional da equipe de auditoria.

No PAINT, constam: a) a relação e a identificação dos macroprocessos; b) as áreas que serão objeto dos exames; c) cronograma de trabalho; d) estimativa de horas de trabalho; e) as ações de capacitação e participação em eventos técnicos. As ações de controle têm início com a expedição da ordem de serviço pelo Coordenador-Geral da Auditoria Interna.

A estratégia de atuação é alinhada ao planejamento de execução dos trabalhos, ao condicionamento de mitigação de riscos, à redução de perdas, com o foco na otimização de sistemas de apoio, capazes de estimular a adoção de procedimentos de aderência às normas regulatórias, que culminam na garantia de uma administração voltada para a eficácia, a eficiência e a economicidade.

A Auditoria Interna do IFPA se organiza por meio da estrutura administrativa em núcleos e exerce suas atribuições na Reitoria e nos *Campi* da Instituição. Os Auditores

Internos de cada núcleo realizam as atividades de auditoria, conforme previstas no PAINTE, por meio de ordens de serviço expedidas pela Coordenação Geral da AUDIN, que tem como atribuições planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades da Unidade de Auditoria Interna.

Dos exames realizados são produzidos Relatórios de Atividades que, com estrita observância ao direito ao contraditório pelos respectivos dirigentes, são apresentados em sua versão final e entregues ao dirigente da Unidade auditada, bem como encaminhado ao Conselho Superior e informado à Controladoria-Regional da União no Estado do Pará.

O Plano de Providências Interno (PPI) acompanha o Relatório de Atividades conclusivo, devendo o dirigente da área auditada restituir à AUDIN, dentro do prazo estabelecido, contendo as medidas e os prazos para atendimento das recomendações consignadas no respectivo Relatório, que, posteriormente, serão objeto de monitoramento da Auditoria Interna.

Ao final do exercício, a AUDIN elabora o Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), com distribuição à Controladoria Regional da União, ao Conselho Superior do IFPA, bem como publicado no portal desta Instituição Federal de Ensino na *internet*.

f) Informações sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementação de tais recomendações

Após a realização dos trabalhos de auditoria, são enviados os relatórios para os dirigentes das unidades auditadas, com o escopo de cientificá-los das principais constatações e recomendações emitidas pela auditoria interna.

Nesse sentido, a comunicação é registrada no sistema institucional de gerenciamento de processos, o qual assinala o respectivo histórico. Vale destacar que a Auditoria Interna alerta a Gestão sobre os possíveis riscos por eventual omissão, resistência ou descumprimento das recomendações formuladas pela AUDIN/IFPA.

Para o exercício 2017, a Auditoria Interna irá utilizar o termo de assunção de risco, que será enviado conjuntamente com o Plano de Providências Interno (PPI), para preenchimento por parte dos gestores que decidirem pela não implementação das recomendações consignadas nos Relatórios da AUDIN, os quais serão encaminhados posteriormente ao Conselho Superior para conhecimento e providências.

g) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência e ao Conselho Superior do IFPA sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da Auditoria Interna pela alta gerência

Os Relatórios produzidos pela Auditoria Interna são entregues, simultaneamente, ao Reitor do IFPA, que também é o Presidente do Conselho Superior da Instituição, ao Dirigente máximo da Unidade Gestora auditada, e à Controladoria Regional da União no Estado do Pará.

Na conclusão dos Relatórios, bem como no documento de entrega aos dirigentes da Instituição, a Auditoria Interna alerta formalmente sobre os possíveis riscos por eventual omissão, resistência ou descumprimento das recomendações formuladas pela AUDIN/IFPA.

h) Adequações na estrutura organizacional da Unidade de Auditoria

Como dito acima, no ano de 2016, a Auditoria Interna do IFPA passou por um processo de reestruturação organizacional, com a instalação de dois novos Núcleos da

AUDIN nos *Campi* Santarém e Marabá Industrial, o que representa uma estrutura organizacional parcialmente centralizada, em que todos os auditores do IFPA estão vinculados à Coordenação Geral da AUDIN, vinculada ao Conselho Superior. Em síntese, a admissão de novos auditores demonstra o reconhecimento da importância da AUDIN e o compromisso da Gestão com o fortalecimento da Unidade, além de atender à recomendação apresentada no subitem 9.14.5 do Acórdão nº 6256/2016- TCU ó Segunda Câmara.

O posicionamento da Auditoria Interna, proporcionado pela sua vinculação ao Conselho Superior do IFPA, aliado à adoção da estratégia conjunta de atuação, com a concentração de auditores em núcleos de trabalho, possibilitará à unidade desenvolver suas atividades com maior autonomia e independência, além de cumprir-se a regra preconizada no art. 15, § 3º, do Decreto nº 3.591/2000.

4.2.1. Sobreposição de carga horária ó PRONATEC

O Tribunal de Contas da União, por meio do subitem 9.3 do Acórdão 1006/2016 ó TCU ó Plenário, determinou às auditorias internas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a realização de ações de controle com vistas a identificar e corrigir possíveis situações de sobreposição de carga horária de servidores que atuam no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego ó PRONATEC.

A Auditoria Interna do IFPA tomou conhecimento da determinação constante no supramencionado Acórdão do TCU no dia 08/06/2016, por meio do Processo nº 23051.012916/2016-88. Desse modo, como se observa, na ocasião, a AUDIN já estava em plena execução das ações previstas no PAINT 2016, e, como não foi prevista carga horária para reserva técnica, dado o número reduzido de servidores lotados na Unidade na ocasião, a demanda foi incluída no PAINT 2017, devidamente aprovado pelo Conselho Superior do IFPA, conforme a Resolução nº 201/2016-CONSUP.

Na oportunidade, é importante ressaltar que a referida ação de controle referente à sobreposição de carga horária de servidores que atuam no PRONATEC já foi iniciada, conforme a Ordem de Serviço nº 04/2017-AUDIN (Processo nº 23051.004492/2017-69), de 10/02/2017, e, tão logo a referida ação de controle seja concluída, os resultados dos trabalhos serão comunicados ao Conselho Superior do IFPA e aos órgãos de controle interno e externo.

4.3. Atividades de correção e apuração de ilícitos administrativos

a) Descrição da sistemática de apuração de ilícitos cometidos por colaboradores da unidade

A Portaria nº 794/2016 que se encontra disponível para consulta no link: <http://sipac.ifpa.edu.br/public/jsp/portal.jsf> no módulo portarias, em substituição à portaria nº 389/201, que delegou competência exclusivamente às Diretorias Gerais dos Campi, para que, no âmbito destes, pratiquem diversos atos dentre os quais a designação de Comissão de Rito Sumário, de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar.

Na mesma portaria, ficou delegada competência aos Diretores Gerais de Campi para expedir portarias de advertência e suspensão de até 30 dias. As demais penalidades previstas no artigo 127 da Lei nº 8.112/90 continuam sendo aplicadas pelo dirigente máximo do órgão.

Quando se tratar de irregularidade administrativa praticada por ex-reitor, no exercício do cargo, aplica-se o disposto no Decreto nº 3.035/99 e Decreto nº 3.669/00,

encaminhando-se os autos à SETEC/MEC, para constituir comissão de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Em se tratando de irregularidade praticada por ex-diretor de Campus, a competência para instauração de sindicância ou processo disciplinar é do Reitor.

b) Descrição da condução dos processos administrativos disciplinares

A condução dos processos disciplinares instaurados no âmbito do IFPA segue o disposto na Portaria nº 335/2006-CGU, bem como o Rito da Sindicância ou PAD definido pela Lei nº 8.112/90 e legislação correlata.

O IFPA realiza a apuração dos ilícitos administrativos mediante instauração, por meio de portaria, para composição de comissões, com servidores internos ou externos ao quadro, para apuração dos fatos demandados.

c) Cumprimento pela Instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

Os processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da Reitoria são cadastrados no sistema CGU/PAD.

O cadastramento é centralizado na Reitoria. É obrigação de cada Campus encaminhar as informações relativas à instauração de processos disciplinares instaurados pelos Campi à gerenciadora do sistema para fins de cadastramento, conforme disposto na Portaria nº 794/2016, de 13/05/2016.

A CGU expediu o Ofício nº 12.299/2016/CGU, solicitando a regularização de processos disciplinares que se encontravam pendentes de instauração, bem como a atualização de diversos processos que apresentavam falhas no preenchimento do campo "fato sob apuração".

Recentemente, o IFPA procedeu à atualização da situação de diversos processos disciplinares que se encontravam sem atualização no sistema CGU-PAD no período de 2010 a 2013, seguidos de suas respectivas peças processuais, conforme exigido pela CGU.

4.4. Gestão de riscos e controles internos

Quadro 33 ó Percepção do gestor máximo da unidade em relação ao Sistema de Controles Internos.

Elementos do Sistema de Controles Internos a Serem Avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1.A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.Os mecanismos gerais de controle instituídos pela unidade são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3.A comunicação dentro da unidade é adequada e eficiente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4.Existe código formalizado de ética ou de conduta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
5.Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6.Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da unidade na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7.As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8.Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9.Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10.Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11.Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12.É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13.É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14.A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da unidade ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15.Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16.Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17.Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
18.Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19.Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da unidade, claramente estabelecidas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20.As atividades de controle adotadas pela unidade são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21.As atividades de controle adotadas pela unidade possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22.As atividades de controle adotadas pela unidade são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23.A informação relevante para unidade é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24.As informações consideradas relevantes pela unidade são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25.A informação disponível para as unidades internas e pessoas da unidade é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26.A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da unidade, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27.A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da unidade, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Monitoramento	1	2	3	4	5

28.O sistema de controle interno da unidade é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29.O sistema de controle interno da unidade tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30.O sistema de controle interno da unidade tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da unidade. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da unidade, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da unidade. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da unidade, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da unidade.					

Análise Crítica:

Ressalta-se que conforme orientações apresentadas pela Instrução Normativa conjunta nº 01/2016/MPOG/CGU a qual determina a adoção de uma série de medidas para a sistematização de práticas relacionadas à gestão de riscos, controles internos e governança. Informamos que foi instituído o Comitê de Governança, Riscos e Controle (Portaria nº 2499/2016/GAB) que atuará no âmbito do IFPA, informamos ainda que o referido comitê está elaborando a Política de Gestão de Riscos do IFPA, que deverá ser apreciada e aprovada pelo CONSUP até abril de 2017. Com isso, será possível melhorar consideravelmente os indicadores de gestão de riscos, governança e controles internos. A partir disso, gradativamente, todos os setores dos Campi deverão elaborar os seus respectivos Planos de Gestão de Riscos (PGR).

5. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1. Gestão de pessoas

5.1.1. Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 34 ó Força de Trabalho.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1.853	1.853	453	53
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1.853	1.853	413	53
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1.849	1.849	411	51
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	1	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	2	2	1	1
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	1
2. Servidores com Contratos Temporários	56	56	40	8
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	1	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1910	1910	493	61

Fonte: Extrator de Dados SIAPE, em 31/12/2016.

Análise Crítica:

Infere-se do quadro acima que no ano de 2016 houve o ingresso de 413 servidores de carreira. No referido exercício, também foi verificado o desligamento de 53 servidores. Entre os anos de 2015 e final 2016, 4 certames foram abertos para atender a demanda do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, assim como reposição das vacâncias de cargos não extintos, ocorridas no exercício de referência, o que causou o ingresso acentuado de servidores no Instituto Federal do Pará.

Apesar dos quantitativos apresentados, alguns Campi do IFPA informaram que o corpo funcional ainda é baixo frente às demandas apresentadas, estando também aquém das metas previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2014 ó 2018.

Quadro 35 ó Distribuição da Lotação Efetiva.

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1+1.2+1.3+1.4)	812	1034
1.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	809	1033
1.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1
1.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	56
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	1	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	813	1090

Fonte: Extrator de Dados SIAPE, em 31/12/2016.

Análise Crítica:

O quadro 35 mostra que a força de trabalho está concentrada na área fim, inclusive entre os servidores com contratos temporários. O Instituto Federal do Pará prioriza o ensino e a contratação de servidores de carreira, sendo os contratos temporários utilizados, em sua maioria, para suprir ausência de docentes afastados para qualificação.

Apesar do significativo incremento no corpo funcional do IFPA, alguns Campi ainda relatam a necessidade de novos servidores, principalmente em relação às atividades de apoio, diante do constante crescimento advindo do aumento no quantitativo de estudantes e docentes, ou seja, diante da crescente demanda nas áreas fim do Instituto. Isso é observado quando da presença, a título de exemplo, de apenas um servidor atuando em determinadas coordenações.

Quadro 36 óDetalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas.

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	110	110	49	17
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	110	110	49	17
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	107	107	48	17
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	2	2	1	0
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5. Aposentados	1	1	0	0
2. Funções Gratificadas	433	433	215	118
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	433	433	215	118
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	0	0	0
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	543	543	264	135

Fonte: Extrator de Dados, em SIAPE 31/12/2016.

Análise Crítica

Apesar do número significativo de cargos em comissão e funções gratificadas, muitos Campi ainda necessitam melhorar sua estrutura organizacional. O grande número de alunos e servidores e a complexidade das ações desenvolvidas demandam uma quantidade maior de cargos e de funções gratificadas. Alguns Campi que começaram suas atividades em 2015 e 2016, também necessitam de maior composição em sua estrutura organizacional, para melhor atender às demandas.

Também é informado pelos Campi que o quantitativo reduzido de servidores por setor, além de sobrecarregar estes, tem comprometido sobremaneira o planejamento em toda a instituição, pois os coordenadores, bem como os chefes de setor, devido à demanda de trabalho, têm conseguido apenas a realizar tarefas de nível operacional.

5.1.2. Demonstrativo das despesas com pessoal

Quadro 37 ó Despesas do pessoal.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2016	84.774.745,03	8.717.760,58	18.948.088,11	53.423.236,87	11.742.157,73	3.897.146,71	301.928,44	487.990,60	614.058,93	182.907.113,00
	2015	73.141.283,35	8.116.973,92	16.088.986,78	39.980.766,99	7.681.281,98	3.316.041,18	311.318,61	534.47,70	488.682,90	149.178.783,41
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2016	0	99.569,00	13.739,51	2.656,00	22.284,00	2.769,60	0	0	0	141.018,11
	2015	0	181.894,86	13.656,08	4.340,72	9.600,00	2.258,76	0	0	0	211.750,42
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2016	0	111.388,20	11.339,35	4.995,15	7.040,00	0	0	0	0	134.762,70
	2015	0	221.456,86	18.230,47	8.131,98	10.071,00	0	0	0	0	257.890,31
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2016	460.674,46	0	95.573,08	180.522,72	33.178,00	47.486,33	2.726,96	0	0	820.161,55
	2015	380.563,37	0	58.798,67	109.750,91	17.204,00	42.460,17	2.900,32	0	0	611.677,44
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2016	0	0	111.414,85	13.363,42	214.823,55	263,78	1.216.930,50	5875,83	0	1.562.671,93
	2015	0	0	62.103,64	8.434,50	79.047,50	0	566.651,31	0	0	716.236,95

Fonte: DW-SIAPE, em 31/12/2016.

Análise Crítica:

A fase de expansão da Rede de Educação Profissional e Tecnológica possibilitou o aumento de unidades organizacionais no âmbito do IFPA. Para tanto, houve necessidade de viabilizar o ingresso de novos servidores públicos no quadro de pessoal do IFPA, aumentando assim os valores concernentes a despesas com pessoal no exercício 2016.

5.1.3. Gestão de riscos relacionados ao pessoal

a) Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

a.1) Controles internos implementados com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos, e periodicidade de revisão

Relativamente aos controles internos de detecção de possível acumulação, continua sendo utilizada a declaração de acumulação ou não de cargos, a ser preenchida no ato da posse. Tal controle é utilizado para dar publicidade sobre a vedação à acumulação ilegal, evitando que os futuros servidores adentrem a Instituição acumulando cargos em desacordo com a lei. Em se tratando da classe docente do IFPA, quando os mesmos passam a exercer suas atividades em regime de dedicação exclusiva, é exigida uma declaração na qual afirmam não exercer outra atividade remunerada.

Quanto à detecção de acumulações ilegais por servidores já vinculados ao quadro do IFPA, ainda são realizadas denúncias enviadas à Ouvidoria do Instituto ou na própria Diretoria de Gestão de Pessoas - DGP. Desta forma, não há instrumentos internos que façam o cruzamento de informações do IFPA com os outros órgãos públicos ou privados, a fim de identificar as acumulações ilegais *õex officio*. Apenas o sistema SIAPE pode ser utilizado como ferramenta para detecção dessas ocorrências. Tal sistema, contudo, não pode ser utilizado na esfera estadual e municipal.

As demandas referentes à acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos são encaminhadas às Diretorias Gerais dos Campi por meio de processo emanados da DGP, para que seja oportunizado ao servidor tomar conhecimento e apresentar os esclarecimentos necessários, referentes ao assunto. Após manifestação do servidor, os processos são reencaminhados à referida diretoria para análise.

Assim, todas as demandas de acumulações ilegais apuradas decorrem de provocação dos órgãos de controles externos ou por denúncia via Ouvidoria do IFPA ou na própria DGP.

a.2) Propriedade dos controles implementados em termos de utilidade e eficiência

Não se verifica controle implementado, apenas declaração preenchida pelo novo servidor no momento de sua posse, onde ele declara se acumula ou não cargo. Nesse sentido, a Administração apenas se serve de tal declaração para afirmação da presunção de legitimidade, até prova em contrário.

Como não existe um controle interno eficaz para detecção de servidores que estejam acumulando cargos de forma ilegal, sendo dependente para tal identificação de manifestação dos controles externos (CGU, TCU) e as denúncias formuladas junto à Ouvidoria do IFPA, não há como apresentar a existência e o quantitativo de servidores que estejam acumulando cargos de forma ilegal no quadro de pessoal da unidade jurisdicionada, restando apenas apresentar os números dos casos apurados pelos controles externos e pela respectiva Ouvidora, conforme quadro seguinte.

a.3) Casos de acúmulo de cargos, funções ou empregos públicos indevidos no quadro de pessoal da unidade

Quadro 38 ó Informações sobre os casos de acúmulo de cargos, funções ou empregos públicos indevidos no quadro de pessoal da unidade.

Motivação da Apuração	Quantidade de Casos Apurados	Quantidade de Casos Confirmados	Quantidade de Casos Regularizados	Valor de Ressarcimento ao Erário (R\$)
Demandas dos Órgãos de Controle	73	72	14	0
Demandas de Outros Órgãos Envolvidos	0	0	0	0
Instrumento de Controle Interno	0	0	0	0
Denúncias em Canais de Acesso do Cidadão	0	0	0	0
Total	11	0	0	0

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas ó IFPA, 2016.

Análise Crítica:

Foram emitidas pela Reitoria do IFPA, no ano de 2016, 73 (setenta e três) notificações para que os servidores comparecessem à Diretoria de Gestão de Pessoas e/ou suas respectivas unidades para prestarem informações.

b) Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

b.1) Absenteísmo

Quadro 39 ó Índice de Absenteísmo dos servidores da unidade.

Categoria	Nº de Servidores	Nº de Faltas			Absenteísmo	
		Injustificadas	Justificadas	Total	Fórmula	Valor
Técnico-Administrativo	223	0	8.379	8.379	$(\text{Total de Faltas} / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores} * 20 \text{ Dias} * 12 \text{ Meses})) * 100$	1,82
Docente	186	305	9.140	9.445	$(\text{Total de Faltas} / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores} * 20 \text{ Dias} * 12 \text{ Meses})) * 100$	2,06
Total	409	305	17.519	17.824	$(\text{Total de Faltas} / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores} * 20 \text{ Dias} * 12 \text{ Meses})) * 100$	3,88

* Nº de Servidor: Efetivos + Temporários + Ocupantes de Cargo Comissionado.

Fonte: Extrator de Dados SIAPE, em 31/12/2016.

Análise Crítica:

Os índices de absenteísmo do IFPA demonstram que, em 2016, registraram-se 17.824 (dezesete mil oitocentos e vinte e quatro) dias de ausência ao trabalho, sendo 305 faltas injustificadas apresentadas por um total de 186 servidores docentes e 17.519 faltas justificadas apresentadas por um total de 409 servidores, sendo 223 técnicos administrativos e 186 docentes.

Outro dado relevante sobre o exercício de 2016 no IFPA é o acréscimo no número de faltas justificadas em dias, comparado com o exercício anterior. No entanto, o percentual geral ficou um pouco abaixo, caindo de 4,13% (2015) para 3,88% (2016).

Segundo especialistas e consultores em educação, o percentual de 2% é considerado tolerável, sendo assim, observa-se um valor superior ao esperado, o que chama a atenção para a necessidade de estratégias que reduzam estes índices e, conseqüentemente, aumentem a satisfação e a produtividade dos servidores.

Vale ressaltar que alguns Campi ainda não dispõem de pessoal treinado para extrair os dados disponíveis no SIAPE para composição de quadro relacionado ao absenteísmo. Também cabe ressaltar a dificuldade no retorno das justificativas de falta por parte dos servidores que se ausentaram.

b.2) Afastamentos ocorridos no exercício

Quadro 40 óQuantitativo de afastamentos de servidores no exercício, por tipo e por categoria.

Tipo de Afastamento	Categoria de Servidores	
	Docentes	Técnicos administrativos
Afastamento (Cessão) c/ ônus para servir a outro órgão - EST	462	2043
Afastamento competição desportiva ó EST	15	0
Afastamento para curso formação opção cargo efetivo - C/Remun. - EST	31	0
Afastamento Est/ Prog.Trein.(Cong-Enc-Semin.) País S/Ônus - EST	8	0
Afastamento Est/Prog.Trein.(Congr-Encon) País C/Ônus Limit - EST	66	9
Afastamento Estudo Exterior C/Ônus ó EST	184	0
Afastamento Estudo Exterior C/Ônus Limitado ó EST	2291	366
Afastamento Júri e Outros Serviços ó EST	0	23
Afastamento Missão Exterior Com Ônus ó EST	61	0
Afastamento Missão Exterior Com Ônus Limitado ó EST	212	0
Afastamento Participação em Programa de Pós-grad S/Sensu País C/Ônus - EST	8720	1268
Afastamento Part.Prog.Trein. (Congr) Fora País C/Ônus Limit - EST	8	0
Afastamento Part.Prog.Treina. Fora País C/Ônus ó EST	14	0
Afastamento Part.Prog.Treina. País Com Ônus ó EST	276	413
Afastamento Prestar Colaboração a Outra ICT ó EST	366	0
Afastamento Prestar Colaboração PCCTAE ó EST	0	3
Afastamento Temporário Serv. Art. 20 Lei 8429/1992 ó EST	3824	366
Afastamento Viagem a Serviço no País Com Ônus ó EST	423	180
Afastamento Viagem Serviço no País Com Ônus Limit. - EST	7	0
Afastamento no País Com Ônus/Est/Dout/Mestrado	6342	1886
Casamento ó EST	24	40
Doação de Sangue ó EST	0	3
Eleitoral Convocação Servidores - Lei 9.504	4	17
Exercício Provisória Parágrafo 2º, art. 84, Lei 8112/1990 - EST	1830	1098
Falecimento em Pessoa da Família ó EST	40	64
Falta ó EST	305	0
Falta Justificada Decisão Administrativa ó EST	88	0
Falta Justificada Decisão Judicial ó EST	1	0
Hist. Est. Lei 1.711/52- Licença Nojo	0	8
Licença Acidente em Serviço ó EST	207	0
Licença Capacitação ó EST	115	588
Licença Gestante (Concedida Administrativamente) ó EST	1269	1519
Licença Gestante (Concedida SIASS) ó EST	0	360
Licença Gestante Prorrogação ó EST	582	647
Licença Maternidade ó Contribuição ó RGPS	180	0
Licença Paternidade ó EST	50	30
Licença Paternidade Prorrogação ó EST	30	45
Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família ó EST	187	106
Licença Prêmio Por Assiduidade ó EST	240	300

Tipo de Afastamento	Categoria de Servidores	
	Docentes	Técnicos administrativos
Licença Tratamento de Saúde ó EST	5147	3419
Licença Tratar de Interesses Particulares ó EST	732	497
Licença Tratamento Saúde Inferior 15 dias ó EST	179	290
Suspensão Temporária Administrativa ó EST	855	732

Fonte: Extrator de Dados SIAPE, em 31/12/2016.

Análise Crítica:

Em relação aos tipos de afastamentos no ano de 2016, observa-se um total de 51.695 dias de afastamentos, sendo 35.375 dias dos docentes e 16.320 dias dos técnicos administrativos. Foram identificados 43 tipos de afastamentos, dentre os quais: cursos, viagens a serviço, por motivos pessoais, para tratamento de saúde, entre outros.

Em geral, observa-se que é maior o número de afastamentos de docentes em relação ao número de técnicos administrativos afastados. Além disso, os motivos que geram maior ocorrência em ambas as categorias é o tratamento da própria saúde e a participação em programa de treinamento dentro ou fora do país. Para docentes, também se observa, frequentemente, o afastamento para estudo em programa de pós-graduação, conforme mostra o quadro acima.

b.3) Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Quadro 41 ó Quantidade de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais ocorridos/diagnosticados no exercício 2016.

Tipologias dos Cargos	Acidentes de Trabalho	Doenças Ocupacionais
1. Servidores de Carreira	1	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	0
4. Total de Servidores (1+2+3)	1	0

Fonte: CAQV/DGP. Dez./2016.

Análise Crítica:

De acordo com o Manual de Perícia Oficial em Saúde do Servidor Público Federal (2014, p. 1), acidente em serviço é "o [...] aquele ocorrido com o servidor no exercício do cargo ou função, que se relacione direta ou indiretamente com as atribuições a ele inerentes, que possa causar a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho".

Segundo informações do quadro acima, fornecidas pela Coordenação de Assistência e Qualidade de Vida, no exercício de 2016, houve somente 01(um) acidente de trabalho com servidores de carreira.

b.4) Rotatividade (*Turnover*)

Quadro 42 ó Índice de Rotatividade dos servidores da unidade.

Categoria	Nº de Ingressos no Exercício	Nº de Egressos no Exercício	Nº de Servidores Ativos em 31/12/2016	Rotatividade	
				Fórmula	Valor
Técnico-Administrativo	147	26	814	$((\text{N}^\circ \text{ de Egressos} + \text{N}^\circ \text{ de Ingressos}) / 2) / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores Ativos}) * 100$	12,22%

Docente	264	25	1.035	$((\text{N}^\circ \text{ de Egressos} + \text{N}^\circ \text{ de Ingressos}) / 2) / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores Ativos}) * 100$	15,16%
Total	411	51	1.849	$((\text{N}^\circ \text{ de Egressos} + \text{N}^\circ \text{ de Ingressos}) / 2) / (\text{N}^\circ \text{ de Servidores Ativos}) * 100$	13,87%

Fonte: Extrator de Dados SIAPE, em 31/12/2016.

Análise Crítica:

A rotatividade (*turnover*) no Instituto Federal do Pará se deve, em parte, ao fato de que muitos servidores ingressam em cargos de nível médio. Ao passar em outros concursos de nível superior, que pagam salários melhores, acabam por pedirem a exoneração do IFPA. Com a crise econômica do Brasil, instalada desde o início de 2015, impactando negativamente as finanças do país, ocasionando demissões e diminuição de salários, essa rotatividade está tendo uma tendência descendente, quando comparada com o ano anterior. Tal fato é evidenciado com o aumento significativo do número de ingressos em 2016 (411 servidores) com relação a 2015 (40 servidores). Cabe também informar sobre a redução no número de egressos. Em 2015, houve vacância de 51 vagas, enquanto que no ano de 2016, 51 servidores deixaram o Instituto.

Apesar do significativo incremento, é importante ressaltar a necessidade de mais servidores técnico-administrativos para suprir às demandas das atividades meio e fim, advindas do acréscimo de estudantes a cada período letivo.

b.5) Formação continuada

Quadro 43 ó Informações sobre convênios para formação continuada dos servidores da unidade.

Instituição Conviniada	Quantidade de Cursos	Quantidade de Servidores Capacitados			
		2016	2015	2014	2013
ENAP	6	60	58	7	0
ESAF	9	13	91	52	7
CAPACIT/UFPA	5	0	51	7	1
Total	20	73	200	66	8

Fonte: Diretoria de Gestão de Pessoas ó IFPA, 2016.

Análise Crítica:

Em relação à educação continuada no exercício 2016, devido aos recursos orçamentários disponíveis, a Coordenação de Desenvolvimento e Avaliação, em contato com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), identificou a possibilidade de estabelecer uma parceria por meio de Termo de Cooperação Técnica para realização de um Plano Anual de Capacitação, contemplando vários servidores, no tocante ao desenvolvimento de suas competências para a execução dos serviços públicos de qualidade.

A Gestão do Plano Anual de Capacitação dos servidores do IFPA é da competência da Coordenadoria de Treinamento e Desenvolvimento, responsável pela operacionalização e coordenação das ações previstas, subordinada à Diretoria de Gestão de Pessoas ó DGP.

Instituições como UFPA, CAPACIT e ENAP são parceiras do Instituto Federal do Pará, com o objetivo de capacitar os servidores no que tange ao desenvolvimento de suas competências para a execução dos serviços públicos de qualidade.

A Coordenação de Treinamento e Desenvolvimento/DGP realiza junto aos Campi o levantamento das demandas de capacitação e educação formal, com o objetivo promover um diagnóstico que subsidie ações de capacitação e educação formal, alinhadas às reais necessidades das unidades e da instituição.

Para divulgação de cursos e eventos são utilizados os correios eletrônicos dos servidores, o *site* do Instituto Federal do Pará (www.ifpa.edu.br), além de outros recursos de divulgação como catálogos e folders. As inscrições para os eventos de aprendizagem são feitas por meio da iniciativa do servidor.

Vale ressaltar que muitos servidores também realizam cursos em instituições distintas, de acordo com cada especificidade de trabalho.

Pode ser identificado com fator de ameaça à capacitação o limite orçamentário, principalmente aos Campi do interior, fato este que dificulta o deslocamento para capacitações em outras localidades, quando tais capacitações não são ofertadas pelo Instituto.

b.6) Aposentadorias

Quadro 44 óDistribuição dos servidores por nível de escolaridade.

Razões Para Aposentadoria	Quantidade de Servidores Aposentados			
	2016	2015	2014	2013
Compulsória (proventos proporcionais)	0	0	1	0
Idade (proventos proporcionais)	0	0	0	0
Idade e Tempo de Contribuição	13	9	15	8
Invalidez Permanente	1	0	0	4
Total	14	9	16	12

Fonte: Extrator de Dados SIAPE, em 31/12/2016.

Análise Crítica:

Com relação às informações do quadro acima, observa-se um total de 14 servidores aposentados no exercício de 2016, sendo 13 por idade e tempo de contribuição e somente 01 por invalidez permanente, o que representa um aumento de 64,28% comparado ao ano anterior.

b.7) Qualificação da força de trabalho

Quadro 45 óDistribuição dos servidores por nível de escolaridade.

Categoria	Quantidade de Servidores por nível de escolaridade					
	Fundamental	Médio	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado
1. Servidores Técnicos-administrativos	13	151	245	331	63	1
2. Servidores docentes	0	3	96	292	474	170
Total (1+2)	13	154	341	623	537	171

Fonte: Extrator de Dados SIAPE, em 31/12/2016.

Análise Crítica:

Com relação às informações do quadro acima, observa-se uma concentração de servidores com nível de escolaridade de especialistas e mestres, o que representa 63% dos servidores informados no quadro acima.

Constata-se a necessidade da oferta de cursos ao nível de Mestrado e Doutorado voltados para os servidores do IFPA tendo em vista a crescente demanda com a nomeação de novos servidores e principalmente no cumprimento da qualificação dos servidores, visando à melhor prestação de serviços à sociedade e devido ao compromisso com as diretrizes para o desenvolvimento de pessoal da Administração Pública Federal.

5.1.4. Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

a) Contratação de mão de obra de para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Quadro 46 óContratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade.

UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados						Situação
				Início	Fim	F		M		S		
						P	C	P	C	P	C	
158679	16/2014	Serviços de limpeza e conservação no Campus Ananindeua	Coimbra Comércio e Serv. de Limpeza e Conservação LTDA	03/11/2014	31/10/2016	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158679	13/2014	Serviços de vigilância patrimonial Armada no Campus Ananindeua	E. Santos Lima Vig. e Seg. EIRELI	01/09/2014	31/08/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158679	02/2016	Contratação de serviços de motorista	SARAM- Limpeza e Conservação - LTDA ó ME	01/02/2016	31/01/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158679	27/2016	Serviços de limpeza e conservação no Campus Ananindeua	SARAM- Limpeza e Conservação - LTDA ó ME	01/11/2016	31/10/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158306	04/2013	Serviço de nutricionista, cozinheira e auxiliar de cozinha executar merenda escolar.	PEOPLE RH LTDA	02/05/2013	01/05/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158306	09/2013	Prestação de serviço de limpeza e conservação.	LG Serviços Profissionais LTDA	12/10/2014	11/10/2017	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158306	15/2013	Contratação de postos de almoxarife e porteiro.	LG Serviços Profissionais LTDA	20/01/2014	19/01/2018	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158306	16/2014	Contratação de serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada.	Polo Segurança Especializados LTDA	04/08/2014	03/08/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158306	010/2015	Contratação de postos de motoristas categoria "d".	SARAM Limpeza e Conservação LTDA	04/01/2016	03/01/2018	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158306	001/2016	Contratação de serviços terceirizados continuados de apoio administrativo.	SALP Serviços & Portaria LTDA	20/07/2016	19/07/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158506	05/2015	Serviços de Vigilância	Polo segurança especializada Ltda.	12/11/2016	11/11/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)

UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados						Situação
				Início	Fim	F		M		S		
						P	C	P	C	P	C	
158506	07/2013	Serviços de limpeza e conservação	Office Service Terceirização de mão de obra Ltda.	06/12/2015	05/12/2016	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158506	05/2016	Serviços de recepcionista	Saram serviços Especializados Ltda.	01/06/2016	31/05/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158506	04/2016	Serviços de motorista	Saram serviços Especializados Ltda.	01/06/2016	31/05/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
Reitoria	11/2014	Serviços de limpeza	23.434608/0001-20	01/09/14	30/08/16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
Reitoria	24/2016	Serviços de limpeza	11.056.054/0001-95	22/09/16	21/09/17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
Reitoria	12/2014	Serviços de apoio administrativo	06.028.733/0001-23	01/09/14	31/08/17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
Reitoria	04/2015	Serviços de vigilância	02650833/0001-23	05/11/15	04/11/17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158308/2 6416	2012	Serviços de vigilância armada e desarmada *(1)	Polo Segurança Especializada LTDA, CNPJ: 02.650.833/000-23	01/01/2012	31/03/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158308/2 6416	2012	Contratação de agente de integração (estagiários) *(2)	Instituto Euvaldo Lodi ó IEL, CNPJ 04.979.092/0001-54	31/05/2012	30/05/2015	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158308/2 6416	2013	Prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização nas dependências do IFPA Castanhal *(3)	Coimbra Comércio e Serviços de Limpeza e Conservação LTDA, CNPJ: 23.434.608/0001-20	31/07/2013	27/10/2014	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158308/2 6416	2013	Mão de obra de cozinheiro, copeiro e auxiliar de cozinha *(4)	Office Service Terceirização de Mão de Obra LTDA ó EPP, CNPJ: 16.887.298/0001-33	01/08/2013	31/07/2017	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158308/2 6416	2014	Limpeza, conservação e higienização ó IFPA ó Polo avançado de Vigia de Nazaré*(5)	Coimbra Comércio e Serviços de Limpeza E Conservação LTDA, CNPJ: 23.434.608/0001-20	16/06/2014	27/10/2014	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)

UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados						Situação
				Início	Fim	F		M		S		
						P	C	P	C	P	C	
158308/2 6416	2014	Limpeza, conservação e higienização ó IFPA Campus castanhal*(6)	A. M.Pereira Serviços Especializados ME, CNPJ: 09.619.820/0001-30	28/10/2014	27/02/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158308/2 6416	2014	Empresa especializada em administração de mão de obra *(7)	Oficce Service Terceirização de Mão de OBRA LTDA ó EPP, CNPJ: 16.887.298/0001-33	10/04/2014	09/04/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158509	04/2014	JPR limpeza e conservação	08.087.568/0001-01	01/05/2013	22/05/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158509	07/2014	Serviço de segurança patrimonial	05.915.153/0001-82	06/05/2014	05/05/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158509	03/2015	Serviços de recepcionista e mensageiro	06.028.733/0001-10	27/04/2016	26/04/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158509	06/2014	Serviços de motorista	06.028.733/0001-10	17/04/2014	17/04/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158509	07/2012	Serviços de motorista	08.087.568/0001-01	30/10/2012	30/10/2016	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158509	06/2016	Serviços de motorista	11.056.054/0001-95	01/11/2016	01/11/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158509	04/2014	Serviços de almoxarife	06.028.733/0001-10	24/03/2014	24/03/2016	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158307	2012	Prestação de serviços de fornecimento de mão de obra de 03(três) motoristas, para atender as necessidades do CRMB/IFPA	13.714.479/0001-70	01/11/2012	24/04/2016	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158307	2013	Prestação de serviço, de forma contínua, de vigilância patrimonial armada, diuturna com sistema de ronda eletrônica e com uso de automóvel	07.069.574/0001-65	25/06/2013	24/06/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)

UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados						Situação
				Início	Fim	F		M		S		
						P	C	P	C	P	C	
158307	2014	Prestação de serviços de fornecimento de mão-de obra terceirizada de apoio administrativo, de forma contínua e sob demanda, nas funções de cozinheiro(a), auxiliares de cozinha e encarregado de serviços gerais	16.887.298/0001-33	05/03/2014	04/03/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158307	2014	Prestação de serviços de fornecimento de mão de obra terceirizada de apoio administrativo nas funções de recepcionista, copeiro, tratorista, encarregado, carpinteiro, electricista, bombeiro encanador hidráulico, auxiliar de serviços gerais e trabalhador rural de forma contínua e sob demanda, com fornecimento de ferramentas e equipamentos	03.765.290/0001-52	05/03/2014	01/09/2016	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158307	2014	Prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação	23.434.608/0001-20	06/05/2014	05/05/2016	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158307	2016	Prestação de serviços de fornecimento de mão de obra de 03(três) motoristas, para atender as necessidades do CRMB/IFPA	22.939.649/0001-05	25/05/2016	24/05/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158307	2016	Prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação	06.028.733/0001-10	13/06/2016	12/06/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158307	2016	Prestação de serviço de apoio administrativo na função de porteiro diurno e noturno em regime de escala 12X 36	11.056.054/0001-95	20/09/2016	19/09/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)

UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados						Situação
				Início	Fim	F		M		S		
						P	C	P	C	P	C	
158307	2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fornecimento de mão de obra terceirizada de apoio administrativo nas funções de recepcionista, copeiro, carpinteiro, eletricista (alta tensão), bombeiro encanador hidráulico, auxiliar de serviços gerais, encarregado, trabalhador rural e tratorista de forma contínua e sob demanda, com fornecimento de ferramentas e equipamentos para atendimento das necessidades do Campus rural de marabá	13.704.662/0001-94	20/10/2016	19/10/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158135 (Óbidos)	02/2014	Serviços continuados de vigilância e segurança armada	05.915.153/0001-82	Agosto de 2015	Setembro de 2016	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158135 (Óbidos)	12/2014.	Motorista (condutor de veículos)	6.887.298/0001-33	24/11/15	23/11/16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158135 (Óbidos)	21/2016	Serviços continuados de vigilância e segurança armada	14.151.000/0001-05	12/09/2016	12/03/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158135 (Óbidos)	25/2016	Serviços de limpeza e conservação	04.630.532/0001-63	03/10/2016	03/10/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158135 (Óbidos)	09/2013	Serviços continuados de auxiliar de almoxarifado e recepcionista	06.028.733/0001-10	01/10/2015	30/09/2016	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158135	10/2016	Apoio administrativo - recepcionista	11.056.054/0001-95	15/06/2016	14/06/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158135	20/2016	Serviços de vigilância armada	03.257.467/0001-00	08/09/2016	08/03/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158135	23/2016	Serviços limpeza e conservação	11.056.054/0001-95	21/09/2016	20/09/2017	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)

UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados						Situação
				Início	Fim	F		M		S		
						P	C	P	C	P	C	
158508	01/2014	Contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de vigilância patrimonial armada e desarmada, diurna e noturna, a serem executados nas dependências da contratante, em Abaetetuba-pa.	14.151.000/0001-05	06/02/2014	05/02/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158508	01/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza, asseio e conservação predial para o IFPA Campus de Abaetetuba	06.028.733/0001-10	11/03/2015	10/03/2017	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158508	05/2015	Contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de apoio administrativo nas funções de recepcionista, motorista e porteiro na forma de execução indireta, para atender as necessidades do IFPA Campus Abaetetuba.	11.056.054/0001/95	11/11/2015	10/11/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158508	03/2016	Contratação de serviços de motorista categoria de que serão prestados nas condições estabelecidas no termo de referência.	11.056.054/0001/95	01/08/2016	31/07/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158135	003/2015	Prestação serviço apoio administrativo (receção, copeiragem, almoxarife e portaria).	LG Serviços Profissionais LTDA (06.028.733/0001-10)	03/05/2013	02/05/2017	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158135	016/2015	Prestação de serviço de condutor de veículos (motorista)	SARAM óLimpeza e Conservação LTDA ó ME (11.056.054/0001-95)	01/12/2015	30/11/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)

UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados						Situação
				Início	Fim	F		M		S		
						P	C	P	C	P	C	
158135	003/2016	Serviços de limpeza e conservação.	SARAM Limpeza e Conservação LTDA ó ME (11.056.054/0001-95)	25/01/2016	20/12/2016	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158135	019/2016	Serviço de vigilância patrimonial armada	POLO Segurança Especializada LTDA (02.650.833/0001-23)	22/08/2016	22/08/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158518	003/2015	Serviço de Limpeza e Conservação	LG Serviços Profissionais LTDA	12/04/2016	12/04/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158518	006/2015	Serviço de Apoio Administrativo (almoxarife, recepcionista, Porteiro)	LG Serviços Profissionais LTDA	21/01/2016	21/01/2017	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158518	007/2015	Serviço de Vigilância Patrimonial Armada	POLO Segurança Especializada LTDA	31/08/2016	31/08/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158518	011/2014	Serviço de Condutor de veículos (Motorista)	Office Service Terceirização de Mao de Obra LTDA - EPP	21/01/2016	21/01/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158567	09/2013	Serviço de limpeza e conservação	04.630.532/0001-63	06/12/2013		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158567	10/2013	Serviço de segurança e vigilância armada	05.915.153/0001-82	30/12/2013		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158567	06/2014	Serviço de recepção e portaria	16.887.298/0001-33	20/10/2014		<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158567	02/2015	Serviço de motorista	11.056.054/0001-95	16/11/2015		<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
158135	18/2015	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza e conservação.	SARAM- Limpeza e Conservação LTDA - ME	04/12/2016	03/01/2017	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158135	15/2015	Contratação de serviços de condutor de veículo (motorista)	SARAM- Limpeza e Conservação LTDA ó ME	01/12/2015	30/11/2016	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)

UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados						Situação
				Início	Fim	F		M		S		
						P	C	P	C	P	C	
158135	14/2015	Contrato de prestação de serviços de apoio administrativo para o IFPA-Campus Vigia	LG Serviços Profissionais LTDA ó ME	01/12/2015	30/11/2016	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158135	20/2015	Contratação de serviços de vigilância patrimonial armada, em toda a área de abrangência do IFPA ó Campus Vigia	L. M. S. Vigilância e Segurança Privada LTDA	04/01/2016	03/01/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Encerrado (E)
158162	01/2015	Vigilância Ostensiva Armada	02.650.833/0001-23	09/2016	08/2017	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158162	02/2015	Limpeza, Higiene e Conservação	06.028.733/0001-10	09/2016	08/2017	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158162	003/2016	Motorista	11.056.054/0001-95	09/2016	08/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158512	001/2013	Serviço de Limpeza e Conservação	Alexandre Miranda Pereira (CNPJ 09.619.820/0001-30)	01/03/2013		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158512	004/2015	Serviço de Vigilância Patrimonial Armada	Pará Brasil Segurança LTDA (CNPJ 11.493.735/0001-10)	01/03/2016		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158512	005/2015	Serviço de Apoio Administrativo ó Motorista	Barão Tur Transportes e Terceirizações (CNPJ 08.338.786/0001-63)	24/09/2015		<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158507	09/2016	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de limpeza, asseio e conservação predial para o Campus Altamira deste IFPA	TREVUS Serviços e Logística LTDA ó EPP	15/09/2016	15/09/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158507	08/2016	Prestação de serviços de natureza continuada em apoio administrativo na área de recepcionista e copeiragem	SARAM Serviços Especializados LTDA - ME	15/06/2016	15/09/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158507	09/2011	Contratação de serviços de vigilância patrimonial armada para o Campus Altamira	POLO Segurança Especializada LTDA	01/12/2011	01/03/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)

UG/UGR	Nº / Ano do Contrato	Objeto	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de escolaridade mínimo exigido dos trabalhadores contratados						Situação
				Início	Fim	F		M		S		
						P	C	P	C	P	C	
158507	5/2014	Contratação de serviço de dois postos de motorista para o Campus Altamira	Imperial Rondônia	01/12/2014	02/06/2017	<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Normal (A)
158481	06/2013	Prestação dos serviços de apoio administrativo de recepção e almoxarife	06.028.733/0001-10	16/09/2016	15/09/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158481	15/2013	Preparo de refeições, serviços de cozinha e demais serviços	06.028.733/0001-10	25/10/2016	24/10/2017	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158481	01/2015	Prestação de serviço de limpeza e conservação	06.028.733/0001-10	13/02/2017	12/02/2018	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158481	07/2015	Prestação de serviços de segurança e vigilância patrimonial	02.650.833/0001-23	30/06/2016	29/06/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)
158481	08/2015	Prestação de serviços de apoio administrativo motorista, categoria ôDö	06.028.733/0001-10	03/08/2016	02/08/2017	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Ativo Prorrogado (P)

Legenda:

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Número de Prestadores: (P) Previsto em Contrato; (C) Contratado

Fonte:Campi do Instituto Federal do Pará e PROAD, 2016.

Análise Crítica:**Reitoria**

A prestação de serviço continuado, com mão de obra residente, na Reitoria gira em torno dos serviços de Limpeza e Conservação, vigilância Armada, Apoio Administrativo (Recepção, Portaria, Copeiragem e Almoxarife) e Motorista. Em sentido amplo a prestação do serviço tem sido satisfatória, mas temos registrado, especialmente em 2016, diversos e recorrentes problemas com atrasos de pagamento salarial e benefícios sociais aos terceirizados por parte das contratadas. Medidas têm sido tomadas para minimizar os problemas, como aplicação de multas, notificações e rescisões contratuais, em conformidade com o estabelecido nos editais e instrumentos legais, que em alguns casos resultaram na rescisão do contrato. Citamos alguns, como os contratos nº 002/2014 - Vigilância Campus Óbidos; nº 009/2014 - Limpeza e Conservação Campus Parauapebas; nº 011/2014 - Limpeza e Conservação IFPA Cametá; nº 016/2014 - Limpeza e Conservação IFPA Ananindeua; nº 006/2015 - Vigilância Armada Reitoria; nº 010/2015 - Limpeza e Conservação Paragominas. Todos rescindidos por problemas relacionados a inadimplência de pagamento aos funcionários ligados aos contratos. Em resumo, estes são os principais problemas observados na execução dos contratos de terceirização de mão de obra.

Campus Abaetetuba

Em relação aos contratos 01/2015 e 03/2016, não houve cláusula contratual quanto à previsão de nível de escolaridade mínimo, assim como não houve ocorrência que tenha gerado notificações relacionadas aos serviços prestados.

Campus Altamira

O Campus possui quatro contratos de apoio de mão de obra, sendo dois oriundos de licitações realizadas em 2016. O Contrato de vigilância armada expirou em dezembro de 2016. Contudo, o Campus Altamira participou como UASG participante de uma licitação realizada pela Reitoria.

Quanto ao contrato de motorista, este expira em junho de 2017 e existe processo licitatório em andamento para nova contratação. O Campus ainda necessita, para melhor desempenho das atividades administrativas, realizar contratação de dois postos de almoxarife. Mas, em virtude de não existir orçamento, não foi realizada licitação para suprir esta necessidade.

Campus Ananindeua

Os serviços contratados atendem as necessidades básicas do Campus. Em 2016, foram realizadas duas novas contratações, sendo que uma delas foi como opção mais vantajosa referente aos serviços de limpeza e conservação. Além dessas, houve uma prorrogação referente aos serviços continuados de vigilância, onde procedemos à redução de dois postos (01 noturno e 01 diurno) por motivo de ordem financeira.

Campus Belém

Houve a manutenção dos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra e apoio administrativo no Campus Belém do IFPA. Em relação ao ano de 2015, o número de contratos se manteve nestas áreas.

A manutenção de tais contratos deve-se à necessidade iminente das atividades exercidas pelos servidores terceirizados que são essenciais e indispensáveis para o bom funcionamento das atividades desenvolvidas no Campus Belém.

Em relação ao ano de 2015, a gestão atual realizou ajustes necessários em 02 contratos, em virtude da redução orçamentária na ordem de 49% do seu orçamento para 2016. Os contratos readequados foram:

- Contrato nº 11/2011, referente ao apoio administrativo como eletricitas, encanadores, recepcionistas e inspetores de alunos. O valor do contrato inicial era de R\$ 881.498,48 por ano, o que significa que a nova gestão do Campus diminuiu o valor do contrato em 31,94%, passando a ser de R\$ 599.947,93 por ano, trazendo assim uma economia de R\$ 281.550,55;

- Contrato nº 09/2013, referente à prestação de serviços de Limpeza e Conservação, cujo valor inicial era de R\$ 1.793.727,28 por ano. A nova gestão reduziu o contrato em 39,99%, passando a custar o montante de R\$ 1.076.415,74, trazendo assim uma economia de R\$ 717.311,54.

Campus Bragança

Os contratos de prestação de serviço do Campus Bragança ao longo do ano de 2016 passou por apenas uma repactuação que envolveu a empresa Office Service Terceirização de mão de obra Ltda., que permaneceu conosco por quase todo ano de 2016, sendo substituída no mês de dezembro pela Saram serviços Especializados Ltda., visando ao princípio da economicidade que vem expressamente previsto no art. 70 da CF/88 e representa, em síntese, a promoção de resultados esperados com o menor custo possível. É a união da qualidade, celeridade e menor custo na prestação do serviço ou no trato com os bens públicos.

Campus Breves

O Campus de Breves tem na sua atual conjuntura, em plena execução, os contratos de prestação de serviços continuados de vigilância ostensiva armada, limpeza, higiene e conservação e de motorista. Os mesmos são executados de forma contínua e ininterrupta, alcançando grau máximo de satisfação no que diz respeito à execução dos serviços/objeto dos contratos. As dificuldades enfrentadas na condução dos contratos estão relacionadas à documentação enviada ao setor de fiscalização, que ora chega em desacordo com a competência do serviço apresentado na NF, ora com atraso, ocasionando naturalmente a demora no repasse do processo ao setor financeiro para pagamento. Neste caso, as providências adotadas são reiteradas cobranças encaminhadas às empresas utilizando os serviços de internet (webmail), o que, geralmente, tem resolvido o problema. No exercício 2016, houve a necessidade em realizarmos supressões nos contratos dos serviços de vigilância e limpeza, em decorrência das limitações orçamentárias do Campus.

Campus Cameté

Houve a rescisão contratual da empresa Coimbra Comércio e Serviço de Limpeza e a contratação da empresa Saram Serviços Especializados selecionada através de Pregão Eletrônico realizado pela Reitoria.

Campus Castanhal

- Contrato nº 01/2012 ó Refere-se à prestação de Serviços de Vigilância Armada e Desarmada, que teve início em 01 de janeiro de 2012, e se encontra em seu 5º termo aditivo, cuja vigência encerrar-se-á em 31 de março de 2017. Constam nos autos do processo nº 23051.009014/2011-50 que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória, não acarretando nenhuma dificuldade à Administração na condução do mesmo.

- Contrato nº 06/2013 ó Refere-se à prestação de serviços de Mão de Obra de Cozinheiro, Copeiro e Auxiliar de Cozinha, que teve início em 01/08/2013, estando no seu 3º termo aditivo, cuja vigência encerrará em 31/07/2017, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II, do art. 57, da Lei nº 8.666/1993. Nos autos do processo 23051.003920/2013-11, constam que os serviços estão sendo executados de forma satisfatória, não acarretando nenhuma dificuldade à Administração na condução do mesmo.

- Contrato nº 29/2014 -Refere-se à prestação de serviços de limpeza nas dependências do Polo Avançado de Vigia de Nazaré, tendo sido celebrado em 28 de outubro de 2014, com vigência de 12 meses, estando em seu 3º termo aditivo, cuja vigência encerrar-se-á 27/02/2017, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II, do art. 57, da Lei nº 8.666/1993. Nos autos do processo nº 23051.007242/2013-57, consta que os serviços estão sendo executados de forma regular, não acarretando nenhuma dificuldade à Administração na condução do mesmo.

- Contrato nº 12/2014 ó Refere-se à contratação de empresa especializada em administração de mão de obra para prestação dos serviços continuados de Motorista (Condutor de Veículos), Recepcionista, Auxiliar de Escritório, Instrutor de Banda e Fanfarra, Operador de Equipamento Reprográfico, Auxiliar de Agropecuária e Operador de Implemento Agrícola, a serem executados no Campus Castanhal do IFPA, cujo início ocorreu em 10 de abril de 2014, estando no seu 2º termo aditivo, cuja vigência encerrará em 10/04/2017, podendo ser prorrogado nos termos do inc. II, do art. 57, da Lei nº 8.666/1993. Nos autos do processo 23051.011593/2013-62, constam que os serviços estão sendo executados de forma regular, não acarretando nenhuma dificuldade à Administração na condução do mesmo.

Campus Conceição do Araguaia

Há no Campus Conceição do Araguaia a contratação das empresas constantes no quadro acima, que prestam serviços terceirizados, com emprego de mão de obra, servindo à atividade fim.

Campus Itaituba

Os serviços de apoio contratados pela unidade têm o cunho de atender demandas para as quais não há servidores de carreira, observa-se ainda que as restrições orçamentárias obrigam a unidade a contratar pessoal aquém das reais necessidades.

Campus Marabá Industrial

Atualmente, o Campus Marabá Industrial conta com três (3) contratos com locação de mão, tendo em vista que o plano de carreira não abrange estes serviços.

Campus Marabá Rural

Devido à especificidade e localização do Campus, os contratos de mão de obra terceirizada são de suma importância para o desenvolvimento das atividades do Campus Rural de Marabá. Entretanto, devido à economicidade e limitação do orçamento, as contratações ficam delimitadas, comprometendo algumas atividades da comunidade acadêmica.

Campus Óbidos

A predominância nos contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra no Campus Óbidos gira em torno dos serviços de Limpeza e Conservação, Vigilância Patrimonial Armada e de Apoio Administrativo à Administração, sendo que estes, estão sendo conduzidos de forma satisfatória.

Campus Paragominas

No exercício de 2016, tínhamos três contratos vigentes, sendo eles: vigilância, apoio administrativo (Recepcionista) e limpeza e conservação, essenciais à manutenção do Campus. Os demais contratos (água/esgoto, aluguel e energia elétrica) são custeados pela Prefeitura de Paragominas. Enquanto que os de gerenciamento de frota e correios etc, são em conjunto com Reitoria, não existindo contrato individualizado para o Campus.

Campus Parauapebas

As contratações dos serviços terceirizados realizadas pelo Campus Parauapebas tem amparo legal, dentre outros, no Decreto 2.271 de 07/07/1997, Artigo 1º, § 1º.

Os contratos realizados para serviços terceirizados justificam-se em razão da necessidade de garantir a segurança patrimonial da instituição, bem como o seu patrimônio humano. Outra necessidade é garantir a limpeza e conservação do ambiente da instituição garantindo higiene e saúde a todos. Outro fator que motivou tais contratações foi a grande demanda de serviços administrativos enquadrados como acessórios, em virtude do aumento no número de alunos e da crescente demanda das atividades fins do Campus Parauapebas.

Atualmente, verifica-se uma tendência da Administração Pública o reconhecimento da importância da realização dessas atividades por empresas especializadas, pois, com isso, desincumbe servidores, dirigentes e autoridades do Estado de atribuições que, apesar de relevantes, podem ser desenvolvidas perfeitamente por meio de prestação de serviços terceirizados.

Os serviços contratados podem ser classificados como de caráter auxiliar, acessório ou complementar das atividades finalísticas do IFPA ó Campus Parauapebas, de forma que todos os cargos contratados, sem exceção, não são inerentes ao grupo de categoria funcionais do Governo Federal.

Campus Santarém

O Campus Santarém possui quatro contratos de prestação de serviços, que se fazem necessários para atender as demandas do Campus, visto que estes serviços apóiam a realização das atividades fins ao cumprimento da missão institucional. E estas atividades não possui servidores efetivos que as desempenhem. O contrato de apoio administrativo foi encerrado em dezembro de 2016, por causa da redução de 30% do orçamento.

Campus Tucuruí

Atualmente, o Departamento de Gestão de Contratos trabalha subordinado à Coordenação de Licitações, Compras e Contratos. O setor tem desempenhado as funções de confecção de contratos com prestadores de serviços, confecção de termos aditivos de prazo e valores, bem como a elaboração de planilhas para cálculos de repactuação, revisão e reajustes de valores contratuais.

O setor funciona com uma servidora que realiza os cálculos e encaminha o processo para a chefia imediata para aprovação, bem como encaminhamento para avaliação jurídica. Ocorre que, na tramitação deste tipo de processo, não há uma avaliação dos cálculos realizados e seria muito importante, no entendimento deste setor, que estes

cálculos fossem revisados, visto que são cálculos complexos que envolvem legislações trabalhistas e tributação, áreas não relacionadas com o cargo do servidor que atualmente desempenha esta tarefa.

Outro ponto crítico do setor ocorre em relação à fiscalização de contratos, pois para o ateste de uma nota fiscal, principalmente de prestação de serviços que envolvem a terceirização de mão de obra, é necessário bastante atenção, visto que existem vários detalhes importantes. Como é sabido por todos, a contratação de serviços na Administração Pública é uma das principais portas de fraude. Portanto, no entendimento deste setor, um fiscal de contrato precisa, além de conhecimento da legislação e cláusulas contratuais, de tempo para acompanhar a prestação do serviço a fim de cobrar, e, até mesmo, penalizar o fornecedor em caso de descumprimento do contrato.

A realidade dos fiscais de contrato do Campus Tucuruí é dividir suas diversas tarefas inerentes ao cargo e fiscalizar contratos. Desta forma, existe muita deficiência na cobrança, pois não é humanamente possível que, além de desempenhar tarefas do dia-dia, o servidor ainda tenha desdobramento para acompanhar presencialmente a prestação dos serviços, causando assim reclamações pelos usuários e, quem sabe até prejuízos à Administração Pública.

Neste caso, este setor de contratos entende que seria de muita importância a designação de um servidor para fiscalização e acompanhamento de todos os contratos sem nenhuma outra atribuição além desta. Acredita-se que desta forma a instituição estará otimizando os serviços.

Campus Avançado Vigia

A licitação para contratação dos serviços terceirizados foi realizada pela DA/PROAD/Reitoria. Porém, os fiscais dos contratos são servidores efetivos do Campus. A necessidade dessas contratações se deu, principalmente, em virtude do aumento da infraestrutura física do Campus Avançado Vigia (CAV), anteriormente denominado Polo Avançado de Vigia de Nazaré, que passou a ser constituída por um prédio de 3 (três) pavimentos com 14 (quatorze) salas de aula. No ano de 2017, há previsão de implantação de novas unidades, incluindo 1 (um) um bloco administrativo e 3 (três) laboratórios, sendo 2 (dois) na área de Recursos Pesqueiros e 1 (um) na área de Informática, além da Diretoria de Administração e Planejamento. Tudo isso a fim de se ter maior suporte às suas atividades acadêmicas e administrativas.

b) Contratação de estagiários

Quadro 47 ó Composição do quadro de estagiários.

Áreas de Atuação	Informações sobre Contratação de Estagiários							
	2016		2015		2014		2013	
	Quantitativo	Despesa	Quantitativo	Despesa	Quantitativo	Despesa	Quantitativo	Despesa
1. Nível superior	88	442.001,89	75	203.647,28	69	257.866,94	0	0
1.1 Área Fim	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2 Área Meio	88	442.001,89	75	203.647,28	69	257.866,94	0	0
2. Nível Médio	44	119.166,32	38	431.76,65	41	96.762,88	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	44	119.166,32	38	431.76,65	0	0	0	0
3. Total (1+2)	132	561.168,21	113	246.823,93	110	354.629,82	0	0

Fonte:DW SIAPE 31/12/2016.

Análise Crítica:

Em 2016, a quantidade de contratos vigentes com estagiários no IFPA chegou a 132 (cento e trinta e dois), sendo 88 (oitenta e oito) estagiários de nível superior e 44 (quarenta e quatro) estagiários de nível médio, totalizando um montante em pagamento de bolsa e auxílio transporte no valor de R\$ 561.168,21 (quinhentos e sessenta e um mil, cento e sessenta e oito reais e vinte e um centavos).

5.1.5. Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Não houve ocorrências de contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais no ano de 2016.

5.2. Gestão do patrimônio e infraestrutura

5.2.1. Gestão da frota de veículos

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

- Lei 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais.
- Lei 9.327, de 09 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial.
- Lei 9.503 de 23/09/1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- Lei nº 12.619 de 30/04/2012, que dispõe sobre o exercício da profissão de motorista.
- Decreto nº 91.995, de 28 de novembro de 1985, que limita o uso de veículos oficiais de representação da Administração Federal Direta e Autárquica, e dá outras providências.
- Decreto nº 6.403, de 17/03/2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional.
- Instrução Normativa nº 02, de 30/04/2008, que dispõe sobre regras e diretrizes para a contratação de serviços, continuados ou não.
- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 205/SEDAP, de 08 de abril de 1988.
- Instrução de Serviço nº 7/DNIT, de 26 de maio de 2009.
- Resolução nº 291/2013, de 23 de dezembro de 2013 ô CONSUP/IFPA.
- Instrução normativa 02-2014/PROAD-IFPA.
- Manual de Transporte elaborado pelos Campi.
- Carta de Serviços aos Usuários (Campus Tucuruí).

O Instituto Federal do Pará passa por um momento de expansão e reestruturação nas áreas administrativa e pedagógica de todas as suas unidades. Este crescimento perpassa pelo aumento considerável do quantitativo de alunos e servidores. Como consequência, verifica-se a necessidade de deslocamentos constantes entre os Campi e Reitoria do Instituto, visando atender demandas dos diversos setores desta Instituição, a fim de propiciar melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

b) Descrição da importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades

A frota de veículos do Instituto Federal do Pará é um importante instrumento de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão, e tem como atribuição criar condições para a troca de conhecimentos e informações entre os Campi e a comunidade em geral, visando alcançar o objetivo maior desta Instituição, que é o ensino de qualidade. Tal frota é utilizada principalmente na locomoção de técnicos, docentes, alunos e colaboradores eventuais, em caso de eventos externos, bem como em atividades administrativas, fiscalizações e visitas técnicas incluídas nos planejamentos pedagógicos dos Campi.

A frota de veículos é composta por veículos próprios, de transporte de carga leve, transporte coletivo e transporte de carga pesada. Alguns Campi também possuem veículos fluviais, dadas às especificidades das regiões onde estão situados.

A utilização da frota de veículos é considerada fator crítico nos Campi mais distantes da capital. Em alguns municípios, não há voos comerciais para a cidade, de Belém, fato este que impede alguns servidores de utilizar passagens aéreas a partir da sede dos Campi, tornando obrigatório deslocamento para outras cidades, a fim utilizar o transporte aéreo.

Um fator peculiar que evidencia a importância das frotas como essenciais instrumentos de apoio às atividades-fim do Instituto é a denominada alternância pedagógica, em que os alunos permanecem em média 30 dias em regime de internato (Tempo Escola) e 30 dias em suas propriedades rurais (Tempo Comunidade), assim há necessidade de acompanhamento frequente dos professores junto aos alunos. Atualmente, este contexto ocorre somente no Campus Marabá Rural.

c) Caracterização da frota de veículos à disposição

c) Caracterização da frota de veículos à disposição

Quadro 48 óCaracterização da frota de veículos à disposição.

Classificação dos Veículos	Quantidade	Média anual de quilometragem	Idade média (Em anos)
Transporte Carga leve	64	35.109,10	7,26
Transporte Coletivo	34	37.513,62	7,52
Transporte Carga Pesada	1	300,00	7,00
Total ou Média Geral	99	35.583,29	7,35
Total de gastos com combustível, manutenção, revisão periódica e documentação obrigatória (R\$):		R\$ 1.760.359,95*	

* **Nota:** No valor total de gastos não foi possível obter tempestivamente a informação de gastos com 6 veículos sob responsabilidade dos Campi Cametá, Óbidos, Paragominas e Parauapebas.

Fonte: PROAD e Campi do IFPA, 2016.

Análise Crítica:

A frota de veículos do Instituto Federal do Pará é voltada principalmente às demandas de atividades relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão. Os gastos mencionados acima contribuem para viabilizar o objetivo maior desta Instituição que é Promover a Educação Profissional pública, gratuita e de qualidade nos diversos níveis e modalidades, por meio da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, visando à formação integral cidadã e o desenvolvimento regional sustentável.

Dentre os motivos que impactam no valor de gastos, acima informados, vale destacar: sucateamento de alguns veículos que precisam de manutenção periódica após as viagens de microestágios ou outras; deterioração gerada pelas más condições de conservação das estradas em algumas regiões do estado; atividades administrativas e visitas integradas.

Estudos mais aprofundados deverão ser realizados para obtenção de dados mais precisos, a fim de se verificar se é economicamente viável adquirir uma frota de veículos

com idade média mais nova e se desfazer dos veículos antigos ou optar pela locação de uma frota de veículos.

Foi registrada a informação de que 2 veículos não apresentaram gastos com documentação, visto que foram comprados em 2015 e já estavam com o IPVA pago, relativo ao ano de 2016. Contudo, em virtude de restrições orçamentárias, outros componentes de frota não tiveram manutenção corretiva em detrimento de outras mais emergenciais. Assim, alguns veículos não tiveram condições de aprovação na vistoria junto ao DETRAN para fins de licenciamento, fato este que impossibilitou a sua circulação em vias públicas.

Vale ressaltar também que os cortes orçamentários impossibilitam a execução de projetos de melhoria na infraestrutura de frotas, tais como a aquisição de novos veículos, a contratação de mais motoristas, bem como o custeio de mais viagens aos usuários.

No que diz respeito à integração, o módulo de transportes no Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos ó SIPAC já foi disponibilizado para uso. Contudo, é importante esclarecer que, em razão de tal sistema não oferecer recursos para expedição de Ordem de Serviços, o processo de agendamento se torna mais demorado, pois o sistema de agendamento não está integrado ao sistema acima citado.

c) Plano de substituição da frota

O Plano de substituição da frota consiste em constituição de comissão de desfazimento de bens móveis, nesse caso, veículos para posterior doação ou leilão dos mesmos, a fim de viabilizar o pedido de orçamento de capital para comprar nova frota.

A maioria dos Campi do IFPA informou não possuir um plano de substituição de frotas elaborado. Dentre os fatores que justificam tal ocorrência, se destaca: o pouco tempo de funcionamento dos Campi e o bom estado de conservação da frota; escassez de recursos humanos qualificados frente às demandas recebidas.

d) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação

Dentre as razões apresentadas pelos Campi para a escolha de aquisições em detrimento da locação vale destacar:

- Melhoria no controle de gerenciamento de frotas;
- Oportunidade e conveniência;
- É uma opção menos onerosa para a Administração;
- Pouca oferta do serviço de locação na região;
- Falta de estudo técnico detalhado para comparação custo/benefício das locações em detrimento das aquisições.

Apesar das vantagens expostas acima, a Reitoria do IFPA informa que desde 2009 não adquire veículos para renovação da frota, sendo que nos últimos dois anos houve a necessidade de novas aquisições. Porém, devido a novas orientações emitidas pelo Ministério do Planejamento e Orçamento - MPOG, as quais vedam aquisições e locação de veículos pelos órgãos da Administração Pública Federal, o desenvolvimento de ações para a substituição da frota foi comprometido.

Também é importante informar que a Reitoria está em fase de elaboração de termo de referência para contratação dos serviços de locação. Tal procedimento tem como referência estudos que demonstram a vantagem operacional e econômica da terceirização da frota de veículos oficiais, a exemplo do estudo técnico apresentado no VII Congresso de

Gestão Pública - CONSAD referente à experiência do Governo do Estado de Minas Gerais com a locação de veículos administrativos, operacionais e de representação.

e) Estrutura de controles disponível para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

O IFPA utiliza os seguintes mecanismos de controle para gerenciamento eficiente dos serviços de frota:

- Serviço de gerenciamento e administração de frota, por meio de sistema informatizado e integrado de gestão de frota. Este serviço possibilita verificar em tempo real todos os dados de abastecimento e manutenção dos veículos oficiais da unidade;
- Controle em planilhas de Excel, contendo informações pertinentes à utilização dos veículos, tais como o custo com combustível e custo com manutenção preventiva e corretiva dos veículos;
- Controles de portaria, controles de abastecimento via sistema Ticket Car, onde ficam registradas a matrícula do motorista que abasteceu, a data, a cidade (local), a quilometragem, o valor, litros abastecidos e a média de km/litro;
- Autorização de Saída de Veículos;
- Controle de veículo por placa;
- Mapa de desempenho de veículos, conforme IN nº 03/2008;
- Agendamento junto ao setor de transporte, conforme Resolução nº 291/2013/CONSUP-IFPA.

As rotinas de controle utilizadas envolvem o preenchimento de um documento de Solicitação de Transporte, o qual contém informações sobre a identificação do responsável pelo deslocamento, percurso, data e horário previstos para a saída e chegada do veículo, o qual é entregue ao servidor responsável pelo controle da frota, que analisa se há veículo e combustível disponíveis para o dia e horário solicitados e estima a quilometragem e o consumo de combustível necessário para realização da viagem.

5.2.2. Política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

O IFPA adota os procedimentos previstos no Decreto nº. 99.658/90, com a avaliação dos bens por comissão especialmente instituída pelo Reitor e Diretores dos Campi, que terão a atribuição de classificar os bens inservíveis (ociosos, recuperáveis, irrecuperáveis e antieconômicos); avaliar os bens conforme sua classificação; formar os lotes de bens conforme sua classificação e características patrimoniais; instruir os processos de desfazimentos conforme a classificação dos bens inservíveis.

O processo de desfazimento é instruído com os seguintes documentos:

- Portaria de designação da comissão de desfazimento;
- Relação dos bens para desfazimento;
- Laudo de avaliação;
- Justificativa do desfazimento;
- Contrato, conforme a modalidade de desfazimento;
- Relação de bens baixados no processo.

Alguns Campi do IFPA informam não possuir políticas de destinação de veículos inservíveis, visto que não há veículos nestas condições atualmente. Por sua vez, outros Campi afirmam possuir uma comissão de desfazimento de bens, com a inclusão dos veículos no respectivo rol.

Vale destacar a análise fornecida pelo Campus Belém, que informou a abertura do processo nº 23051.021347/2014-08(volume I), cujo objeto seria a solicitação do presidente da comissão supracitada, ao dirigente máximo da instituição, autorizando que o Departamento de Contabilidade realizasse a baixa dos bens disponíveis para o desfazimento, em conformidade com o Manual de Patrimônio do IFPA, item 13.4.1. Contudo, não houve a inclusão de veículos oficiais no rol de bens do respectivo processo.

Também é importante ressaltar a situação do Campus Itaituba, o qual afirma que seus veículos oficiais são de propriedade do órgão responsável por suas aquisições (IFPA ó Campus Belém). Em caso de necessidade de destinação de veículos nessa condição, o Campus, com anuência do órgão proprietário, deve seguir as regras estabelecidas no Decreto 99.658/90, bem como as orientações emanadas pela SLTI/MPOG.

A Reitoria do Instituto informou que não possui uma política de destinação dos veículos inservíveis ou fora de uso e também não tem informações sobre o quantitativo de veículos nestas condições nos Campi. Também informou que cabe à Administração Superior a condução da respectiva política.

5.2.3. Gestão do patrimônio imobiliário da União

a) Visão geral dos imóveis da União sob responsabilidade da unidade

Quadro 49 Informações dos imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da unidade.

RIP	Município de Localização	Coordenadas de Localização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
					Valor Histórico	Valor Reavaliado	Data da Avaliação	Com reformas (instalações)	Com Manutenção
-	Abaetetuba	Latitude: 1°42'29.19"S Longitude: 48°52'34.80"O	Em regularização - Outros	Bom	R\$ 449.683,28	-	-	R\$ 531.491,87	R\$ 0
-	Altamira	Latitude: 3°11'21.07"S Longitude: 52°10'55.00"O	-	Bom	-	-	-	R\$ 27.833,76	R\$ 631.581,58
-	Altamira	Latitude: 3°11'51.9"S Longitude: 52°12'14.1"O.	-	Bom	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
-	Ananindeua	Latitude: 1°20'44.56"S Longitude: 48°24'23.82"O	Cessão - Prefeitura e Estados	Bom	301.420,74	-	2014	-	-
0427.00649.500-9	Belém	Latitude: 1°26'16.37"S Longitude: 48°27'41.21"O	Uso em Serviço Público	Bom	R\$ 11.213.270,98	R\$ 13.837.430,98	05/03/2001	R\$ 0,00	R\$ 881.068,95
-	Belém	Latitude: 1°24'38.71"S Longitude: 48°26'0.26"O	Próprio	Precisando de reparos	-	-	-	R\$ 0,00	R\$ 0,00
0433 00011500	Bragança	Latitude: 1° 3'19.31"S Longitude: 46°47'4.45"O	-	Bom	-	-	-	-	R\$ 399.541,91
04355.00021.500-5	Breves	Latitude: 1°41'17.86"S Longitude: 50°27'50.59"O	Uso em Serviço Público	Novo	770.000	2.472.130,02	27/06/2013	-	-
-	Cametá	Latitude: 2°14'40.0"S Longitude: 49°29'45.0"O	-	-	-	-	-	-	-

RIP	Município de Localização	Coordenadas de Localização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
					Valor Histórico	Valor Reavaliado	Data da Avaliação	Com reformas (instalações)	Com Manutenção
0447.00193.500-0	Castanhal	-	Em Regularização (outros)	Bom	-	49084,13	37519	-	-
0447.00193.500-5	Castanhal	-	Em Regularização (outros)	Bom	-	49084,13	37519	-	-
0447.0113.600-9	Castanhal	Latitude: 1°17'52.72"S Longitude: 47°56'52.12"O	Em Regularização (outros)	Bom	-	418787493,7	40829	-	-
-	Conceição do Araguaia	Latitude: 1°17'52.72"S Longitude: 47°56'52.12"O	Cessão Prefeitura e Estados	Bom	250.000,00	-	2008	-	-
-	Conceição do Araguaia	-	Cessão Prefeitura e Estados	Precisando de reparos	177.600,00	-	2014	-	-
-	Itaituba	Latitude: 4°13'20.86"S Longitude: 56°0'7.05"O	Em regularização - Entrega	Bom	12.924.664,50	12.924.664,50	24/06/2016	11.331,77	-
-	Marabá	Latitude: 5°20'22.77"S Longitude: 49°5'54.91"O	Cessão - Prefeitura e Estados	Bom	-	-	-	-	-
-	Marabá	Latitude: 6°19'31.00"S Longitude: 182°51'18.00"O	Cessão - Outros	Bom	-	-	-	781.596,89	0,00
-	Paragominas	-	Cessão - Prefeitura e Estados	Novo	-	-	-	-	-
0535.0030.500-4	Santarém	Latitude: 2°26'24.00"S Longitude: 54°42'30.96"O	Irregular - Cessão	Regular	3.429.000,00	-	-	0,00	0,00
0561.00033.5006	Tucuruí	-	Comodato	Bom	1.177.000,00	-	-	-	-
0561.00031.500-5	Tucuruí	Latitude: 3°50'16.44"S Longitude: 49°40'29.93"O	Comodato	Bom	1.423.793,70	-	-	-	-

RIP	Município de Localização	Coordenadas de Localização	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
					Valor Histórico	Valor Reavaliado	Data da Avaliação	Com reformas (instalações)	Com Manutenção
0561.00029.500-4	Tucuruí	-	Comodato	Bom	3.994.754,28	-	-	-	-
-	Vigia de Nazaré	Latitude: 0°52'14.80"S Longitude: 48°5'18.50"O	Entrega - Adm. Federal Direta	Novo	-	-	-	-	-

Fonte: PROAD e Campi, 2017.

Análise Crítica:

A Reitoria do IFPA está implantada em terreno de propriedade da União, sito à Av. João Paulo II, 514, CEP 66.610-770, bairro Castanheira, com área total de 7.517,84 m² e perímetro de 583,84 m, sendo composta por um prédio principal de 3 pavimentos, um bloco anexo, um desses prédio em construção.

O prédio principal encontra-se interditado devido a problemas estruturais, mas em 2016 foram adotadas providências para sua recuperação, como a contratação de Serviços Especializados para Elaboração de Projeto de Recuperação e reforço estrutural, Projeto Arquitetônico (com detalhamentos), Projetos de Engenharia Complementares, Cadernos de Encargos e demais documentações pertinentes, que está em fase de conclusão. Com base no projeto que definirá o valor estimado da obra, será feita análise da viabilidade técnica e econômica da recuperação do prédio. Atualmente, a Reitoria está funcionando no bloco anexo.

O imóvel da Reitoria não tem RIP, devido não possuir toda documentação exigida para efetivação do cadastro.

O Campus Belém possui apenas um imóvel localizado na avenida Almirante Barroso nº 1155, ocupando um quarteirão, limitado ainda pela avenida Rômulo Maiorana e pelas Travessas Timbó e Mariz e Barros, tendo sido adquirido através de Desapropriação com domínio pleno. O imóvel possui escritura com certidão devidamente atualizada. O controle sobre os bens imóveis é realizado através do sistema SPIUnet, o qual registra os imóveis da União, através do RIP do Imóvel, sendo o do Campus Belém o de número 0427.00649.500-9. Este RIP contém as informações referentes ao imóvel e às benfeitorias realizadas.

O Campus Bragança, segundo dados do SIMEC, está situado na Avenida Jáder Barbalho, s/n, tendo como área construída 13.667,01 m². Conforme a Escritura Pública de Doação, o terreno confronta pela frente com a Rua da Escola Agrícola, pelo lado direito com terras de quem de direito, pelo lado esquerdo com a antiga Estrada de Ferro e pelos fundos com terras da Granja Santa Camila. A doação foi realizada pela Prefeitura Municipal de Bragança por meio da Escritura Pública de Doação em Caráter Definitivo e Não Oneroso, datada de 24.03.2008, para o então CEFET-PA. O ato foi autorizado pela Lei Municipal nº 3897/2007, de 29.06.2007. Possui também um Termo de Cessão de Uso, finalizado em agosto de 2009, de instalações da Prefeitura para utilização do Campus até a conclusão da sede definitiva. Este Termo não está válido, já que a sede foi concluída e está em funcionamento regular.

O Campus Breves não dispõe de informações atualizadas dos itens Valor do Imóvel e Despesa no Exercício.

O Campus Tucuruí possui 03 áreas, porém todas são cedidas por comodato pela Empresa Eletronorte Eletrobrás S.A. e registradas no SPIUnet, conforme abaixo:

- Um terreno situado na Vila Permanente, na Rua Porto Colômbia, nº 12, medindo 100,56m de frente para a referida rua, por 96,25m de fundo onde confronta com a rua Capivara, contendo em área construída, oito salas de aula, refeitório, biblioteca, auditório, laboratório de informática e quadra de esporte, com valor estimado em R\$ 1.423.793,70.
- Um terreno situado na Vila Permanente, na Rua Salto Santiago, s/nº, medindo 45m de frente para a referida rua, por 60m de fundo onde confronta com a rua Foz do Areia, contendo área construída com salas para laboratório, sala para a coordenação geral, quiosque, com valor estimado em R\$ 1.177.000,00.
- Um terreno situado na Vila Permanente, na Avenida Brasília, s/nº com obras em andamento, estimada em R\$ 3.994.754,28.

Alguns Campi do Instituto Federal do Pará possuem imóveis em processo de regularização, dentre os quais se pode destacar:

- Campus Abaetetuba: a unidade possui atualmente 01 (um) bem imóvel. Contudo, ainda não possui o registro de bens imóveis, em virtude de questões externas, envolvendo a regularização do terreno de modo geral, o que impossibilita os procedimentos de reavaliação do valor do imóvel, contabilização e cadastro no SPIUnet.

- Campus Altamira: o Campus possui um imóvel não funcional de uso especial, localizado na Rua Abel Figueiredo, s/nº, ao lado Quartel dos Bombeiros e de esquina com Rua dos Seis Metros, perfazendo uma área de 16.599,94 m², doada pela União Federal ao Campus Altamira do IFPA. O imóvel está ocupado pela Fábrica de Asfalto, da Prefeitura Municipal de Altamira. O mesmo fora doado pela União e, conforme matrícula 28.614 folhas 48, publicado no DOU em 10/05/2013, a doação fora condicionada ao início da obra em prazo de dois anos e finalização da obra em prazo de cinco anos. O que não ocorreu até hoje. Portanto, para efeito, entende-se que o referido imóvel não é mais posse deste Campus Altamira. O outro imóvel é funcional, localizado na Rodovia Ernesto Acyoli, km 03, Estrada do Forte, s/nº ó Bairro Aparecida ó CEP 68.371-441 ó Altamira-PA, perfazendo uma área de 57.040,88 m², doada pela Prefeitura Municipal de Altamira ao Campus Altamira do IFPA. Os dois imóveis citados encontram-se sem seus devidos registros no SPIUnet.

- Ananindeua: Exerce suas atividades em um espaço físico provisório, localizado na Av. Arterial 5 A ó Cidade Nova VII, Ananindeua, PA, CEP. 67.140 ó 709 (antiga Granja do Governador), cedido pela Prefeitura Municipal de Ananindeua desde 2013, conforme Contrato de Cessão de Domínio nº 2013.002-PMA/GP, firmado entre a prefeitura e a Reitoria, com prazo de validade de quatro anos ó podendo ser renovado. Além disso, a Prefeitura Municipal de Ananindeua também doou um terreno, situado na Estrada do Icuí Guajará, para a construção do Campus, área denominada de õGranja do Governadorö, sem numeração oficial, neste Município e comarca de Ananindeua/PA, possuindo as seguintes descrições: inicia-se ao ponto 19 com ângulo 87°4ø45ö, com distância de 152,04m, chega-se ao ponto 20 confinando do ponto inicial da área 01deste, segue com ângulo 92° 7ø27ö e com distância de 254,92m ó chega-se ao ponto 29 com o ângulo 100°25ø36ö, com distância 2,72m, chega-se ao ponto 30 deste com ângulo 193°25ø26ö e com a distância de 158,26m chega-se ao ponto 31 deste com o ângulo 66°56ø26ö e com distância 325,07m chega-se ao ponto 19 inicial descrito deste perímetro, perfazendo uma área total de 43.418,14m² e perímetro de 892,99. Imóvel este cadastrado no IPTU/PMA, sob o nº 1674244017708 com valor venal de R\$ 301.420,74, atribuído pela SEGEF/PMA, para o exercício 2014. O imóvel encontra-se em nome do doador sob o nº de matrícula 49.605, ficha 01, livro 02(RG), do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca Faria Neto. Ressaltamos que, pelo fato de o Campus ainda não possuir CNPJ, todos os trâmites legais referentes à Doação foram realizados pela Reitoria, em tudo conforme Escritura Pública de Doação condicional que entre si fazem: como DOADOR ó Município de Ananindeua ó CNPJ 05.058.441/0001-68 e como DONATÁRIO ó Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará ó IFPA CNPJ 10.763.998/0001-30 - Protocolo nº 007578 - Cartório Faria Neto sob matrícula nº 049605, livro 0106-0, folha nº 007.

- Campus Cametá: O Campus recebeu, por meio de doação da Prefeitura do Município de Cametá, uma área de 20.400 m², destinada ao ensino superior e técnico, com recursos próprios dos donatários. A referida doação está registrada no cartório Cohen, sob matrícula nº 6.508 de 06/05/2013, Livro 2-S, Folha 126.

- Campus Conceição do Araguaia: Possui duas unidades a saber: UNIDADE ADMINISTRATIVA (CAMPUS): Com área total de 18.755 m², doada através de escritura pública em 08/02/2008 pela prefeitura municipal de Conceição do Araguaia com valor estimado na época de R\$ 250.000,00, conservação razoavelmente boa, necessitando de reparos futuros; UNIDADE DE APOIO (CEAGRO): Com Área total de 530.925 m², doado através de escritura pública em 14/02/2014, com valor estimado na época de R\$ 177.600,00, necessitando de retomada de obras com urgência.

- Campus Itaituba: Os imóveis existentes na área do Campus não estão registrados no SPIUnet, cuja avaliação, constante da tabela acima, foi obtida da Ficha de Conformidade de Cadastro Imobiliário, emitida pela Coordenadoria Municipal de Tributos da cidade de Itaituba-PA.

- Campus Marabá Industrial: Está providenciando junto à Pró-reitoria de Administração (PROAD) uma comissão com no mínimo um engenheiro civil e alguns técnicos em construção civil para que os mesmos façam o levantamento do imóvel a fim de adquirir informações referentes ao valor histórico, valor reavaliado, data da reavaliação, valor das reformas e valor das manutenções.

- Campus Marabá Rural: Encontra-se sediado no km 24,5 da BR 155 sentido Marabá - Eldorado dos Carajás, na antiga Fazenda Castanhal Cabaceira (Projeto Assentamento 26 de Março) em uma área de 354 hectares, que se encontra em processo de desapropriação junto ao Incra. O único documento que possui é o Termo de Cessão de Uso assinado pelo Incra-SR27 e o Campus Rural de Marabá do IFPA, com prazo indeterminado que dá direito de uso de área rural e implantação de sua sede.

- Campus Paragominas: Foi doado pela Prefeitura Municipal de Paragominas um terreno, situado na Zona Urbana do Município, com área total de 2.396,50m². O Campus está com um processo em andamento para requerer o título definitivo para seguir com os demais procedimentos administrativos no que se refere ao controle dos imóveis da União.

- Campus Parauapebas: o terreno foi construído através de um termo de ajuste de conduta em parceria com a VALE S/A e no exercício de 2016 o imóvel ainda estava em propriedade da empresa. O Campus utilizava a estrutura através de um termo de comodato.

- Campus Santarém: o terreno está em fase de desmembramento junto ao SPU. Quanto à localização na cidade, o mesmo está passivo de intervenção futura de serviços de macrodrenagem pelo órgão municipal.

b) Qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União ó SPIUnet

O Instituto Federal do Pará ainda não implantou o sistema SPIUnet em todos os seus Campi, uma vez que não há pessoal capacitado para o gerenciamento do mesmo. Em outros Campi as informações constantes no referido sistema encontram-se pendentes de atualização, devido à ausência de informações por parte dos setores que participam das benfeitorias realizadas nos imóveis e em alguns Campi estão necessitando que seja realizado o processo de reavaliação.

c) Qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis

A maior parte dos Campi informou que não realiza os registros contábeis. Contudo, vale destacar o que foi registrado pela PROAD e os Campi abaixo:

- PROAD: Não houve informação atualizada dessa natureza nesta Pró-reitoria de Administração no exercício de 2016.

- Campus Abaetetuba: os registros contábeis no sistema SIAFI são feitos obedecendo ao que prevê a Lei 4.320/64 e o MCASP 6ª edição. Contudo, em virtude da não regularização do imóvel junto aos órgãos competentes, as informações presentes no SPIUnet não estão relacionadas aos dados informados no SIAFI.

- Campus Belém: os registros contábeis referentes a qualquer movimentação relacionada ao imóvel não estão sendo realizados, em função da ausência de informações por parte dos setores que estão relacionados com benfeitorias e obras realizadas. O Campus possui apenas um servidor cadastrado no SPIUnet, necessitando assim que primeiramente sejam reavaliados os imóveis do Campus, para inserção no sistema SPIUnet.

- Campus Castanhal: é inexistente qualquer processo em uso firmado para controle gerencial do patrimônio imobiliário, e isso ocasiona desatualização viciosa dos registros dos imóveis da União no sistema oficial do governo federal o SPIUnet, o que torna nocivo ao processo de controle e transparência pública.

- Campus Itaituba: os registros contábeis no SIAFI estão incompletos, e os existentes estão desatualizados tendo em vista a inexistência do cadastro no SPIUnet.

- Campus Marabá Industrial: este Campus não possui registros contábeis do seu imóvel, uma vez que estamos providenciando as documentações para adquirirmos o número do Registro Imobiliário Patrimonial - RIP, para posterior envio de informações ao setor de contabilidade.

- Campus Tucuruí: O Campus Tucuruí possui 03 áreas, porém todas são cedidas por comodato pela Empresa Eletronorte Eletrobrás S.A, as quais se encontram registradas na conta contábil 123210107 ó IMÓVEIS DE USO EDUCACIONAL desde a data de 02 de dezembro de 2014, conforme 2014NL000001, 2014NL000002, 2014NL000003, 2014NL000004, as quais constam no processo 23051.007458/2011-51.

d) Riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los

Dentre os principais riscos encontrados, merece destaque o crime contra o patrimônio e os abalos estruturais que alguns imóveis sofrem. A fim de mitigar tais riscos, são adotadas providências que incluem a contratação de serviços de vigilância armada em pontos estratégicos dos Campi e instalação de câmeras de vigilância. Em relação à manutenção das estruturas dos imóveis, o instituto conta com equipes de engenheiros e técnicos que orientam e supervisionam serviços voltados a tais demandas.

Outro fator de risco é a má utilização de espaços físicos. A fim de sanar tal problema são feitos processos de regularização dos espaços.

A limitação orçamentária que ocorre em função da conjuntura econômica e política do país também pode ser considerada fator de risco. Quanto a este aspecto, só compete ao Instituto Federal do Pará a eficiência na gerência dos recursos disponíveis.

5.2.4. Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 50 ó Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade do Campus Abaetetuba.

Informações Sobre a Cessão de espaço físico		Imóvel 1
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	-
	Endereço	Rua: Rio de Janeiro, 3322, Bairro: Francilândia, Abaetetuba, Pará
Identificação do Cessionário	CNPJ	10.432.837/0001-63
	Nome ou Razão Social	Lopes Xavier LTDA-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Panificadora e Confeitaria

Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Carta convite
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma lanchonete/cantina para a comercialização de produtos comuns à lanchonete aos servidores e comunidade acadêmica.
	Prazo da Cessão	25/04/2016 a 25/04/2017
	Caracterização do espaço cedido	Área medindo 44,30m ² , situada nas dependências do prédio do IFPA Campus Abaetetuba
	Benefícios, Pecuniários ou Não, Recebidos como Remuneração	R\$ 1.553,00,
	Tratamento Contábil dos Benefícios Recebidos	Receita Própria 11.11.22.001 Fonte: 0250026416
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Planilha fornecida pela Comissão de Engenharia
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não houve ocorrência

Fonte: Coordenação de Gestão de Materiais (CGM) e Coordenação de Gestão Financeira (CGF), 2016.

Análise Crítica:

O Campus Abaetetuba cedeu, através de contrato de concessão nº 01/2014, precedido por processo licitatório através da modalidade de licitação denominada Carta Convite, um espaço com a área medindo 44,30 m², para fins de funcionamento de uma lanchonete/cantina para a comercialização de produtos comuns à lanchonete aos servidores e comunidade acadêmica. Tal processo teve como vencedora a empresa Lopes Xavier LTDA-ME. Em pagamento, o Campus recebe anualmente a quantia de R\$ 1.553,00 (Mil, Quinhentos e Cinquenta e Três Reais), efetivados através do pagamento de GRU (código 28802-0 ó Aluguéis), contabilizada na conta contábil 11.11.22.001, fonte 0250026416. Os recursos oriundos dessa locação caem na conta 250 (receita própria), como todo e qualquer recurso de aluguel, compondo assim o orçamento geral do Campus, que são utilizados, havendo disponibilidade orçamentária, no custeio normal das atividades.

Quadro 51 ó Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade do Campus Castanhal.

Informações Sobre a Cessão de espaço físico		Imóvel 1	Imóvel 2	Imóvel 3
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	0447.00187.500-2*	0447.00187.500-2*	0447.00187.500-2*
	Endereço	Rod. BR 316 ó Km 61 s/n-Titanlândia ó Castanhal óPA*	Rod. BR 316 ó Km 61 s/n-Titanlândia ó Castanhal óPA*	Rod. BR 316 ó Km 61 s/n-Titanlândia ó Castanhal óPA*
Identificação do Cessionário	CNPJ	01.673.683.000100*	01.673.683.000100*	01.673.683.000100*
	Nome ou Razão Social	BRASFER ó Comercial Ltda.*	BRASFER ó Comercial Ltda.*	BRASFER ó Comercial Ltda.#
	Atividade ou Ramo de Atuação	Padaria e confeitaria com predominância em revenda*	Padaria e confeitaria com predominância em revenda*	Padaria e confeitaria com predominância em revenda*
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência*	Concorrência*	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração de serviços de cantina*	Exploração de serviços de cantina*	Exploração de serviços de cantina#
	Prazo da Cessão	01/01/2015 ó 30/04/2015*	01/05/2015 ó 31/12/2015*	01/01/2016 ó 31/12/2016#
	Caracterização do espaço cedido	-	-	-
	Benefícios, Pecuniários ou Não, Recebidos como Remuneração	R\$ 1.762,80*	R\$ 3.525,60*	R\$ 5.284,40#
	Tratamento Contábil dos Benefícios Recebidos	Recursos próprios (fonte: 0250)*	Recursos próprios (fonte: 0250)*	Recursos próprios (fonte: 0250)*
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Inexistente**	Inexistente***	Inexistente***
Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Empenho, liquidação e pagamento no SIAFI (fonte ó 0250026416)**	Empenho, liquidação e pagamento no SIAFI (fonte ó 0250026416)**	Empenho, liquidação e pagamento no SIAFI (fonte ó 0250026416)**	

Fonte: *IFPA ó Castanhal: Processo nº 23000.070307/2010-53 Volume II; ** SIAFI 20/01/2015; Pág. 55. Seção 3. Diário Oficial da União (DOU) de 24 de Agosto de 2016.

Análise Crítica:

É notório que a organização de controle e a administração de patrimônio, necessitam de passar por uma modernização que atenda as condições, viabilizando suprir as demandas do Campus e seus objetivos fundamentais. É importante uma atualização que proporcione uma operacionalidade eficaz no monitoramento das construções, reformas e manutenções. No que diz respeito aos registros imobiliários, é imprescindível a regularização e atualização, e assim alimentar com informações em intervalos regulares os imóveis no sistema.

É inexistente qualquer processo em uso firmado para controle gerencial do patrimônio imobiliário e, isso ocasiona desatualização viciosa dos dados dos imóveis da União, no sistema oficial do governo federal o SPIUnet, o que torna nocivo ao processo de controle e transparência pública. É indispensável que a ação de gerir, por meio de tecnologia de informação, o crescimento da administração concernente às informações dos imóveis quanto à quantidade, valor, período de avaliação, estado de conservação, contratos de cessão de uso, imóveis locados de terceiros. Assim, haverá o acesso facilitado de levantamentos de dados, quando sobrevirem as demandas dos relatórios de gestão das auditorias externas e internas. Por isso, é relevante focalizar na gestão dos bens imóveis de uso especial da União sob responsabilidade deste Campus, com uma estruturação responsável pelo gerenciamento dos imóveis, de forma que possibilite a análise comparativa das despesas feitas com a manutenção dos imóveis próprios e os imóveis locados de terceiros. E por fim, supervisionar a regularização dos processos de locação de imóveis de terceiros, de forma que as relações estejam mais bem adequadas aos preços contratuais dos aluguéis aos valores de mercado, para que seja possível exigir reparação dos locadores, devido às benfeitorias úteis e essenciais executadas no exercício em que o imóvel ou parte dele estava locado para terceiros, nos termos do art. 35 da Lei nº 8.245/1991, quando houver tal situação.

Quadro 52 ó Cessão de espaço físico em imóvel da União na responsabilidade do Campus Conceição do Araguaia.

Informações Sobre a Cessão de espaço físico		Imóvel 1
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	597.570.942-34
	Endereço	Avenida Couto Magalhães nº 1649 ó Setor universitário
Identificação do Cessionário	CNPJ	-
	Nome ou Razão Social	Tânia Maria Heitmann Moraes Rego
	Atividade ou Ramo de Atuação	Lanchonete
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Concorrência
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Funcionamento de uma lanchonete/cantina para comercialização de produtos comuns à lanchonete aos estudantes e servidores.
	Prazo da Cessão	01/02/2016 a 31/12/2016
	Caracterização do espaço cedido	Área medindo 43,81 m ² , situada nas dependências do IFPA Campus Conceição do Araguaia.
	Benefícios, Pecuniários ou Não, Recebidos como Remuneração	-
	Tratamento Contábil dos Benefícios Recebidos	-
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não houve
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Não foram utilizados os recursos por não haver previsão no QDD

Fonte: Campus Conceição do Araguaia, 2016.

Análise Crítica

No Campus Conceição do Araguaia, foi feita a cessão de espaço para prestação de serviços de lanchonete para utilização dos alunos e funcionários.

5.2.5. Informações sobre os imóveis locados de terceiros

Não houve ocorrências sobre imóveis locados de terceiros no exercício de 2016.

5.2.6. Informações sobre as principais obras e serviços de engenharia relacionados à atividade-fim

Quadro 53 ó Informações sobre a situação das obras pendentes, iniciadas ou finalizadas no exercício.

Unidade	Objeto	Contratada	Nº do Contrato	Situação	Número do processo
Campus Abaetetuba	Construção do Laboratório de Materiais do Campus Abaetetuba	Construtora Prospecto	010/2014	Paralisada em Março de 2016	23051.018682/2014-11
Campus Abaetetuba	Construção do Espaço de Assistência ao Educando	Ciclo Engenharia LTDA	06/2015	Concluída em Abril de 2016	23051.017924/2015-30
Campus Abaetetuba	Obra de Reestruturação do Bloco Pedagógico do Campus Abaetetuba	TN Telecomunicações do Norte e Construções LTDA - EPP	02/2016	Concluída em Setembro de 2016	23051.010503/2016-69
Campus Abaetetuba	Retomada da Obra do Laboratório de Materiais do Campus Abaetetuba	TN Telecomunicações do Norte e Construções LTDA - EPP	05/2016	Retomada em Dezembro de 2016	23051.014543/2016-80
Campus Altamira	Construção dos Blocos de tecnologia da Informação, Ensino, Administrativo, Biblioteca e Estação Geradora	CONSUTEC Consultoria & Tecnologia Ltda	04/2014	Paralisada	23051.002144/2014-12
Campus Ananindeua	Construção do bloco pedagógico	Lest Engenharia LTDA	019/2013	Rescindido	23051.017645/2013-12
Campus Avançado Vigia	Adaptação elétrica de duas salas de aula para o funcionamento dos dois laboratórios de informática			Encerrada	
Campus Avançado Vigia	Construção do Bloco Pedagógico, Muro e Pórtico de entrada da UEP.	Moreira & Moreira Ltda	003/2014	Concluída	23051.017466/2013-77
Campus Belém	Contratação de empresa para elaboração de projeto elétrico e outros serviços, para atender ao Campus Belém.	EP-2 Serviços de Construção LTDA. CNPJ: 11.357.578/0001-16	12/2015	Tomada de Preços nº 02/2015. Projeto concluído.	23051.020038/2016-74

Unidade	Objeto	Contratada	Nº do Contrato	Situação	Número do processo
Campus Belém	Melhorar a acessibilidade em diversos pontos do Campus através de obras e serviços de manutenção, com execução e adaptações nos banheiros, rampas de acesso, revitalização de calçadas e outros serviços de melhoria da acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	HP Serviços de Construção de Edifícios LTDA. CNPJ: 14.671.179/0001-13	09/2015	Tomada de Preços nº 03/2015 Concluída e entregue no dia 06/10/2016	23051.015512/2015-65
Campus Belém	Contratação de empresa para realizar manutenção predial em diversos locais do Campus Belém.	Maz Construções Eireli CNPJ: 05145171/0001-22	Sem contrato	Adesão a registro de preços da UFPA pregão nº 13/2015, situação atual: já foram realizadas diversas manutenções, mas ainda está em andamento.	23051.012373/2015-18
Campus Belém	Contratação de empresa para elaboração de projeto de serviços de prevenção e combate a incêndio do Campus Belém.	Mello Arquitetura LTDA CNPJ: 08.335.460/0001-82	13/2015	Tomada de Preços nº 04/2015. Projeto concluído.	23051.013717/2015-14
Campus Belém	Contratação de empresa para construção do anexo ao bloco de alojamento e reforma do espaço físico para o gabinete médico do Campus Belém. Tomada de Preços nº 02/2016	Gross Construções LTDA CNPJ: 19.427.604/0001-47	03/2016	Tomada de Preços nº 02/2016 Obra em andamento	23051.017972/2015-28
Campus Belém	Contratação de empresa para execução de serviços de prevenção e combate a incêndio do Campus Belém.	HP Serviços de Construção de Edifícios Ltda. CNPJ: 14.671.179/0001-13	02/2016	Processo Licitatório concluído dia 23/11/2016, através de Tomada de Preços nº 04/2016. Obra em andamento	23051.020038/2016-74

Unidade	Objeto	Contratada	Nº do Contrato	Situação	Número do processo
Campus Belém	Retomada da obra do Bloco ãMö, conforme Projeto Básico de Engenharia, para sua conclusão, através de licitação, modalidade Concorrência Pública nº 1/2016. Publicado no DOU de 19/10/2016			Processo Licitatório realizado dia 18/11/2016, através de Concorrência Pública nº 1/2016. Previsão de conclusão em março de 2017. *Em fase de Análise das Propostas	23051.002377/2016-79
Campus Belém	Contratação de empresa para serviços elétricos para confecção ou fabricação de quadros elétricos incluindo a instalação, para atender a instalação de 02 nobreaks, para atender a suprimento de energia a 01 storage localizado na Divisão de Informática do Campus Belém.			Processo Licitatório será realizado dia 05/12/2016, através de Tomada de Preços nº 05/2016. * Previsão de Conclusão da licitação em janeiro de 2017	23051.022596/2015-93
Campus Belém	Contratação de empresa para instalação de banco de capacitores e iluminação externa do IFPA Campus Belém.			Processo Licitatório será realizado dia 12/12/2016, através de Tomada de Preços nº 03/2016. * Previsão de Conclusão EM março de 2017	23051.009539/2016-08
Campus Bragança	Construção do Restaurante Estudantil do Campus Bragança	Coelho Queiroz Construção	01/2014	Concluída	23051.008507/2013-34
Campus Castanhal	Construção do Bloco Cozinha/Refeitório	CONSUTEC	11/2013	Paralisada	23051.015939/2013-00
Campus Castanhal	Construção do Complexo Esportivo	Moreira & Moreira Construção Cíveis LTDA	13/2014	Paralisada	23051.000186/2014-19
Campus Castanhal	Construção do Bloco Pedagógico - Retomada da Obra	OLIVIA	01/2015	Concluída	23051.008368/2014-20
Campus Castanhal	Construção do Laboratório Integrados de Geotecnologias	CONSUTEC	12/2013	Paralisada	23051.015939/2013-00
Campus Castanhal	Construção do Bloco de Laboratórios de Organismos Aquáticos	CONSUTEC	09/2013	Paralisada	23051.015939/2013-00

Unidade	Objeto	Contratada	Nº do Contrato	Situação	Número do processo
Campus Castanhal	Construção do Bloco de Laboratórios Integrados de Produção Vegetal	CONSUTEC	08/2013	Paralisada	23051.015939/2013-00
Campus Castanhal	Construção do Bloco Pós-graduação	CONSUTEC Consultoria & Tecnologia Ltda	010/2013	Paralisada	23051.015939/2013-00
Campus Conceição do Araguaia	Construção de estação de piscicultura, bloco de banheiro e restaurante	Conexão Serviços LTDA EPP	12/2010	Esta obra encontra-se paralisada. Estamos aguardando os trâmites do processo de rescisão contratual (nº 23051.007565/2012-60) aberto no dia 24/05/12.	23051.005552/2010-94
Campus Conceição do Araguaia	Reforma nos prédios do Campus Conceição do Araguaia	JJR Construtora LTDA	08/2014	Paralisada.	23051.002529/2014-71
Campus Conceição do Araguaia	Reforma dos Laboratórios do Campus Conceição do Araguaia do IFPA.	JN Prestações de Serviços Ltda	008/2014	Execução	23051.016592/2015-76
Campus Itaituba	Construção do muro e cerca delimitadores de propriedade	18.409.353/0001-05	01/2015	Encerrada	23051.018223/2015-18
Campus Marabá Rural	Construção das instalações físicas do Almoarifado Central do Campus Rural de Marabá	A. C. G. Silva Construções e Comércio ó Eireli-Epp	12/2014	Encerrada	23051.017968/2013-06
Campus Marabá Rural	Construção da Unidade de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão Casa da Farinha	Construtora Mourão Ltda ó EPP	14/2014	Encerrada	23051.019250/2013-46
Campus Marabá Rural	Construção da Unidade de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão Casa do Mel	Construtora Mourão Ltda ó EPP	15/2014	Encerrada	23051.019250/2013-46
Campus Marabá Rural	Construção da rede elétrica em média tensão, subestação, iluminação pública, implantação da rede estruturada da guarita e do bloco de ensino e o BACKBONE óptico subterrâneo e aéreo da sede do Campus Rural Marabá	Aires Arquitetura Elétrica Ltda	01/2015	Em execução	23051.009360/2014-81

Unidade	Objeto	Contratada	Nº do Contrato	Situação	Número do processo
Campus Marabá Rural	Conclusão do bloco dos laboratórios	T.N. Construções e Comércio Ltda ó ME	10/2016	Em execução	23051.009867/2016-04
Campus Marabá Rural	Conclusão da Quadra de esportes	Performance Construções e Serviços Ltda	11/2016	Em execução	23051.009867/2016-04
Campus Marabá Rural	Construção do DASCAs - Departamento de Assistência e Saúde	Ailec Com. de Material Elétrico e Serviços	07/2013	Concluída	23051.008172/2013-54
Campus Marabá Rural	Construção do Auditório do Campus Marabá Rural	Pinheiro e Portal Ltda	06/2013	Paralisada	23051.011664/2012-46
Campus Óbidos	Conclusão da Construção da 2ª Fase do Campus Óbidos	CONSUTEC Consultoria & Tecnologia Ltda	016/2013	Paralisada	23051.014219/2013-19
Campus Santarém	Construção da casa de força	-	-	Paralisada	-
Campus Breves	Retomada da Obra de Construção e Urbanização do Campus Breves	T N Telecomunicações do Norte e Construções LTDA-EPP	01/2014	Paralisada	23051.007435/2014-99
Campus Breves	Construção do Bloco de Coordenação Pedagógica e Pesquisa do Campus Breves	LP Engenharia LTDA	010/2012	Paralisada	23051.012283/2012-84
Campus Breves	Construção do muro do Campus Breves	LP Engenharia LTDA	009/2012	Paralisada	23051.012285/2012-73
Reitoria	Construção Centro Tecnológico de Educação a Distância do IFPA.	ENKO Engenharia Ltda ó ME	001/2015	Execução	23051.008412/2014-00
Reitoria	Construção da Mini Usina de geração de energia elétrica da Reitoria do IFPA .	PRESCOM - Comércio e Serviços de Construção Civil Ltda-ME	002/2017	Execução	23051.019681/2016-55
Reitoria	Construção da guarita com pórtico de entrada e guarita da Reitoria do IFPA.	Coelho Queiroz e Construção	002/2015	Concluída	23051.017672/2014-68
Reitoria	Construção de projetos arquitetônicos e reforço estrutural da Reitoria do IFPA.	HANGAR Construções e Serviços Ltda	016/2016	Execução	23051.014722/2015-36

Unidade	Objeto	Contratada	Nº do Contrato	Situação	Número do processo
Campus Paragominas	Construção da parcela remanescente da obra do Campus Paragominas do IFPA.	TN Telecomunicações do Norte e Construtora Ltda ó ME	017/2015	Execução	23051.001693/2015-42
Campus Cametá	Construção da parcela remanescente da obra do Campus Cametá do IFPA.	TN Telecomunicações do Norte e Construtora Ltda ó ME	011/2015	Execução	23051.001575/2015-34
Campus Tucuruí	Construção do Bloco Pedagógico e do Bloco de Ensino e Pesquisa do Campus Tucuruí	INNOVA Engenharia e Construção Ltda	09/2014	Encerrada	23051.010307/2014-22
Reitoria, Breves, Marabá Rural, Bragança, Abaetetuba e Itaituba	Instalação e fornecimento de geradores	ALPHA Service Ltda	017/2013	Encerrada	23051.005680/2013-81

Fonte: Diretorias de Administração e Planejamento dos Campi do IFPA e PROAD, 2016.

Análise Crítica:

O exercício de 2016 trouxe novas perspectivas em desafios ordenados pela gestão atual do IFPA, que determinou a retomada de todas as obras paralisadas, inicialmente, priorizando os Campi com maiores dificuldades espaciais e aqueles marcados por problemas técnicos com índices abaixo da média nos critérios de avaliação institucional do MEC.

Para que este trabalho pudesse ser realizado, muitas dificuldades foram identificadas e em sua maioria vencidas, como abaixo se registram:

- Prazos curtos para elaboração e atualização de projetos básicos e executivos;
- Espaços inadequados e insuficientes para desenvolver todos os trabalhos técnicos;
- Falta de equipamentos de proteção individuais e coletivos;
- Falta de softwares específicos para desenvolvimento de projetos e orçamento;
- Ausência de levantamentos topográficos e planimétricos dos terrenos do IFPA;
- Falta de precisão nos levantamentos técnicos existentes;
- Tempo limitado para realização do diagnóstico;
- Projetos terceirizados/cedidos com ausência de detalhamentos;
- Distâncias territoriais/geográficas entre os Campi do IFPA;
- Quadro técnico limitado. Falta de profissional de Arquitetura, além de outro Engenheiro Eletricista;
- Sobrecarga de atividades dos profissionais da diretoria. Excesso de demandas desproporcionais ao número de servidores.

No Campus Abaetetuba, a obra do Laboratório de Materiais, iniciada em setembro de 2014, foi rescindida, em março de 2016, devido ao não cumprimento de prazos contratuais (cronograma físico e financeiro) pela Construtora Prospecto. Após a rescisão, foi procedida a atualização do orçamento e realização de nova licitação para sua retomada. Finalizados os procedimentos licitatórios, a obra foi retomada em dezembro de 2016, através do contrato 05/2016 firmado com a empresa TN Telecomunicações do Norte e Construção LTDA-EPP, vencedora da licitação. Atualmente, a obra encontra-se em execução com prazo de 120 dias para sua conclusão.

A obra de reestruturação do bloco pedagógico foi iniciada em agosto de 2016, com prazo de execução de 45 dias, através do contrato 02/2016 firmado com a empresa TN Telecomunicações do Norte e Construção LTDA-EPP. Com a conclusão da obra, o 2º pavimento do respectivo bloco, que estava interditado há vários meses devido a problemas estruturais, foi liberado para as atividades de ensino, em setembro de 2016.

A construção do Espaço de Assistência ao Educando foi realizada por meio do contrato 06/2015 com a empresa Ciclo Engenharia LTDA, iniciado em janeiro de 2016 com prazo de execução de 90 dias e concluída em abril de 2016. Foi realizada a divisão de espaços físicos através de fechamentos de vedação no térreo do Bloco Pedagógico, proporcionando estrutura adequada para execução de atividades laborais.

No Campus Ananindeua, a construção do Bloco Pedagógico está sendo articulada entre a Direção Geral do Campus e a Reitoria. Contudo, não há prazo definido para o início da referida obra.

No Campus Belém, foram realizados diversos serviços de engenharia e obras, algumas iniciadas em 2015, com conclusão no exercício de 2016. Também houve licitações concluídas em 2016, além de processos iniciados em 2016, com previsão de conclusão para o exercício de 2017. No total, foram registrados 09 processos licitatórios, sendo 07 licitações na modalidade tomada de preço, 01 na modalidade registro de preços (Pregão) e 01 na modalidade concorrência. Em relação à conclusão dos projetos, o Campus

informa que 04 obras tiveram sua conclusão em 2016, 04 obras estão com conclusão prevista para 2017, e um projeto possui duração contínua.

O Campus Castanhal informou que não houve grandes investimentos em obras, em virtude de contingências ocorridas, ocorrendo somente reformas urgentes.

De forma semelhante, o Campus Marabá Rural informou que as restrições orçamentárias afetaram diretamente a manutenção da infraestrutura do Campus. Também foi informado pela unidade pedidos de perfuração de um poço artesiano e o desenvolvimento de projeto de acessibilidade, com vistas à melhoria no atendimento à comunidade acadêmica.

Quadro 54 ó Relação de obras e serviços de engenharia empenhados no exercício.

Unidade	Objeto	Nº do Processo	Nº do Contrato	Valor Licitado (R\$)	Valor Aditivo(R\$)	Valor Empenhado(R\$)	Liquidado até 31/12/2016
Campus Abaetetuba	Construção do Espaço de Assistência ao Educando	23051.017924/2015-30	06/2015	R\$ 117.684,32	0,00	R\$ 117.684,32	R\$ 117.684,32
Campus Abaetetuba	Obra de Reestruturação da Laje do Bloco Pedagógico do Campus Abaetetuba	23051.010503/2016-69	02/2016	R\$ 295.671,23	0,00	R\$ 295.671,23	R\$ 295.671,23
Campus Abaetetuba	Retomada da Obra do Laboratório de Materiais do Campus Abaetetuba	23051.014543/2016-80	05/2016	R\$ 1.454.989,82	0,00	R\$ 839.598,33	0,00
Campus Belém	Contratação de empresa para execução de serviços de prevenção e combate a incêndio do Campus Belém. Tomada de Preços nº 04/2016	23051.020038/2016-74	02/2016	R\$ 842.235,06	0,00	701.446,30	0,00
Campus Belém	Contratação de empresa para construção do anexo ao bloco de alojamento e reforma do espaço físico para o gabinete médico do Campus Belém. Tomada de Preços nº 02/2016	23051.017972/2015-28	03/2016	R\$ 438.985,46	0,00	438.985,46	0,00
Campus Belém	Contratação de empresa para realizar adaptações em banheiros, rampas de acesso e outros serviços, Tomada de Preços nº 03/2015	23051.015512/2015-65	09/2015	R\$ 452.033,94	35.501,73	452.033,94	452.033,94
Campus Bragança	Construção do restaurante estudantil do Campus Bragança	23051.008507/2013-34	01/2014	R\$ 1.978.664,43	R\$216.522,92	R\$ 1.762.141,51	0,00
Campus Bragança	Serviços de adequação e manutenção nas instalações dos prédios do Campus Bragança.	23051.014044/2015-10	03/2015	R\$ 400.000,00	0,00	R\$ 399.541,91	0,00
Campus Cametá	Construção da Parcela Remanescente da Obra do Campus Cametá do IFPA.	23051.001575/2015-34	011/2015	R\$ 9.934.345,98	R\$ 362.979,11	R\$ 362.979,11	R\$ 2.478.854,00
Campus Castanhal	Acréscimo de 0,46 do Contrato nº 03/2014, firmado entre o IFPA e a Empresa Moreira & Moreira Ltda.	23051017466201377	03/02014	-	15.044,88	15.044,88	15.044,88
Campus Castanhal	Reforma parcial do Ginásio Poliesportivo de nosso IFPA Campus Castanhal e a Empresa Mendes& Mendes.	23051016093201660	-	R\$ 14.785,00	0,00	14.785,00	14.785,00
Campus Conceição do Araguaia	Reforma dos Laboratórios do IFPA Campus Conceição do Araguaia do IFPA.	23051.016592/2015-76	08/2014	R\$ 632.948,49	0,00	200.100,00 0,00	R\$ 0,00

Campus Marabá Rural	Conclusão do Bloco de Laboratórios do Campus Marabá Rural do IFPA.	23051.009867/2016-04	010/2016	R\$ 409.490,94	0,00	0,00	R\$ 98.803,90
Campus Marabá Rural	Conclusão da Quadra de esportes Coberta do Campus Marabá Rural	23051.009867/2016-00	011/2016	R\$ 372.105,95	0,00	372.105,95	R\$ 142.265,55
Campus Marabá Rural	Construção da Rede Elétrica em Média Tensão/Subestação e Iluminação Pública / Implantação do Sistema da Rede Estruturada da guarita e do Bloco de Ensino e do Backbone Óptico Subterrâneo e Aéreo.	23051.009360/2014-81	01/2015	R\$ 1.707.501,16	R\$ 25.673,66	R\$ 25.673,66	R\$ 470.602,77
Campus Paragominas	Construção da Parcela Remanescente da Obra do Campus Paragominas do IFPA.	23051.001693/2015-42	017/2015	R\$ 9.740.104,41	R\$ 379.934,89	R\$ 379.934,89	R\$ 3.295.330,50
Reitoria	Construção Centro Tecnológico de Educação a Distância	23051.008412/2014-00	001/2015	R\$ 2.338.824,32	R\$ 63.521,46	R\$ 63.521,46	R\$ 769.011,48
Reitoria	Construção da Miniusina de Geração de Energia Elétrica da Reitoria do IFPA	23051.019681/2016-55	002/2017	R\$ 406.228,84	0,00	0,00	R\$ 0,00
Reitoria	Construção da Guarita com Pórtico de Entrada e guarita da Reitoria	23051.017672/2014-68	002/2015	R\$ 1.343.566,17	R\$ 661,82	R\$ 661,82	R\$ 459.954,75
Reitoria	Construção de Projetos arquitetônicos e reforço estrutural da Reitoria	23051.014722/2015-36	016/2016	R\$ 128.012,39	0,00	0,00	R\$ 0,00
VALOR TOTAL				R\$ 33.008.177,91	R\$ 1.099.840,47	R\$ 6.241.809,77	R\$ 8.610.042,32

Fonte: Diretorias de Administração e Planejamento dos Campi do Instituto Federal do Pará.

Análise Crítica:

Observou-se uma considerável redução nos valores empenhados para obras em 2016, em relação aos anos anteriores. Pode-se atribuir essa diferença aos cortes de repasses para investimento no IFPA. Em relação aos valores de aditivos, percebeu-se extrema aplicação de critérios nas liberações e compromissos com o empenho das despesas que respeitaram os limites preconizados na Lei de Licitações.

A maioria dos processos acima listados teve como modalidade de licitação a tomada de preços. As obras mencionadas estão transcorrendo dentro da normalidade.

Foi relatado por alguns Campi que limitações financeiras são consideradas obstáculos para a conclusão das obras, fato este gerador de atrasos, o que, conseqüentemente, influencia no bom andamento das atividades acadêmicas, a exemplo das aulas práticas ministradas.

Vale destacar a informação fornecida pelo Campus Marabá Rural, segundo o qual o orçamento descentralizado permitiu a execução, até o final do exercício de 2016, de obras não previstas na matriz orçamentária.

5.3. Gestão da Tecnologia da Informação

a) Plano Diretor da Tecnologia da Informação (PDTI)

Instituído no IFPA a partir da Resolução nº 162.2016-CONSUP, o documento pode ser acessado no link:

<http://sigp.ifpa.edu.br/sigrh/downloadArquivo?idArquivo=50884&key=d93a63db8fce405e4c654c1578ad250c&formato=pdf>.

O PDTI é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período. O plano tem como abrangência todo o IFPA, contemplando Reitoria e os Campi, para o período de 2016-2018, e refere-se à definição e ao planejamento de todas as ações relacionadas à Tecnologia da Informação do IFPA, alinhada aos objetivos institucionais definidos pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e de acordo com as premissas do Ministério da Educação (MEC) e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC).

c) Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI)

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) foi instituído no IFPA a partir Portaria nº 1874/2015/GAB, de 17 de novembro de 2015, tendo como Presidente o Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional e como membros o Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, o Pró-reitor de Ensino, o Pró-reitor de Administração, o Pró-reitor de Extensão, o Diretor de Tecnologia da Informação, o Diretor de Gestão de Pessoas, Coordenador Geral da AUDIN, o Assessor Executivo do Gabinete, o Presidente da Comissão de Ética e um Representante do Colégio de Dirigentes.

Com base em seu Regimento Interno, criado pela Resolução nº 055/2013-CONSUP, apresenta as seguintes atribuições: propor políticas e diretrizes de tecnologia da informação para a melhoria contínua da gestão, através do planejamento estratégico de TI em alinhamento à missão, às estratégias e às metas da instituição e zelar pelo seu cumprimento; propor o Plano Diretor de Tecnologia da Informação ó PDTI, observadas as diretrizes estabelecidas na Política de Tecnologia da Informação definidas pela SLTI (Secretaria de Logística e Tecnologia e Informação) e nas diretrizes estabelecidas pelo Comitê Executivo do Governo Eletrônico, respeitadas as peculiaridades técnicas e funcionais do IFPA; analisar e supervisionar, em conformidade com as políticas do IFPA e de seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação; propor a criação de grupos de trabalho e /ou subcomitês para auxiliar nas decisões do comitê, definindo seus objetivos, composição, regime e prazo para conclusão de seus trabalhos, quando for o caso; uniformizar as políticas de TI no IFPA; subsidiar o Reitor em assuntos referentes a sua participação junto ao SISP; propor alterações em seu Regimento Interno e submetê-las ao CONSUP.

Conforme Regimento Interno do CGTI, em 2016, ocorreram reuniões ordinárias e extraordinárias, totalizando 07 (sete) sessões durante o ano. Dentre as ações mais importantes do Comitê, destaca-se a apreciação e aprovação do Plano Diretor de TI. Além disso, foram analisados processos de aquisição de materiais e equipamentos de TI, bem como discussões sobre o controle dessas aquisições, de forma a não permitir aquisições desnecessárias de equipamentos.

c) Comitê de Segurança da Informação (CGSTI)

Instituído pela Portaria 1873-2015/IFPA-GAB., o Comitê de Segurança da Informação (CGSI), infelizmente, apenas realizou uma reunião em dezembro de 2015, em virtude de uma agenda muito cheia de seu presidente e de seus membros. Entretanto, para 2017, já foi apresentada uma agenda com todas as reuniões ordinárias a serem realizadas bimestralmente. Inclusive, já foram definidas algumas pautas imediatas e necessárias, tais como: Aprovação do Regimento Interno do CGSI e Elaboração e Aprovação da Política de Segurança da Informação e do Plano de Dados Abertos do IFPA.

O CGSI tem as seguintes competências e atribuições: Promover a cultura de segurança da informação; acompanhar as investigações e as avaliações dos danos decorrentes de violação da segurança da informação no âmbito do IFPA; propor recursos orçamentários necessários às ações de segurança da informação; realizar e acompanhar estudos de novas tecnologias, quanto a possíveis impactos na segurança da informação; propor normas relativas à segurança da informação; normatizar e supervisionar a segurança da informação no âmbito do IFPA; constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação; propor a Política de Segurança da Informação do IFPA, bem como sua alteração quando necessário for; solicitar apurações quando da suspeita de ocorrências de violação da segurança da informação; avaliar, revisar e analisar criticamente a Política de Segurança da Informação e suas normas complementares, visando à sua aderência aos objetivos institucionais do IFPA e às legislações vigentes; dirimir eventuais dúvidas e deliberar sobre assuntos relativos Política de Segurança da Informação do IFPA; aprovar o plano de investimentos em segurança da informação do IFPA; elaborar o Plano de Segurança da Informação e atualizá-lo periodicamente.

Esperamos que em 2017, o CGSI seja mais produtivo no sentido de discutir e deliberar sobre assuntos relativos à Segurança da Informação do IFPA.

d) Plano de capacitação do pessoal de TI

De acordo com o Decreto nº 5.825/2006, desenvolvimento de pessoal é um processo continuado, que visa à capacitação dos servidores técnicos administrativos para a devida adequação do quadro de pessoal às demandas institucionais. A Resolução nº 162/2016-CONSUP/IFPA, que aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação do IFPA, prevê a capacitação dos servidores da área de Tecnologia da Informação, planejando cursos de capacitação para o período de 2016 a 2018. Desta forma, o IFPA procura atender a legislação e conseqüentemente promove a melhoria de seu quadro de pessoal na área de TI.

d) Quadro de pessoal de TI

A atual estrutura de pessoal de TI é composta de 29 servidores Analistas de Tecnologia da Informação e 29 servidores Técnicos de Tecnologia da Informação, totalizando 58 servidores.

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI

Todas as demandas relacionadas a serviços que a DTI disponibiliza internamente, pode ser solicitada através de processo formal, memorandos e e-mails, conforme abaixo:

1 ó Processo Formal (Protocolo): Deverá ser utilizado sempre que o solicitante necessitar de um atendimento e de uma resposta formal através de parecer ou análise técnica;

2 ó Memorandos: Deverá ser utilizado sempre que o solicitante necessitar de um atendimento sem a necessidade de parecer ou análise.

3 ó E-mails (suporte.dti@ifpa.edu.br): Deverá ser utilizado sempre que o solicitante necessitar de um atendimento/suporte imediato.

g) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período

O gerenciamento dos serviços de TI para os usuários dos serviços, no IFPA é realizado pelo Gerenciador Livre de Parquet de Informática - GLPI, que é um software livre de gerenciamento de ativos, sistema de rastreamento de problemas e solução de mesa de serviço. Este software *open source* é escrito em PHP e distribuído sob licença GPL e para gerenciamento dos projetos de TI. Utiliza-se internamente o *Redmine*, que é um software livre, gerenciador de projetos baseados na web e ferramenta de gerenciamento de erros.

h) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas

A gestão de tecnologia da informação não possui dependência tecnológica de empresas ou terceirizados em seu quadro de pessoal.

5.3.1. Principais sistemas de informações

Atualmente, a principal ferramenta computacional utilizada pelo IFPA é o Sistema Integrado de Gestão ó SIG, adquirido junto a Universidade Federal do Rio Grande do Norte ó UFRN. Desde sua aquisição, este sistema vem sendo adaptado para as estruturas e necessidades do IFPA.

A implantação destes sistemas vem ao encontro de uma meta do PDI do IFPA que se denomina "Objetivo 18 ó Implantar o Sistema Integrado de Gestão ó SIG.ö. Ou seja, utilizar a informatização no dia-a-dia da instituição.

O SIG é uma plataforma composta por quatro sistemas, que por sua vez são formados por um conjunto de módulos específicos, conforme Quadro 55:

Quadro 55 ó Informações sobre os principais sistemas de informações implantados.

Nome do Sistema	Descrição	Tipo de Manutenção	Número de Módulos
Sistema Integrado de Gestão de Patrimônio, Administração e Contratos ó SIPAC	Oferece as operações necessárias para a gestão das unidades do IFPA responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos da Instituição, integrando, assim, as ações e procedimentos administrativos.	Própria	26

Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas ó SIGAA	Informatiza os procedimentos relacionados à área acadêmica do IFPA, permitindo o gerenciamento das informações e atividades de todos os níveis de ensino, bem como a gestão dos projetos, das ações de extensão e das bolsas da Instituição.	Própria	30
Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos ó SIGRH	Responsável por informatizar os procedimentos de recursos humanos, permite o cadastro, o gerenciamento e a consulta das principais informações funcionais dos servidores do IFPA.	Própria	21
Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e Projetos ó SIGPP	Disponibiliza as operações que permitem a gestão das metas das unidades estratégicas do IFPA e o planejamento geral para toda a Instituição.	Própria	1

Fonte: DTI, 2017.

Análise Crítica:

A DTI desenvolve e disponibiliza os módulos conforme o planejamento estratégico do IFPA. Até dezembro de 2016, já foram implementados 64% dos módulos do SIG. A DTI planeja atingir 80% em 2017 e 90% até 2018. Além disso, pretende-se também renovar o termo de cooperação com a UFRN em 2017, com vistas ao acesso às versões mais atualizadas do sistema.

Evidencia-se como dificuldade da gestão a integração com os sistemas de governo, como CENSUP, Educacenso e outros.

Além do SIG, são utilizadas pelas unidades do IFPA outras ferramentas computacionais para desenvolvimento de suas atividades, as principais encontram-se descritas no Quadro 56:

Quadro 56 ó Informações sobre os principais sistemas de informações em desenvolvimento ou adequação.

Nome da Ferramenta	Objetivo da Ferramenta	Tipo de Manutenção
Active Directory (AD)	Responsável por armazenar informações de todos os servidores do Campus, além de servir como bando de informações para autenticação nos sistemas.	Software Livre
DIGIFORT	Gerenciar o monitoramento de acesso e permanência de pessoas atrás de câmeras.	Software Livre
Geplanes BSC	Sistema para Planejamento Estratégico baseado no <i>Balanced Scorecard</i> .	Própria
Gerenciamento de Impressão	Gerenciar e controlar os gastos com impressão.	Própria, em desenvolvimento no Campus Abaetetuba.
<i>Gestionnaire Libre de Parc Informatique (GLPI)</i>	Sistema integrado de Gerenciamento de parque tecnológico, contando com gerenciamento de Chamados, Problemas, Inventário, Insumos, Orçamento, Contratos, Telefones, Documentos, Impressoras, Cartuchos, Softwares, Contratos, Fornecedores.	Software Livre
<i>Nagios</i>	Monitorar os ativos da rede, gerando alertas de falha e avisos em caso de problemas ocorridos.	Software Livre
PERGAMUM	Sistema Integrado de Biblioteca. Permite o controle e consulta ao acervo bibliográfico.	Terceirizado

Portal <i>Captive</i>	Controlar o acesso à rede do Campus	Própria
SIPRO	Sistema de registro de portarias.	Própria
Sistema Integrado de Cadastro e Acesso ao Campus (SICAC)	Manter o controle do acesso de pessoas, discentes e servidores no Campus Belém, além de fazer o cadastro de novos acessos para confecção de crachás.	Própria
SMS Power <i>View</i>	Sistema de gerenciamento de nobreak.	Própria
VOIP	Implantar ramais VOIP no Campus	Própria
ZABBIX	Monitorar redes, servidores e serviços para verificar a disponibilidades, experiência de usuário e qualidade de serviços.	Própria
Zimbra	Suíte de e-mail corporativo que permite que seus usuários compartilhem informações entre diferentes dispositivos, compartilhem agendas, contatos e arquivos independentemente da plataforma (Microsoft Windows, Linux, iOS, <i>Android</i> , etc)	Própria

Fonte: Campi do IFPA, 2017.

5.4. Gestão ambiental e sustentabilidade

Durante o exercício 2016, o IFPA empreendeu esforços para institucionalizar e regularizar internamente a gestão ambiental e de sustentabilidade. Por meio de uma Comissão Central e de comissões de apoio nos Campi, foi elaborada a minuta da Política Institucional de Meio Ambiente (PIMA) do IFPA, onde constam as diretrizes norteadoras para gestão ambiental no âmbito do IFPA. Tal política foi encaminhada para a Procuradoria Federal para emissão de parecer, tendo este concluído que a minuta cumpria as normas legais e constitucionais, e manifestava que a Procuradoria Federal era favorável à aprovação da minuta.

Em complemento à Política Institucional de Meio Ambiente, foi elaborado a minuta do Plano Institucional de Ações Ambientais. Ambos foram submetidos à apreciação e aprovação do CONSUP, porém, isso não foi possível ainda no exercício 2016, passando os mesmos para aprovação somente no exercício 2017.

Embora várias unidades do IFPA já realizem de forma isolada ações que visam à proteção do meio ambiente dentro e fora de seus prédios, espera-se que, a partir do marco da aprovação da Política Institucional de Meio Ambiente e do Plano Institucional de Ações Ambientais, estas ações sejam mais bem orientadas e coordenadas de forma a realizar um controle melhor, em virtude da importância do tema, e conseqüentemente, para atender a legislação vigente. No nível dos Campi, será criado um Plano de Ações Ambientais Anual, de acordo com as diretrizes da Política e do Plano Institucional de Ações Ambientais. Deve-se destacar que alguns Campi, mesmo sem a aprovação da Política, desenvolveram ações ambientais, seguindo as orientações desta.

É importante ressaltar que, no que concerne à educação ambiental, os Projetos Pedagógicos de Cursos do IFPA passaram por atualização, tendo eles incluído a educação ambiental como tema transversal e interdisciplinar a ser abordado em todos os cursos, em conformidade com a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999. Nos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação, a Política de Educação Ambiental passou a ser item obrigatório da estrutura do PPC, por força da Resolução 020/2016-CONSUP.

5.4.1. Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Quadro 57 ó Informações sobre a adoção de critérios de gestão ambiental e licitações sustentáveis.

1. AUPC participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Se não, justifique.
	O IFPA figura como um dos parceiros da Rede A3P, que uma plataforma de caráter informal criada pelo Ministério do Meio Ambiente ó MMA para troca de experiências entre interessados em sustentabilidade socioambiental, mas ainda não formalizou sua adesão a A3P. Entre as ações do Plano Institucional de Ações Ambientais, está a adesão do IFPA à A3P.
2. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Se não, justifique.
	A separação dos resíduos recicláveis descartados ainda não foi implantada em todas as unidades do IFPA e, até mesmo nas unidades que realizam tal separação, há uma grande dificuldade de destinação, pois em muitos municípios do estado não há associações e cooperativas que realizem a reciclagem destes materiais.
3. As contratações realizadas pela unidade observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Se não, justifique.
	Nem todas as unidades do IFPA conseguiram cumprir todas as normativas do Decreto nº 7.746/2012.
4. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?	
<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	Se não, justifique.
	Até o ano de 2016 não foi implantado no IFPA e em suas unidades o Plano de Logística Sustentável. Entre as ações do Plano Institucional de Ações Ambientais, está à elaboração e implementação do Plano de Logística Sustentável em todos os campi do IFPA.

Fonte: Pró-reitorias, Diretorias Sistêmicas e Campi do IFPA, 2017.

Análise Crítica:

Mesmo sem a formalização da adesão à A3P, o IFPA, durante o ano de 2016, desenvolveu várias ações relacionadas às etapas de implementação da agenda, tais como a composição de comissões que atuarão na gestão socioambiental, realização de coleta de informações preliminares para elaboração do diagnóstico socioambiental, que deverão ser ampliadas, e a elaboração da minuta do Plano Institucional de Ações Ambientais, que contempla em torno de 80% das ações previstas no modelo de Plano de Trabalho para Implantação da A3P proposto pelo MMA.

O Campus Tucuruí organizou e realizou a II Jornada Integrada de Meio Ambiente, que atende ao eixo *Sensibilização* e *Capacitação* da A3P, que aconteceu no período de 30/05 a 03/06/2016 onde foram realizadas 12 Palestras, Minicursos e Oficinas, uma mesa redonda e apresentação de artigos e resumos.

Em relação à separação dos resíduos sólidos, no exercício 2016, não houve uma diretriz institucional regulamentando a atuação das unidades do IFPA, porém, algumas unidades têm realizado ações para atendimento ao disposto no Decreto nº 5.940/2006, tais como: a) a elaboração e submissão à Procuradoria Federal, de Edital para destinação de resíduos recicláveis descartáveis, por parte do Campus Abaetetuba; b) a realização de coleta seletiva, por parte dos Campi Marabá Rural e Tucuruí; e c) no Campus Avançado Vigia, os resíduos são colocados em sacos plásticos e levados pela Prefeitura de Vigia para o lixão. O Campus não possui infraestrutura para reciclados, mas os resíduos como plásticos e papéis são separados.

Um das principais dificuldades para atendimento do Decreto nº 5.940/2006 é a baixa quantidade ou inexistência de associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis nos municípios do estado do Pará que atendam a todos os requisitos expressos no Art. 3º do Decreto supracitado.

Em relação à observância aos parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, para contratações realizadas pelo IFPA, os Campi Ananindeua, Conceição do Araguaia, Itaituba, Marabá Industrial, Marabá Rural, Óbidos, Paragominas e Tucuruí, informaram que suas contratações observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012. No Campus Abaetetuba, a adoção dessas medidas ocorre de forma parcial, uma vez que passou a adotar nos Editais de Licitações algumas cláusulas que observam parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012, que determina critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal. Já o Campus Belém vem procurando investir na capacitação de servidor/pregoeiro, com participações em eventos que contribuem para sensibilizar o servidor e a comunidade como um todo, acerca das questões de sustentabilidade. O Campus Belém também realizou consulta à Auditoria Interna do Campus, acerca de orientações para a utilização e inclusão efetiva dos critérios ambientais nos editais de licitações. A AUDIN repassou ao Campus um *check list* de documentos que deverão constar nos referidos editais, o que certamente facilitará bastante a implementação das licitações sustentáveis, doravante no Campus Belém.

Na Reitoria, apenas no processo licitatório para contratação de obras é adotado o critério de sustentabilidade, ao exigir que as empresas apresentem comprovante de inscrição no cadastro técnico Federal de atividades potencialmente poluidoras de recursos ambientais, acompanhado do respectivo certificado de regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938 de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 06 de 15/03/2013.

O Campus Abaetetuba tem como objetivo disseminar a cultura de respeito ao meio ambiente na instituição, a implementação de um plano de ação para estimular a diminuição do consumo de energia elétrica, a diminuição do consumo de água, a preservação das áreas verdes, a diminuição de consumo de copos descartáveis, a fiscalização quanto à compra de produtos sustentáveis, projetos integradores junto à comunidade; ações que coadunam com práticas de responsabilidade ambiental, a exemplo a utilização de lixeiras de coleta seletiva feitas pelos próprios discentes, assim como sua aquisição.

Por meio dos Sistemas SISPEs, que é alimentado mensalmente com informações referentes ao consumo de água e energia do Campus Belém, as quais são consolidadas na Reitoria, objetivando melhorar a qualidade do gasto público pela eliminação do desperdício e pela melhoria contínua da gestão dos processos.

O Campus Belém criou o NEAM ó Núcleo de Ação Ambiental, objetivando disseminar a cultura de respeito ao meio ambiente na instituição, a implementação de um plano de ação para estimular a diminuição do consumo de energia elétrica, a diminuição do consumo de água, a preservação das áreas verdes, a diminuição de consumo de copos descartáveis. Em relação aos projetos de obras executadas, já são previstos nos projetos básicos, produtos que colaboram para menor consumo de energia e água, como a TP 015/2015, cujo objeto foi a contratação de empresa para prestação de serviço de engenharia e adaptações dos banheiros, com acessibilidade e produtos visando a diminuição de consumo de água e energia; projetos de educação ambiental para servidores e alunos; projetos de extensão e de pesquisa sobre meio ambiente; e eventos realizados, cujo foco foi a sustentabilidade.

Deve-se destacar ainda que está em tramitação para aprovação do CONSUP uma Resolução que estabelece normas para padronização de projetos de obras no IFPA. Tal instrumento condiciona que todos os projetos de obras e serviços de engenharia atendam aos critérios de sustentabilidade ambiental. A previsão que esta Resolução seja aprovada até maio de 2017.

6. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1. Canais de acesso do cidadão

a) Descrição dos Canais de Acesso

O Gabinete do IFPA possui como canais de acesso do cidadão a Ouvidoria e o e-SIC.

A Ouvidoria Geral foi implantada no IFPA em atendimento à Lei nº 10.683/2003. Este canal tem como finalidade receber e encaminhar manifestações oriundas de diferentes canais de comunicação para os setores responsáveis, cobrando soluções e respondendo aos proponentes, o mais breve possível.

Além disso, também possui como atribuição propor soluções e oferecer recomendações às instâncias pedagógicas e administrativas, visando à melhoria dos serviços prestados com relação às manifestações recebidas, bem como realizar ações para apurar a procedência das reclamações e de denúncias, assim como eventuais responsabilidades, com vistas à necessidade eventual de instauração de sindicâncias, de auditorias e de procedimentos administrativos pertinentes. Outras atribuições da Ouvidoria são: requisitar fundamentalmente e, exclusivamente, quando cabíveis, por meio formal, informações junto aos setores e às unidades da Instituição; revisar, organizar, documentar e publicar os procedimentos relacionados à sua área e tratar as respostas de manifestações para o efetivo direcionamento aos interessados, realizando as devidas mediações e articulações.

Atualmente, as manifestações são encaminhadas à Ouvidoria Geral por meio de diferentes canais, a saber: Sistema (formulário disponível no site do IFPA), e-mail, telefone e atendimento presencial. Ao chegarem à Ouvidoria, as demandas seguem o seguinte fluxo: recebimento, protocolo, análise, encaminhamento, recebimento de resposta e envio ao demandante. Num segundo momento, a Ouvidoria avalia o teor da demanda e sua abrangência para a coletividade, no sentido de encaminhar sugestões e discutir a qualidade do serviço prestado, a fim de apresentar sugestões que possam favorecer a comunidade do IFPA.

O e-SIC foi implantado neste IFPA a partir de junho de 2014 para atender à exigência da Lei nº 12.527, que tem o propósito de regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas. A equipe e-SIC foi designada por meio da portaria nº 876/2014.

b) Estatísticas de manifestações pelos canais de acesso do cidadão

Quadro 58 ó Quantitativo de Manifestações recebidas e atendidas/acatadas, por tipo de manifestação e por canal de acesso do cidadão.

Canal de Acesso	Tipo de Manifestação															
	Solicitações				Reclamações				Denúncia				Sugestões			
	2015		2016		2015		2016		2015		2016		2015		2016	
	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)	(R)	(A)
Ouvidoria Geral	112	0	182	133	123	0	90	78	17	0	13	11	1	0	6	0
E-SIC	157	157	138	138	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	269	157	320	271	123	0	90	78	17	0	13	11	1	0	6	0

Legenda: (R) Manifestação Recebida; (A) Manifestação Atendida/Acatada.

Fonte: Ouvidoria Geral, 2017.

Análise Crítica:

As manifestações identificadas em forma de denúncias, reclamações, solicitações, sugestões e elogios, recebidas pelo serviço de Ouvidoria, são encaminhadas às áreas de interesse do IFPA para conhecimento e adoção de providências cabíveis e devolvidos à Ouvidoria para análise e envio de resposta aos cidadãos.

A Ouvidoria Geral do IFPA recebeu 294 demandas no ano de 2016. As demandas estão especificadas pela categoria do assunto e registradas como demandas atendidas, demandas em acompanhamento, demandas encaminhadas à Comissão de Ética e demandas encerradas. O encerramento deve-se a dois fatores: 1) quando ao demandante são solicitadas informações adicionais ou provas para melhor compreender a manifestação encaminhada, 2) e que, no prazo de 90 dias, não apresenta os dados solicitados. O encerramento da demanda é respaldado no Art. 12 do Regimento Interno da Ouvidoria. No quadro acima, não há a opção da categoria elogio, mas registramos o recebimento de 03 (três) demandas desta categoria no ano de 2016. Considerando o quadro acima, a grande diferença entre demandas recebidas e demandas atendidas, principalmente em relação às categorias reclamação e solicitação, deve-se à realização do concurso público para provimento de cargos técnico-administrativos para o IFPA organizado pela FUNRIO, pois a Ouvidoria recebeu um grande número de manifestações que foram encaminhadas à FUNRIO, mas que não foram respondidas, e, por se tratar de órgão externo ao IFPA, não há como acompanhar a resolução dessas demandas.

Desde abril de 2016, a Ouvidoria tem atuado de maneira descentralizada para melhor atendimento às demandas emanadas da comunidade do IFPA, em virtude de sua abrangência geográfica, para facilitar a atuação e conseqüentemente garantir uma melhor resposta ao cidadão. Os núcleos estão descritos na alínea C. O núcleo Castanhal foi o que registrou o maior número de demandas em 2016, 135 no total, sendo distribuídas: 1 denúncia; 119 solicitações; 13 reclamações e 2 elogios.

O e-SIC respondeu a 100% dos pedidos de acesso à informação no ano de 2016, conforme gráfico abaixo, e tem procurado responder às solicitações no prazo mais curto possível, tendo como tempo médio de resposta em 2016: 14,81 dias, tendo alcançando um resultado melhor em comparação ao ano de 2015, em que o tempo médio de resposta foi de 15,94 dias.

c) Procedimentos adotados pela unidade decorrentes das manifestações e informações disponibilizadas nos canais de acesso

Atenta às demandas recebidas e com o objetivo de atender melhor à comunidade do IFPA, a Ouvidoria tem atuado de maneira descentralizada desde abril de 2016, com a criação de Núcleos de Ouvidoria. Em relação às abrangências dos Campi, os Núcleos de Ouvidorias estão distribuídos da seguinte forma:

Quadro 59 ó Campi de abrangência dos Núcleos de Ouvidoria.

Núcleo	Abrangência
Ouvidoria Óbidos	Campi Altamira, Itaituba, Óbidos e Santarém.
Ouvidoria Parauapebas	Campi Conceição do Araguaia, Marabá Industrial, Marabá Rural e Parauapebas
Ouvidoria Tucuruí	Campus Tucuruí
Ouvidoria Belém	Campus Belém
Ouvidoria Castanhal	Campi Bragança, Castanhal e Paragominas

Fonte: Ouvidoria Geral, 2017.

d) Procedimentos a serem implementados em exercícios futuros

Está sendo desenvolvido pela Diretoria de Tecnologia da Informação em parceria com a Equipe e-SIC um módulo de acesso à informação, via SIPAC, para melhor controle e tramitação das demandas no âmbito do Instituto que deverá ser utilizado a partir do primeiro semestre de 2017.

6.2. Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão do IFPA está sendo construída pela Ouvidoria Geral do IFPA com a colaboração dos Campi do Instituto. O IFPA não conseguiu cumprir o prazo informado no relatório de gestão de 2015, em virtude de que alguns dos Campi do Instituto não disponibilizaram as informações necessárias à conclusão do documento, porém a Ouvidoria tem envidado esforços para a conclusão e disponibilização da carta no portal do IFPA o mais breve possível.

O IFPA disponibiliza todas as informações referentes aos seus serviços e gestão em seu portal e demais sítios.

6.3. Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Atualmente, a Ouvidoria não possui um meio de aferição da satisfação do serviço prestado, mas a equipe já está elaborando uma consulta a ser feita aos usuários ao final do atendimento, ou seja, após a resposta final à demanda, aos moldes das pesquisas de satisfação do atendimento ao consumidor.

Outrossim, ressalta-se que, em observância à Lei 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, anualmente o IFPA, por meio da Comissão Própria de Avaliação ó CPA, realiza Pesquisa de Autoavaliação Institucional, a qual conta com a participação de alunos e servidores docentes e técnico-administrativos. Entretanto, a realização desta pesquisa não substitui ou minimiza os esforços empreendidos para implantação de outros métodos para aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários.

6.4. Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

O IFPA disponibiliza todas as informações referentes à gestão em seu portal. Os links para consulta dos relatórios de auditoria, bem como dos relatórios de gestão do IFPA são: <http://www.ifpa.edu.br/auditoria> e <http://www.ifpa.edu.br/documentos-institucionais>.

6.5. Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

O IFPA tem se mostrado sensível e responsável quanto a garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações. Sobre esse aspecto, é necessário ressaltar que o IFPA é uma instituição centenária que possui 18 Campi, alguns novos e outros existentes há mais tempo. Nesse sentido, em relação aos campi já existentes, salienta-se que o IFPA vem observando e envidando esforços para se adaptar e cumprir as normas relativas à acessibilidade física, sendo que obras estão em andamento em vários deles. Ao mesmo tempo, os Campi mais novos já vêm observando as normas de acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida em suas obras e contam com

infraestrutura que atende ao disposto na legislação em vigor em vários aspectos, como por exemplo, banheiros adaptados, calçadas com piso tátil, rampas de acesso, entre outros.

No que se refere à acessibilidade nas comunicações, pedagógica e atitudinal, o IFPA também vem avançando. Algumas ações já foram realizadas nesse sentido, como por exemplo: contratação de tradutor e intérprete de Libras em alguns campi, disponibilização de condições especiais para a realização das provas nos processos seletivos, previsão de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas e portadores de deficiências e aquisição de material que auxilie a aprendizagem e a inclusão social. Além disso, destaca-se que sete Campi já possuem Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Especiais (NAPNE) que têm por objetivo desenvolver projetos inclusivos, focando no respeito e na valorização das diferenças na educação, tanto presencial quanto a distância. De modo geral, enfatiza-se também que existe uma busca contínua pela melhoria e atendimento aos requisitos de acessibilidade em todas as suas dimensões, inclusive acessibilidade virtual.

7. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1. Desempenho financeiro no exercício

a) Informações relevantes sobre o fluxo financeiro e sincronismo entre o ingresso e dispêndios financeiros

O desempenho financeiro desta UPC no exercício de 2016 seguiu programação de desembolso da SPO/MEC, que atende ao repasse de recursos financeiros para o IFPA.

No exercício de 2016, houve contingenciamento e limitação de gastos por parte do Governo Federal durante o exercício todo. O Instituto Federal do Pará, em decorrência das contingências efetuadas pelo Governo Federal, desde o exercício anterior, efetuou com muitas dificuldades os pagamentos assumidos na execução financeira do crédito orçamentário anual, na maioria com atraso.

Por fim, destacamos que a principal dificuldade enfrentada no exercício de 2016 decorreu de atrasos no repasse de recursos, por instabilidade de arrecadação no Governo Federal.

b) Dificuldades enfrentadas na gestão financeira

Nos últimos três anos, devido à crise econômica do país pela frustração da receita pública, o Tesouro Nacional não repassa financeiro suficiente para quitação das despesas do IFPA dentro do período de suas liquidações. O recurso vem sendo repassado sempre com atraso, ficando as dívidas pagas sempre com atraso.

No decorrer do exercício, a oscilação de fluxo de pagamento persistiu na mesma frequência em virtude de falta de repasse financeiro em vista da contingência do governo.

c) Indicadores de monitoramento e seus resultados

Não há indicadores para monitoramento do desempenho financeiro, mas o SIAFI WEB possui ferramentas para acompanhamento da execução financeira.

7.2. Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Informamos que o IFPA não realiza a contabilidade da depreciação, amortização e exaustão do patrimônio, bem como ainda não avalia e nem mensura os bens ativos e passivos em virtude de falta de um sistema eficaz para essa atividade

Já se encontra em desenvolvimento, na Diretoria de tecnologia da Informação, um Sistema capaz de fornecer as informações necessárias para que a contabilidade possa atualizar as contas patrimoniais com suas devidas amortizações, depreciações e exaustões, com isso, esperamos que ainda no exercício de 2017 essa situação seja regularizada.

7.3. Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

a) Identificação da estrutura orgânica da unidade responsável pelo gerenciamento de custos

Não se aplica a unidade (PROAD).

b) Identificação das subunidades administrativas das quais os custos são apurados

Não se aplica a unidade (PROAD).

c) Descrição sucinta do sistema informatizado de apuração dos custos ou do estágio de implantação

Não se aplica a unidade (PROAD).

d) Práticas de tratamento e alocação utilizadas no âmbito da unidade administrativa para geração de informações de custos

Não se aplica a unidade (PROAD).

e) Impactos observados na atuação da unidade, bem como no processo de tomada de decisões, que podem ser atribuídos à instituição do gerenciamento de custos

Não se aplica a unidade (PROAD).

f) Relatórios utilizados para análise de custos e tomada de decisão

Não se aplica a unidade (PROAD).

7.4. Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas

As informações referentes a este item seguem em anexo ao Relatório de Gestão 2016.

8. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DE ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1. Tratamento de determinações e recomendações do TCU

A Auditoria Interna acessa diariamente o portal do Tribunal de Contas da União para verificar a publicação de Acórdãos relacionados a esta Entidade que contenham ou não determinação ou recomendação. Havendo determinação ou recomendação, a Auditoria Interna expede comunicação à Administração Superior informando sobre a deliberação para a qual solicita as medidas de atendimento na forma determinada no Acórdão; mesmo procedimento adotado em relação aos resultados das ações de controle da Controladoria-Geral da União.

No exercício 2016, o Coordenador Geral da Auditoria Interna expediu as Ordens de Serviço nº 04 e nº 05, designando servidor da própria Auditoria Interna, com o objetivo de acompanhar e registrar em controle as deliberações do Tribunal de Contas da União e as recomendações da Controladoria Geral da União, respectivamente, de acordo o Plano Anual de Atividades ó PAINT 2016.

A Auditoria Interna reúne-se, periodicamente, com dirigentes responsáveis pelos setores vinculados às decisões e recomendações, para aferir os correspondentes atendimentos, na presença do Assessor Executivo da Reitoria a quem cabe assessorar o Reitor na elaboração de respostas às solicitações emanadas da Controladoria-Geral da União e decisões do Tribunal de Contas da União, conforme previsto na letra õhõ, inciso IV, do Regulamento de Funções da Reitoria, aprovada pela Resolução nº 205/2014, do Conselho Superior.

Durante o exercício de 2016 o Tribunal de Contas da União exarou 2 (dois) Acórdãos com recomendações/determinações destinadas ao Instituto Federal do Pará: Acórdão nº 1446/2016 ó TCU ó 2ª Câmara e Acórdão nº 6256/2016 ó TCU ó 2ª Câmara.

Os Acórdãos do Tribunal de Contas da União com recomendações pendentes de atendimento ou atendidas parcialmente estão identificados nos quadros abaixo:

Quadro 60 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo14676/2005-4).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
14676/2005-4	7698/2010-1ª Câmara	9.5.5	Ofício TCU	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
CEFET/PA, atual Instituto Federal do Pará/Pró-reitoria de Administração				
Descrição da determinação / recomendação				
9.5.5 Regularize a divergência entre os inventários de bens móveis e imóveis e o saldo constante do SIAFI, nos termos da IN SEDAP 205/88.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>O Registro do patrimônio do IFPA está passando por uma fase de transição de Sistemas, no qual já foi realizada a migração dos dados do patrimônio do IFPA, que estava registrado em Sistema com base em Access para o módulo de patrimônio do SIPAC (Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos), momento este em que foram detectados problemas de integração com outros módulos do SIPAC. Como estratégia de implantação, foi deliberado que o Campus Belém seria o piloto, por ser o maior Campus do IFPA e possuir um universo de possibilidades a serem ajustadas. Dessa forma, o Sistema está em fase de adequação no referido Campus e uma vez homologado naquele Campus será implantado nos demais Campi e Reitoria do IFPA.</p> <p>Ressaltamos que sem os devidos registros fica prejudicada a realização do inventário físico e consequentemente ajustá-los com os saldos contábeis e, posteriormente, depreciação dos bens. Acreditamos que com a estratégia tomada já em prática, será possível equacionar a presente situação patrimonial.</p>				

Fonte: AUDIN e PROAD, 2017.

Quadro 61 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 19547/2008-4).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
19547/2008-4	9901/2011-2ª Câmara	9.5	Ofício TCU	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal do Pará				
Descrição da determinação / recomendação				
9.5. Determinar ao CEFET/PA que adote as medidas necessárias ao ressarcimento ao erário, constituindo a competente tomada de contas especial, nos termos do art. 8º da lei 8.443/1992, caso reste comprovado dano ao erário na conclusão dos seguintes processos de sindicância: números 23051.001910/2005-00, 23051.000021/2006-35, 23051.001331/2005-59, 23051.002651/2005-44, 23051.002652/2005-25, 23051.002650/2005-63, 23051.000022/2006-16, 23051.000019/2006-10, 23051.000023/2006-05, 23051.000020/2006-54, 23051.000025/2006-69, 23051.0000563/2005-08 e 23051.000024/2006-88, cujos resultados deverão ser apresentados nas próximas contas da entidade.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Assessoria do Gabinete do Reitor diligenciou junto ao Campus Belém, em busca dos processos acima descritos, não obtendo êxito na localização dos mesmos. Por isso, sugere a abertura de sindicância investigativa a fim de apurar a responsabilidade de quem deu causa ao sumiço dos referidos processos para tanto foi instaurado o processo de nº 23051.009206/2017-51.				

Fonte: AUDIN e Assessoria do Gabinete do Reitor, 2017.

Quadro 62 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 015.645/2006-0).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
015.645/2006-0	2829/2008-1ª C	1.3	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal do Pará/Diretoria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação / recomendação				
1.3 que seja comprovado para a equipe de auditoria da CGU/PA o ressarcimento de R\$ 25.704,42 devidos pelo servidor Antônio Carlos Pinheiro Teixeira pelo recebimento irregular de Gratificação de Desempenho de Atividade Judiciária - GDAJ, conforme Informação nº 812 - GDRH/DRHTI/SGAGU.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Diretoria de Gestão de Pessoas do IFPA notificou novamente o servidor, ocupante do cargo de Procurador Federal, que atuou junto a essa Instituição Federal de Ensino. Caso não haja resposta, a DGP encaminhará o Processo nº 23051.008384/2014-12 à Procuradoria Federal junto ao IFPA, para que esse órgão jurídico adote as medidas judiciais cabíveis para que o mesmo proceda ao ressarcimento com a correspondente comprovação junto ao IFPA, na forma determinada no item 1.3 do Acórdão 2829/2008-1ª Câmara.				

Fonte: AUDIN, 2017.

Quadro 63 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 011.062/2011-8).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
011.062/2011-8	6918/2013-2ªC	1.7	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal do Pará/Diretoria de Gestão de Pessoas				
Descrição da determinação / recomendação				
1.7 Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará que, conforme o estabelecido no art. 2º, §1º, da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, cadastre no - Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões (SISAC) os atos de alteração de aposentadoria de Antônio dos Santos Seabra, José Arabutan de Sousa Oliveira, Pedro de Oliveira Guedes e Walter Barros Peres, tendo em vista a aplicação da regra inserta na Emenda Constitucional nº 70/2012 às respectivas concessões e altere a				

fundamentação legal da aposentadoria dos referidos servidores no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas
A Diretoria de Gestão de Pessoas ó DGP informou que verificou junto ao sistema SIAPE e que até a presente data, ainda não foram cadastrados no SISAC os atos de alteração de aposentadoria, sendo que já foi feita a devida fundamentação legal com a publicação dos atos de aposentadoria no D.O.U. e alteração no SIAPE. Contudo, tão logo, sejam cumpridos os cadastros no SISAC, será informado ao TCU, consoante abertura e trâmite de processo referente ao assunto de nº. 23051.007443/2017-88.

Fonte: AUDIN e DGP, 2017.

Quadro 64 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 021.218/2010-2).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
021.218/2010-2	1446/2016-2ªC	9.17	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal do Pará/Departamento de Processos Disciplinares				
Descrição da determinação / recomendação				
9.17.2. conclua, no prazo de 30 (trinta) dias, os processos administrativos disciplinares de que trata o relatório de auditoria de avaliação de gestão 208549 da CGU, que não foram iniciados no prazo determinado pelo art. 133, § 7º, da Lei 8.112/1990 (subitem 4.1.2.3 do relatório de auditoria anual de contas 244015 da CGU).				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
O Departamento de Processos Disciplinares informou que encaminhou o Ofício nº 070/2016-GAB/REITORIA ao Tribunal de Contas da União, solicitando que aquele órgão de controle externo informe com clareza os processos que não foram iniciados no prazo determinado em Lei.				

Fonte: AUDIN/IFPA, 2017.

Quadro 65 ó Processos demandados pelo TCU para o IFPA (Processo 029.435/2011-0).

Caracterização da determinação / recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
029.435/2011-0	6256/2016-2ªC	9.14	-	-
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Instituto Federal do Pará/Departamento de Processos Disciplinares				
Descrição da determinação / recomendação				
9.14.1. estabeleça anualmente planos estratégico e de ação matematicamente mensuráveis e alinhados com seu plano de desenvolvimento institucional; 9.14.2. elabore regimento interno, manuais operacionais e código de ética dos servidores; 9.14.3. insira ações de avaliação e monitoramento dos riscos da gestão em seu próximo plano de desenvolvimento institucional; 9.14.6. elabore planejamento estratégico de TI por meio da instituição de comitê diretivo, de modo a alinhar as atividades da área com o negócio da organização e otimizar os recursos disponíveis; 9.14.7. elabore política de segurança da informação que contenha diretrizes da instituição quanto ao tratamento da segurança da informação; 9.14.8. implante rotinas de avaliação da compatibilidade de recursos de TI com as reais necessidades do Instituto.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
A Assessoria Executiva da Reitoria prestou as seguintes informações: Resposta da PRODIN ao Item 9.14.1 A Pró-reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PRODIN) desde 2015 intensificou as ações de planejamento no IFPA. Solicitou de todos os Campi a elaboração ou atualização de seu Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC), que é o Planejamento Estratégico no âmbito da unidade descentralizada, mas também considerado como o planejamento tático para a Reitoria do IFPA. O último				

prazo estabelecido para entrega dos PDC (s) atualizados ou elaborados era 13/03/2017, dos quais 12 Campi o elaboraram e 06 ainda estão em fase de conclusão.

A PRODIN também reformulou o Plano de Trabalho Anual, que se restringia, ao planejamento de materiais de consumo e equipamentos encaminhados anualmente para a PROAD, e que a maioria das vezes as unidades deixavam de encaminhar. A PRODIN, então, propôs o Plano Anual de Ações e Metas (PAM), através do qual as unidades planejam as ações e metas que devem ser alcançadas anualmente. Essas ações e metas devem ter aderência com o respectivo PDC e, no caso das unidades da Reitoria, o Plano Estratégico Anual (PEA) deve estar alinhado ao PDI e a outras políticas de governo que também devem ser atendidas. No ano de 2016, nem todas as unidades encaminharam o PAM, até porque era uma novidade para a qual nem todos os servidores estavam preparados. Durante o ano de 2016, servidores da PRODIN foram aos Campi para realizar oficina sobre essa ferramenta de planejamento considerada de nível operacional pela Reitoria do IFPA. O prazo para entrega do PAM 2017 pelas unidades expirou em 03/03/2017. Até então 09 Campi o finalizaram e 09 estão em fase de conclusão. No nível, da Reitoria do IFPA, o PEA foi apresentado ao Colégio de Dirigentes na reunião de 22/03/2017.

SIGPP ó O Sistema Integrado do Gestão de Planejamento e Projetos foi disponibilizado em junho de 2015 pela Reitoria do IFPA para todas as unidades. Esse sistema permite o cadastramento das ações, metas, estratégias e prazos para o atingimento dos objetivos planejados nos Planos: PDI, PDC, PAM, PEA, Plano de Assistência Estudantil e outros. O objetivo do SIGPP é permitir não só o registro dos planejamentos, mas também o monitoramento das metas, com vistas à melhoria dos resultados da gestão. Esperava-se que até março de 2016, o SIGPP fosse alimentado por todas as unidades. Porém, poucas unidades conseguiram alimentar o sistema, ainda assim de forma incompleta, não sendo possível o monitoramento que ficaria sob a responsabilidade da PRODIN. Para o exercício de 2017, o prazo de alimentação do SIGPP, que é alimentado com as informações cadastradas no PAM e PEA, era 17/03/2017. Porém, até esta data apenas 03 (três) unidades haviam realizado a tarefa.

PEA ó Antes os planejamentos das unidades da Reitoria eram elaborados de forma isolada por cada uma delas. Em 2016, houve um ensaio para o planejamento integrado, que culminou com o Planejamento Estratégico Anual do IFPA (PEA), elaborado pela primeira vez em 2017, tendo sido apresentado no Colégio de Dirigentes (CODIR) no dia 22/03/2017. O PEA foi elaborado com base nas metas e indicadores do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), e com base em outros indicadores solicitados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), pelo Plano Nacional de Educação e pelo TCU através do Acórdão nº 2.267/2005. O PEA estará disponível no site do IFPA a partir do dia 07/04/2017.

Todas essas ferramentas de gestão tentam garantir a governança sobre o Planejamento Institucional. Verifica-se que ainda há muita resistência para implementação desses instrumentos. A PRODIN acredita que uma instrução normativa, que estabeleça prazos e responsabilidades, poderá fazer com que os gestores elaborem seus planejamentos e realizem o monitoramento necessário para que as ações e metas sejam executadas tais como planejadas.

Deve-se ressaltar que a PRODIN tem recomendado aos gestores que façam um planejamento com foco no resultado e não no desempenho.

Assim, podemos afirmar que o PEA e o PAM 2017 já apresentam ações e metas matematicamente mensuráveis. O PEA será monitorado mais atentamente pela PRODIN, estando planejados no próprio documento dois momentos de mensuração das metas: ao final do 1º semestre e ao final do 2º. Os relatórios extraídos deverão mostrar o percentual de execução das metas e do planejamento de uma forma geral.

No que tange ao subitem 9.14.2, informamos que o Regimento Geral do IFPA encontra-se disponível no sítio eletrônico da Instituição. No que diz respeito aos manuais operacionais, estes estão intimamente relacionados aos atos decisórios e norteadores do Comitê Gestor de Segurança da Informação, ressalte-se que o referido Comitê já aprovou a agenda das reuniões do ano corrente, tendo se reunido pela última vez no dia 10/03/2017. O código de ética dos servidores do IFPA está em fase de elaboração.

Resposta da PRODIN ao Item 9.14.3.

Revisão do PDI ó A PRODIN também está, desde o segundo semestre de 2016, trabalhando no processo de revisão do PDI 2014-2018. Entretanto, ainda não será possível agregar a este documento a gestão dos riscos, em virtude de ser apenas uma revisão que não poderá descaracterizar o documento original e porque também necessitaria de muito mais tempo para sua conclusão. Todavia, no primeiro semestre de 2018, iniciará o processo de elaboração do novo PDI do IFPA que começará sua vigência em janeiro de 2019. O novo PDI deverá contemplar a gestão dos riscos relacionados ao atingimento dos objetivos e metas institucionais.

Comitê de Elaboração da Política de Gestão de Riscos e Controles Internos ó Em dezembro de 2016, a

Reitoria do IFPA instituiu o Comitê de Gestão de Riscos, Governança e Controles Internos, para, inicialmente, elaborar a Política de Gestão de Riscos, Governança e Controles Internos e de um plano de ação para implementação da política. O prazo da comissão é 15 de abril de 2017 para que o documento esteja pronto, para poder ser aprovado no CONSUP no dia 18 de abril deste ano. Após a aprovação da Política e do Plano de Ação, a PRODIN realizará oficinas nas unidades com o objetivo de implementar a Política e fazer os gestores elaborarem, no nível de cada unidade gestora, a gestão de riscos nos seus planejamentos. Nesse sentido, todos serão orientados a avaliarem os riscos relacionados aos objetivos e metas, bem como a proporem estratégias de mitigação desses riscos, que deverão constar dos próximos planejamentos que terão vigência a partir de janeiro de 2018. Nos dias 30 e 31 de março de 2017, os membros do Comitê participaram de um curso sobre Gestão de Riscos, Governança e Controles Internos ministrado pelo prof. Paulo Graziottin da CGU. Ainda no primeiro semestre a Reitoria e os Campi deverão capacitar servidores para elaborar os Planos de Gestão de Riscos (PGR). A PRODIN irá realizar, dentro do Projeto "PRODIN ITINERANTE NOS CAMPI DO IFPA", também no primeiro semestre oficina de sensibilização sobre a gestão de risco, governança e controles internos. Ademais, o Regimento Geral do IFPA, que está em fase final de revisão, já prevê a estrutura do Comitê de Gestão de Riscos, Governança e Controles Internos.

Em suma, não será possível acrescentar a avaliação dos riscos no PDI vigente (2014-2018) que está sendo revisado, porém, com a utilização do SIGPP desde 2015, já temos uma ferramenta que permite monitorar as metas previstas no PDI, minimizando os riscos e reduzindo prejuízos para a Instituição com a mitigação dos mesmos. Entretanto, será instituída, em abril de 2017, a Política de Gestão de Riscos e um Plano de Ação para sua implementação nas unidades do IFPA, bem como serão realizadas oficinas para gestores e demais servidores, visando a que o próximo PDI a ser construído de forma participativa e coletiva em 2018 contemple essa demanda de suma importância para a governança do processo de planejamento institucional e melhoria da execução de seus objetivos e metas.

Sobre o subitem 9.14.6 a Diretoria de Tecnologia da Informação ó DTI, informou que o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação ó CGTI, teve seus membros atualizados conforme portaria nº 1874/2015/GAB de 17 de novembro de 2015. O CGTI é um setor vinculado ao Gabinete da Reitoria e atualmente o seu presidente é o Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional do IFPA. Em 2016, o comitê aprovou o PDTI e encaminhou ao Colégio de Diretores ó CODIR para conhecimento e ao Conselho Superior para aprovação e publicação da Resolução nº 162/2016-CONSUP, de 14 de outubro de 2016, que aprova o Plano Diretor de Tecnologia da Informação. O CGTI solicitou para a DTI para elaborar o fluxo de contratação de serviços de TI o que já foi elaborado aprovado no CGTI, apresentado no CODIR e agora será encaminhado ao Conselho Superior ó CONSUP para aprovação e publicação da resolução que tratará do fluxo de contratação dos serviços de TI no IFPA.

No que concerne ao subitem 9.14.7, a DTI informou que o Comitê Gestor de Segurança da Informação ó CGSI, teve seus membros atualizados conforme portaria nº 1873/2015/GAB de 17 de novembro de 2015. O CGSI é um setor vinculado ao Gabinete da Reitoria e atualmente o seu presidente é o Pró-reitor de Desenvolvimento Institucional do IFPA. Atualmente, o comitê está trabalhando na minuta do seu Regimento Interno, ser encaminhado ao Colégio de Diretores ó CODIR, para conhecimento e ao Conselho Superior ó CONSUP, para aprovação e publicação da resolução que tratará da segurança de informação no IFPA. E também já está elaborando a minuta da resolução da Política de Segurança da Informação do IFPA, que poderá ser aprovada ainda no primeiro semestre de 2017.

No que diz respeito ao subitem 9.14.8, a DTI informou que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão através da Portaria nº 40, de 14 de setembro de 2016, institui o Plano de Contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicações como ferramenta de planejamento a ser consolidada pelos órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação do Poder Executivo Federal óSISP, da qual o IFPA é o órgão integrante. Para atender as orientações do SISP e realizar o alinhamento das estratégias da Diretoria de Tecnologia da Informação ó DTI aos objetivos estratégicos do IFPA, o Comitê Gestor de TI solicitou a DTI elaborar uma rotina que venha a orientar a contratação de serviços de TI em conformidade com a Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014, emitida pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Em resposta à solicitação do CGTI, a DTI apresentou uma minuta de contratação ao Conselho de Dirigentes do IFPA ó CODIR, propondo um fluxo de contratação dos serviços de TI no IFPA. Após aprovação, o CGTI encaminhou ao Conselho Superior do IFPA ó CONSUP para aprovação e publicação de uma resolução.

Fonte: AUDIN e Assessoria do Gabinete do Reitor, 2017.

8.2. Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Em 2016, o IFPA recebeu da CGU-Regional, por correio eletrônico, relatórios extraídos do Sistema Monitor da CGU, contendo visão geral do Plano de Providências Permanente (PPP), com registro de 45 (quarenta e cinco) recomendações oriundas de Ações de Controle que a Controladoria Geral da União considera que ainda não foram atendidas pelo IFPA. A Auditoria Interna tem realizado periodicamente a interlocução com a Assessoria Executiva da Reitoria para a adoção das providências junto aos dirigentes, em grau de prioridade, com o objetivo de sanar todas as pendências remanescentes.

8.3. Medidas administrativas para a apuração de responsabilidade por dano ao Erário

a) Casos de danos objeto de medidas internas administrativas adotadas no exercício

Quadro 66 ó Medidas adotadas para apuração e ressarcimento de danos ao Erário.

Casos de dano objeto de medidas administrativas internas	Tomadas de Contas Especiais							
	Não instauradas			Instauradas				
	Dispensadas			Não remetidas ao TCU				
	Débito < R\$ 75.000	Prazo > 10 anos	Outros Casos *	Arquivamento			Não enviadas > 180 dias do exercício instauração*	Remetidas ao TCU
Recebimento Débito				Não Comprovação	Débito < R\$ 75.000			
02	-	-	01	-	-	-	-	01

Fonte: DPAD/2017.

* Especificar razões

* Foi instaurado o processo nº 23051.015037/2014-46 em atendimento a recomendação contida no relatório de demandas externas da CGU RDE 00190.32347/2009-78 e como medida administrativa foi juntado ao processo em tela uma cópia do processo n. 23051.02095/2009-89 que trata da celebração do contrato, bem como foi expedido ofícios aos responsáveis pela ONG Instituto Olho no Futuro, ao ex-Reitor Edson Ary, servidor responsável pela celebração do convênio. O referido processo encontra-se na fase administrativa. Somente após esgotada esta fase e caso não haja a recomposição do dano será instaurada a TCE em obediência ao disposto no artigo 4º da IN/TCU.

Análise Crítica:

Por meio do despacho nº DPPCE/DP/SFC/CGU-PR nº 2968/2015, a Controladoria Geral da União restituiu o processo de Tomada de Contas Especial de nº 23051.015037/2014-46 solicitando adoção de providências em razão de ter constatado algumas impropriedades no Relatório de Tomador de Contas nº 01/2014.

A Tomada de Contas Especial nº 23051.015037/2014-46 foi finalizada com o atendimento das recomendações da CGU concernentes a complementação do relatório.

b) Descrição da estrutura de controles para apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos

Realização de auditorias nas unidades. Existe também o controle preventivo realizado pela unidade de Controle Interno. Quando detectada qualquer irregularidade que resulte em danos ao Erário, é nomeada comissão de sindicância ou de Processo Administrativo Disciplinar para apuração dos possíveis ilícitos administrativos.

8.4. Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Quadro 67 Informações sobre a conformidade do cronograma de pagamentos.

1. A unidade observa as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 quanto ao cronograma de pagamento das obrigações contraídas em decorrência da contratação de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços?	
<input type="checkbox"/> Sim, sempre. <input checked="" type="checkbox"/> Sim, com ressalvas. <input type="checkbox"/> Não	<p>Se não, justifique as razões. Se sim, mas com ressalva, apresente os principais casos ou eventuais motivos pelos quais as disposições do art. 5º da Lei 8.666/93 não foram cumpridas.</p> <p>Com os repasses de recursos financeiros insuficientes ao pagamento de todas as despesas apropriadas, priorizou-se as despesas essenciais à manutenção das atividades.</p>
2. Descreva os controles instituídos para garantir o cumprimento do cronograma determinado pela Lei:	
A gestão do IFPA adota o SIAFI através da data de inserção da nota fiscal no Sistema, bem como a data do vencimento da mesma como instrumento para controlar as ordens cronológicas para os pagamentos, modelo esse utilizado pelo Ministério da Educação como parâmetro para o repasse de recursos financeiros.	
3. Descreva o fluxo dos processos de pagamentos dos contratos de aquisição de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços:	
Após a entrega de materiais ou prestação de serviços, as notas fiscais são atestadas por servidor competente, e encaminhadas à Pró-reitoria de Administração - PROAD para os trâmites de pagamento. A PROAD encaminha as notas/processo ao Gabinete da Reitoria para ciência e autorização ("pague-se") ao prosseguimento do processo. Após autorizado pelo Ordenador de despesas o processo/ nota é encaminhado à PROAD/Financeiro para liquidação da despesa e após o recebimento de recurso financeiro é gerada a Ordem Bancária em finalização ao processo de pagamento.	

Fonte: PROAD, 2017.

Análise Crítica:

Com a crise financeira instalada no país nos anos de 2015 e 2016, os repasses de recursos financeiros provenientes do Ministério da Educação às suas Autarquias foram feitos de forma irregular e em quantidades insuficientes para cobrir todas as despesas apropriadas, o que em alguns momentos representou menos de 30% do valor necessário para cobrir todas as despesas. Com esse cenário, e para garantir que não houvesse descontinuidade em serviços essenciais à manutenção das atividades a gestão do IFPA viu-se obrigada a priorizar pagamentos como despesas com fornecimento de energia elétrica, contratos de limpeza e vigilância, diárias à servidores e obras em andamento.

Mesmo com a adoção desses critérios, a gestão do IFPA buscou garantir, administrando o pouco recurso que dispunha mensalmente que nenhum fornecedor ou contratado ficasse por mais de 90 (noventa) dias sem o recebimento, prazo esse estipulado em todos os contratos do IFPA.

8.5. Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento

Não houve ocorrência.

8.6. Informações sobre as ações de publicidade e propaganda

Quadro 68 ó Despesas com publicidade.

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	Nada a informar.	0,00	0,00
Legal	2031/20RL	265.123,08	203.507,41
Mercadológica	Nada a informar.	0,00	0,00
Utilidade pública	Nada a informar.	0,00	0,00

Análise Crítica:

A publicidade legal ou oficial tem por objetivo dar transparência material e formal aos atos oficiais emitidos pela Administração Pública, a fim de atender o princípio constitucional da publicidade, esculpido no art. 37 da CF/88 e Lei 8666/93 e art. 21, III, com publicidade em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação no Município ou na região onde será realizada a obra, prestado o serviço fornecido, alienado ou alugado o bem, podendo ainda a Administração, conforme o vulto da licitação, utilizar-se de outros meios de divulgação para ampliar a área de competição.

O Instituto Federal do Pará, através da Reitoria e de seus Campi, realizou despesas no montante de R\$ 203.507,41, no exercício de 2016 com publicidade legal, referentes a Editais, Portarias, Extratos de Contratos e demais publicações legais inerentes às atividades pedagógicas e administrativas no Diário Oficial da União (D.O.U.), junto à Fundação Imprensa Nacional - FUNIN, e avisos relativos a editais de licitação em jornais de grande circulação através da Empresa Brasileira de Comunicação - EBC.

No quadro acima, são apresentados os valores relativos a esses serviços de publicidade e propaganda realizados no ano de 2016.

Não houve ocorrência de despesas com publicidade institucional, mercadológica e utilidade pública no exercício de 2016.

8.7. Demonstração da conformidade com o disposto no art. 3º do Decreto 5.626/2005

Quadro 69 ó Situação do atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005.

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Ciências Biológicas, Licenciatura	1103419	Abaetetuba	Sim	Portaria-GAB-1056-2011
Educação do Campo, Licenciatura	5001072	Abaetetuba	Sim	Portaria-CONSUP-068-2013
Física, Licenciatura	5001102	Abaetetuba	Sim	Portaria-CONSUP-067-2013
Educação do Campo, Licenciatura	1179411	Altamira	Sim	Portaria-CONSUP-071-2013
Pedagogia, Licenciatura	5001056	Altamira	Sim	Portaria-CONSUP-149-2013
Informática, Licenciatura	5001073	Altamira	Sim	Portaria-CONSUP-146-2013
Educação do Campo, Licenciatura	1179417	Belém	Sim	Portaria-CONSUP-076-2013
Letras-Língua Portuguesa, Licenciatura	113832	Belém	Sim	Resolução-CONDIC-023-2008

 Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	 Cód. Curso (e-MEC)	 Município	 Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	 Publicação
Geografia, Licenciatura	48283	Belém	Sim	Portaria-CONSUP-079-2013
Matemática, Licenciatura	48289	Belém	Sim	Portaria-GAB-1042-2011
Ciências Biológicas, Licenciatura	48292	Belém	Sim	Portaria-CONSUP-078-2013
Química, Licenciatura	48285	Belém	Sim	Resolução-CONDIC-005-2004
Física, Licenciatura	48287	Belém	Sim	Portaria nº 334 de 07/07/2006
Pedagogia, Licenciatura	100589	Belém	Sim	Portaria-GAB-1046-2011
Ciências Biológicas, Licenciatura	5001071	Bragança	Sim	Portaria-CONSUP-027-2013
Educação do Campo, Licenciatura	1179413	Bragança	Sim	Portaria-CONSUP-069-2013
Pedagogia, Licenciatura	5001070	Bragança	Sim	Portaria-CONSUP-036-2013
Geografia, Licenciatura	5001068	Bragança	Sim	Portaria-CONSUP-141-2013
Informática, Licenciatura	5001069	Bragança	Sim	Portaria-CONSUP-016-2011
Física, Licenciatura	1103421	Bragança	Sim	Portaria-CONSUP-145-2014
Informática, Licenciatura	1150894	Castanhal	Sim	Portaria-CONSUP-017-2011
Geografia, Licenciatura	5001067	Castanhal	Sim	Portaria-CONSUP-142-2013
Educação do Campo, Licenciatura	1179414	Castanhal	Sim	Portaria-CONSUP-074-2013
Pedagogia, Licenciatura	5001066	Castanhal	Sim	Portaria-CONSUP-150-2013
Informática, Licenciatura	5001062	Conceição do Araguaia	Sim	Portaria-CONSUP-148-2013
Pedagogia, Licenciatura	5001058	Conceição do Araguaia	Sim	Portaria-CONSUP-151-2013
Geografia, Licenciatura	5001060	Conceição do Araguaia	Sim	Portaria-CONSUP-143-2013
Educação do Campo, Licenciatura	5001061	Conceição do Araguaia	Sim	Portaria-CONSUP-070-2013
Ciências Biológicas, Licenciatura	5001064	Conceição do Araguaia	Sim	Portaria-CONSUP-140-2013
Pedagogia, Licenciatura	5001065	Marabá Industrial	Sim	Portaria-CONSUP-152-2013
Pedagogia, Licenciatura	5001077	Itaituba	Sim	Portaria-CONSUP-032-2013
Informática, Licenciatura	5001103	Itaituba	Sim	Portaria-CONSUP-087-2013
Educação do Campo, Licenciatura	1179416	Marabá Rural	Sim	Portaria-CONSUP-072-2013
Pedagogia, Licenciatura	5001090	Santarém	Sim	Portaria-CONSUP-153-2013
Informática, Licenciatura	5001088	Santarém	Sim	Portaria-CONSUP-019-2011

Cursos de graduação que devem ofertar Libras como disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Educação do Campo, Licenciatura	5001089	Santarém	Sim	Portaria-CONSUP-075-2013
Ciências Biológicas, Licenciatura	1128225	Tucuruí	Sim	Portaria-GAB-1051-2011
Pedagogia, Licenciatura	5001078	Tucuruí	Sim	Portaria-CONSUP-030-2013
Educação do Campo, Licenciatura	1179415	Tucuruí	Sim	Portaria-CONSUP-073-2013
Informática, Licenciatura	5001087	Tucuruí	Sim	Portaria-CONSUP-147-2013
Física, Licenciatura	5001079	Tucuruí	Sim	Portaria-CONSUP-028-2013

Fonte: Departamento de Educação Superior / PROEN, 2016.

Análise Crítica:

Em atenção ao Comunicado nº 1/2016/DIREG/SERES/SERES, encaminhado ao IFPA, por e-mail em 09/12/2016, versando sobre a comprovação da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais ó LIBRAS, de forma curricular obrigatória nos cursos de formação de professores e curso de fonoaudiologia e solicitando o envio das matrizes curriculares dos cursos de licenciatura ofertados pelo IFPA, as referidas matrizes foram encaminhadas pelo Departamento de Educação Superior da PROEN, no dia 26/01/2017, para o e-mail assessoria.direg@mec.gov.br, comprovando que todos os cursos de licenciatura ativos do IFPA preveem a disciplina de Libras como componente curricular obrigatório.

Apêndice I - Demonstrações Contábeis



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Receitas Orçamentárias	3.421.220,82	1.437.714,86	Despesas Orçamentárias	329.485.530,16	294.407.062,50
Ordinárias	520.079,71	357.039,69	Ordinárias	93.015.394,53	67.529.457,13
Vinculadas	2.901.141,16	1.095.708,42	Vinculadas	236.470.135,63	226.877.605,37
Educação	16.025,70	13.959,31	Educação	199.266.073,91	186.003.194,35
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.885.115,46	1.081.749,11	Seguridade Social (Exceto RGPS)	36.004.295,72	235.823,93
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-0,05	-15.033,25	Operação de Crédito		39.120.610,14
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.190.396,00	1.255.236,16
			Outros Recursos Vinculados a Fundos	9.370,00	262.740,79
Transferências Financeiras Recebidas	399.831.450,18	355.131.752,82	Transferências Financeiras Concedidas	62.394.409,46	66.903.864,31
Resultantes da Execução Orçamentária	345.389.418,49	293.747.655,23	Resultantes da Execução Orçamentária	43.911.792,50	40.530.841,61
Repasse Recebido	301.951.601,27	253.619.327,63	Repasse Concedido	473.975,28	402.514,01
Sub-repasse Recebido	43.437.817,22	40.128.327,60	Sub-repasse Concedido	43.437.817,22	40.128.327,60
Independentes da Execução Orçamentária	54.442.031,69	61.384.097,59	Independentes da Execução Orçamentária	18.482.616,96	26.373.022,70
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	52.406.713,84	58.605.331,54	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	17.946.511,55	25.994.023,70
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.035.317,85	2.778.766,05	Movimento de Saldos Patrimoniais	536.105,41	378.999,00
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	26.496.909,81	41.296.868,36	Despesas Extraorçamentárias	37.292.984,23	36.914.419,12
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	1.159.570,85	4.360.976,82	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	6.601.164,44	3.101.213,80
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	24.177.472,81	35.854.194,53	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	29.531.612,43	32.752.630,31
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.159.866,15	1.060.575,01	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.159.866,15	1.060.575,01
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	21.122,00	Outros Pagamentos Extraorçamentários	341,21	-
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior		21.122,00	Demais Pagamentos	341,21	
Saldo do Exercício Anterior	1.776.452,04	2.135.461,93	Saldo para o Exercício Seguinte	2.353.109,00	1.776.452,04
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.776.452,04	2.135.461,93	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.353.109,00	1.776.452,04
TOTAL	431.526.032,85	400.001.797,97	TOTAL	431.526.032,85	400.001.797,97



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	1.190.396,00	1.190.396,00	3.421.220,82	2.230.824,82
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	41.275,00	41.275,00	18.819,22	-22.455,78
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	41.275,00	41.275,00	18.819,22	-22.455,78
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	29.831,00	29.831,00	3.254,50	-26.576,50
Receita Industrial	-	-	-	-
Receitas de Serviços	1.082.821,00	1.082.821,00	2.777.956,12	1.695.135,12
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.082.821,00	1.082.821,00	2.777.956,12	1.695.135,12
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	36.469,00	36.469,00	621.190,98	584.721,98
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	33.025,00	33.025,00	83.795,57	50.770,57
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	3.444,00	3.444,00	537.395,41	533.951,41
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	1.190.396,00	1.190.396,00	3.421.220,82	2.230.824,82
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.190.396,00	1.190.396,00	3.421.220,82	2.230.824,82
DÉFICIT			326.064.309,34	326.064.309,34
TOTAL	1.190.396,00	1.190.396,00	329.485.530,16	328.295.134,16
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	253.731.772,00	311.718.997,00	309.981.990,86	299.318.489,40	298.822.345,27	1.737.006,14
Pessoal e Encargos Sociais	183.215.678,00	235.756.075,00	235.772.573,94	235.338.660,88	235.338.650,88	-16.498,94
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	70.516.094,00	75.962.922,00	74.209.416,92	63.979.828,52	63.483.694,39	1.753.505,08
DESPESAS DE CAPITAL	16.758.489,00	15.258.489,00	19.503.539,30	5.989.567,95	5.326.141,23	-4.245.050,30
Investimentos	16.758.489,00	15.258.489,00	19.503.539,30	5.989.567,95	5.326.141,23	-4.245.050,30
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	270.490.261,00	326.977.486,00	329.485.530,16	305.308.057,35	304.148.486,50	-2.508.044,16
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/03/2017 PAGINA 3

SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	270.490.261,00	326.977.486,00	329.485.530,16	305.308.057,35	304.148.486,50	-2.508.044,16
TOTAL	270.490.261,00	326.977.486,00	329.485.530,16	305.308.057,35	304.148.486,50	-2.508.044,16

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	8.608.433,16	18.012.221,05	13.070.485,27	13.002.646,65	3.145.385,00	10.472.622,56
Pessoal e Encargos Sociais	-	46.229,06	-	-	-	46.229,06
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	8.608.433,16	17.965.991,99	13.070.485,27	13.002.646,65	3.145.385,00	10.426.393,50
DESPESAS DE CAPITAL	25.113.554,89	17.841.973,48	16.528.965,78	16.528.965,78	7.447.591,40	18.978.971,19
Investimentos	25.113.554,89	17.841.973,48	16.528.965,78	16.528.965,78	7.447.591,40	18.978.971,19
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	33.721.988,05	35.854.194,53	29.599.451,05	29.531.612,43	10.592.976,40	29.451.593,75

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	11.422,24	3.458.619,23	3.428.595,37	33.211,33	8.234,77
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	11.422,24	3.458.619,23	3.428.595,37	33.211,33	8.234,77
DESPESAS DE CAPITAL	668,00	3.172.569,07	3.172.569,07	-	668,00
Investimentos	668,00	3.172.569,07	3.172.569,07	-	668,00
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	12.090,24	6.631.188,30	6.601.164,44	33.211,33	8.902,77



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	620.093.215,22	512.628.334,33	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	620.093.215,22	512.628.334,33

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ATIVO FINANCEIRO	2.353.109,00	1.823.907,39	PASSIVO FINANCEIRO	54.797.540,18	76.844.073,95
ATIVO PERMANENTE	617.740.106,22	510.804.426,94	PASSIVO PERMANENTE	38.747.379,66	19.886.418,56
			SALDO PATRIMONIAL	526.548.295,38	415.897.841,82

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2016	2015	ESPECIFICAÇÃO	2016	2015
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	37.649.105,18	33.724.416,40	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	42.475.890,87	56.134.543,69
Execução dos Atos Potenciais Ativos	37.649.105,18	33.724.416,40	Execução dos Atos Potenciais Passivos	42.475.890,87	56.134.543,69
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	6.012.705,27	5.940.976,92	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	31.620.696,10	27.767.735,67	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	16.154,65	15.830,65
Direitos Contratuais a Executar	15.703,81	15.703,81	Obrigações Contratuais a Executar	42.459.736,22	56.118.713,04
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	37.649.105,18	33.724.416,40	TOTAL	42.475.890,87	56.134.543,69

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.222.885,16
Recursos Vinculados	-49.221.546,02
Educação	-50.742.759,69
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-516.805,30
Operação de Crédito	-46.229,06
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	2.091.898,03
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-7.650,00
TOTAL	-52.444.431,18



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	466.712.213,14	359.240.598,26
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.799.830,03	993.718,99
Venda de Mercadorias	3.254,50	25.258,95
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.796.575,53	968.460,04
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	3,88	6.428,30
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	3,88	6.428,30
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	402.060.306,09	355.185.654,70
Transferências Intragovernamentais	399.831.450,18	355.131.752,82
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	2.228.855,91	53.901,88
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	650.053,03	2.617.228,70
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	650.053,03	2.617.228,70
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	61.202.020,11	437.567,57
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	61.202.020,11	437.567,57
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	372.205.516,74	330.582.903,58
Pessoal e Encargos	203.749.717,44	155.366.656,18
Remuneração a Pessoal	156.331.856,05	119.884.407,65
Encargos Patronais	32.647.034,72	25.447.580,71
Benefícios a Pessoal	14.770.826,67	10.034.667,82
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	42.011.324,78	34.385.073,15
Aposentadorias e Reformas	33.791.194,25	26.030.812,96
Pensões	8.195.325,11	8.289.945,64
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	24.805,42	64.314,55
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	54.092.225,59	50.602.287,92
Uso de Material de Consumo	6.091.365,79	6.831.434,13
Serviços	47.577.009,20	43.691.901,44
Depreciação, Amortização e Exaustão	423.850,60	78.952,35
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	6.382,43	18.276,53
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	6.382,38	18.276,53
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	0,05	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	64.901.527,79	67.054.836,08
Transferências Intragovernamentais	62.394.409,46	66.903.864,31
Transferências Intergovernamentais	87.774,00	89.581,00
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	2.419.344,33	61.390,77
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	163.500,48	13.952.807,94
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	624.612,83
Desincorporação de Ativos	163.500,48	13.328.195,11



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2016	2015
Tributárias	45.363,26	95.439,33
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	44.841,28	77.388,88
Contribuições	521,98	18.050,45
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.235.474,97	9.107.526,45
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.079.660,50	8.619.325,98
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	155.814,47	488.200,47
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	94.506.696,40	28.657.694,68

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2016	2015



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/03/2017 PAGINA 1

SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	25.604.333,04	24.593.043,52
INGRESSOS	404.412.537,15	357.651.164,69
Receitas Derivadas e Originárias	3.421.220,82	1.437.714,86
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	18.819,22	18.253,63
Receita Agropecuária	3.254,50	25.258,95
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	2.777.956,12	950.206,41
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	621.190,98	443.995,87
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	400.991.316,33	356.213.449,83
Ingressos Extraorçamentários	1.159.866,15	1.060.575,01
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	21.122,00
Transferências Financeiras Recebidas	399.831.450,18	355.131.752,82
DESEMBOLSOS	-378.808.204,11	-333.058.121,17
Pessoal e Demais Despesas	-282.354.847,80	-239.329.833,04
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-39.025.823,54	-35.710.016,96
Trabalho	-	-
Educação	-243.329.024,26	-203.619.816,08
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/03/2017 PAGINA 2

SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-32.898.739,49	-25.763.848,81
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-32.810.965,49	-25.674.267,81
Outras Transferências Concedidas	-87.774,00	-89.581,00
Outros Desembolsos das Operações	-63.554.616,82	-67.964.439,32
Dispêndios Extraorçamentários	-1.159.866,15	-1.060.575,01
Transferências Financeiras Concedidas	-62.394.409,46	-66.903.864,31
Demais Pagamentos	-341,21	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-25.027.676,08	-24.952.053,41
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-25.027.676,08	-24.952.053,41
Aquisição de Ativo Não Circulante	-24.678.803,20	-24.939.567,96
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-348.872,88	-12.485,45
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2016 PERÍODO Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 30/03/2017 PÁGINA 3

SUBTÍTULO 26416 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA - AUTARQUIA

ÓRGÃO SUPERIOR 26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2016	2015
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	576.656,96	-359.009,89
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.776.452,04	2.135.461,93
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.353.109,00	1.776.452,04